

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1949

SUMÁRIO

- Xícaras antigas (notas para um colecionador)* – Antônio de Avellar
Fernandes, **1**
- Brasões da aristocracia goitacá* – Alberto Lamago, **39**
- Uma preciosidade de Sèvres (O cofre do príncipe Joinville)* – Jaques
Kugel, **57**
- Visita de d. Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso* – Alcindo Sodré, **85**
- Rui Barbosa anotado por Pedro II* – Alcindo Sodré, **151**
- O primeiro brasão de armas do Brasil* – Hélio Vianna, **159**
- Rui Barbosa e o imperador* – Lourenço Luiz Lacombe, **161**
- D. Pedro II e o conselheiro Dantas*, **179**
- Cartas de bispos a d. Pedro II*, **261**
- Noticiário*, **315**

XÍCARAS ANTIGAS

Xícaras Antigas

(Notas para um colecionador)

Jean de La Bruyère, o grande satírico e moralista francês do século XVII, dedicou aos colecionadores do seu tempo, aos “curiosos”, como então eram chamados, as primeiras páginas de seu ensaio “*Da Moda*”.

Sua crítica causticante e mordaz focalizou sem reservas e sem piedade os supostos defeitos, bastante inocentes aliás, desses maníacos infelizes.

Entre nós, Antônio Austregésilo, o “dublê” de médico e de literato, dedicou-lhes em “*Loucos de todo o gênero*”, destacado capítulo.

Donde se vê, que antigamente na França e recentemente no Brasil, colecionar alguma coisa significava ou significa, para quem o fazia ou ainda o faz, ser portador de mania aproximativa da “*folia*”.

Bendita “folia” essa, porém, porque graças a ela é que a humanidade pôde conservar os inumeráveis tesouros que constituem seu patrimônio artístico e atestam o padrão de sua cultura.

Sem esses “maníacos” que teria sido da maioria dos museus do mundo? Não fosse o trabalho pertinaz dessa gente abnegada, que não poupa esforços, canseiras, sacrifícios de toda a ordem na busca da peça almejada e hoje, pouco ou quase nada teriam para expor a seus visitantes. Talvez nem mesmo sequer pudessem existir.

* * *

Nenhuma coleção será mais interessante, mais atraente e mais convidativa do que a de porcelana. E entre estas, ocupa sem

dúvida lugar proeminente, a de xícaras, cujo gosto se desenvolve cada vez mais, com grande intensidade, não só na Europa como também entre nós.

É que a beleza de suas formas, dos estilos, a pureza da matéria, o encanto e a variedade das cores, são outros tantos motivos de sedução, que embevecem o homem e lhe despertam o interesse e o desejo de juntá-las. E quando ele menos espera um princípio de coleção já está formado. O resto vem depois a passos largos: a pesquisa das marcas, o estudo das pastas, dos esmaltes, dos motivos ornamentais, dos estilos, da decoração, tudo isso enfim que constitui ao mesmo tempo o encanto e o tormento das coleções.

Mas que coisas cumpre saber e estudar para que se possa realizar semelhante empresa! Quantas visitas aos museus especializados, consultas nos livros, confronto de peças e de marcas é preciso fazer se quisermos aprofundar um pouco nossos conhecimentos no assunto!

* * *

Não pretendo – e nem mesmo poderia fazê-lo, por deficiência que sou o primeiro a reconhecer – mostrar conhecimentos sobre a porcelana e sua história. Essas ligeiras e despreziosas notas se destinam apenas a esclarecer os colecionadores principiantes, sobre os perigos e riscos a que estarão sujeitos, se não tiverem algumas noções, ainda que incipientes, sobre os elementos indispensáveis para poder distinguir as xícaras realmente antigas que procuram, das modernas que lhes são oferecidas constantemente, sob o rótulo de antigas, nos antiquários e nos leilões.

* * *

Entre os inúmeros tipos de vasos que os antigos gregos usavam, com o fim de fazer levar os líquidos à boca, isto é, vasos de beber, de cerâmica ou de metal, encontramos o *ænochoé*, (vide figura 1) e o *cyathus*, (vide figura 2) cujas formas devem ter sido as inspiradoras da primeira xícara.

A aparição da xícara, – tal como a usamos ainda hoje, – entre os europeus, só se verificou depois que eles conseguiram descobrir o segredo da fabricação da porcelana, pois os chineses,



Quadro representativo das figuras a que se faz referência no texto deste trabalho.

que já conheciam tal segredo desde o tempo da dinastia dos Han, (de 206 a. J. C. ao ano 86 da era cristã) não fabricavam para seu próprio uso senão tigelas ou bols, e que vêm a ser pequenos vasos de forma meio esferoidal, sem asas. Embora sejam conhecidas algumas taças para vinho, de porcelana chinesa do século XVI, cuja forma é um misto das formas ovóide e convexa, com pequenas asas muito juntas ao corpo da taça, (vide figura 3) o certo é que, além de não terem pires, os chineses não as utilizavam para bebidas quentes.

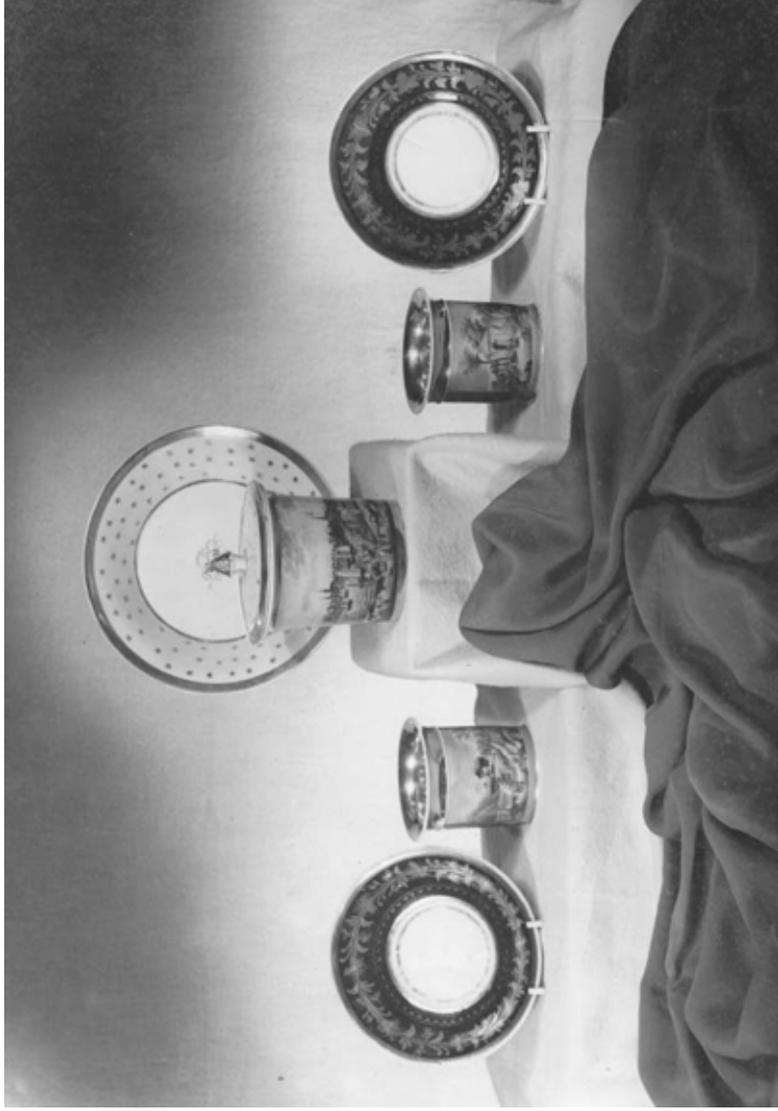
Ora, a xícara consiste justamente num pequeno vaso, qualquer que seja sua forma, cilíndrica, esferoidal, cônica, mas com asas. Seu complemento indispensável é o pires, sem utilidade imediata, mas que empresta ao conjunto um certo cunho de distinção.

A forma da primeira xícara de porcelana surgida na Europa – porcelana de pasta mole, diga-se de passagem, pois foi a que ali se fabricou em primeiro lugar –, deve ter sido a cilíndrica, (caneca) semelhante ao *ænochoé* (vide figura 1) por ser essa forma mais simples e de modelagem mais fácil, mas quando o uso do café, do chá, do chocolate se vulgarizou, tiveram os ceramistas de criar formas e modelos de xícaras, de asas e de guarnições, dos mais variados estilos.

* * *

Ainda que não se possa afirmar com absoluta segurança, tudo leva a crer que os europeus só vieram a fabricar xícaras de porcelana no fim do século XVII, com o advento das manufaturas de Rouen e de Saint Cloud. Isso apesar de terem sido os primeiros ensaios de fabricação de porcelana na Europa realizados por Bernardo Buontalenti, pintor, escultor e ceramista a serviço do grão duque da Toscana, Francisco de Médicis, em seu laboratório no castelo de São Marcos, em Florença, o qual, por volta do ano de 1574, conseguiu fabricar uma porcelana de pasta mole, em cuja composição, segundo um velho manuscrito da época, entrava caulim de Vicenza.

Em relação a essa descoberta, Charles de Grollier faz referência a um catálogo de venda da coleção Piot, onde se afirma que as porcelanas de Florença e designadas pelo nome de Por-



Prancha nº 1. Conjunto de xícaras de porcelana russa, da fábrica de Gardner, em Moscou.
Vide descrição no texto

(Coleção Antônio de Avellar Fernandes).

celanas de Médicis, tinham sido feitas não por Buontalenti, mas sim por Piermaria, por volta de 1570.

Os autores, porém, em sua quase totalidade, têm Buontalenti como o verdadeiro descobridor da porcelana de pasta mole na Europa.

Entretanto, das 41 peças conhecidas no mundo, da porcelana de Médicis e cuja descrição detalhada nos é fornecida pelo referido Charles de Grollier, apenas uma — pertencente à coleção de M. H. Griffith, de Brighthon, na Inglaterra —, tem a forma de tigela. Cumpre, repetir, porém, que tigela não é xícara.

Todavia, ou por dificuldade de sua industrialização ou por haverem perdido a fórmula da composição da pasta, pois que, morto Francisco de Médicis sua fábrica se transportou para Pisa, a verdade é que em 1620 já não mais existia a manufatura criada por Buontalenti. E foi somente em Rouen, na França, no século XVII, que Edme Poterat, faiancieiro desde 1644, descobriu novamente um processo de fabricação de porcelana gênero porcelana da China, embora de pasta mole, obtendo o privilégio de poder fabricá-la em 1673. Surgiu então com essa descoberta a primeira porcelana mole francesa e que tão alto renome veio depois a obter, mundialmente, com o correr dos anos.

A pasta da porcelana fabricada por Poterat era branca esverdeada e seu esmalte também ligeiramente esverdeado; a decoração em azul escuro, de fogo alto, guardava o mesmo estilo das faianças rouanesas.

Como, porém, as primeiras porcelanas com decoração policrômica tivessem sido feitas em Saint Cloud, em 1677, Pierre Chicaneau, seu autor, é tido geralmente como sendo o descobridor da porcelana mole francesa.

A produção de sua manufatura só se tornou industrializada em 1693, e nessa época já as maravilhosas porcelanas chinesas tinham invadido todas as casas nobres e até mesmo as burguesas da Europa e a febre de fabricar porcelanas que a elas se assemelhassem, dominava todos os ceramistas, numa desabalada carreira para a conquista desse magnífico segredo que, supunham-lhes iria abrir as portas da fortuna.

Devo aqui abrir um parêntesis para realçar o valor de um serviço que os europeus devem aos portugueses: foram estes que introduziram no Velho Continente as porcelanas chinesas.

Desde o século XIII, no reinado de d. Diniz, já havia em Lisboa ricos estabelecimentos onde se vendiam porcelanas procedentes da China e do Japão, sendo daí exportadas para o resto da Europa.

E foi também um português, frei Gaspar da Cruz, quem descreveu, em 1569, o processo de que se utilizavam os chineses para a fabricação da porcelana.

Mas, apesar de haver ele desvendado esse mistério, o fato é que o segredo dessa fabricação continuou desconhecido por muitos anos ainda, na Europa, até que Ferchault de Réaumur divulgou a composição da pasta dessa preciosa louça.

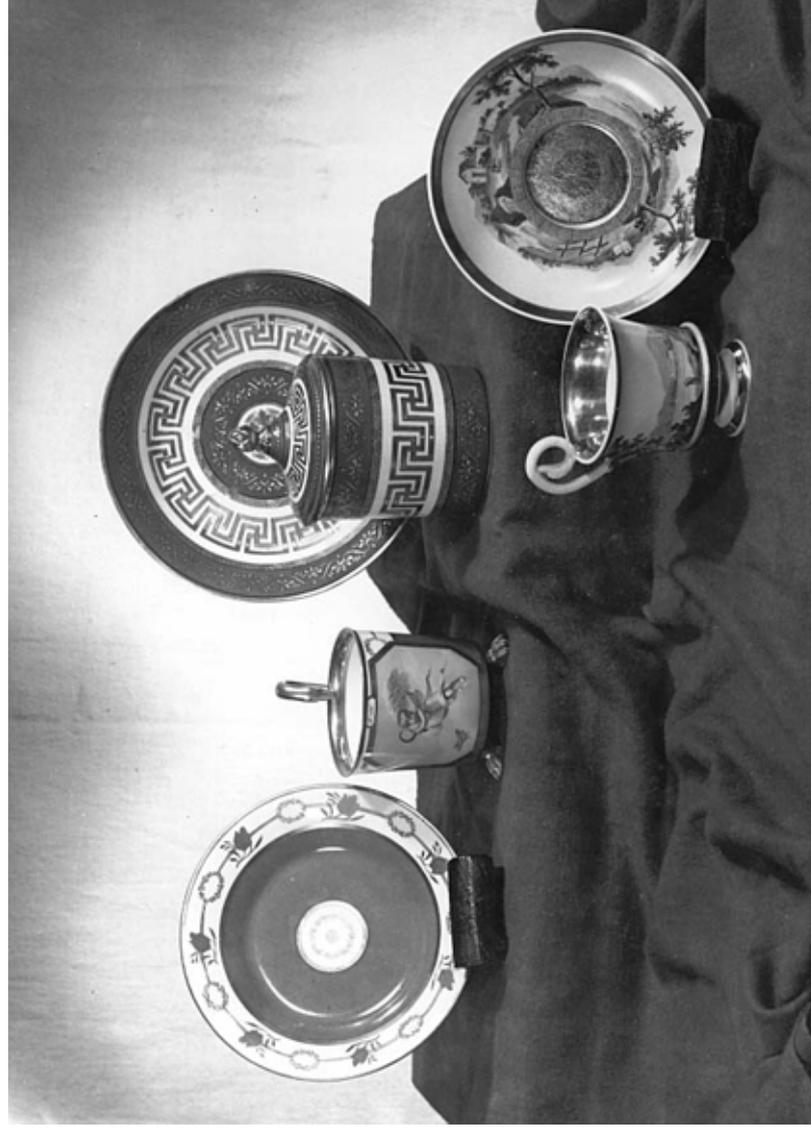
Eleito em 1708 membro da Academia de Ciências da França, Réaumur, leu perante ela, em assembléias públicas duas memórias sobre a porcelana, concluindo de suas pesquisas que sua pasta devia ser composta de uma substância fusível vitrificável, misturada em uma certa proporção com uma substância refratária. Esse ponto de vista era absolutamente justo.

Ora, foi exatamente nesse período, que João Frederico Botger, nascido em Schulz, na Thuringia, e servindo a Frederico Augusto II, eleitor da Saxônia, em seu laboratório instalado no castelo de Albrecht, em Meissen, descobriu em março de 1709, uma terra branca, proveniente de Aue, perto de Schneeberg, e que nada mais era senão o primeiro caulim a ser encontrado na Europa, o que lhe propiciou descobrir também o segredo da fabricação da porcelana de pasta dura, idêntica à dos chineses, sonho dourado, fim almejado e até então inatingido dos ceramistas europeus!

* * *

Já é tempo, portanto, de explicar aos leitores menos enfronhados na arte cerâmica o que vem a ser uma porcelana de pasta mole e uma de pasta dura. Antes de tudo, devemos dizer o que é uma porcelana, simplesmente.

Porcelana é uma cerâmica transparente, translúcida. Quando na composição de sua pasta os elementos preponderantes são o caulim e o feldspato, teremos uma porcelana dura e quando tal pasta for formada por elementos artificiais, tornados plásticos com



Prancha nº 2. Conjunto de xícaras da Manufatura Imperial de Viena. Vide descrição no texto. (Coleção Elza Frota)

o concurso de marnas, argilas, matérias silicosas e calcárias, teremos então uma porcelana mole, também chamada tenra ou branda. Tais nomes, porém, nenhuma relação têm com a dureza da porcelana.

A temperatura do cozimento é de 1300° a 1450° para as primeiras e de 800° para as segundas. Para as porcelanas muito ricas em caulim, como por exemplo, as de Sèvres, cumpre atingir 1500° a 1550°.

O que constitui a superioridade da pasta mole sobre a pasta dura, sob o ponto de vista artístico, é o polimento que ela comunica às cores, que parecem fazer um todo com o esmalte, nele se entranhando e que com ele se fundem.

Sob o ponto de vista industrial a porcelana dura é de muito mais fácil fabricação e menos dispendiosa, mas sua decoração, quase toda ao fogo de mufla, não tem a beleza que a pasta mole pode proporcionar.

Na composição da porcelana dura os elementos indispensáveis são: o caulim, o feldspato, o quartzo pulverizado e a argila. Essa composição é universalmente seguida pelos ceramistas. Daí não haver nenhum segredo na sua fabricação. A maior ou menor dosagem desses elementos influirá de modo decisivo na melhor ou pior qualidade da pasta.

O mesmo, porém, já não acontece com a porcelana mole, pois cada fabricante tinha sua fórmula, cada qual mais difícil e complicada.

Tomemos como exemplo a composição da pasta mole usada em Sèvres, segundo a fórmula descrita por Garnier: areia de Fontainebleau, salitre, sal marinho, soda de Alicante, alúmen, gesso ou aparas de alabastro.

Depois de misturar-se bem todas essas substâncias, eram então postas dentro de um forno de tijolos, onde formavam uma camada de um pé de espessura e no qual ficavam em cozimento pelo menos durante 50 horas; daí saíam em estado de *frita*, ou pasta vitrificável, perfeitamente branca. Essa *frita* depois de bem triturada era misturada com marna de Argenteuil na proporção de 9 libras para 3 libras de marna e a nova pasta surgida era amassada como se fosse para emplastro, em mós, durante perto de três semanas. Deixavam-na secar em gamelas, depois esmagavam-na por meio de cilindros e embebiam-na de água a fim de

formar balões e aos quais se dava plasticidade com sabão verde e água fervente. Tais operações, como é fácil de compreender, exigiam considerável cuidado, sendo além de tudo muito complicadas.

A preparação do verniz não era menos difícil e por isso, com o advento da pasta dura, aos poucos, a fabricação de pasta mole acabou por ser posta inteiramente de lado.

Sua procura, por isso mesmo, principalmente para as peças do século XVIII, hoje em dia, na Europa, é cada vez maior e os preços que atingem estão na proporção direta da sua crescente escassez.

* * *

Com esses esclarecimentos, verá desde logo quem se abalançe a colecionar xícaras, que as peças mais valiosas para uma coleção serão em primeiro lugar as pastas moles francesas, das fábricas de Saint Cloud (1677-1766); Menecy-Villeroy (1725-1800); Sceaux (1734-1773) e as dessa inigualável manufatura que foi a fábrica real de Vincennes, fundada em 1738 e transferida em 1756 para Sèvres e cuja fabricação de pasta mole foi abandonada definitivamente em 1800, razão pela qual seus exemplares são disputados no mundo a peso de ouro.

Entre as pastas moles inglesas procurará obter as famosas peças da fábrica Derby e Derby-Chelsea (1750-1784); as de Bow (1744-1776); as de Worcester, período dr. Wall (1751-1783).

Na Itália encontrará as de Capo di Monti (1736-1821); as de Doccia (1735-1757); as de Nove (1752-1802) e as de Veneza (1723-1765).

E dar-se-á por muito feliz e contente se puder encontrar em sua vida de colecionador uma pasta mole da fábrica de Haya (1775-1810) ou uma outra da fábrica de Zurich (1763-1768), não as confundindo, porém, com as porcelanas duras que essas fábricas também fizeram em maior escala.

Neste último terreno – pasta dura – seu campo de ação será vastíssimo e por assim dizer, ilimitado, pois o mundo inteiro depois da sua descoberta pôs-se a fabricar porcelana dessa pasta.

Sèvres, Meissen, Viena, são neste particular os pontos da maior altitude.



Prancha nº 3. Conjunto de xícaras das Manufaturas de Chantilly,
Oude-Loosdrecht e Limbach. Vide descrição no texto.
(Coleção António de Avelar Fernandes)

Mas quanto cuidado precisa ter o colecionador ao adquirir produtos atribuídos a essas manufaturas para não ser enganado por negociantes pouco escrupulosos ou ignorantes.

O conselho de De Mauri com relação a Sèvres e Meissen é positivo e precisa estar sempre em sua lembrança: “Quando se têm sob os olhos porcelanas destes dois lugares o amador deve imediatamente armar-se de desconfiança.”

É de salientar-se que as manufaturas de Sèvres e de Meissen costumavam vender *em branco* as peças consideradas como defeituosas e impróprias de serem decoradas pelos seus artistas. Tais peças, assinaladas por uma marca que significava haverem sido refugadas pelos produtores, foram decoradas alhures, por artistas desconhecidos e estranhos aos seus respectivos quadros, sendo hoje vendidas aos desconhecedores desse detalhe como se fossem produtos decorados na manufatura de onde provieram simplesmente *em branco*, isto é, sem decoração alguma.

E se tiver oportunidade de encontrar algumas xícaras cuidadosamente decoradas com cenas de personagens, flores, muito ricas em aplicações douradas, tendo como marca as letras A. R. entrelaçadas, não pense, um segundo sequer, que estará diante de uma peça de Meissen, do tempo do imperador Augusto, isto é, diante de um AUGUSTUS REX e que lhe é oferecida a preço bastante convidativo.

Não, leitor amigo! Uma peça AUGUSTUS REX legítima, além de ser difícilimo de encontrar-se – a não ser nos museus de certa importância e nas grandes coleções de fama mundial –, não lhe poderia ser oferecida no Brasil por preço irrisório, pois que valeria uma verdadeira fortuna e entre nós não haveria mercado para ela. As xícaras que lhe forem oferecidas como se fossem do tempo de Augustus Rex são de porcelana de Dresden, fabricadas e decoradas ou somente decoradas por Helena Wolfson e datam aproximadamente do ano de 1860 para cá.

Madame Wolfson usou e abusou dessa marca, ora em seus próprios produtos, ora em porcelanas compradas em branco a outras fábricas, algumas até de baixa qualidade, até que em 1880 o governo da Saxônia lhe moveu um processo a fim de que fosse impedida de continuar a usá-la. O resultado desse longo e dispendioso processo foi favorável à Manufatura Real, tendo esta

obtido uma ordem perpétua impossibilitando quem quer que fosse a fazer uso de tal marca.

Além do mais, as peças do tempo do imperador Augusto são todas de decoração com motivos chineses, sendo geralmente de maior vulto, tais como vasos, ânforas, não se conhecendo xícaras dessa época.

Por nosso lado achamos que o conselho de De Mauri deve ser estendido às porcelanas da manufatura imperial de Viena (1718-1864), pois certas fábricas alemãs fartaram-se de imitar as marcas daquela célebre manufatura.

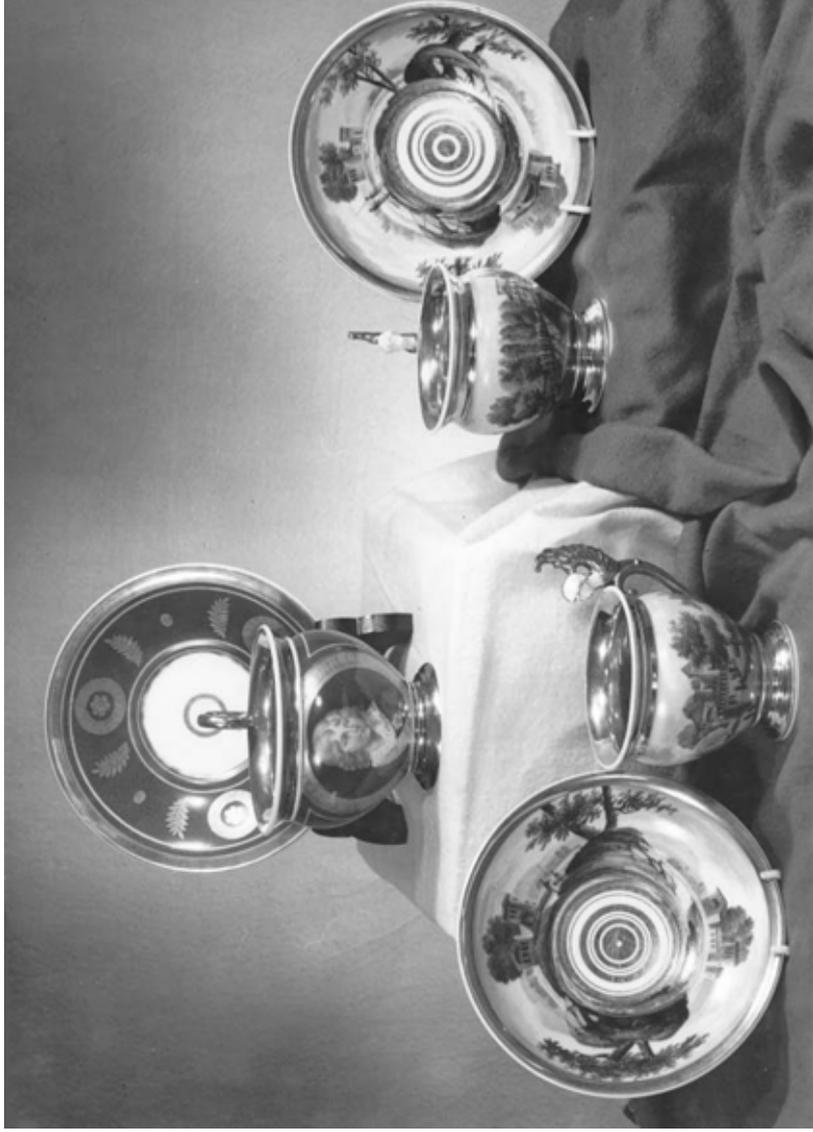
Entre as fábricas alemãs do século XVIII cumpre assinalar as de Hoscht (1750-1794); Berlim, período Wegely (1752-1757); Furstenberg (1753 a nossos dias); Frankental (1755-1799), Nyphenbourg (1753 a nossos dias); Kelsterbach (1761-1768); Fulda (1764-1790) e Limbach (1760-1797).

Das manufaturas que continuaram a fabricação até nossos dias, como as de Furstenberg, Nyphenbourg e Berlim só interessam as peças do século XVIII ou até o primeiro quartel do século XIX.

Na França há muito que escolher. Em Paris excetuadas as fábricas de François Barbin (rue de Charonne, 1734-1748) e de Marie Moreau (rue de la Ville – l'Éveque, 1711-1766) que eram de pasta mole, todas as demais manufaturas, em número superior a 30 eram de pasta dura e isso sem contar os ateliês de decoração pertencentes aos *chambrelains* cujo número, segundo Grollier, era mais ou menos idêntico e que se limitavam a decorar porcelanas de pasta dura.

Forçoso, porém, é destacar naquela cidade as manufaturas do conde d'Artois (1781-1827), do duque d'Angloulême (1771-1829) da rue de Charonne (1795-1825), da rue de Clignancourt (1771-1798), da rue de Crussol (1789-1807), de Honoré e Dagoty (1785-1819), de Locré, (rue de Fontaine-au-Roy, 1771-1841), de Nast (1783-1817), da rue de Pont-au-Choux (1784-1786) e da rue Thiroux, também conhecida como Porcelaine à la Reine (1775-1816).

Sem sair da França teremos ainda as peças de Niderviller (1765-1827), notáveis pela translucidez da sua pasta, de Strasburgo (1721-1754), ambas na Alsácia e as de Valenciennes



Prancha nº 4. Conjunto de xícaras estilo “Empire”, de porcelana não identificada, provavelmente francesa. Vide descrição no texto (Coleção Sebastião Ribeiro Loures).

(1785-1795). Exemplos dessas manufaturas serão sempre dignos de figurar em qualquer coleção. É só saber escolhê-los.

Na Holanda haverá pouco que respigar, mas os holandeses seguiram a velha máxima romana: “*Pauca, sed bona.*” Amstel (1785-1800), Haya (1775), Oude-Loosdrecht (1771-1785), e Weesp (1764-1771) são fábricas cujos produtos gozam na Europa, entre os amadores de porcelanas, do mais alto conceito.

As porcelanas duras italianas do século XVIII limitavam-se a duas fábricas: a de Doccia – 1757 – que anteriormente (1735-1757) fabricava porcelana de pasta mole e a de Vinovo, perto de Turim (1770-1780).

Os ingleses praticamente quase que não fabricavam porcelana dura. No século supra citado apenas as manufaturas de Bristol e de Worcester, esta última posteriormente à morte do dr. Wall (no período de Cookworthy em diante) usavam tal pasta em seus produtos. Todas as demais manufaturas só usavam a pasta mole, com fórmula diferente da pasta mole francesa, motivo pelo qual sua pasta ficou sendo conhecida como *pasta mole inglesa*, ou *porcelana natural*, em cuja composição predominam os fosfatos de cálcio associados ao feldspato. Em contraposição, a pasta mole francesa era chamada de *porcelana artificial*, pois que era isenta de feldspato.

A produção inglesa do século XIX é quase toda de natureza puramente comercial, e o campo que oferece aos colecionadores para encontrar peças de real valor artístico é muito limitado.

* * *

Já mostramos que os chineses não usavam xícaras, mas por intermédio das várias companhias das Índias, aceitavam encomendas que os ocidentais lhes faziam, ora seguindo à risca os modelos que lhes eram enviados, ora introduzindo-lhes modificações ao gosto próprio, principalmente no tocante à decoração, campo em que o poder da simbologia chinesa lhes oferecia ótima oportunidade para darem mostras de suas qualidades artísticas.

Eram eles caprichosíssimos na execução dessas encomendas. Conta Ricardo do Espírito Santo Silva que “uma simples xícara passava pelas mãos de setenta artífices antes de completar a perfeição”.

Tal porcelana é conhecida pelo nome de “Louça da Cia. das Índias”, embora toda ela de procedência chinesa, e esse nome, hoje em dia, já vai sendo substituído por esse outro: “Louça chinesa ao gosto europeu”.

Algumas dessas peças poderão ser do século XVII, quase todas, porém do século XVIII e também, em menor escala, do 1º quartel do século XIX, sendo de notar que a última Companhia das Índias extinguiu-se por volta do ano de 1835.

E eram todas elas de porcelana dura, pois esta era a única porcelana que os chineses fabricavam e talvez conhecessem.

As xícaras de fabricação tipicamente chinesa, isto é, com decoração ao gosto próprio – excluídas portanto, as da Companhia das Índias –, são do século XIX e nelas será difícil encontrar algum exemplar que não tenha sido fabricado com fim exclusivamente comercial.

Entre as tigelas e bols do séculos XVII e XVIII sim, será sempre possível encontrar exemplares de grande valor.

* * *

Outro elemento que tem de ser levado em linha de conta para a distinção das peças antigas das modernas é o estilo. Precisa, assim, o colecionador não só conhecê-los, mas principalmente saber ao certo a época em que foram criados.

Pode dar-se o fato de uma peça ser moderna, mas de estilo antigo. Mas não poderá ser antiga se seu estilo for moderno. Exemplifiquemos: o estilo “Empire” – vide prancha nº 4 –, foi criado nos primeiros anos do século XIX, com o advento da era napoleônica. Assim, se uma xícara desse estilo, atribuída, digamos a Sèvres, tiver marca correspondente a meados do século XVIII, teremos diante de nós, sem contestação possível, ou uma peça falsa ou uma peça na qual puseram uma marca falsa.

Da mesma forma se uma xícara de Sèvres, com marca, digamos, de 1760, tiver decoração com motivos imitando pedras preciosas (pérolas, rubis, esmeraldas) estaremos diante de uma peça falsa ou sobredecorada posteriormente, pois que foi somente em 1783 que Cotteau, artista daquela manufatura, criou tal gênero de decoração.

As xícaras de forma poligonal, de bordas alargadas, asas em formato de ponta, cujo estilo é conhecido pelo nome de “Restauração”, por ter sido criado durante o período da restauração do trono francês, terão de ser, na melhor das hipóteses, do princípio do 2º quartel do século XIX. Poderão, é claro, ser de época posterior, mas anterior, nunca.

As formas, pois, indicarão muitas vezes a época da criação do modelo, isto é, do estilo ou a época da produção.

Do mesmo modo que os estilos, os ornatos são também outros tantos guias seguros do colecionador na procura das peças e cumpre examiná-los com bastante atenção, tendo em vista principalmente a tonalidade das cores, a qualidade das tintas, sua espessura, se sua fixação foi feita a fogo alto ou ao fogo de mufla, se pintadas a mão ou por decalque, ou ainda por impressão.

A decoração a fogo alto é a que se obtém ao mesmo tempo em que a pasta é cozida a fogo morno, e as cores que a compõem, para adquirir seu brilho, terão de suportar a mesma temperatura que dá à pasta sua transparência e à coberta seu polimento (1300° a 1450°).

As tintas para suportarem tão alta temperatura precisam ter o grande poder infusível e por essa razão são muito poucas. Apenas o azul de cobalto, o verde de cromo, o pardo dos cromatos de ferro, o amarelo de magnésio e o negro de urânio têm possibilidades de suportar tal temperatura.

A decoração a fogo de mufla é a que se aplica sobre peças já transformadas pelo cozimento em porcelana. A temperatura necessária para fixá-la raramente ultrapassa o ponto de fusão da pasta (935°).

A decoração por meio de decalque mostra que a peça assim decorada não tem nenhum valor artístico, sendo meramente comercial. Além disso, tal gênero de decoração é moderno, datando de meados do século XIX.

A decoração por meio de impressão é bem antiga. Foi Robert Hancock, um inglês, gravador na fábrica de Worcester, que inventou, em 1756, o processo de impressão sobre a porcelana. Embora seu valor artístico seja relativo, as peças do século XVIII, reproduzindo cenas e costumes da época são muito procuradas na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Não terminaremos essas notas sem antes fazer uma advertência a todos aqueles que se disponham a iniciar uma coleção de xícaras.

Sem o conhecimento das marcas, das pastas, dos ornatos, das tintas, da diferença entre a decoração de fogo alto da de fogo de mufla, sem saber distinguir uma pintura à mão de um decalque ou de uma impressão, estarão sempre sujeitos a serem iludidos e a pagar preços elevados por peças destituídas do mais ligeiro valor artístico.

Antônio de Avellar Fernandes.

Notas explicativas sobre as xícaras que ilustram
este trabalho e sobre as manufaturas
de onde provieram

Prancha nº 1. Xícaras de porcelana russa, pasta dura, da fábrica de Gardner, em Moscou.

Ao centro xícara para caldo, com tampa, com decoração policrômica, ao fogo de mufla. Cena representando o porto de Riga na época do “Diretório”.

Aos lados, xícaras para chocolate, decoradas com cenas campestres, policrômicas, ao fogo de mufla. Os pires e os fundos das xícaras, com larga barra em azul de cobalto, de fogo alto, com aplicações de ouro ao fogo de mufla.

Os exemplares constantes dessa prancha têm as marcas assinaladas na figura 8, sendo a que corresponde ao nome de Gardner, em russo, incisa na pasta, e o G. em azul sob a coberta.

Época: 1787-1795.

Nota sobre a manufatura:

Moscou. Rússia. (Pasta dura.)

Um inglês chamado Gardner fundou em 1780, segundo Jeannick, ou em 1787, segundo Auscher, uma fábrica de porcelana dura em Moscou.



Prancha nº 7. Xícara de porcelana de Baranówka. Polónia. Vide descrição no texto.
(Coleção António de Alvelar Fernandes).



Prancha nº 5. Conjunto de xícaras da Manufatura Imperial de Viena. Vide descrição no texto. (Coleção António de Avellar Fernandes).

Sua fabricação consistia em peças de serviço, geralmente marcadas com seu nome em caracteres russos.

Seus produtos são da mais alta qualidade e apreciadíssimos, sobretudo na Inglaterra e isso devido à nacionalidade inglesa de Gardner.

A manufatura extinguiu-se em 1795.

* * *

Prancha nº 2. Xícaras de porcelana austríaca, pasta dura, da Manufatura Imperial de Viena.

À esquerda, xícara para chocolate, de pés de garra, tendo em reserva de fundo branco, poligonal, figura representando o verão, em sépia. Inscrição: “L’été.” Fundo em esmalte azul e borda branca com aplicações de ouro no branco, na xícara e no pires. Decoração ao fogo de mufla. Datada a xícara do ano de 1815 e o pires de 1812. Trata-se de detalhe que prova a autenticidade da peça, pois era muito comum, em Viena, como também em Sèvres, servirem-se os artistas de peças fabricadas em épocas diferentes, na ocasião de serem decoradas.

Assim, por exemplo, decorava-se em 1800, com a mesma decoração, uma xícara desse ano e um pires fabricado em 1798, pois que ambos eram retirados dos estoques existentes na manufatura.

À direita, em cima, xícara para caldo, com tampa. Decoração azul e branco com aplicações de ouro em relevo, ao fogo de mufla. Datada do ano de 1800.

Embaixo, xícara para chocolate, estilo “Empire”. Decoração com paisagens campestres, policrômicas, ao fogo de murta, na xícara e no pires. Datada de 1820.

* * *

Nota sobre a manufatura:

VIENA. Áustria. Pasta dura. (Manufatura Imperial).

Foi Viena a segunda cidade da Europa a produzir porcelana de pasta dura (1718). A primeira foi Meissen em 1709.

Cláudio Inocêncio du Paquier, holandês de nascimento, com o concurso de dois trãsfugas de Meissen, os arcanistas Stolzel e Hunger, conseguiu produzir porcelana à base de caulim. Sua produção inicial imitava as porcelanas de Meissen e da China. Devido a pouca prosperidade da manufatura, Maria Teresa tomou-a sob sua proteção em 1744.

A produção da manufatura de Viena pode ser dividida em 4 períodos.

1º período – de 1718 a 1744: justamente aquele em que foi dirigido pelo seu fundador, chama-se o período da manufatura privada.

2º período – de 1744 a 1784: também chamado o período do “Rococó”, ou da “manufatura imperial”.

Dirigiram-na nessa ocasião Karl Maierhofer von Grunbühel (até 1758), Joseph Wolf von Rasenfeld (até 1774), e o conselheiro áulico de Kessler (até 1784).

3º período – de 1784 a 1805: o chamado “período áureo”.

Foi seu diretor o barão Sorgenthal, o qual, graças ao concurso do químico Leithner, estabeleceu uma palheta completa de cores e os meios de dourar e platinar em relevo, cobrindo-se as porcelanas, e, principalmente as peças de serviços de mesa, de café e de sobremesa, de pinturas extremamente finas, bem cuidadas e de uma grande riqueza.

Os motivos decorativos são cópias de quadros de Watteau, de Lancret, Boucher, tornando-se depois bastante acadêmicas.

4º período – de 1805 a 1864: período da decadência e fechamento.

Com a morte do barão Sorgenthal, em 1805, Niedermayer foi nomeado diretor da Manufatura Imperial. Com sua ascensão os processos não se modificaram, mas ao lado das cópias que haviam sido o grande êxito dessa fábrica, encontram-se os ornatos no estilo “Empire”, também conhecido como “Egípcio”.

A Niedermayer sucedeu o conselheiro governamental Benjamin Scholz, em 1827, e morto este, em 1834, teve como sucessor o químico e naturalista Baumgartner, o qual, desconhecendo por completo a missão artística que havia sido chamado a cumprir, fez baixar de modo considerável o nível do estabelecimento que em tão má hora lhe fora entregue para dirigir.



Prancha nº 6. Conjunto de xícaras da Manufatura de Derby (Inglaterra). Vide descrição no texto (Coleção Eldino da Fonseca Brancante).

O barão Leithner, provavelmente filho ou neto do químico do mesmo nome, colaborador de Sorgenthal, foi chamado a ocupar a direção da manufatura em 1844, substituindo Baumgartner, e nela permaneceu até 1856, quando foi substituído por Alexandre Lowe. Este, apesar do auxílio que lhe foi prestado pelo arcanista Hosch, um químico distintíssimo e pelo arquiteto e decorador Antônio Groner, viu o Parlamento austríaco votar em 1864 o fechamento da manufatura.

E com isso encerrou-se o ciclo da fabricação de uma das mais importantes manufaturas de porcelana do mundo.

Nota importante. As peças fabricadas pela Manufatura Imperial de Viena, a partir do ano de 1783, têm a data de fabricação incisa na pasta, em baixo relevo, sendo os dois últimos algarismos do ano para as peças do século XVIII e os três últimos para as peças do século XIX. Assim, 88, significa que a peça é do ano de 1788 e 826 significa que é do ano de 1826.

Com o fechamento da manufatura em 1864, foi lançada à venda pública uma grande quantidade de peças de porcelana em branco, sem decoração, de formas antigas e que antes de ser posta à venda, já tinha sido marcada com a colméia azul, usada pela manufatura em seus produtos.

Ditas peças vieram a ser decoradas posteriormente com pinturas à maneira antiga e foram postas no comércio como sendo genuínos produtos da Manufatura Imperial.

Diante da autenticidade da marca e da identidade do material, torna-se difícil a descoberta da falsificação. O único meio para fazê-lo é comparar o estilo ornamental da peça com a data incisa na pasta, relativamente mais recente.

A não coincidência do estilo com a data será prova indubitável da falsidade.

* * *

Prancha nº 3. À esquerda, caneca de porcelana holandesa, pasta dura, da fábrica do pastor protestante, dr. Moll – (Oude-Loosdrecht). Decorada com paisagens campestres, policrômicas, com pássaros em destaque, ao fogo de mufla.

Tem a marca de um sol inciso na pasta, idêntica à da figura 7.

Época: 1771-1800.

Em cima, caneca de porcelana francesa, pasta dura, da fábrica de Pigory, em Chantilly. Decorada com borboletas multicores, em fundo branco. Borda larga de ouro brilhante e sobre o ouro insetos em suas cores naturais. Decoração ao fogo de mufla.

Tem marca idêntica à da figura 6, em azul, sob a coberta.

Época: 1803-1812.

Embaixo, à direita, caneca de porcelana alemã, pasta dura, da fábrica de Gothelf Greiner, em Limbach. Decorada com framboesas avermelhadas, folhas verdes em esmalte, flores em branco e amarelo sob fundo preto camurça, com ramos dourados. Decoração ao fogo de mufla.

Tem marca de um L em azul – vide figura 6 – e um H inciso na pasta, no pires, sendo que a caneca não tem marca.

Época: 1760-1796.

Notas sobre as manufaturas acima mencionadas:

OUDE-LOOSDRECHT. AMSTEL. Holanda. Pasta dura.

O pastor protestante dr. Moll, que havia adquirido o material da fábrica Weesp, estabeleceu-se em 1771, em Oude-Loosdrecht, localidade situada entre Utrecht e Amsterdã, com uma manufatura de porcelana dura, havendo-a transferido em 1775 para Amstel, ou Oude-Amstel, localidade situada perto de Amsterdã, à margem do rio Amstel.

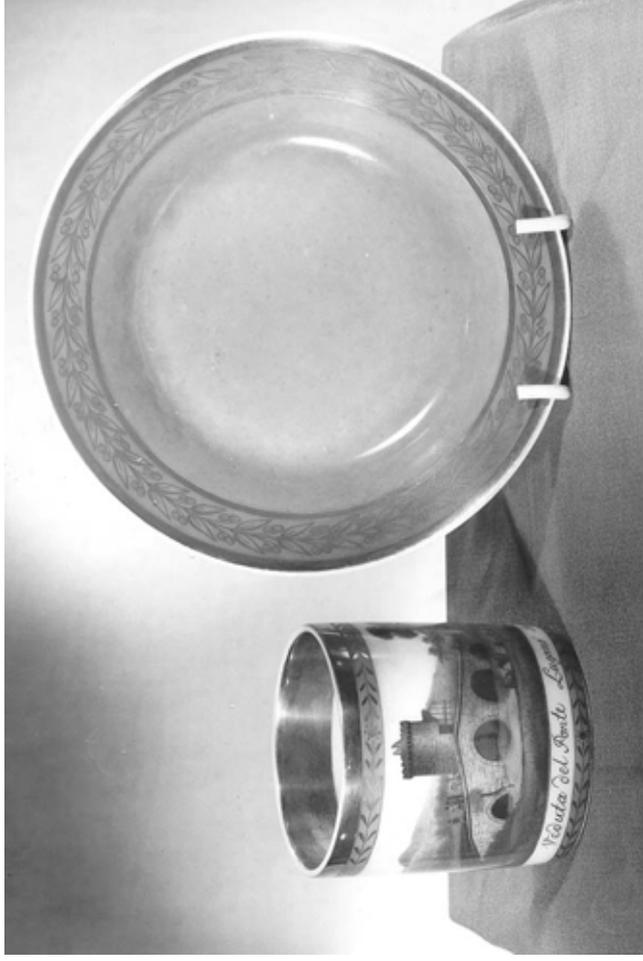
Após a morte do dr. Moll, em 1782, seus associados, Dedel, Gysbz, Rendrop e van der Hoop lhe sucederam e entregaram a direção da manufatura ao alemão Daeuber, que nesse posto se conservou até 1789.

A manufatura extinguiu-se em 1800.

CHANTILLY. Oise. França. (Pasta dura).

A manufatura da rue de la Maéchine, que fabricava porcelana de pasta mole, fundada em 1725 por Louis Henri de Bourbon, príncipe de Condé, extinguiu-se em 1800.

Sobre as ruínas desse estabelecimento surgiram várias pequenas manufaturas de porcelana dura, sendo a principal delas a



Prancha nº 7. Caneca de porcelana polonesa, da fábrica de Mezer, em Baranówka. Vide descrição no texto (Coleção António de Avellar Fernandes).

de Pigory, prefeito da cidade, o qual, condoído com a situação dos operários desempregados e querendo dar-lhes trabalho, estabeleceu-se na place de l'Hospice, em 1803.

Como não tivesse sido feliz nessa exploração, tratou de vender a manufatura a Jacques Louis Chalot, em 1812.

Em 1816 o filho de Chalot associou-se a P. L. Toussaint-Bougon, e em 1846 a Michel F. Aron.

LIMBACH. Saxe-Meinigen. Alemanha. (Pasta dura).

Gothelf Greiner, considerado o pai da porcelana da Turingia, auxiliado por Macheleid, fundou em 1760, em Limbach, uma manufatura de porcelana dura, colocando-a em 1762 sob a proteção do duque Antônio Ulrich.

O estabelecimento prosperou logo, tornando-se insuficiente para dar vazão ao consumo, pelo que fundou ele em 1762, uma outra manufatura em Grossbreitenbach. Depois adquiriu nesse mesmo ano a manufatura de Wallendorf, a de Kloster-Veilsdorf em 1765, a de Ruldostadt em 1770, tendo ainda arrendado a manufatura de Ilmenau em 1776.

Segundo Cox a primeira marca foi L. B. ou então dois L cruzados tendo uma estrela abaixo e parecendo levemente com a marca de Marcolini, de Meissen.

A marca LB é em púrpura, em cor de ferro em brasa, ou então em preto; os L num tom meio lustroso que se apresenta principalmente nas peças azuis e brancas.

Depois de certos embaraços acerca das marcas, um trevo foi adotado em 1797, para todas as manufaturas de Greiner.

Jacquémart afirma que a marca é um L ou cinco pequenas luas em forma de crescente encimadas por uma cruz – vide figura 4 e que lhe atribuem também dois L cruzados, mas sob forma diversa da letra de imprensa (vide mesma figura).

Garnier confirma Jacquémart, dizendo que as porcelanas de Limbach são marcadas de um L e algumas vezes cinco pequenos círculos encimados por uma cruz.

Chaffers diz que as marcas são um simples ou um duplo L, mas que parece haver certa confusão nessa atribuição. E diz que Mr. H. E. B. Harrison tem uma caneca e pires marcados com um

L em azul, sendo que o pires tem também um H inciso na pasta e a caneca um X.

Pensamos que a razão da letra H incisa na pasta provém naturalmente do fato que Greiner era associado de Hamman, em Wallendorf.

* * *

Prancha nº 4. Xícaras de porcelana de fábrica não identificada, provavelmente francesa, de pasta dura.

Ao alto xícara para caldo, estilo “Empire”, decorada em fundo vermelho tijolo com aplicações de ouro brilhante e fosco, tendo na frente, em medalhão, miniatura colorida representando o duque de Reischtag, filho de Napoleão Bonaparte, ao fogo de mufla.

Época: 1816-1825.

Embaixo par de xícaras para caldo ou para chocolate, estilo “Empire”, com paisagens campestres, policrômicas, ao fogo de mufla. Asas com cabeças brancas esmaltadas.

Época: 1800-1825.

* * *

Prancha nº 5. Xícaras de porcelana austríaca, pasta dura, da manufatura imperial de Viena.

À esquerda caneca e pires com decoração policrômica, ao fogo de mufla, com pequenos medalhões com cabeças de mulher, sobre fundo amarelo. Aplicações de ouro em relevo. Datada do ano de 1826 e com marca idêntica à da figura 12 à esquerda.

Em cima, à direita, caneca com cena policrômica, representando centurião romano dando veneno a beber a uma Vestal. Pires decorado com cisnes brancos sobre fundo azul e flores sobre fundo verde cinza. Aplicações de ouro em relevo. Datada do ano de 1826 e com marca idêntica à da figura 12, à direita.

Em baixo, caneca e pires decorados com medalhões representando personagens da Grécia antiga, em “grisaille”, sobre fundo rosa, ao fogo de mufla e azul de cobalto, de fogo alto. Aplicações de ouro ao fogo de mufla. Datada do ano de 1788 e com marca idêntica à da figura 12 embaixo.

Todas as três marcas acima descritas são em azul sob a coberta.

* * *

Prancha nº 6. Xícaras de porcelana inglesa, pasta mole, da fábrica de Derby.

À esquerda, xícara para chá, decorada com flores policrômicas em medalhão branco e fundo vermelho telha com aplicações de ouro.

O exemplar tem a marca constante da figura 9, em vermelho, sob a coberta e correspondente ao período de Bloor. 1811-1848.

Ao centro, xícara para chocolate, com decoração em azul de fogo alto e aplicações de ouro sobre o branco da porcelana, ao fogo de mufla.

Conhecemos decoração idêntica em peça de porcelana da Cia. das Índias.

O exemplar tem a marca constante da figura 10 e corresponde ao período de Duesbury. 1784-1810.

À direita, xícara para chá, decorada com paisagem policrômica em medalhão branco e aplicações de ouro sobre fundo branco. Gênero de paisagens muito usado na fábrica Derby e semelhante às encontradas em um serviço atribuído a d. João VI.

O exemplar tem a marca constante da figura 11 e corresponde ao período de Bloor e talvez mesmo ao período de Duesbury.

Na xícara além da marca encontra-se a inscrição: “In Italy” e no pires a inscrição: “In Germany”.

Nota sobre a manufatura:

DERBY. Inglaterra. (Pasta mole inglesa).

A fábrica de Derby foi fundada por Duesbury em 1750. Em 1769 adquiriu ele a fábrica de Chelsea e em 1773 obteve licença para colocar sua manufatura sob a proteção real.

Passou-se então a sobrepor às marcas a coroa real e daí os produtos dessa época serem também conhecidos como Crown Derby.

Duesbury dirigiu os dois estabelecimentos até 1779, segundo Grollier e até 1784, segundo Auscher.

Depois de sua morte, em 1786, seu filho William lhe sucedeu.

A fábrica passou em 1815 à propriedade de Robert Bloor e tendo este morrido em 1846, Thomaz Clark, casado com uma de suas netas foi obrigado a vendê-la em 1849 a Samuel Boyle, o qual por sua vez, logo depois a vendeu a Copeland and Sons.

* * *

Prancha nº 7. Caneca de porcelana polonesa, pasta dura, da Fábrica de Mezer, em Baranówka. Decorada com vista de Roma, policrômica, em quadro branco emoldurado de ouro fosco e brilhante. Fundo azul. A caneca tem ainda a inscrição: “Veduta del Ponte Lugano. Roma”.

Apresentada em suas cores naturais.

O exemplar tem a marca em bistre: – Baranówka.

Época: 1803-1817.

Nota sobre a manufatura:

Em Baranówka, cidade da província de Volkynia, na Polônia, ao tempo sob a ocupação russa, Mezer estabeleceu em 1803 uma manufatura de porcelana de pasta dura, a qual durou até 1817.

Bibliografia

- AUSCHER, E. S. *Comment Réconnaître les Porcelaines et les Faiences.*
CHAFFERS, William. *Marks and Mortograms on european and oriental pottery and porcelain.*
COX, Warrert E. *The Book of Pottery and Porcelain.*
GARNIER, Edouard. “Histoire de la Céramique.”
GROLLIER, Charles. *Manuel de l'Amateur de Porcelaines.* (Manufactures Françaises).
GROLLIER, Charles. *Manuel de l'Amateur de Porcelaines.* (Manufactures européennes. France exceptée).
HONEY, W. B. *German Porcelain.*
HONEY, W. B. *Old English Porcelain.*
JACQUEMART, Albert. *Histoire de la Céramique.*
JACQUEMART, Albert. *Les Merveilles de la Céramique.*
JAENNICKE, Friedrich. *Gundriss der Keramick.*
L. DE MAURI. *L. Amatore di Maioliche e Porcellane.*
LOPEZ, M. Garcia. *Manual completo de cerâmica.*
QUEIROZ, José. *Cerâmica Portuguesa.*
RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA. Excerto do seu livro em preparação – *Porcelana chinesa ao gosto europeu*, publicado em “Arte de ontem e de hoje” Lisboa, 1948.
ROUVÊYRE, Edouard. *Analyse et Compréhertsiort des Œuvres d'Art.*

BRASÕES DA ARISTOCRACIA GOITACÁ

Brasões da aristocracia goitacá

Escudo do 1º barão da Abadia

Armas plenas dos Mirandas que são de ouro, com aspa de vermelho, acompanhadas de quatro flores-de-lis de verde. Coroa de barão. Diferença: uma brica de ouro com uma banda verde. Timbre: uma flor-de-lis verde ladeada de seis plumas de ouro, três a cada parte.

MIRANDA

Damitade de Miranda
Algum dia Alcaide-mor.
Foi esse, progenitor
Da família veneranda
Dos Mirandas sem temor.

(Das quintilhas de Portugal. Códice heráldico atribuído ao bispo de Malaca d. João Ribeiro Gaia).

Tenente-coronel Gregório Francisco de Miranda, filho do sargento-mor de igual nome. Nasceu em Campos aos 27 de outubro de 1794 e faleceu em 20 de fevereiro de 1850. Casou em 1814 com d. Maria Isabel de Aguiar Cardoso Gusmão, filha do desembargador Manuel Carlos de Gusmão e de Ana Rosa de Aguiar Cardoso que nascera em 1796 e falecera em 22 de janeiro de 1870.

Escudo do 1º visconde de Araruama

Esquartelado: no 1º quartel em campo de goles um castelo com sua muralha e torre e firmados em chefe, quatro escudetes;



D. Maria Antônia Carvalho de Miranda, casada com o filho do visconde de Abadia, cônsul João Gregório Francisco de Miranda.

no primeiro, em campo azul, uma flor-de-lis de prata e bordadura de ouro; no 2º e 4º, de azul, cinco e besantes de prata, postos em santor, e ao 3º campo azul, uma aspa de goles, no 2º quartel, as armas dos Carneiros em campo vermelho, uma banda de azul coticada de ouro e carregada de três flores-de-lis do mesmo metal, entre dois carneiros de prata passantes, armados de ouro; no 3º

quartel, as armas dos Silvas, em campo de prata, um leão de goles, rompente armado de azul; no 4º, as armas dos FONSECAS em campo de ouro, cinco estrelas vermelhas, com cinco raios. Timbre: um dos carneiros das armas.

CARNEIRO

“Dos que o Porto tomaram
Aos Mouros foi um montão
Ali teve geração
Que o seu nome mudaram
Em Carneiros que hoje são (Id.)

SILVAS

“Essa ilustre e fatal
A quinta da Silva má
Que perto de Braga está
A Espanha e Portugal
Catorze títulos dá”.

FONSECAS

“Gonçalo Viegas Forte
Lá em Fonseca morou;
Em Gonçalves gerou
Teve esse nome de sorte
Que a seus vindouros ficou”. (idem)

Filho do capitão Manuel Carneiro da Silva e de d. Ana Francisco Velasco, filha do mestre-de-campo João José de Barcelos Coutinho e de d. Antônia Velasco. Nasceu em Quissamã em 21 de maio de 1788 e faleceu em 3 de maio de 1864. Era casado com d. Francisca Antônia Ribeiro de Castro, filha dos barões de Santa Rita, Manuel Antônio Ribeiro de Castro e d. Ana Francisca Pinheiro. Os seus filhos: *conde de Araruama*, *visconde de Quissamã*, *barão de Monte Cedro* e *barão de Ururai*, usavam o mesmo brasão e timbre.

Conde de Araruama

Bento Carneiro da Silva nasceu em Quissamã em 11 de setembro de 1826. Esposou d. Raquel Francisca Neto Carneiro, filha do barão e viscondessa de Muriaé, Manuel Pinto Neto da Cruz e d. Raquel de Castro Neto da Cruz.

Visconde de Quissamã

José Caetano Carneiro da Silva nasceu em Quissamã em 17 de agosto de 1836 e casou com d. Ana Francisca de Castro.

Barão de Monte Cedro

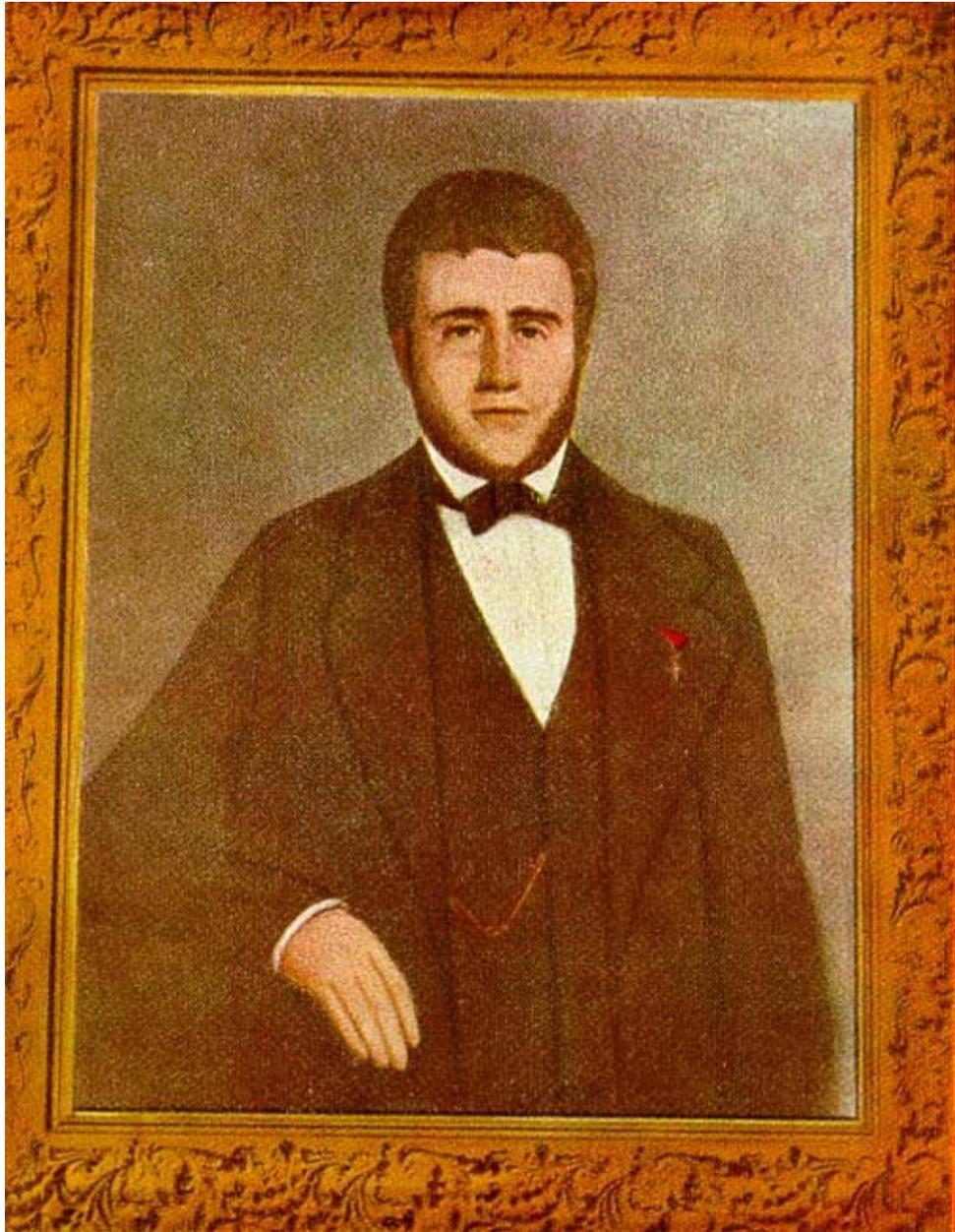
João José Carneiro da Silva nasceu em Macaé aos 16 de outubro de 1839 e faleceu em 1 de outubro de 1882. Casou em 21 de julho de 1864 com d. Ana Francisca de Castro filha do comendador Julião Ribeiro de Castro, que faleceu com 18 anos de idade em 6 de março de 1865. Contraiu segundas núpcias em 19 de abril de 1866 com d. Francisca Antônia de Castro, irmã da primeira esposa.

Visconde de Ururá

Manuel Carneiro da Silva, nasceu em Quissamã em 19 de abril de 1833 e ali faleceu em 18 de setembro de 1917. Era casado com d. Ana Loreto Viana Lima Carneiro, filha dos duques de Caxias. Ela nascera no Rio em 24 de junho de 1836 e falecera na madrugada de 22 de setembro de 1884.

Escudo do 1º barão de Carapebus

Esquartelado: no 1º quartel as armas dos Pintos – em campo de prata, cinco crescentes de lua vermelhos postos em aspa; no 2º as dos Netos – campo partido em pala, vermelho e azul e sobre tudo um leão de ouro rompente, armado de prata e uma bordadura de ouro com quatro flores-de-lis de azul e quatro folhas de figueira ao natural; assim os contrários.



Gregório Francisco de Miranda, barão de Abadia, filho do sargento-mor de igual nome.

Timbre: o leão das armas com uma folha de figueira ao natural, na testa.

PINTOS

“Veio D. Egas de Gondar
Para riba de Bastança
Onde os da sua herança
Do seu nome singular
Em Pintos fazem mudança” (idem)

NETOS

“De Penagurão na terra
Dos Netos donde se vêem
Os que de Portugal encerra
e os de Castela também” (idem)

Dr. Joaquim Pinto Neto dos Reis era filho do guarda-mor Bernardo Pinto Neto da Silva e de Ana Maria Pinheiro. Casou em 30 de abril de 1828 com d. Ana Maria Neto dos Reis e faleceu em Niterói em 17 de março de 1867. A sua esposa deixou de existir em 7 de outubro de 1867. O seu filho conde de Carapebus tinha o mesmo escudo.

Conde de Carapebus

Dr. Antônio Dias Coelho Neto dos Reis nasceu em Campos a 4 de setembro de 1829 e faleceu em Paris a 9 de novembro de 1896. Em 1 de agosto de 1854, casou com d. Francisca Jacinta Nogueira da Gama, filha do conde de Baependi, nascida em 12 de setembro de 1835 e falecida em 7 de novembro de 1899.

Escudo do barão de Guarulhos

Esquartelado: no 1º quartel as armas dos Moraes que são o escudo partido em pala; na primeira em campo vermelho, uma torre de prata lavrada de preto, coberta de ouro, saindo de um rio de água, e uma bandeira de prata no remate, na segunda em campo



Barão de Guarulhos

de prata, uma amoreira verde; no 2º quartel, em campo azul, uma espada de prata com punho de ouro, posta em pala; no 3º de azul, três besantes de ouro, postos em contrabanda; e no 4º, de prata, uma cruz potentéia de goles.

TIMBRE: a torre do escudo.

MORAES

É certo que se deriva
A família dos leais
Cavaleiros principais
Que em seu valor estriba
Dessa terra de Moraes. (Idem).

José Joaquim de Moraes nasceu em Alfarrobeira, freguesia de Benfica (Portugal) em 12 de julho de 1806 e era filho de Manuel da Cruz Moraes e de d. Ana Bernardina de Moraes. Faleceu em Campos, para onde veio com 15 anos de idade, em 2 de outubro de 1890.

Escudo do visconde de Itabapoana

Escudo esquartelado: no 1º de azul, cinco vieiras perfiladas de sable postas em aspa; no 2º, de prata, um leão de púrpura armado de azul e assim os contrários.

SIQUEIRAS REDONDOS

“De Siqueira a honra antiga
Foi dos Redondos morada;
A bom filho seu deixada
Sua geração obriga
De Siqueira a ser chamada” (idem).

Natural de Campos, era filho do capitão Antônio José de Siqueira e de d. Rita Fortunata da Conceição. Era casado com a sua sobrinha d. Antônia da Conceição Tinoco de Siqueira, filha do capitão José Ferreira Tinoco e de d. Ana Edwiges da Conceição Tinoco e faleceu em 29 de março de 1871. Ele faleceu em 4 de dezembro de 1879.

Escudo do 1º visconde de Macaé

“Escudo partido em pala; na 1ª as armas dos Silvas – de prata com um leão de púrpura rompente armado em azul; na 2ª dos Velhos, de vermelho com cinco vieiras xadrezadas de ouro

e preto, postas em santor; e por diferença uma brica com uma estrela de prata.

VELHOS

“Nas margens do Neiva claro
Os Velhos certo viveram
Deixaram este preclaro
Os que dele descenderam
Nome, por outros houveram” (idem)

O conselheiro Amaro Velho da Silva, natural do Rio de Janeiro, era filho do capitão Manuel Velho da Silva e de d. Leonarda Maria Velho da Silva, também do Rio de Janeiro. Faleceu em 25 de abril de 1850.

Escudo do barão de Muriaé

Esquartelado: no 1º e 4º quartel de prata com uma cruz de azul com uma cruzeta de prata, colocada no centro; no 2º e 3º de azul, cinco meias luas de prata em aspas. *Tenans*: dois índios ornados de penas coloridas, tendo na mão um ramo de cana e café apoiados sobre uma legenda vermelha com letras de prata *Spes crux mea est*. Timbre: A cruz das armas.

Manuel Pinto Neto da Cruz era filho do capitão Jerônimo Pinto Neto e de d. Antônia Joaquina da Cruz. Casou em 15 de agosto de 1820 com d. Raquel Francisca de Castro Neto da Cruz, filha do 1º barão de Santa Rita, Manuel Antônio Ribeiro de Castro e d. Ana Francisca Pinheiro, irmã da viscondessa de Araruama e do visconde de Santa Rita. Ele faleceu em 12 de junho de 1855 e ela em 28 de outubro de 1881.

Escudo do visconde de Pirapetinga

Esquartelado: no 1º as armas dos Vilhegas – em campo de prata, uma cruz de negro florida e aberta entre oito caldeiras da mesma cor, com asas formadas de serpes, também, negras; no



Sargento-mor Gregório Francisco de Miranda

2º as armas dos Castelos Brancos – de azul, um leão de ouro armado de sanguinho; no 3º as armas dos Azevedos que são esquarteladas; no primeiro de ouro com uma águia preta estendida; o segundo de azul com cinco estrelas de prata em aspa e uma bordadura vermelha cheia de aspás de ouro e assim, os contrários; no 4º quartel, as armas dos Pessanhas – de prata com uma banda vermelha dentada, carregada de três folhas de lis, de prata.

TIMBRE: a dos Vilhegas, dois braços armados de prata com uma caldeira das armas nas mãos e por diferença, uma brica vermelha com uma estrela de ouro.

CASTELLO BRANCO

“De Castelo Branco vila,
Em a alta geração
Dos que deste nome são
Depois vem mais a subida
Sabugal e Portimão” (Idem)

AZEVEDOS

Em o Conselho de Prados
É o solar conhecido
De Azevedo bem sabido;
Dos seus sempre no passado
Tempo nesse possuído. (Idem)

João Carlos Viana Filho. Nasceu em Campos aos 12 de maio de 1837 e faleceu no Rio em 14 de junho de 1891. Era filho do dr. João Caldas Viana e de d. Margarida Perpétua Pessanha Viana. Casou em 16 de novembro de 1858 com d. Joana Cândida de Oliveira Machado Viana, filha de João Machado de Oliveira e Silva e de d. Maria Teresa de Oliveira. Ela, que nascera em Campos aos 19 de agosto de 1839, faleceu no Rio em 10 de dezembro de 1935.

Escudo do barão de S. Fidélis

Esquartelado: no 1º quartel em campo de goles, cinco crescentes de lua de ouro, postas em aspa; no 2º duas canas-de-açúcar de ouro postas em santor; no 3º, de prata, um leão rompente de goles, armado de azul; no 4º faixado de seis peças de ouro e azul.

TIMBRE: um leão de prata com um crescente de lua, na espádua esquerda.

Antônio Joaquim da Silva Pinto nasceu em Campos e era filho de Manuel Joaquim da Silva Pinto e de Laura Maria de



Barão de São Fidélis

Melo e neto paterno de Manuel Pinto Meireles e de Maria dos Santos e materno de Alexandre Teixeira de Melo e de Francisca Maria Joaquina. Casou com Adélia de Melo Castro, filha de Antônio de Almeida da Silva Castro e Clara Maria de Melo, primo de Alexandre Teixeira de Melo.

Escudo do 1º barão de S. João da Barra

Partido em pala: na 1ª, de vermelho, um galo de prata andante, cristado e armado de ouro; na 2ª, de ouro, uma destra ao



Barão de São João da Barra

natural tendo uma cana-de-açúcar de sinople, posta em pala. Uma bordadura de azul, carregada em chefe, da insígnia da Ordem de Cristo e em ponta de medalha de oficial da Imperial Ordem da Rosa. *Vele nessa glória.*

O sargento-mor José Alves Rangel, filho de Domingos Alves de Barcelos e de d. Isabel da Silva Rangel, nasceu em

S. João da Barra em 24 de abril de 1779. Casou com d. Francisca Alves Rangel, natural de Campos e filha de Joaquim José Alves e de d. Úrsula Maria das Virgens. Ele faleceu em 1 de novembro de 1855 e ela em 26 de setembro de 1859, com 82 anos de existência.

O seu filho Francisco José Alves Rangel – visconde de *S. João da Barra* – que suicidou-se com um tiro na boca em sua fazenda da Barra Seca em 5 de outubro e que era casado com d. Inácia de Siqueira Rangel, falecida em 24 de julho de 1892, tinha o mesmo escudo do seu pai.

Escudo do visconde de S. Salvador de Campos

Em campo vermelho, uma banda de azul coticada de ouro, carregada de três flores-de-lis do mesmo, entre dois carneiros de prata, armados de ouro.

TIMBRE: um dos carneiros do escudo.

Alexandre Carneiro Leão, filho de Braz Carneiro Leão e da baronesa de S. Salvador de Campos dos Goitacazes, nasceu em 28 de março de 1793 e faleceu em 2 de setembro de 1863. Casou com a sua sobrinha d. Elisa Leopoldina Carneiro Leão, filha do seu irmão José Fernando Carneiro Leão (o príncipe Fernandinho) conde da Vila Nova de S. José e de d. Gertrudes Angélica da Pedra Carneiro Leão. O visconde era irmão da viscondessa da Cachoeira e da marquesa de Baependi e fora proprietário da fazenda da Barra Seca em S. João da Barra.

Escudo do barão de S. José

Esquartelado: no 1º, em campo de prata, três faixas enxequetadas de ouro e goles; no 2º quatro barras de goles em campo de ouro; no 3º, de prata, um leão de púrpura rompente, armado de azul e no 4º, de prata, uma oliveira verde com frutos de ouro.

José Inácio da Silva Pinto, natural de Campos e filho de João da Silva Pinto e de d. Teresa Lauriana Peçanha. Casou em

primeiras núpcias com d. Jordiana Francisca de Miranda e em segundas com d. Quitéria Francisca de Vasconcelos, filha do capitão Francisco da Silva Araújo.

Escudo do barão de Vila Flor

Esquartelado: no 1º e 4º em campo de prata, duas canas-de-açúcar postas em aspas, tendo em chefe: uma flor de cana-de-



Braz Carneiro Leão, esposo daquela que seria baronesa de Campos

açúcar; no 2º e 3º em campo azul, uma aspa de ouro carregada de três estrelas de goles, entre três besantes de prata.

SOUZAS

“Junto de Souza famoso
Em Novelos de Pousada
Foi a casa sublimada
Dos Souzas, que o rigoroso
Tempo converteu em nada” (Idem)

João Manuel de Sousa, natural de Campos, filho do ajudante Antônio Manuel de Sousa e de d. Teresa Mauricéia Diniz e Sousa. Casou em 1846 com d. Balbina de Siqueira e Sousa, filha do dr. Antônio José de Siqueira e Silva e de d. Balbina Chaves de Siqueira. Faleceu em 29 de fevereiro de 1900 e a sua esposa em 13 de setembro do mesmo ano.

Escudo do barão da Póvoa do Varzim

Partido em pala. Na primeira as armas dos Campos, em campo azul, cinco cabeças de leão em ouro cortadas em sangue, com as línguas vermelhas, postas em roquete; na segunda, as armas dos Silvas, que são em campo de prata, um leão de púrpura, armado em azul. Sobre o escudo a coroa de barão e por diferença, uma brica de ouro com uma arruela vermelha.

Manuel Fernandes da Silva Campos, filho de João Francisco da Silva Campos e de d. Joana Alves de Sousa. Foi casado com d. Florinda Porto Fernandes da Silva Campos, que nascera na Póvoa do Varzim e filha do comendador João da Silva Porto e de d. Ana Berardina Porto, que falecera em Macaé em 1890.

A concessão de mercê nobiliárquica
na terra goitacá

Baronesa de S. Salvador de Campos: d. Ana Francisca Maciel da Costa, viúva do coronel Brás Carneiro Leão, por serviços por ambos prestados às agências do estado. Carta de 17 de dezembro de 1812, do príncipe regente d. João. Por decreto de d. Pedro I, já imperador do Brasil, em 8 de janeiro de 1823, foi à mesma concedida a honra de grandeza. O seu marido falecera em 03/06/1808 e ela em 12/06/1832.

Barão de Macaé: Amaro Velho da Silva, por decreto de 12 de outubro de 1826.

Barão de Araruama: José Carneiro da Silva, decreto de 5 de maio de 1844.

Barão de Abadia: Gregório Francisco de Miranda por decreto assinado em Campos, quando ali esteve d. Pedro II, datado de 15 de abril de 1847.



Baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes

1º barão de Ururai: tenente-coronel João Carneiro da Silva, em 15 de abril de 1847.

1º barão de Santa Rita: capitão-mor Manuel Antônio Ribeira de Castro, por mercê de 15 de novembro de 1847. Era casado com d. Ana Francisca Pinheiro que falecera em 16/11/1844 e ele em 27/05/1854.

Barão de Muriaé (com grandeza): Manuel Pinto da Cruz, por decreto de 15 de novembro de 1847.

Barão de S. João da Barra: José Alves Rangel, por decreto de 26 de abril de 1849. Ao mesmo foi concedido as honras de grandeza, em 6 de dezembro de 1854.

Barão de Itabapoana: Luís Antônio de Siqueira, por decreto de 2 de dezembro de 1854. Ao mesmo foi concedido as honras de grandeza, em 26 de janeiro de 1867.

Barão da Lagoa Dourada: José Martins Pinheiro, por decreto de 9 de janeiro de 1867. Casou com d. Maria Gregória de Miranda Pinto e faleceu em 29/07/1896.

Barão de Carapebus: Joaquim Pinto dos Reis, por mercê de 2 de dezembro de 1854. Teve as honras de grandeza por decreto de 30 de novembro de 1866.

2º barão de Araruama: Bento Carneiro da Silva. Dec. de 30 de novembro de 1866.

2º barão de Carapebus (com grandeza): Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, por dec. de 6 de abril de 1867.

Barão de São Fidélis: Antônio Joaquim da Silva Pinto, dec. de 10 de julho de 1867.

Barão de Boa Viagem: Francisco José de Matos Pimenta, dec. de 7 de agosto de 1867. Casou com d. Maria Pinto da Cruz falecida em 01/12/1906. Ele já não existia desde 01/12/1885.

Barão de Vila Flor: João Manuel de Sousa, por dec. de 28 de janeiro de 1871, em recompensa por avultado donativo para construção de escolas primárias.

Barão de Piratininga: João Caldas Viana Filho, dec. de 30 de outubro de 1872.

Barão de Vila Franca: Inácio Francisco Silveira da Mota. Dec. de 16 de janeiro de 1875.

Barão de Itaóca: dr. João José Pereira Bastos Júnior. Dec. de 11 de dezembro de 1875. Casou em 1^{as} núpcias com d. Luísa Passos Pereira Bastos e em 2^{as} com d. Cândida Paiva Monteiro. Faleceu em 21/10/1894.

Barão de S. José: José Inácio da Silva Pinto. Dec. de 11 de outubro de 1876.

Barão de Barcellos: Domingos Alves Barcelos. Dec. de 19 de julho de 1879. Casado com d. Isabel Manhães Cordeiro, f. em 27/06/1824. Ele f. em 07/06/1904.

2º barão de Santa Rita: José Ribeiro de Castro. Dec. de 19 de julho de 1879. Casou com d. Maria Antônia Neto da Cruz, filha dos Muriaés. Ele f. em 05/08/1890.

2º barão de S. João da Barra: Francisco Alves Rangel. Dec. de 24 de março de 1881.

Barão de S. Sebastião: Miguel Ribeiro da Mota. Dec. de 24 de março de 1881. Não casou, mas deixou reconhecidos os filhos que teve com Inácia Ferreira do Rosário e Maria Madalena do Nascimento. F. em 08/10/1890.

Barão de Goitacazes: Antônio José de Magalhães. Dec. de 17 de dezembro de 1881. Casou com d. Emília Luisa de Magalhães e faleceu em 12/08/1896.

Barão de Monte Cedro: dr. João José Carneiro da Silva. Dec. de 17 de dezembro de 1881. C. com d. Luisa Amélia Pereira de Castro e f. em 27/06/1895.

Barão de Azeredo Coutinho: Sebastião da Cunha de Azeredo Coutinho. Dec. de 17 de dezembro de 1881. C. com sua sobrinha d. Ana Barcelos da Silva e Sousa. F. em 19/03/1895 e ele em 18/07/1900.

Barão de Miranda: dr. Júlio de Miranda e Silva. Dec. de 7 de outubro de 1882. C. em 1^{as} núpcias com d. Maria Elisa Batista Tinoco e em 2^{as} com d. Cândida de Paiva Monteiro. Ele f. em 26/05/1901.

Barão de Quissamã: José Caetano Carneiro da Silva. Dec. de 17 de março de 1883.

Barão de Guarulhos: José Joaquim da Moraes. Dec. de 17 de maio de 1884.

2º Barão de Itapemirim: dr. Joaquim Antônio de Oliveira Seabra. Dec. 16 de maio de 1888. Foi casado com d. Leocádia da Silva Lima Seabra.

Baronesa de S. Vicente de Paulo: d. Ana Gregória de Gusmão Miranda Pinto. Dec. de 11 de abril de 1888. Foi casada com Domingos Pereira Pinto, f. em 16/11/1867. Ela f. em 14/07/1890.

Barão de Miracema: dr. Lourenço Maria de Almeida Batista. Dec. de 18 de agosto de 1888. C. com d. Maria Sara de Almeida Batista. Ele faleceu em 29/02/1924.

2º barão de Ururáí: Manuel Carneiro da Silva. Dec. de 21 de março de 1888.

Barão de Alvarenga: dr. Albino Rodrigues de Alvarenga. Casou com d. Elisa Augusta Pereira Alvarenga e faleceu no Rio em 1881. Teve depois o título de barão de S. Salvador de Campos (com grandeza).

José Carneiro da Silva teve os títulos de 1º barão e 1º visconde de Araruama.

Bento Carneiro da Silva, 2º barão, 2º visconde e 1º conde de Araruama.

João Caldas Viana Filho: 1º barão e visconde de Pirapetinga.

Dr. José Ribeiro de Castro, 2º barão e visconde de Santa Rita.

Miguel Ribeiro da Mota, barão e visconde de S. Sebastião.

UMA PRECIOSIDADE DE SÈVRES

Uma preciosidade de Sèvres

O cofre do príncipe de Joinville

Acabam as coleções do Museu Imperial de ser enriquecidas de uma peça de inestimável importância: um cofre em porcelana e bronze dourado com as armas e o monograma do príncipe de Joinville, saído das oficinas da Real Manufatura de Sèvres, em 1844-1846. Graças aos arquivos da Real Manufatura, não foi difícil encontrar documentos concernentes a esse cofre que, já na época de sua fabricação, era considerado uma obra prima digna do renome de Sèvres, num período em que a manufatura atingira o apogeu de sua perfeição técnica e artística, mercê principalmente dos encorajamentos que Napoleão e, mais tarde, a família real jamais deixaram de lhe prodigalizar. De todos os cofres de Sèvres dessa época, este é, sem dúvida, o mais importante e supera o da duquesa de Berry e o da rainha Vitória que lhe foi ofertado pelo rei Luís Filipe, por ocasião de sua memorável visita ao castelo d'Eu e que se encontra atualmente no castelo de Windsor.

O cofre de Joinville fora, a princípio, destinado à rainha Maria Amélia, esposa de Luís Filipe e mãe do príncipe de Joinville. O primeiro projeto do cofre que encontramos, projeto assinado por Leon Feuchere, e cuja reprodução publicamos, traz o monograma M. A., encimado pela coroa real. É uma versão diferente da que foi executada.

NOMBRE DES PIÈCES.	DÉSIGNATION DES PIÈCES.		fr.	c.
42 9	Un Coffret en Plaque de Porcelaine montée en bronze, sujet de la Vie maritime du franc de Bourville (Composition de Linn.)			
	Fond			
	Dorure ornement — garniture			
	Or ou platine	94	40	
	Peinture des ornements, <i>par divisions</i>	780	.	
	— des figures, par <i>M^o Garnier</i>	4400	"	
	— des paysages, marine, etc., par			
	— des fleurs, par			
	Brunissage à l'effet — à plat	64	85	
	TOTAL des frais directs.....	5339	25	
	Faux frais.....	1334	80	
	Valeur de la pièce en blanc, d'après le tarif, ch.	2776	.	
	(modèle compris) <i>Sciage et ajustage</i>	174	"	
	Montage et garniture en	4500	"	
	Modèle ou dessin. et composition	300	"	
	Prix de fabrication.....	14524	05	
	Prix de vente.....	16000		

Documento do arquivo da Manufatura Nacional de Sèvres.
Folha de registro de orçamento do cofre (nº 12).

Os cinco projetos, quadros pintados a óleo nas dimensões do cofre e que eram originais do pintor Garneray para esta primeira versão, foram depositados pela manufatura de Sèvres no Museu da França de Ultramar, em Vincennes.

Representam estes cinco quadros:

1. A tomada de São João de Ulloa, que devia figurar na frente do cofre segundo o projeto inicial e que, em seguida, foi destinado para a parte superior.

2. Embarque do corpo de Napoleão a bordo da fragata LA BELLE POULE, destinado para a face dianteira.

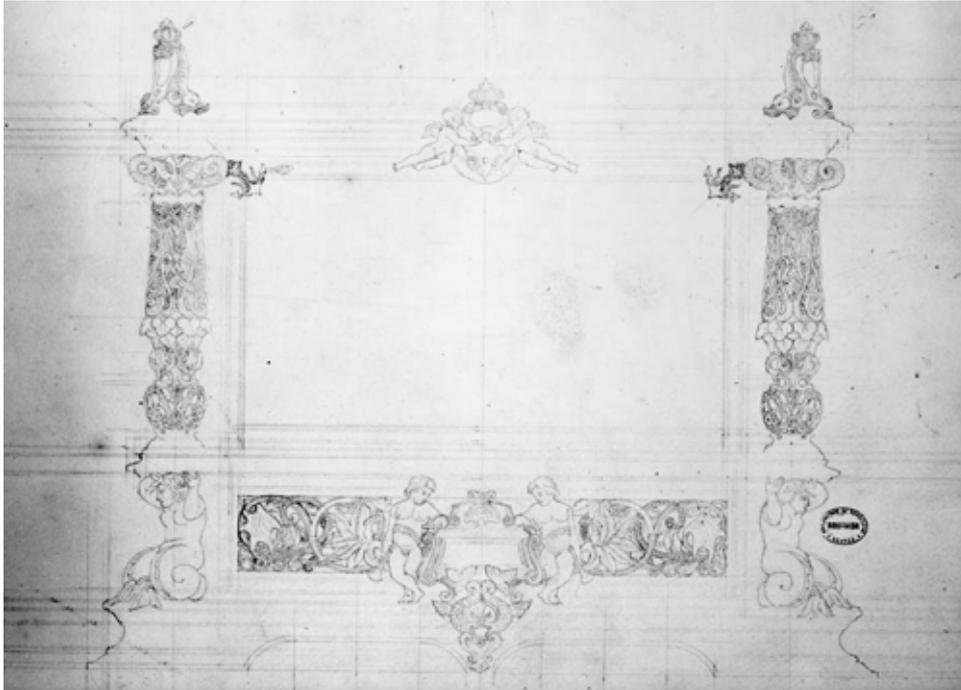
3. A fragata LA BELLE POULE aparelhando-se diante da Porta do Serralho, em Constantinopla, destinado para a face posterior.

4. O príncipe e a princesa de Joinville regressando do Rio de Janeiro a bordo da fragata LA BELLE POULE, destinado para um dos lados.

5. O HERCULE no porto de Rhode Island, para outra face lateral.

É certo que, desde 1843, data do primeiro projeto e ano do casamento de seu filho com a princesa Francisca, filha do imperador d. Pedro I, do Brasil, a rainha, que encomendara o cofre por ocasião deste casamento, dele desistira em favor de seu filho e de sua nora. Nesse momento, o projeto do cofre foi remodelado para agradar ao príncipe e, provavelmente, segundo suas próprias indicações. Era o príncipe excelente pintor e homem de gosto apurado, contando entre seus íntimos os pintores mais em voga na época. É muito natural que ele tenha dado opinião sobre uma peça importante que, afinal de contas, lhe era destinada. Os demais projetos que reproduziremos já representam o cofre tal como foi executado e, não obstante tenha permanecido a idéia original de decorações de fauna marinha, âncoras, náiades e delfins, a disposição geral foi sensivelmente modificada, principalmente no que concerne aos pés, julgados pouco sólidos no

primeiro projeto para suportarem o peso considerável do cofre. Logo de início, o monograma M. A. teve de ser mudado para F. O., que é ao mesmo tempo o monograma do príncipe Francisco e da princesa Francisca de Orleans. Nos ângulos superiores



Estudo não executado para uma das faces maiores do cofre

foram acrescentadas as armas da Casa de Orleans, encimadas pela coroa com flores-de-lis, reservada aos príncipes de sangue ¹.

Por sua vez, a colocação dos quadros foi inteiramente mudada. O quadro do Rio, que deveria ficar num dos lados, foi colocado em lugar de honra, sobre o cofre, e Garneray foi

1. *Armas da Casa de Orleans*: de França tendo por diferença um lambel de prata. O lambel, bastão em faixa, ou banco de pinchar, com três denticulos pendentes, diferencia o escudo em chefe, sendo de ordinário reservado em França aos primogênitos em vida do pai ou aos filhos segundos depois de sua morte. As armas de França (de azul com três flores-de-lis de ouro) foram assim diferenciadas por Filipe, 5º filho de Filipe de Valois e de Joana de Borgonha, duque de Orleans, em 1344. Foram retomadas pela 2ª Casa de Orleans que deveria ascender ao trono com Luís XII, depois pelo irmão de Luís XIII, enfim por Gastão, irmão de Luís XIV, cujo sexto descendente deveria subir ao trono, sob o nome de Luís Filipe, rei dos franceses.

obrigado a ampliar e mudar a perspectiva desse quadro, mostrando a cena do embarque de mais perto. Ao contrário, o pintor teve de colocar nos lados duas vistas de Rhode Island e do Serralho, adaptando-as em escala menor. A cena do Serralho foi muito



Estudo não executado de uma das faces menores do cofre

alterada. A composição ficou a mesma, sobretudo quanto à distribuição das massas dos dois barcos principais em relação ao plano de fundo dos monumentos de Constantinopla, mas, além da perspectiva mais aproximada, *La Belle Poule* apresenta-se de lado e não de frente e os canhões do outro barco atiram de lado e não mais de frente. Os dois projetos iniciais dos restos de Napoleão e de São João de Ulloa foram inteiramente abandonados e substituídos pelo célebre quadro de Horace Vernet representando São João de Ulloa, e pelo não menos célebre quadro de Eugène Isabey representando a trasladação das cinzas de Napoleão. Quadros muito populares e inúmeras vezes

gravados. No quadro de Vernet, Garneray foi absolutamente fiel ao pintor, enquanto o de Isabey foi amplamente interpretado por Garneray, provavelmente pela necessidade da perspectiva. Certo é que foi a contragosto que o artista abandonou seus próprios projetos, o que nos leva a crer que foi a pedido do próprio príncipe que estes dois quadros foram colocados sobre o cofre, porquanto Vernet e Isabey formavam entre os amigos íntimos do príncipe.

É tempo agora de falar dos criadores deste cofre. A biografia de Garneray ¹, nascido a 19 de fevereiro de 1783 e falecido a 11 de setembro de 1857, revela uma curiosa personalidade, bem digna de produzir essas pinturas em honra do único e grande príncipe marinheiro da França ². André Vovard cita a esse respeito uma declaração do próprio Luís Garneray ³:

“Meu pai foi um artista e inspirador de minha primeira vocação que era de seguir a mesma carreira dele. Meus estudos clássicos orientaram-se, pois, para a arte. Deram-se acontecimentos em 92; eu parti para a Índia, na qualidade de grumete. Em 98, mais ou menos, havia terminado a minha aprendizagem de ciência náutica. Em 1903, era comandante comercial. Com exceção da pirataria, pratiquei mais ou menos todos os gêneros de navegação. Excluindo a América e a Nova Holanda, vi, bem ou mal, o mundo inteiro. Falei muitas línguas orientais e africanas. Não faltaram acidentes

1. A ortografia Garnerey é falsa e foi modificada pelo próprio Garneray. Seu pai, Jean-François Garneray é o autor do retrato de Carlota Corday, executado durante o julgamento que a condenou à morte pelo assassinio do revolucionário Marat. Seus dois irmãos, Augusto e Hipólito foram igualmente pintores.

2. O conde de Toulouse, filho legitimado de Luís XIV e almirante de França desde a mais tenra idade, exerceu no mar apenas um comando nominal.

3. *Louis Garneray – marinheiro, pintor e historiador da Marinha*, por André Vovard, membro correspondente da Academia de Ciências, Belas-Letras e Artes de Bordéus. Extrato do boletim da seção de geografia, 1937. Vovard é atualmente membro da Academia de Marinha.



Estudo de detalhes ornamentais do cofre

de mar; tive-os de todas as espécies: fiz o curso com Surcouf, Malerousse, Dutertre. Estava a bordo da fragata *La Forte* no combate travado pelo almirante Linois com dois barcos de 80; estava a bordo de *La Preneuse* em seu último cruzeiro, a bordo da *L'Atlante* quando ela naufragou no cabo de Boa Esperança. Em 1806, fui feito prisioneiro na divisão do almirante Linois. Sofri um cativo de perto de 10 anos nos pontões de Portsmouth”.

Foi durante esse cativo na Inglaterra, que Garneray se pôs a escrever e voltou a pintar para melhoria de suas condições de vida, assaz penosas. De volta à França, empreendeu a publicação de suas memórias, que se compõem de duas partes: *Viagens, Aventuras e Combates*, descrevendo sua vida marítima, e *Meus Pontões*, em que conta seus anos de cativo.

Não podendo continuar com interesse uma carreira marítima (ele não era oficial), Garneray consagrou-se unicamente à pintura, de preferência pelos assuntos marítimos. Desde 1817, ele se tornou, após concurso, pintor de marinhas. A 29 de outubro de 1832, foi nomeado conservador do Museu de Ruão, posto que dentro em pouco abandonaria para tornar-se, de 1839 a 1848, pintor de marinhas na real manufatura de Sèvres. Deveria, antes de morrer, ser nomeado cavaleiro da legião de honra, a 27 de janeiro de 1852.

O catálogo de suas obras contém 333 composições, segundo o estudo de M^{me}. N. N. Cursel ¹. Salienta-se, entre pinturas, aquarelas, desenhos e gravuras diversas, uma série de *Vistas dos portos da França e do estrangeiro* ² entre as quais se encontram vistas do Rio, e um conjunto de

1. Madame N. N. Cursel. *Estudos Sobre Louis Garneray, Pintor de Marinhas*. Paris, Plon Nourrit, 1903, in 8º, 83 p.

2. *Vistas de Garneray (pintura e gravura) descritas por E. Jouy*. Paris. Panckouke, 1823-1832. Pinturas originais na Câmara de Comércio de Paris.

pinturas atualmente conservadas nos museus nacionais franceses ¹.

Os trabalhos que Garneray realiza para a manufatura de Sèvres compreendem principalmente pratos e vidraria ². O cofre do príncipe de Joinville, seu trabalho mais importante, é mencionado por M^{me}. Oursel:



Vista da baía do Rio de Janeiro representando a partida para a Europa dos príncipes de Joinville, após o casamento (Estudo ligeiramente modificado na execução)

324. Cofre do Príncipe de Joinville – 1843: frs 1.200

325. Cinco esboços a óleo para este cofre ³ – 1843: frs. 300

326. Montagem final do cofre – 1844: frs 2.900.

1. Museu de Versalhes: *Combate de Agosto*, 22 de abril de 1676, (depositado no Senado), *Volta da Ilha de Elba*, 28 de fevereiro de 1815, *Batalha de Navarin*, 20 de outubro de 1827 (encomenda do governo, salão de 1831), *Descoberta da Ilha de Lancerote em 1402*, por Bethencourt, *Descoberta do Luisiania*, em 1768, por Bougainville. *Fundação de Québec no Canadá*, em 1608, por Samuel de Champlain, *Dumont d'Urville escapando aos perigos que lhe oferecia uma banquisa*, em 1840.

2. Assuntos de pesca – sobre pratos redondos e neveiras. *Combate do barco Le Vengeur* sobre prato quadrado.

3. Composições conservadas em um quadro único no Museu de Sèvres (vide ilustração), atualmente em depósito no Museu Colonial de Vincennes, onde figuram separadamente em diversas divisões.

Os algarismos no fim da linha especificam as somas pagas a Garneray pelas encomendas.

Salienta-se também, sob o nº 15, uma *Tomada do Forte de São João de Ulloa*, quadro de Garneray que figurou no salão de 1839. Vê-se, assim, que este assunto já fora objeto de um quadro de nosso pintor, antes que ele fosse encarregado de pintá-lo sobre um cofre glorificando um príncipe marinheiro.



A Belle Poule em Sérail
(Estudo depois modificado)

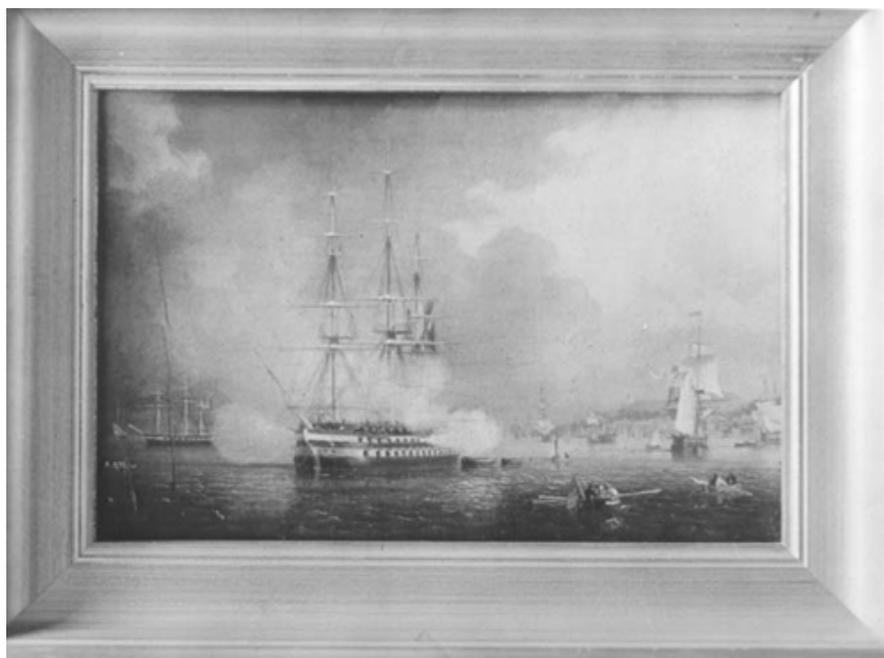
Este fato é, com efeito, o mais importante na carreira marítima de Joinville, pelo menos na sua primeira parte, pois que o bombardeio de Tanger e a tomada de Mogador são posteriores às datas da fabricação do cofre e constituem outros feitos épicos do príncipe de Joinville ¹.

Luís Gabriel Eugênio Isabey (1803-1886), o autor do quadro do desembarque dos restos de Napoleão é também um pintor hereditário, pois é filho do célebre miniaturista João Batista Isabey. Adido como pintor oficial à exposição de Argel, em 1830, foi no salão de 1842 que expôs o quadro de que tratamos. Este trabalho foi o sinal de aproximação de Isabey aos Orleans,

1. Tanger. Mogador, agosto de 1844.

pelos quais até então se mostrara reticente. Da mesma forma, o ato de alta política representado pelo retorno dos restos de Napoleão deveria adjudicar aos Orleans toda a opinião francesa.

Horácio Vernet (1789-1863) neto de Moreau, o Moço e de José Vernet, filho de Carlos Vernet, pertence, como Garneray, a uma dinastia de pintores e de pintores de marinhas, deve-se acrescentar. Membro do instituto em 1826, diretor da escola de Romes de 1818 a 1883, foi um pintor oficial,



2º estudo não executado de *L'Hercule e La Favorite*
em Rhode Island.

por excelência. Acompanhou os príncipes de Orleans à Argélia e pintou, entre outros, uma assinatura do tratado de Tanger a bordo da fragata do príncipe de Joinville. Este quadro está no Museu de Versalhes (do qual ele foi um dos organizadores) assim como aquele representando o príncipe em São João de Ulloa.

Léon Feuchere, autor da composição geral do cofre, inúmeras vezes forneceu desenhos à manufatura. Encontra-se seu nome no catálogo de 1844, sob o nº 4, descrevendo um gabinete chinês, ao mesmo tempo que o cofre de Joinville, sob o nº 5. Além de autor de numerosas composições de móveis, deu ele também a Sèvres, em 1839, desenhos para os vitrais que figuraram na

exposição de 1840, sob o nº 30 do catálogo. Estes vitrais decoram atualmente o portal da igreja d'Eu. Trabalhou também para a manufatura Sèvres em duas outras montagens que figuraram na exposição de 1850 sob os números 46 e 47.

Feuchere trabalhou também em projetos de ourivesaria por conta de Froment-Meurice, o mais célebre ourives de seu tempo, e foi certamente sob a influência das peças de ourivesaria que ele compôs o cofre, que mais parece destinado para o metal do que para a porcelana.

O autor das maquetes de montagem Combette não deixou traços na contabilidade da Manufatura de Sèvres, o que prova que ele não era funcionário desse estabelecimento e não fez senão executar uma encomenda ocasional.

Possuía nesse tempo a manufatura de Sèvres as suas próprias oficinas para trabalhos de bronze e até vitrais, executando todas as montagens no local.

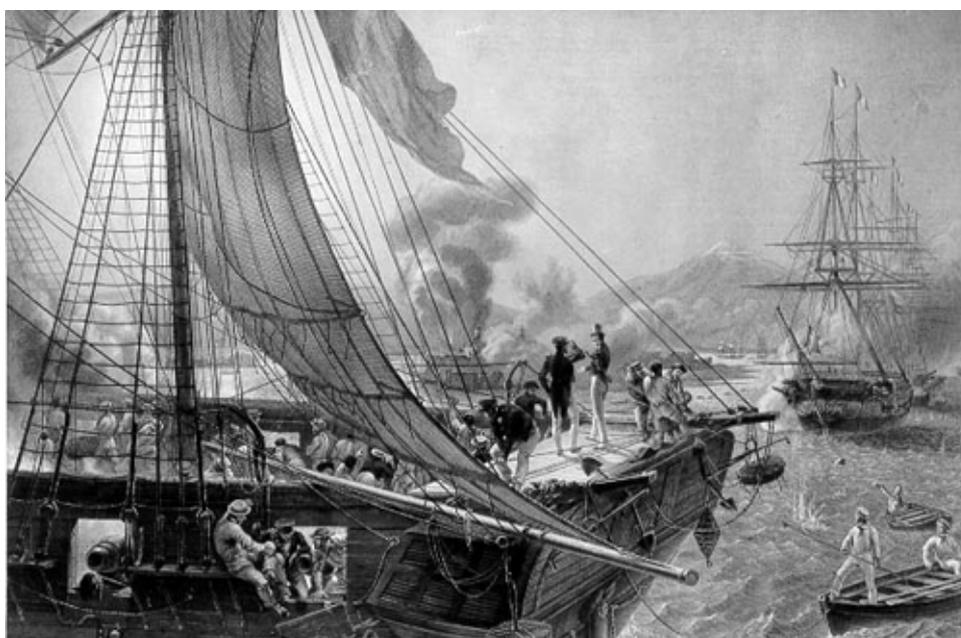
A fechadura, pelo contrário, não foi executada em Sèvres. Está assinada por Fichet, sendo trabalho de Alexandre Fichet em suas oficinas de Etrepilly (departamento do Eure). Infelizmente, o desenho desta fechadura não mais figura nos arquivos da casa, cujos documentos de 1825 (data de sua fundação) a 1900 foram destruídos, em 1940, por um bombardeio.

Nos arquivos de Sèvres existe um documento interessantíssimo concernente ao preço de custo deste cofre.

Na folha de avaliação nº 12, de 10 de fevereiro de 1846, que reproduzimos, encontra-se o preço de venda deste cofre, que subia a 16.000 francos (cerca de 3.000.000 de nossos francos atuais). Entretanto, comparando-se o poder aquisitivo real daquela soma em 1846 ao atual, esse montante deve ser muitas vezes duplicado. E, nesse preço, a manufatura não se reservou senão 10% de lucro, de tal modo fora custosa a execução da peça. É verdade que o artista Guarneray foi largamente pago pelo seu trabalho. Recebeu 4.400 francos, cuja discriminação é a seguinte (conforme M^{me}. Cursel):

300 francos pelos cinco esboços
4.100 francos pelos painéis de porcelana.

Isto demonstra que a pintura sobre porcelana, que representa um trabalho muito delicado, era muito mais bem remunerada do que a pintura a óleo.



La Créole em St. Jean d'Ulloa. (Estudo ligeiramente modificado na execução da peça)

Os preços de custo excessivos das porcelanas de Sèvres são a causa por que, desde sua criação até o presente, a manufatura sempre foi uma empresa deficitária, que não poderia subsistir se não gozasse das subvenções dos governos franceses.

O cofre já em 1844 foi exposto, antes mesmo de estar terminado, na exposição do palácio do Louvre. Estas exposições realizavam-se periodicamente para apresentar as mais belas pe-

ças saídas das manufaturas reais. O cofre acha-se assim descrito na “Relação e dados sobre algumas das peças que entram na Exposição das Reais Manufaturas de porcelanas e vitrais de Sèvres, de tapeçarias e tapetes dos Gobelinos, de tapeçarias de Beauvais, realizada no Palácio do Louvre, a 3 de junho de 1844”¹ nº 5 – Cinco quadros para um cofre destinado à rainha:

Comprimento.....	0,62m
Altura.....	0,54m
Largura.....	0,32m

Alguns atos marítimos de S. A. R. o príncipe de Joinville.

1º quadro superior

Tomada do forte de São João de Ulloa, em 1838.

Tendo o almirante Baudin concedido ao príncipe de Joinville a liberdade de manobra, S. A. R., comandando LA CRÉOLE, veio colocar-se de modo a poder canhonear de enfiada as baterias do forte.

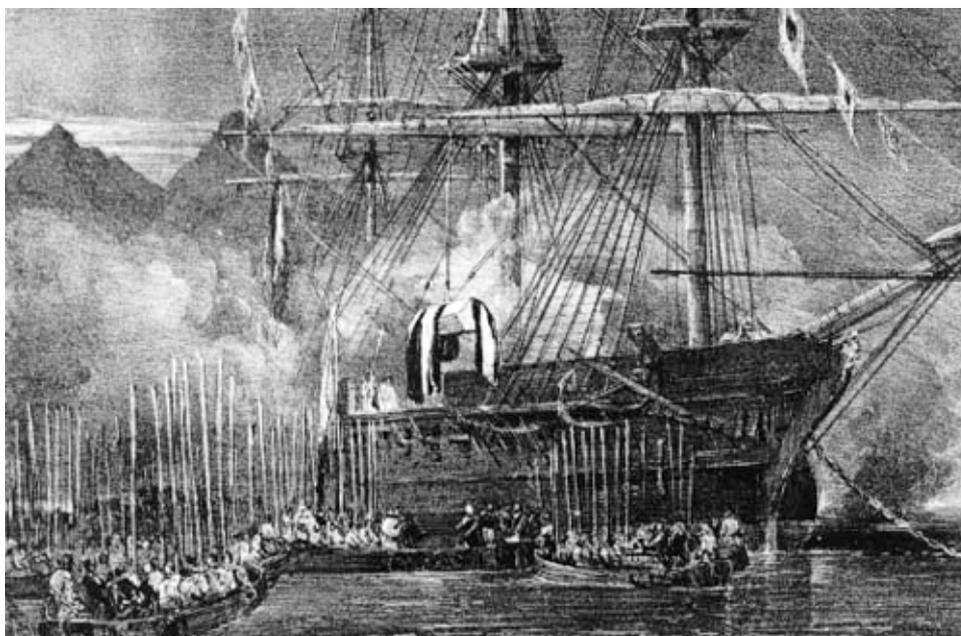
2º quadro de frente

SS. AA. RR. o príncipe e a princesa de Joinville voltando do Rio de Janeiro, a bordo da fragata LA BELLE POULE, comandada pelo príncipe.

3º quadro da direita

O HERCULE, vaso de duas pontes de 100 canhões, fundeado no porto de Rhode-Island, saúda a cidade, tendo a bordo na qualidade de aluno S. A. R. o príncipe de Joinville.

1. Paris; Vinchon, fils e successeurs de Me. Ve. Ballard, imprimeur des Musées Royaux, rue J. J. Rousseau nº 8, 1844.



Estudo não executado, representando a *Belle Poule* sob o comando do príncipe de Joinville, quando foi buscar os restos de Napoleão em Santa Helena

4º quadro à esquerda

A fragata LA BELLE POULE, comandada por S. A. R. o príncipe de Joinville, aparelhando-se diante da Porta do Serralho, em Constantinopla.

5º quadro posterior

Embarque do corpo de Napoleão a bordo da fragata LA BELLE POULE, comandada por S. A. R. o príncipe de Joinville, ao largo da ilha de Santa Helena.

Composição e pintura sobre porcelana de M. Garneray. O conjunto do cofre foi composto por Léon Feuchere e to-

dos os ornamentos em relevo executados em modelo por M. Combertt e em bronze por Armand Feuchere ¹.

Nota: a montagem deste cofre não está ainda terminada.



L'Hercule e La Favorite em Rhode Island
(Estudo, depois modificado)

O catálogo da exposição seguinte, em 1^o de junho de 1846, descreve novamente esta peça, como segue:

N^o 10: cofre para papéis e peças históricas.

Comprimento..... 0,62m

Altura..... 0,54m

Largura..... 0,32m

Cinco quadros representam atos marítimos de S. A. R. o príncipe de Joinville (segue a descrição dos quadros nos mesmos termos precedentes).

A montagem é de M. Armand Feuchere.

Nota: na exposição de 1844 foram somente apresentados os quadros. Como não foi terminada ainda a montagem, aparece neste ano pela primeira vez o corpo do cofre.

1. Armand Feuchere, membro da família Feuchere que forneceu vários arquitetos e escultores, era um renomado fundidor em bronze. Seu pai no século 18 fundiu peças admiráveis que se encontram atualmente no Louvre e na coleção Wallace em Londres.



Estampa representando o busto de Louis Garneray, pintor de marinhas. Trabalho de Biard.

É interessante notar que, segundo o catálogo de 1844, o cofre era destinado a guardar papéis e peças históricas referentes à vida do príncipe de Joinville, repleta de aventuras dignas do único príncipe almirante que a Marinha francesa já teve.

A orientação do príncipe para a Marinha estava decidida desde 1831 ¹.

1. 1831. Piloto voluntário a bordo da fragata *L'Arthemise*, 52 canhões, capitão Latreyte, Toulon, Ajaccio, Argel, Nápoles, Palermo, Malta, Port-Mahon, Toulon, 1832-1833. Cursos técnicos para a Escola Naval, 1814. Exame de aluno de 1ª classe em

O ano de 1837 encontra-o embarcado como tenente ¹ no HERCULES ².

De 100 canhões, capitão Casy. Este barco empreende um cruzeiro à América do Sul e que o leva primeiro a Gibraltar, Tanger e Tenerife. A guerra na África do Norte interrompe este cruzeiro e o faz voltar a Tunis, Bône e Argel, o que proporciona ao príncipe ocasião de assistir à tomada de Constantina, e motivo para a feitura de numeroso croquis. Mais tarde, a navegação é retomada para o Senegal e depois para o Rio de Janeiro.

O príncipe de Joinville visita Minas onde desce num poço de mina. Vai também ao interior da província, onde se mostra muito interessado pelo “jogo do laço” e pela habilidade dos boiadeiros, a ponto de tentá-lo ele próprio. Conta em suas memórias ³ que nós seguimos *pari passu*, que, por ocasião de um baile realizado a bordo do HERCULE, travou conhecimento com o imperador d. Pedro I e sua família e se permitiu uma pequena brincadeira:

“Lá para o fim da festa, deixei livre na sala do baile um leão ainda jovem que me fora dado no Senegal, e sua aparição causou certa confusão entre os participantes do cotilhão”.

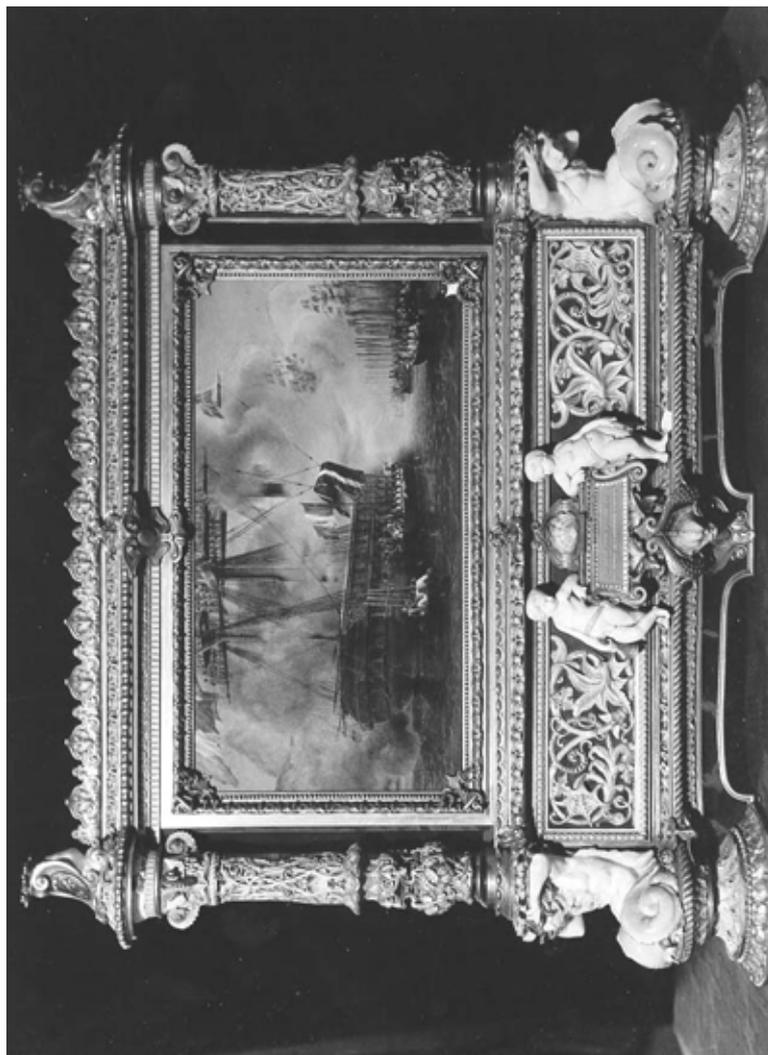
O cruzeiro continuou para as Antilhas, onde o HERCULE se juntou à fragata LA FAVORITE, almirante de La Brentonnière. Escalas na Guiana, Martinica, Guadalupe, Havana e, após

Brest. Aspirante a bordo da fragata La Sirene, capitão Oysonville, de Lorient a Brest, 1835, 2º tenente a bordo da fragata La Didon, capitão Parseval, 1836. Tenente a bordo da fragata L'Iphigénie, capitão Parseval. Escalas do Levante, Grécia, Ásia Menor e Malta.

1. E não como aluno.

2. O Hercule. Característica: vaso de linha de 2ª classe.
Armamento: 100 canhões.
Comprimento e largura: 62,50m/16,74m.
(Flutuação) tonelagem: 4.450 toneladas.
Em baterias: 1 barbete.
Equipagem em tempo de paz/guerra: 758-915.

3. Memórias publicadas sob o título *Vieux souvenirs*.



Uma das faces maiores, vendo-se a Belle Poule recolhendo os restos de Napoleão em Sta.
Helena

um encalhe no canal de Bahamas, entrada no Cheapsake e arribada a Newport, capital de Rhode Island. Durante esta escala, representada no cofre (3º quadro, lado direito) o príncipe visitou Washington, onde foi recebido oficialmente, as quedas do Niagara e Nova York, que o maravilhou. A volta a Brest teve lugar a 10 de julho de 1838.

Em 1º de setembro, o príncipe é capitão da corveta LA CRÉOLE ¹ embarcação que ele qualifica “a menor que se possa ver” sobre a água. Serve sob as ordens do almirante Baudin, na fragata LA NÉREIDE. Depois de Toulon, escala em Cádiz, para se juntar à LA GLOIRE e LA MEDÉE. Após a escala em Havana, a esquadra apresenta-se diante de São João de Ulloa.

Para colocar estes acontecimentos dentro do quadro histórico e diplomático, é conveniente citar uma passagem de Claude Farrère ²:

“Em maio de 1828, o contra-almirante Roussin havia forçado a entrada do Rio de Janeiro sem resistência. Tínhamos por isso, algumas dificuldades a regular com o Brasil... O governo de Luís Filipe pediu então ao dito contra-almirante Roussin, em junho de 1831, que forçasse a entrada do Tejo, com seis naus e três fragatas... Roussin, tendo por segundo contra-almirante Hugon, entrou no Tejo como entrara na baía do Rio. Custou-lhe, porém, desta vez, dez minutos de canhoneio e vinte feridos... Em 1838, o contra-almirante Baudin ocupou Vera Cruz, após ter bombardeado São João de Ulloa. E, não obstante a oposição inglesa, Baudin, tão bom diplomata como almirante, obteve do México um tratado honroso”.

1. La Créole. Característica: corveta de 2ª classe.

Comprimento e largura: 38,95m/9,90m.

Armamento: 24 canhões.

Em bateria: 1 barbete.

Equipagem em tempo de guerra/paz: 206/175.

2. Claude Farrère, da Academia Francesa. *História da Marinha*, Flamarion, 1934.

O relatório elogioso do almirante Baudin ¹ completando as memórias de Joinville, permitiu reconstituir este incidente. Após haver efetuado, à noite, um reconhecimento topográfico, o



L'Hercule e La Favorite em Rhode Island
(Trabalho executado no cofre)

príncipe foi encarregado, na manhã de 17 de novembro de 1838, de interpelar quatro embarcações que saíam de Vera Cruz, enquanto a esquadra empreendia o bombardeio dos fortes.

1. Arquivo do Serviço Histórico da Marinha, em Paris.

Uma dessas quatro embarcações era inglesa e, se bem que Joinville tivesse agido sem incidente, a medida fê-lo alvo de um ataque pessoal durante um violento debate político na Câmara dos Comuns.

Cumprida esta missão, consentiu o almirante que Joinville participasse, a seu pedido, no bombardeio. Sendo LA CRÉOLE uma embarcação muito pequena, poderia passar bem junto da costa, entre a esquadra e os fortes. O príncipe fez carregar seus canhões com obuses e, logo após a terceira descarga, o forte saltou.

No dia seguinte, Joinville, tomou parte no desembarque. O forte bombardeado estava completamente destruído e as forças francesas instalaram-se em suas ruínas, de onde o ditador mexicano Santa Ana em pessoa não conseguiu desalojá-los. Enquanto o almirante prosseguia nas conversações, o príncipe foi incumbido de perseguir com LA CRÉOLE alguns corsários que haviam sido assinalados.

Após uma escala em Havana, a esquadra estava de volta a Brest, em março de 1839.

Em junho de 1839, o príncipe comanda a fragata LA BELLE POULE ¹ e é adido nos Dardanelos ao Estado Maior do

-
1. *La Belle Poule*. Característica: fragata de 1ª classe.
Comprimento e largura: 54,40m/14,50m.
(Flutuação) tonelagem: 2.500 toneladas.
Armamento: 60 canhões.
Em bateria: 1 barbete, 1 convés.
Equipagem em tempo de paz/guerra: 444/513.

Histórico

A primeira fragata com esse nome tornou-se célebre pelo combate contra a fragata inglesa "Arethuses", em 1778, nome desde então conservado por uma embarcação na lista naval francesa. A fragata do príncipe de Joinville era a terceira. Foi lançada em 1834 e desarmada em 1861.

Museografia

O Museu Naval de Toulon conserva a figura de proa de *La Belle Poule*; é dourada, com uma artéria de meio corpo sobre um feixe de estandartes. Esta relíquia está depositada na escadaria da prefeitura marítima. O Museu de Marinha de Paris conserva, sob o nº 963, o modelo de *La Belle Poule*, construído ao mesmo tempo que o Chérbourg. Esse modelo ficou até 1848 no gabinete de trabalho do príncipe de Joinville, nas Tulherias.

almirante Lalande, comandante da esquadra do levante com capitânia no IENA. A esquadra passa todo o outono diante de Constantinopla, onde o príncipe é recebido pelo sultão. Declarando-se um incêndio muito grave na cidade, o príncipe para ali segue à frente de sua equipagem, e é especialmente felicitado pela ação pelo Serasquier ¹. Quando Joinville aparelhou, conforme o quarto quadro da esquerda do cofre representa, foi para voltar a Toulon passando por Esmima (1840).

Este mesmo ano de 1840 viu o retomo dos restos mortais de Napoleão. Joinville, encarregado desta missão política de grande importância, trouxe também consigo no LA BELLE POULE o grão marechal Bertrand, o general Gourgaud e o conde de Las Gazes, todos companheiros do imperador em Santa Helena. Partido de Toulon, tocou em Cadiz, Tenerife, Bahia, esta última escala não obstante as ordens recebidas e para ganhar tempo. Aliás, um curioso incidente marcou este seu segundo contato com o Brasil. Visitando o príncipe a costa em um barco de aluguel, por pouco, não foi fuzilado juntamente com seis companheiros. A população, sobreexcitada pelas eleições realizadas na véspera, pensou num desembarque belicoso. O príncipe foi levado durante um tumulto e já estava sendo alvo diante de um muro, quando conseguiu explicar o equívoco *in extremis*.

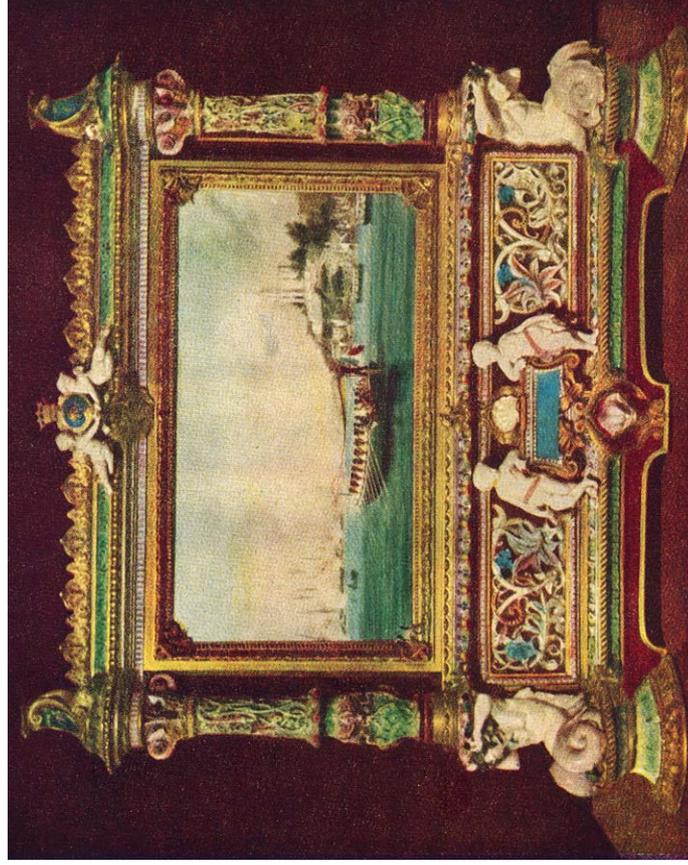
Quando LA BELLE POULLE fundeou em Santa Helena, Joinville procedeu com as autoridades inglesas à exumação e reconhecimento do corpo do imperador.

Assim descreve ele a trasladação do esquife para bordo de LA BELLE POULE:

“O general Middlemore ² fez-me entrega do corpo e o esquife foi descido para a chalupa de LA BELLE POULE, que se pôs em marcha. Eu estava na parte traseira da chalupa sobre a qual flutuava um

1. General turco.

2. Comandante inglês de Santa Helena.



Face principal do cofre. Representa um trecho da baía de Guanabara, vendo-se a igreja da Glória, o Pão de Açúcar e a galeota transportando os príncipes de Joinville, recém-casados para bordo da esquadra francesa que os levariam para a Europa.

soberbo pavilhão tricolor bordado pelas damas de Santa Helena. Ladeando-me encontravam-se os generais, os oficiais superiores Chabot ¹ e De Las Gazes, meus melhores gajeiros, todos de branco, crepe



A Belle Poule em Sérail
(Trabalho executado no cofre)

no braço, cabeça descoberta como nós, remando em silêncio e com uma precisão admirável. Abordamos com uma lentidão majestosa escoltados pelos escaleres dos

1. Filipe de Rohan-Chabot, conde de Jarnac, falecido embaixador em Londres.

Estados Maiores. Foi muito emocionante e pairava sobre toda a cena um grande sentimento nacional.

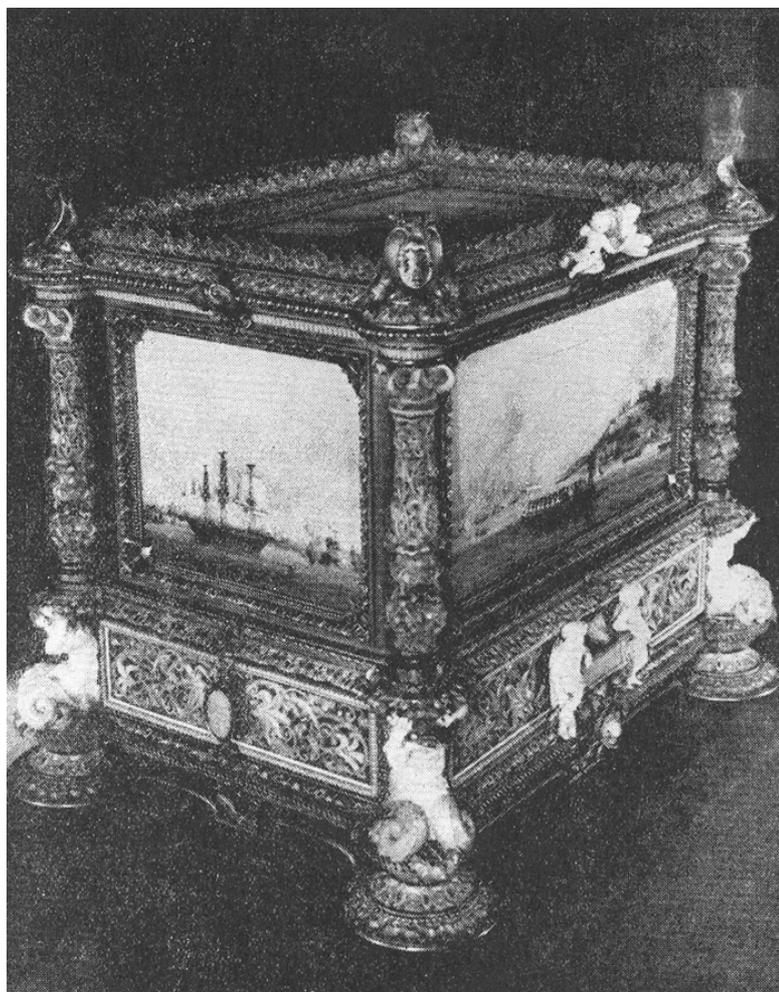
Tal é a cena representada pelo quinto quadro posterior do cofre, ao fim da qual o esquife coberto com uma imensa bandeira tricolor foi içado para o tombadilho diante de toda a equipagem em continência. O príncipe conduziu o corpo a Cherburgo, onde chegou a 30 de novembro de 1840, após haver atravessado uma formidável tempestade.

Após duas outras campanhas de mar¹, Joinville deixa de novo Brest em 1843, sempre comandando LA BELLE POULE. Faz escala em Nantes, depois em Lisboa. Uma recepção real é organizada em honra de Joinville e de seu irmão duque D'Aumale, que visitam o interior do país. Enquanto D'Aumale ganha a Argélia onde se deveria cobrir de glória pela tomada da Smala de Abd-el-Kader, Joinville faz escalas no Senegal, na Guiné, Cabo Verde, Serra Leoa, ilha do Príncipe e chega afinal ao Rio.

Eis como ele descreve os acontecimentos que deviam marcar esta escala e toda a sua vida:

“No Rio de Janeiro, mudança brusca se efetuou na minha existência, mudança há muito desejada pelos meus parentes: fiquei noivo e desposi a princesa Francisca, segunda filha do imperador d. Pedro I, que eu conhecera seis anos antes por ocasião de uma primeira passagem pelo Rio. O pedido oficial da mão da princesa foi feito em nome do rei pelo barão de Langsdorff, enviado *ad hoc* em missão extraordinária a bordo do LA VILLE DE MARSEILLE. O casamento foi celebrado no palácio de São Cristóvão e, poucos dias depois, partimos para Brest, onde chegamos após uma longa travessia de ventos contrários de setenta e dois dias”.

1. 1841, a bordo de La Belle Poule, Textel, Terra-Nova, São Pedro e Miguelon, Halifax, Nova York (visita aos grandes lagos e descida do Mississipi), reunião ao brigue Le Cassard, evitando com perícia um naufrágio por colisão. Volta a Toulon. 1942. A bordo do La Belle Poule, esquadra de evolução do almirante Hugon. Toulon. Nápoles, cruzeiro interrompido pela morte do duque de Orleans.



Vista de duas faces do cofre

Após este último dos atos representados no cofre, no quadro superior, o príncipe deixa o comando dessa LA BELLE POULE, cujo nome é para sempre inseparável do seu, e é nomeado membro do “Conselho do Almirantado”.

O almirante príncipe de Joinville está casado, um cofre em sua honra é fabricado por essa ocasião na Real Manufatura de

Sèvres. Do casamento do príncipe François de Bourbon d'Orleans com a princesa Francisca de Bragança, em 1843, devia nascer a linhagem dos Bourbons-Orleans, pretendentes atuais ao trono de França.

Sua filha Francisca (1844-1925) desposa, em 1863, o duque de Chartres (1840-1910), cujo filho, o duque de Guise, casado com Isabel de França, foi pai do atual conde de Paris, último herdeiro e proprietário do cofre.

O cofre do príncipe marinheiro francês, ligado à filha dos reis marinheiros portugueses é a imagem dos animais marinhos ligados que o decoram, um nó histórico e dinástico.

Ele figura doravante em lugar de honra no Museu Imperial de Petrópolis. É um documento excepcionalmente importante de uma época que muito se exaltou, mas da qual não se poderá negar o espírito de criação e de imaginação aliado à maior perfeição técnica que jamais foi atingida.

É também um dos últimos documentos dos fastos da corte dos reis de França, cujas tradições conservaram-se através dos séculos, contribuindo para a perfeição artística que a arte francesa atingiu e conserva até hoje no conceito universal.

Jaques Kugel

(em colaboração com Claude Chombac e assistência de M^{lle}. Brunet, bibliotecária da Manufatura de Sèvres).

**VISITA DE D.PEDRO II À CACHOEIRA
DE PAULO AFONSO**

Visita de Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso

Em 1859, realizando Pedro II uma longa excursão pelas províncias do Norte, começou pela Bahia, e antes mesmo de terminar sua estada nessa região, para o que logo voltaria, foi conhecer a cachoeira de Paulo Afonso.

Saiu ele por mar, de Salvador, penetrando pela embocadura do rio São Francisco, e fazendo escala por todas as vilas e povoados de Alagoas e Sergipe, situados às margens do grande curso de água nacional.

Os jornais da época, através seus correspondentes junto à comitiva imperial deram notícias da mesma, e por essa divulgação ficaram conhecidas. Acontece porém que Pedro II se comprazia em escrever seus diários, e no arquivo do Museu Imperial existe apreciável documentação a respeito de suas viagens.

São cadernos comuns, vulgares, de todos os tamanhos, onde ele escrevia a lápis, com letra ligeira e despreocupada, com todos os sinais, portanto, de simples notas íntimas, sem a natural revisão de trabalho destinado à publicidade.

Há muitos períodos longos e confusos. Certamente que não primam pela correção de linguagem. Entre esses rascunhos, de cruas linhas a lápis, encontram-se os referentes à viagem imperial à cachoeira de Paulo Afonso. Como os demais, o assunto é interessante. Com ele, dom Pedro II revela, mais uma vez, não só o homem de conhecimentos gerais, observando tudo o que vê, com olhos eruditos, como o chefe de Estado, atento às coisas de interesse coletivo, descendo aos menores detalhes.

Pedro II, querendo conhecer a famosa cachoeira de Paulo Afonso, percorreu o rio São Francisco desde a sua embocadura até às quedas de água. E quer na margem alagoana, como na sergipana, foi visitando as localidades de Piassabussú, Vila Nova, Penedo, Boassica, Porto Real, Propriá, São Braz, Traipu, Curral das Pedras, Jacobina, Porto da Folha, Limoeiro, S. Pedro Dias, Pão de Açúcar, Armazém, Colete, Piranhas, Olhos d'Água, Talhado, Mata Grande e Água Branca. Das povoações e vilas, faz menção aos edifícios. Das igrejas, as datas de construção, os altares e imagens; das demais arquiteturas, o seu tipo e circunstâncias.

Do Penedo, por exemplo, fala da igreja do convento dos franciscanos, ostentando a data de 1739. É toda dourada, com pinturas no teto. Igreja de São Gonçalo de Amarante, que chamam o Bonfim do Penedo, a igreja da Corrente, com dourados, e a igreja de São Gonçalo Garcia, de 1770, com relevos em pedra grés. Diz haver casas boas, algumas de três andares. A vila teria de 6 a 7 mil almas, e na sua opinião devia ser a capital da província. Sua renda andava por 4 contos anuais.

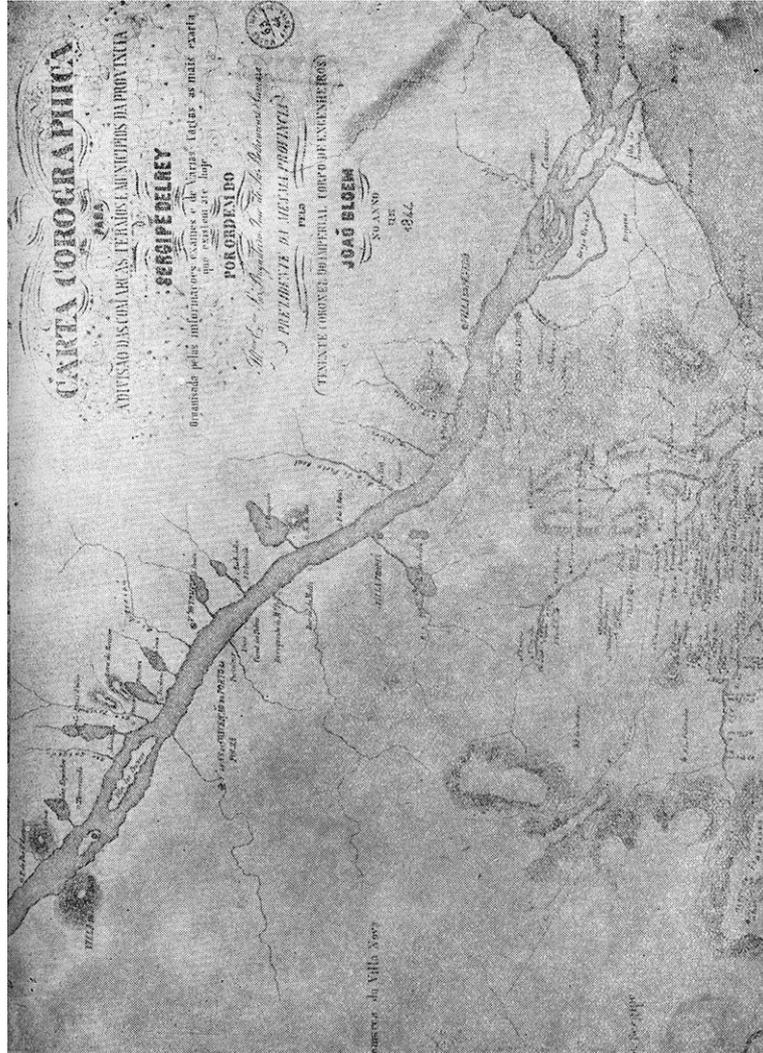
Percorreu a cadeia e o hospital. Viu uma mulher de papo e foi informado que o mal ali não era comum. Na casa da Câmara encontrou retratos (certamente a óleo) de dom João VI, dom Pedro I, e dele, ainda menino.

Recebido, como seria alhures, ao som do Hino da Independência feito na Bahia, ali estava a postos um grupo com música de rebecas.

Viu fábricas de preparar arroz, algodão, farinha e ladrilhos de grés, alambiques de aguardente, serra para fazer caixas de charuto, preparo de óleo de mamona e azeite de ouricuri, bem como a aguardente do fruto cambuim da cor do vinho branco, usada para dores de estômago, nas margens do São Francisco.

Observando as tapagens praticadas no rio, chamou a atenção do presidente das Alagoas, como nocivas à procriação dos peixes. Mostrou-se muito curioso pelos variados tipos de embarcação utilizados no grande estuário.

Seguidamente registra a natureza do terreno às margens do São Francisco, conforme a referência que faz à ilha dos Coquei-



Trecho do rio São Francisco próximo à sua foz, tirado do mapa executado em 1844 por João Bloem.

ros, “de terreno argilo-arenoso com suas camadas e buracos que me disseram feitos pelo martim-pescador para pôr ninho”.

A flora e a fauna do rio despertaram constantemente a sua atenção. Menciona o xiquexique de diversas espécies, e a macambira, bromeliácea de que existe a *atraca*, a *rasteira* e a da *frecha*. Viu muitos cactos, e o cardo chamado *coroa* ou *cabeça de frade* e a banana denominada *dente de porco*. Observou o cipó *cananã* ou *fosfórico*, do qual se desprende fosforescência atritando as suas fibras.

Lá encontrou baunilha, piaçaba, cochonilha e o caroá de que se fazem arreios de montaria.

Examinou uma piranha, da qual tirou um croqui a lápis. Refere-se a muitos animais e aves existentes na região, e como novidade maior, a duas espécies de abelhas, a *cupíra* e a *arapuá*. Faz uma curiosa narração a respeito do processo de obter-se certas cores na plumagem dos papagaios, quando diz: “Informe-me sobre o modo de pintar as pequenas penas dos papagaios, periquitos, etc. Depois de os depenarem esfregam-lhes a pele com algodão embebido no humor viscoso, que transuda uma espécie de rã ou antes perereca e o qual é cáustico, sucedendo que por causa da chuva, escorrendo ele das árvores caia sobre os passarinhos ainda não emplumados e faça com que as penas nasçam variegadas”.

Em toda a parte onde encontrou escolas públicas, o imperador as visitou, registrando a ocorrência, como em Propriá: “aula de meninos com 80 de matrícula e 60 de freqüência, onde um aluno parece ignorar os princípios de autométrica relativos aos quebrados. Também não leram bem e o professor julgo-o pouco apto. Depois vi a de meninas com 99 de matrícula e 69 de freqüência parecendo-me a professora sofrível apesar do seu vestido de seda enfeitado”.

Outros assuntos mereceram o seu reparo, como o feito em *Curral de Pedras*: “O juiz de direito sempre compareceu para o júri, tendo precisado de minha insinuação para fazer uma viagem de rio de 5 léguas. Apesar de bom magistrado, alegava doença, e o clima lhe ser desfavorável”.

Esteve com índios e sertanejos, com trajes e chapéu de couro. Não lhe escapou a observação aos costumes: “As mulheres

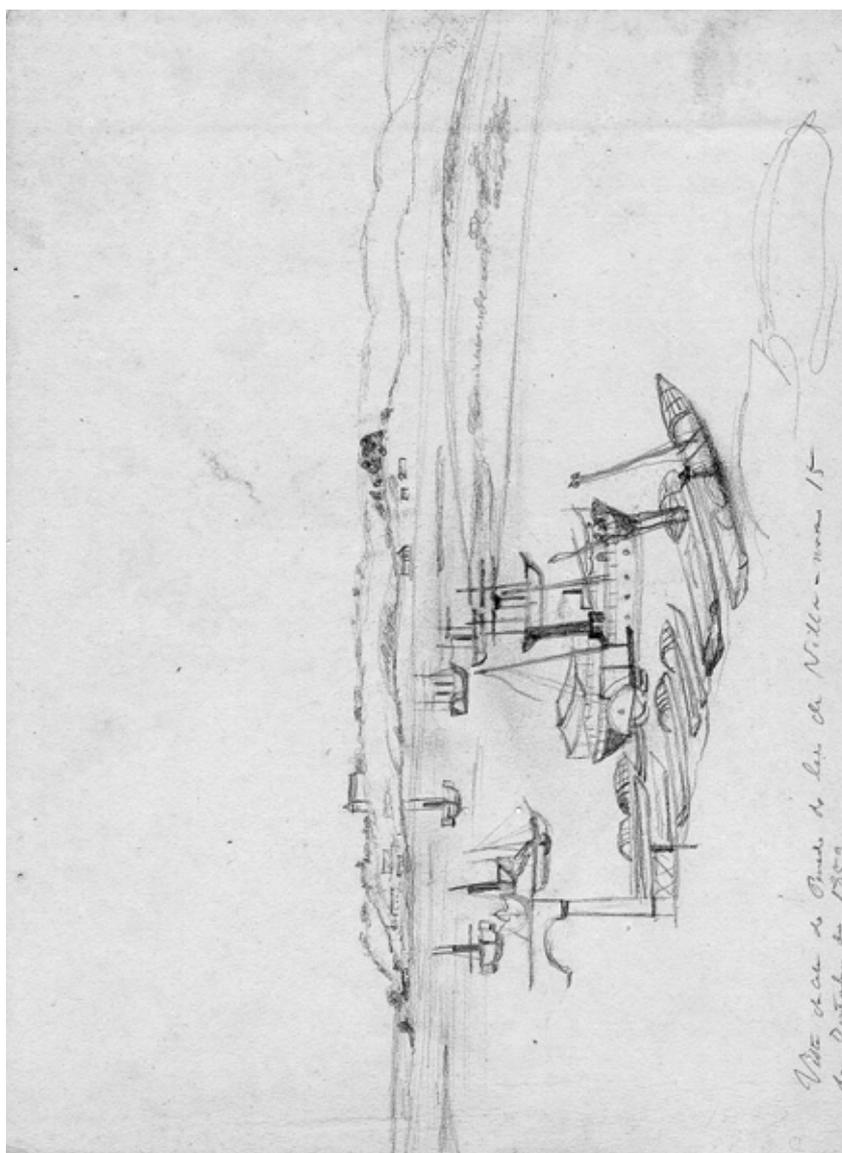
aqui fumam quase todas cigarro, charuto ou cachimbo, vendo cachimbar, que chamam aqui *beber cachimbo*, a uma de 90 anos ou mais talvez”. E ainda: “As mulheres em grande número têm feições regulares e andam sem corpinho de vestido amarrando-o algumas a roda da cintura, ficando as mangas pendentes, tendo quase todas camisa com crivo”.

Nem mesmo deixaria o sr. dom Pedro II de anotar o céu do São Francisco quando escreveu que “Sirius e Canopus formavam duas faixas de luz bem distintas e largas sobre a superfície do rio; Rigel, Betelgeuse, Aldebaran, Achernar e os da constelação de Cassiopéia faziam um belo cortejo e saudoso me lembrei das noites de Petrópolis; assim todos se recordassem”!

Percorreu o imperador todas as quedas de água da famosa cachoeira, e após narrar o fato e os episódios verificados, acrescenta: “Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas, e cabalmente, seria impossível, e sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos”.

A viagem imperial, pelo curso do São Francisco, desde a sua foz até Paulo Afonso, teve pelo lápis de Pedro II um relato desprezioso e por ele próprio ilustrado, como simples virtuose que era. São notas, todavia, cuja leitura agrada e ilustra, além de evidenciar o interesse do imperador pelas coisas do Brasil.

Alcindo Sodré



Desenho a lápis de dom Pedro II, tendo a seguinte legenda, escrita por ele mesmo: “Vista da vila do Penedo do lado de Vila-nova 15 de outubro de 1859” (documento do Museu Imperial).

“Agora é que se avistam vapores por detrás de uma ponta de areia da barra do S. Francisco. 5 e 34’ passamos o cordão ¹; o espetáculo foi belo, e o Iguatemi da estação de Pernambuco salvou ao atravessarmos o cordão; acompanha-nos com um vapor pequeno e o Itajaí; o Pirajá está dentro embandeirado. 5 ³/₄ fundeamos com 7 braças de fundo. O deputado Mendonça veio antes do presidente, o vapor pequeno é de reboque da província de Sergipe. Chega o capitão do porto de Aracaju e disse-me que o vapor de reboque é o Aracaju e levou 11 horas a chegar aqui por causa de dar reboque a um palabote segundo disse o capitão do porto de Aracaju. Chega o comandante do Iguatemi e sua oficialidade. 7 e 35. = Acabo de estar com o presidente e outras pessoas gradas de Alagoas. Já falei ao presidente sobre a navegação do S. Francisco e lhe disse que a minha demora na província das Alagoas não contando a digressão do rio S. Francisco devia durar menos de 15 dias. O vento tem zunido; mas o vapor nem respira. Na ocasião do chá houve um pequeno pirajá.

14 = Dormi bem tendo lido antes bastante. Acordei às 4 ³/₄, agora 5 ¹/₂ já estamos a caminho. Avistou-se vapor na barra que parece ser o Gonçalves Martins. 6 e 25^m Piassabussú. Receberam-me com laços de diversas cores atados em varas e uma música de rebecas e outros instrumentos vinda do Penedo. Pias-

1. Confronto das águas do rio e do mar, formando como que um cordão divisório perfeitamente perceptível pela coloração amarelo-esbranquiçada das águas barrentas do rio penetrando pelas águas espumantes do mar. (Todas as notas que vão colocadas abaixo das páginas, esclarecendo referências de dom Pedro II, foram gentilmente feitas pelo engenheiro Luís Freitas Machado, filho daquela região do baixo rio São Francisco).

sabussú, que ainda há pouco foi criada freguesia tem bastantes casas, porém a maior parte de pau a pique e cobertas de sapé. As da praça da Matriz, que é muito pequena e está arruinada são todas cobertas de telha e há um sobrado menos mau de um José Lourenço estando já concluída metade da casa. A aula de meninos tem 84 matriculados, e um deles não me respondeu mal parecendo-me pelos livros que vi sobre a mesa incluindo uma gramática italiana que o mestre não desgosta de ler; a de meninas tem 40 matriculadas. Os habitantes da povoação andarão por 2 mil e vivem da pesca. Tenho notado mais indivíduos do sexo feminino do que do masculino pelas margens do rio e o Galvão disse-me que já observara isso e que num quarteirão de Aracaju arrolaram-se 400 mulheres e 10 homens. Há uma piaçaba grande; mas que não se utiliza para cordas, dizem que por não servir como a outra qualidade. A vista da barra do rio S. Francisco desta posição não merece os gabos que lhe dá o Vieira de Carvalho. Não vi o oratório de Sta. Cruz, a não ser um telheiro com uma cruz em baixo, que me disseram princípios de uma capela. Estávamos no Apa de volta de Piassabussú as 7 ½ e suspendeu-se daí a pouco. Entre a lagoa e o Brejo Grande acharam-se pela escala no mapa de Halfeld 1867 braças. Junto ao riacho do Caissán comecei a reparar nas flores atirando para cor-de-rosa da cana fístula, árvore abundante, segundo já me parece, e disseram-me que o é, às margens do rio de S. Francisco. As 9 e 12^m na parte superior da ilha do Betume o Iguatemi parou adiante para ver se havia água para o Apa ¹, e às 9 ¼ içou bandeira encarnada como sinal de que não havia fundo suficiente; recuamos e fundeamos um pouco para cima da parte superior da ilha do Betume. Almoçamos, e tardeando tudo o que era preciso para a viagem até Paulo Afonso passamos para o Apa debaixo de forte aguaceiro, largando do fundeadouro às 11 e 20^m. Quis conservar-me sobre a caixa para examinar o mapa de Halfeld em que pus alguns sinais, que em parte mostram a variação do canal, mas tendo cessado a chuva tornou-se a manhã muito quente, e além disto ficava-me perto a máquina e chaminé, o que me obrigou a vir para a tolda de onde sempre fui observando os acidentes do rio e suas margens em

1. Se havia profundidade suficiente para o calado do Apa.



Desenho a lápis de dom Pedro II, abaixo do qual escreveu: "Piranha copiada do natural de que se desencarnaram os dentes superiores, no Penedo em 16 de outubro de 1859".

confrontação ao mapa tanto quanto podia. 12 e 10^m dobrando a ponta do morro do Acaré, onde há um fortim que salvou com um bacamarte, avistou-se Penedo, e depois Vila Nova ¹ na margem fronteira porém mais baixo, distando de Penedo, em linha reta, pela escala do mapa meia légua. Desembarquei no Penedo à 1 e 7^m havendo muito entusiasmo, e estando prontos dois desembarques com os respectivos arcos um à custa do comércio, e outro dos artistas que também arremedaram um fortim de onde atiravam bombas. O Te-Déum teve lugar na igreja do convento dos franciscanos a qual tem sobre a porta a data de 1739 lendo sobre uma porta à direita debaixo do peristilo do templo a de 1708. O pregador franciscano maçou-nos tendo aliás escolhido tema adequado em que o psalmista diz *flumina plaudite manu* e a música muito longa alternando com o cantochoão dos padres arranhou-nos os ouvidos; creio que era a mesma do Piassabussú. Estavam reunidos em parada dois corpos da guarda nacional. Há 3 comandantes de corpos de que um é quase que nominal, José Vicente de Medeiros, por isso que tem optado o lugar de juiz de paz. Pedi ao presidente da Câmara que me dissesse a data exata da criação da vila do Penedo, e ouvi-lhe que a renda da Câmara anda por uns 4 contos anuais; uma das verbas é a arrematação das tapagens ² do rio sobre as quais já chamei a atenção do presidente das Alagoas, como nocivas à pobreza, e à procriação do peixe no rio. Já pedi frutas daqui, e o *specimina* de todas as curiosidades desta parte do S. Francisco.

Depois das 5^h fui ver a cidade, tendo entrado na igreja de São Gonçalo do Amarante, que chamam o Bonfim do Penedo, talvez por haver aí festa muito concorrida, mas não merece o título, por ser muito pequena e o bairro muito menos aprazível. Segui para o cemitério que tem uma vista muito bonita, precisando de muralha que o cerque, para a qual deu a Assembléia Provincial 4 contos, e já se tem gasto 2 com os materiais não vendo a obra começada. Depois vi a casa da Câmara onde há 2 retratos menos maus de meus pai e avô e um meu de quando criança. Esta

1. Vila Nova, hoje Neópolis.

2. Por ocasião das cheias anuais do rio, ele transborda e inunda os baixios marginais. Fecham a boca do canal de entrada das águas com tapagens feitas com tabocas (espécie de bambu) para prender os peixes nas denominadas "lagoas" e pescá-los com facilidade.

casa a que está pegada a da cadeia ameaça ruína por estar sobre uma ribanceira apoiando-se em pedras soltas; projetaram um paredão, que ficou em princípio, apesar de despendidos segundo disseram 16 contos, e ter alicerces fracos. A rocha, o penedo é de grés, que serviu para as calçadas e edifícios da cidade e pode ser utilizado noutras obras, tornando-se ramo de comércio, mas esta gente nem ainda cuidou de regularizar a navegação do rio de S. Francisco. Atrás da casa onde moro, do comendador Araújo, há um terraço com bela vista para o rio, parte superior ao Penedo, e porto de desembarque, onde vejo as embarcações do rio com a câmara coberta de cerrada pindoba à proa, observando até numas vigias dos lados para a entrada do ar ¹. Um dos filhos do Araújo disse-me que a baunilha só se encontra daqui a 2 léguas ou mais; assim como que ouvi achar-se também algum tanto distante a cochonilha, e que o caroá que deverei encontrar para o lado do sertão desde Pão de Açúcar não serve só para cordas, mas também para tecer arreios de cavalos. Serão 8 ½. Um homem gritou do terraço superior ao arco triunfal no desembarque arranjado pelos artistas no largo perto de uma casa umas palavras que mal ouvi; mas pareceram-me querer ser versos. Os dois desembarcadouros assim como as casas da cidade, que me disse o presidente da Câmara Municipal ter de 6 a 7 mil almas. Há muitas casas boas, e algumas de 3 andares, e decerto muito maior que a de Valença, quando a visitei. O local é muito bonito, e creio que devera estar aqui a capital da província. A água que se bebe aqui é boa de sabor e dizem que não faz mal depois de demorada por algum tempo nos vasos onde a guardam ². As músicas que têm tocado sofrivelmente são da guarda nacional e polícia de Maceió. Esquecia-me dizer que depois da Câmara Municipal fui ver a igreja de S. Gonçalo Garcia cuja fachada tendo sobre a porta a data de 1770, não deixa de ser elegante, e tem relevos em pedra grés, o interior não é feio, e pena é que esteja arruinada. Mostraram-me quando fui até a ponte do Camartelo um oratório da

1. As canoas grandes do baixo São Francisco têm uma tolda na proa, que é o camarote de dormir, todo coberto de palha de uma palmeira chamada pindoba, e tendo dos lados, na parte mais baixa, umas quatro a seis aberturas para ventilação, a que chamam de janelas.

2. Depois de demorar algum tempo nas jarras e potes, a terra fina que estava em suspensão na água se decanta e por isto melhora a sua potabilidade.

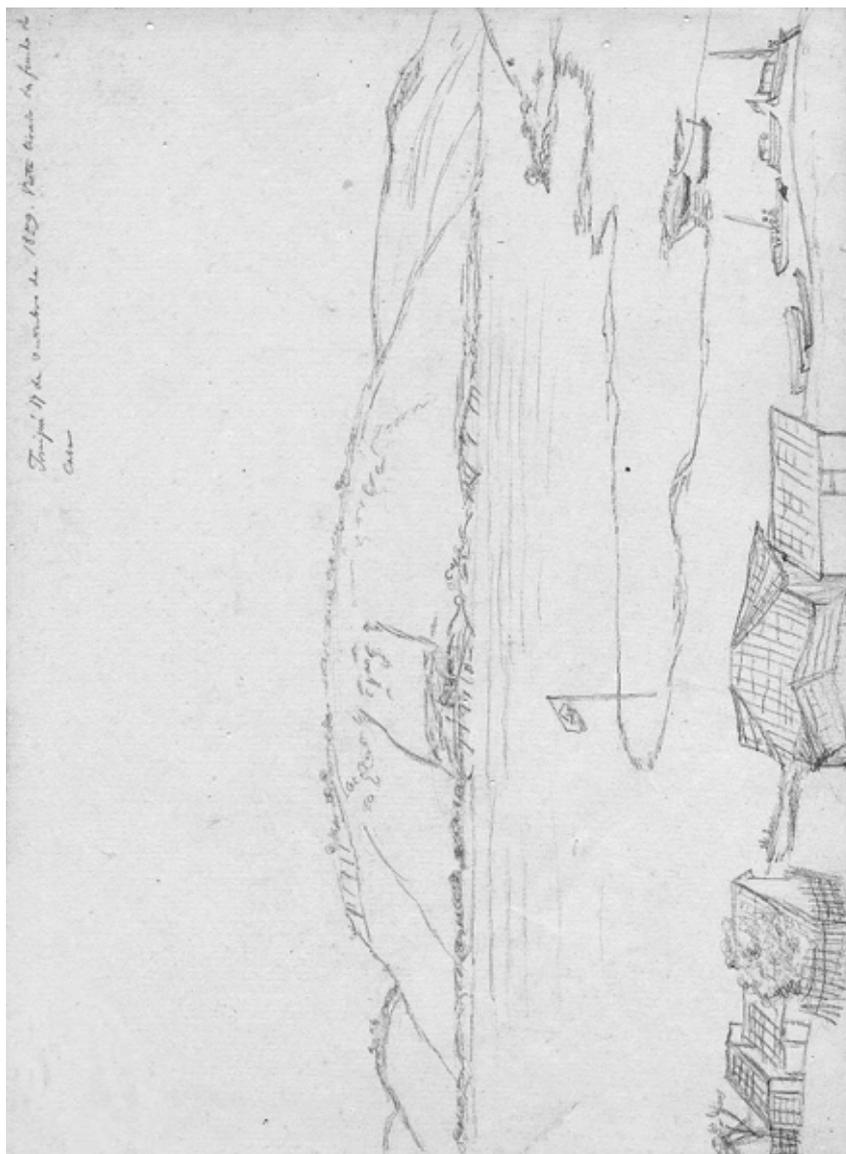


“Depois de S. Braz, 16 de outubro de 1859”, escreveu Pedro II identificando seu desenho.

invocação da Santa Cruz. 9 – Acabo de ver uma piranha de que tirei uma cópia. Tem 12 dentes em cima e outros tantos em baixo, se não me enganei na conta, e estes últimos maiores, sendo todos muito agudos, e de base larga; as escamas parecem douradas em muitos pontos, hei de vê-la de dia. Os vapores que me acompanharam na entrada da barra e o Gonçalves Martins chegaram aqui depois das 5, o Aracaju veio comigo até cá.

15 = Acordei antes das 5, e estive lendo. Logo que clareou fui tirar a vista da banda da Vila Nova de uma das janelas do lado direito para o fundo da casa. Perto de 6 ½ saí e fui à matriz, que é bom templo, depois visitei o convento de São Francisco cuja inscrição da porta da igreja verifiquei ser 1739 e não 59, como diz o Vieira de Carvalho. Um lado do claustro é de 1789, e os outros 3 de 1820 feitos sob a direção de um frade que morreu há 2 anos. Subi ao mirante, que não tem má vista. A igreja é toda dourada e com pinturas no teto e a capela funda à esquerda antes de chegar à capela-mor pertence à Ordem Terceira, cobrem em dias de festa o chão de uma espécie de junco que parece capim. Não souberam dizer a data da construção do convento, que aliás parece dever ser a da ala com data de 1789. O convento tem seus morcegos e no Te-Déum vi um esvoaçando pelo trono do sacramento. Daí fui ao Rosário dos Pretos, e depois à fabrica de Araújo e filhos. As diversas máquinas são movidas por uma de vapor de 10 cavalos de alta pressão. Prepara o arroz para o comércio tendo os instrumentos precisos para descascá-lo e limpá-lo. Há 6 pilões, ventilador, e polidor. Aprontam 30 alqueires daqui ou 150 do Rio por dia. Há duas outras máquinas de descarçar e ventilar para limpeza do algodão, vendo eu o chamado quebradinho, que é o melhor, e abundante felpa, longa e resistente, e pouco caroço, vendendo-se na Bahia o algodão preparado nessa fábrica e da qualidade mencionada 2 mil réis mais caro que o de outra qualidade. Há prensa para enfardar o algodão ensacando pouco porque as máquinas só recentemente começaram a trabalhar, podendo descarçar e limpar 30 arrobas cada uma das máquinas. Também vi uma serra horizontal para fazer tabuinhas de caixa de charutos serrando um palmo por minuto e duas tábuas de cada vez se estreitas, cujo consumo é avultado na Bahia. Construíram dois fornos, um já acabado e o outro por terminar, com máquinas para amassar a farinha, estender a

massa e cortá-la para biscoitos: a mó para amassar é de pedra do rio de S. Francisco, do morro da cal em frente à Vila de Propriá. Vi ladrilhos de grés daqui perto que vão ser postos numas das oficinas. Tratarei agora do fabrico do óleo de mamona. Há duas prensas hidráulicas e outras de mão, porém de grande força segundo dizem os Araújo, feitas estas em Pernambuco, na fábrica de C. Storn e Cia. 1850, para espremer a mamona, de que compram mil alqueires dos daqui por ano, faltando já mamona ainda que a plantação aumenta muito, pois há outras fábricas, tendo o Araújo plantado o rícino a princípio por experiência; a melhor mamona é a chamada de 7 canadas, de que levarei urna porção de semente. A primeira pressão é a frio e dá o óleo medicinal que depois se purifica. O bagaço comprime-se depois a quente para extrair o óleo de iluminação, que também é purificado e de grande consumo. O medicinal parece tão bom como o *Castor oil*. Fazem outras qualidades de azeite notando o do ouricuri, espécie de coco, de bela cor, e aromático. A purificação faz-se numa caldeira de capacidade de 120 canadas de 10 garrafas cada uma, e é maior do que precisa por ora o fabrico. O bagaço da mamona é o que alimenta o fogo das fornalhas da máquina de vapor, e também serve para estrume, principalmente para o capim, havendo já muitos pedidos desse estrume da Bahia. Depois fui à fábrica do Pinheiro. Motor máquina de vapor de 8 cavalos creio que de alta pressão. É de aprontar o arroz para o comércio, na razão de 150 alqueires medida da Bahia em 12 horas. Limpa-se por máquina o arroz em casca. Vai para a mó; ventila-se, vai para os pilões que são 6; ventila-se; pula-se, separa-se o inteiro do quebrado; todo maquinismo veio da Inglaterra, e o arroz passa por meio de elevadores movidos pelo vapor como na fábrica dos Araújo de um plano inferior para outro superior. A água para a caldeira da máquina vem do rio por meio de um cano e de uma bomba. Segui para a fábrica do Pinho de fazer óleo de mamona. Tem uma prensa hidráulica, outra não hidráulica feita na fábrica de C. Storn e Cia. 1854 e uma terceira da bolandeira todas movidas a braço. A primeira dá 6 canadas daqui de óleo, a segunda 6, e a terceira a mesma quantidade por dia. Purifica-se o óleo numa caldeira; mas parece que mal, não o vi. Há alambique pouco digno de atenção para cachaça. Fui depois visitar o alambique de Patosi (?) e Vilas



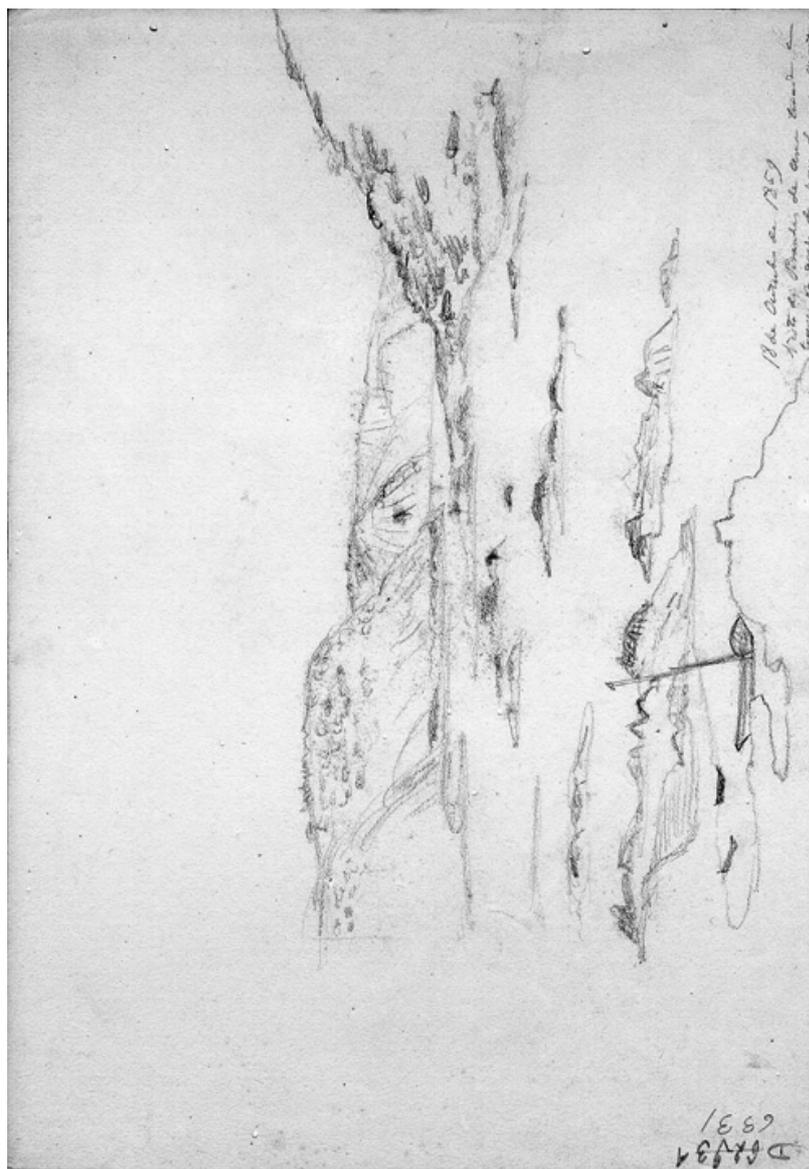
“Traipu, 17 de outubro de 1859. Vista tirada do fundo da casa”,
escreveu dom Pedro II.

Boas. Há 2 depósitos para mel de 13 mil canadas daqui cada um. 12 depósitos para fermento do mel, cada um de 5 pipas, preparando-se o fermento noutra depósito de 20 pipas. Em 8 a 9 meses que é o tempo do trabalho da fábrica diário, quando há mel, que houve pouco nesta safra, destilam-se 12 mil canadas daqui de aguardente. O Nunag, (?) irmão dos de Pernambuco, dono do engenho do Genipapo em Cururipe, que aí apareceu, disse-me que se fazia nas margens do S. Francisco bastante aguardente do fruto cambuim, da cor do vinho branco pouco doce e usada para as dores de estômago. Defronte desta fábrica há 3 peças sem carreta; que têm atirado por diversas vezes desde a minha chegada aqui. No depósito de aguardente da fábrica, há 38 pipas, de que já se tirou aguardente contendo cada uma 65 canadas daqui. O Villas-Boas disse que a aguardente é de 20 a 21 graus; mas não tem bom cheiro e não parece tão forte. Depois corri as aulas: a de latim, tem 36 matriculados, freqüentando-a até 30. Amarílio Olinda de Vasconcellos traduziu bem *Phedro e Virgilio, Eneida*, que aliás já conhecia; mas o professor padre Godoy parece mau, e a cadeira aqui é inútil senão prejudicial. Aula de meninos: matriculados 112, freqüência de 70 a 80. Achei um menino José Fernandes de Araújo muito esperto. Aula de meninas dirigida pela mulher do mestre da que fica já mencionada; 44 matriculadas; freqüência de 20 e tantas, e havia poucas por ser dia feriado, havendo hoje feira aqui. Outra aula de meninas: 35 de matrícula, freqüência 20 e tantas; a primeira professora pareceu-me melhor, nas aulas de meninas a aritmética não passa das 4 operações. Vi aí as alunas divididas em 2 grupos das vencedoras tendo na parede de seu lado uma bandeira desenrolada, e defronte a das vencidas também com bandeira mas enrolada. As duas únicas divisões de merecimento não parecem suficientes, e o inspetor dos estudos Titara disse-me que cuidava da reforma da instrução pública.

Antes de ir às fábricas estive na feira na rua da Praia e junto a esta nada vi de característico, e apenas comprei por 6 vinténs três pucarinhos com uns pequenos alguidares de barro. Todos os gêneros da terra são muito baratos. Vi segunda mulher de papo e bem grande; mas disseram-me que não há esta afecção na terra. O espetáculo mais curioso na feira é o dos barcos, que já des-

crevi, abicados à praia ¹. Fui também ao hospital dirigido pelo humano dr. Berkett; é pequeno, mas bem tratado como permitem as circunstâncias; todavia notei que os remédios venham da casa do dr. Antes de vir para casa fui visitar a cadeia, que tem três enxovias com alçapões para o 1º andar, cozinham dentro das enxovias e os presos têm diária ajustando os víveres à grade da prisão. Abertos os alçapões sobe cheiro forte de bafio. Ao pé da casa entrei na igreja da Corrente, creio que da N. Sra. desta invocação; é bonito templo com dourados; mas não tão espaçoso como a matriz. Esta tarde antes de ir a Vila Nova apareceu-me um capitão reformado de Henriques de Pernambuco Atanásio José Rodrigues, filho do Penedo, de idade de 75, que se diz descendente em linha reta de Henrique Dias. No caminho do lugar do meu desembarque para a matriz e não longe dela vê-se um oratório com a seguinte inscrição sobre a porta – Oratório que a custa de sua fazenda manda fazer o sargento-mor João de Araujo S^a A^o Dão 1769. Às 2 ½ desembarquei em Vila Nova dirigindo-me a igreja do Rosário que serve de matriz, e feita a oração fui ver as obras da nova matriz que é vasta, e onde se lê bastante alto sobre a porta a seguinte inscrição: Demolido em 1813 Vigr^o. Ant^o. do C. Brum. Reedificada em 1854 José C. da Fraga. Mestre Miguel A. de Vasc^o. Está em osso, e apenas há a talha de um altar lateral junto ao cruzeiro. Visitei a escola de meninos cujo professor tinha vindo para o Penedo por causa da festa, constando que a esta escola somente concorrem 7 ou 8 meninos. A casa é imprópria. Fui depois à de meninas onde se achavam presentes 22 alunas informando a professora que parece muito moça e é mulher de um velho major reformado de linha Leandro, e talvez por isso trouxesse capela de virgem, que são 26 as matriculadas. Algumas delas lêem e uma delas de 4 irmãos, da família Costa, todas de cara viva fez uma conta de dividir com prontidão e certeza lendo menos mau. Houve muitos vivas e foguetes, e mostraram-me um lugar pedregoso onde os holandeses tiveram um curtume, achando-se assestada sobre o monte perto uma peça que aí mandou colocar, por ocasião da independência o barão de Cotindiba tendo sido achada entre os despojos de um navio de guerra português que deu à costa na

1. As canoas atracam nos portos com a proa em diagonal à beira do rio.



“18 de outubro de 1859. Vista de Piranhas de Cima tirada através da grade de pau do meu quarto” (dom Pedro II).

barra do S. Francisco, salvou agora. Disseram-me que havia perto angico, de cuja casca se servem para o curtimento dos couros; prometeram-me o que pudessem apanhar desta planta.

Depois do jantar fui à aula de francês que tem 14 alunos matriculados e onde o Amarílio não traduziu mal uma fábula de Lafontaine, outro respondeu sobre gramática sofrivelmente e o professor parece bom, sendo contudo o que não admira, pois não é francês nem tratou os desta nação, a pronúncia é muito má.

Dei ainda uma volta pelo sítio do comendador Nascimento vendo de passagem através da cerca uma plantação de café pertencente a um português Domingos de tal Cravo, sogro de um dos Araújo. Depois tenho tido a beijar-me a mão e requerer bastante gente, estando aí no largo pela segunda vez uma banda de músicos que julgo serem os mesmos de Piassabussú e do Te-Déum. Daqui a pouco (são 9 e 25^m) vou dormir, que tenho de ouvir missa na igreja da Corrente às 4 ½ e partir às 5. O Bitancourt deu-me duas granadas das que se supõem ter pertencido aos holandeses. Na casa de Joaquim Serapião de Carvalho também, segundo ele se acharam vestígios semelhantes.

No Penedo e Vila Nova constroem-se até patachos. A carne e pão de Penedo são bons, a água não pesa no estômago; porém não farta apesar do muito que se bebe.

16 – Largamos às 5 ½. A cidade do lado de cima apresenta um aspecto curioso por causa do terreno que parece formado de pedras de cor parda sobrepostas que julgo de grés. Na Boassica, fazenda do tenente-coronel Bitancourt, sogro do desembargador Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, com uma capelinha pitorescamente situada sobre um monte, recebeu o vapor leite de uma canoa que parece ter vindo de lá. 7 menos 9 encalhamos pouco adiante do morro do Sangombira, brevemente desencalhamos procurando o canal. A margem da ilha dos Coqueiros, terreno argilo-arenoso apresenta claramente duas camadas, e buracos que me disseram feitos pelo martim-pescador para neles pôr o ninho.

Defronte do morro Vermelho avista-se o cone do morro da Priaca a NNO ficando a igreja de N. Sra. dos Prazeres a rumo de N. Em frente desta igreja parece o lugar mais estreito que se tem encontrado até aqui, achei na escala 375 braças. Às 8 e 25^m rodamos muito para a margem direita para procurar o canal perto da ilha das Garças. Às 9 avistou-se Propriá de pouco adiante

do engenho Miahú; na margem direita pouco aquém de Propriá observam-se as mesmas estratificações distintas, mas não consideráveis, como na ilha dos Coqueiros, e em outros pontos tanto de uma como de outra margem, segundo observei depois. As ilhas espraíam para o lado de cima; o que não deixa de ser curioso ¹. A viração de SE já era feita às 9 ³/₄. Morro de cal com grandes lajes escuras e inclinadas para o lado do rio, com que calçam e ladrilham em Propriá, vendo-as também no terreno da vila, perto do rio. Propriá é uma vila de 3.000 habitantes com algumas casas boas e de sobrado, e uma fábrica dos herdeiros de Ezequiel Henriques, de descascar arroz, com máquina de vapor que desejei visitar; mas não o realizei por achar a porta fechada. Houve muito entusiasmo e cordialidade dispersando os foguetes, sempre abundantes. Fui logo à Matriz, que não é mau templo com dourados e capela do sacramento e ao Rosário pobre igreja, nada dizendo do Te-Déum, porque foi igual ou quase igual ao do Penedo menos no cumprimento, e faltado sermão. Também há um oratório da Santa Cruz. Visitei a aula de meninos com 80 de matrícula, e 60 de freqüência, tendo uma pedra como em aula de matemática, apesar do aluno que já era apresentado, como instando em proporções parecer ignorar os princípios de aritmética relativos aos quebrados. Também não leram bem, e o professor julgo-o pouco apto. Depois vi a de meninas; 99 de matrícula, e 69 de freqüência, parecendo-me a professora sofrível, apesar do seu vestido de seda enfeitado. A aula de latim tem 5 alunos de matrícula e 3 de freqüência. O professor parece-me muito medíocre, e a aula é inteiramente inútil. Visitei a casa da Câmara, que é muito pequena, dizendo-me o presidente padre Ramalho, que a renda é de 700 tantos mil réis anuais, tendo sido a arrematação das tapagens que dá conto e tanto destinado para conserto de uma ponte, que vi indo à fábrica de descascar arroz; também lhe ouvi que a vila foi criada em 1802; ficou o presidente da província de dar-me informações mais circunstanciadas sobre esses pontos. Almocei aí numa casa preparada por uma comissão e depois de ter falado a diversas autoridades, e recebido requerimentos e representações, deixei a vila largando o Pirajá

1. As ilhas são formadas de terras e areias movediças arrastadas pelo rio, em sua correnteza de cima para baixo, e por isto elas se espraíam para o lado de cima.



“Manhã de 20 de 8bro de 1859”.

às 2, tendo aí chegado às 10 $\frac{1}{4}$. Antes de voltar à província de Alagoas repararei um esquecimento falando de minha visita às duas mesas de rendas geral e provincial do Penedo. Hei de ter mapas curiosos das duas repartições, e na provincial vi como se inspecionava o algodão e mostraram-me fardos em que o centro onde se costumava furar para o exame tem algodão limpo, e os lados o têm misturado com fragmentos de caroço. Não se permite a exportação do refugado ou rejeitado cujos fardos se marcam com ferro molhado em tinta assim como aprovado sem ser novamente preparado; mas não se declara a qualidade. De Propriá fui ao Porto Real do Colégio, onde houve antiga igreja e convento dos jesuítas, que já não existem havendo duas casas no lugar do convento, e nova matriz no da antiga igreja, de que aliás se aproveitaram alguns materiais e dourados para o altar-mor. Tem aula de meninos cujo professor não estava presente, o que não é de reparar por ser domingo. Apareceram-me bastantes descendentes dos índios de raça já bastante cruzada, trazendo alguns cocares de penas com seus arcos e flechas e de jaqueta atirando um deles por ordem minha duas flechas, das quais acertou uma num mourão assaz largo e a pouca distância. A povoação é pequena e miserável, distando de Propriá, para cima, muito pouco mais de $\frac{1}{2}$ légua em linha reta. Avistei S. Braz da altura do Tibiry às 3 $\frac{1}{4}$, cheguei defronte de S. Braz às 4, retirando-me às 4 e 25^m. É povoação menor que a do Colégio sua freguesia, mas o povo parece menos pobre, e parece que ainda fazem o sabão da terra de cinza e sebo, como o vi na feira do Penedo. Tem duas igrejas de S. Braz e Rosário. Perguntando ao 3^o juiz de paz quantas almas *tinha*, falava da povoação, respondeu-me muito religiosa e filosoficamente que uma só, parece a estupidez personalizada. Há aula de meninos numa casa de sobrado, enquanto não fica de todo pronta outra nova térrea, e o professor padre Pedro não estava presente. O rio do Penedo para cima ainda é muito mais bonito e interessante. O morro do *Gaio* é de pedra lameliforme inclinadas as lâminas para o rio, com bastantes cactos de boa altura, mais folha oblonga e de arestas. A lagoa Comprida é o ponto do rio que mais me tem agradado até agora, e aí vi ao longe um bando de marrecas voando da margem direita para a esquerda, havendo entre as duas margens a distância pelo mapa de 562 braças. Tenho visto

mais plantações de arroz na margem esquerda que na direita, parecendo aquela mais fértil por mais baixa junto ao rio e ser a outra também mais pedregosa. No Maguengue ainda há curtumes e vi plantações viçosíssimas de cana, mandioca, feijão e arroz. Na lagoa vê-se um terreno plantado cuidadosamente. Às 6 e 20' fundeu o Pirajá pouco para cá dos Currais e passei para a galeota às 7 menos 10, chegando às 8 a Traipu rebocado pelo barco à vela, que o Pirajá tem rebocado. Ainda nada vi de Traipu senão inúmeros rojões, uma ladeira, em que o João de Almeida Pereira quase caiu, e a casa da Câmara onde me hospedaram e estava quase vazia de tudo, não tendo as janelas senão portas. São 10, vou descansar, e o que mais lembrar escreverei amanhã em Pão de Açúcar.

17 – Depois de acordar às 5 tirei uma vista do rio em Traipu. No Traipu também há bom pão, carne de vaca, assim como nas outras povoações existindo em Propriá 3 padarias, das quais duas estão ameaçadas de fechar-se com grande prazer do dono da terceira padaria que foi quem deu a notícia. A igreja de Traipu é pequena mas decente construindo-se agora a torre, o terreno é pedregoso em forma de lâminas, xistoso. Depois de orar na matriz fui dar um passeio às lagoas onde plantam o arroz e colhi diferentes plantas e flores do campo que levo com os competentes rótulos e algumas itãs ou conchas de marisco que se cria nas lagoas. Passei pelo cemitério que é cercado de muro de pedra e cal, como não sucede ao do Penedo, e fui às aulas; a de meninos que tem 77 matriculados e 10 a 50 de freqüência e a de meninas com 54 de matrícula e 19 a 20 tantas de freqüência; não me satisfez lendo as meninas gazetas, só a dos meninos dividiram bem. Há casa de sobrado e vi uma com vidraças. Criam gado vaccum, ovelhum e cabrum. Na porta da casa onde me hospedei havia alguns guardas nacionais vestidos à paisana com espingardas velhas das quais um não tinha fechos. Ao embarcar falou-me uma mulher de nome Ifigênia Maria dos Santos, queixando-se de que tendo-lhe deixado o marido por sua morte 5 contos, tudo lhe tomaram, sem que lhe fizessem justiça. Cheguei ao Pirajá às 9, e este largou às 9 e 10. Antes de sair a passeio tirei às pressas uma vista do fundo da casa que deita para o rio.



“20 de 8bro de 1859”
5 3/4 - 6 e 10”

Pouco adiante de Traipu na margem esquerda ¹ está o buraco de Maria Pereira que é um vale só curioso pelo alto morro à direita de quem entra de micaxisto, parecendo em alguns lugares minas e nuns troncos de grandes árvores carcomidos e deitados. Trouxe pedras desse vale tiradas de uma cerca de pedras secas dos morros. Vi o lugar onde se diz ter se escondido a Maria Pereira, sendo apenas uma reentrância pouco funda na montanha, e aí se achavam uma moça de nome Maria e um rapazinho, a moça respondeu muito desconfiada de dedo no lábio inferior que coçava. Na fazenda perto e à esquerda do caminho para quem entra nela há uma plantação de mandioca. Voltei para bordo às 10 e já ventava SE fresco, que durou até de noite pela volta das 10, durando cerca de 12 horas, fenômeno cotidiano e digno de nota ². Defronte da lagoa do Meio vejo a formação lameliforme xistosa, na margem das Alagoas, mostrando-se esse lado estéril como o de Sergipe. Às 10 ½ fui ao curral de Pedras vila de recente criação, voltando às 11. É povoação muito pequena com capela decente, muitos cactos de folha oblonga e de aresta, e algumas de espalmada, sendo o terreno de pedra lameliforme xistosa. Trabalhava o júri tendo sempre vindo o juiz de direito Ugolino de Freitas e Albuquerque, que precisou de minha insinuação para fazer uma viagem de rio de 5 léguas a fim de presidir a um júri, que tem de julgar um só processo, contudo passa por bom magistrado, alegando que sofre e o clima lhe é desfavorável. Fui ver a aula de meninos com 8 matriculados e 5 estão presentes. O que o mestre deu por mais adiantado dos presentes e único que já lia estava atrasado em latim e em contas, apesar de bastante tempo de estudo em diversas aulas como a que eu visitei. O professor disse-me que sabia latim por eu lho perguntar vendo um dos tomos da Eneida sobre a mesa. Observo falta de uniformidade nos livros que se lêem nas aulas. A sede da freguesia está a 5 léguas, pelo rio, e mais uma para o interior. No Curral de Pedras vi uns poucos de sertanejos com seus trajes e chapéu tudo de couro, pouco adiante do Curral de Pedras vi na margem es-

1. Na margem esquerda de quem sobe o rio.

2. Um dos destaques de navegação da zona do rio São Francisco entre Porto Real do Colégio e Traipu, é a direção SE do vento, em consequência da serra da Tabanga, que margeia o rio pelo lado de Sergipe. É um dos trechos mais perigosos da navegação à vela no baixo São Francisco.

querda pedras lameliformes em número sofrível com a mesma inclinação para o rio, que já notei na margem direita e é quase constante. No Curral de Pedras um velho disse que tendo chegado o homem do mando este estava para acabar o que não sentia muito por ser velho. 1 menos 7^m passamos pelo porto da Folha em Sergipe, onde finda a terra do morgado pela banda de baixo segundo creio. Os animais são muito pequenos nas margens do S. Francisco principalmente de Traipu para cima. O sol hoje tem estado ardentíssimo valendo-me o vento SE fresco. Soube que disseram ao Jacobina que 3 coisas se respeitam nas margens do S. Francisco: a lama da Cotinguiba, ¹ a justiça de Vila Nova e a sífilis do Penedo, e com efeito aí anda solta perto de Vila Nova a filha do barão de Cotinguiba, que assassinou, e já foi condenada pelo júri pendendo de apelação, o ano passado, estando o mandatário na cadeia de Penedo, e vivendo ela no Brejo com o amante seu co-réu, e no hospital do Penedo em que aliás há só 16 doentes só se encontra quase sífilis. Há uma parte do rio para cima do morro do Ajó, margem direita em que vi alguma cultura; tem currais abertos para o rio, donde não temem a invasão do gado, para semear arroz. Neste lugar às 2 e 10^m encahamos avistando pela proa a bem situada capela de N. Sra. dos Prazeres, qual outra Penha do Rio de Janeiro. 2 ½ desencalhamos. Às 3 cheguei defronte da ilha onde está o morro da Capela de N. Sra. dos Prazeres. Fui a terra, e subi por um lado, descendo por outro, para tornar a subir e descer pelo mesmo por que subira, circulando por fim parte da base do morro do lado inferior do rio, mas não ouvi eco, e só me disseram com visos de certeza, que ao navegar o rio para baixo se ouve das canoas, quando não venta, que costuma ser de noite, o eco da voz de quem fala de cima da ribanceira desse lado. O poço de que fala o Vieira de Carvalho fica distante 2 léguas segundo o que disse um velho que acrescentou ser a água do poço, que se comunica durante as enchentes com o rio, tão fria que os tanxafeiros não mergulham por muito tempo nela. A letra, que o mesmo velho lhe diz conhecer sem contudo entender o que está escrito,

1. A famosa fertilidade rizícola de Cotinguiba provém da lama fertilizante que o rio deposita aí nas suas cheias anuais.



“Cachoeira de Paulo Afonso. Manhã de 20 de 8bro, de 1859”
(Dom Pedro II).

acha-se na serra da Tapera e Pedra da Bola de 18 a 20 léguas de distância, e que aí existe um *Lavor* que não é de arte não é para gentes como ele. Soube neste lugar que o cactus que alimenta a cochinhilha chama-se quipá, e o de folha oblonga, que mais tenho visto, e há bastante no morro da igreja de N. Sra. dos Prazeres, assim como em menor número uma espécie do de folha espalmada, xiquexique. Na praia de muita areia incômoda há uma planta que alastra e forma uma verdadeira rede para os pés. O Jacobina disse-me que em Traipu as pessoas que foram ver o vapor pediam para lhes mostrarem os cavalos, que puxavam o barco, admiraram muito a sua *grandeza*, e os pratos de prata com comida, que da escotilha, queriam a porfia ver na câmara. Defronte dos Itãs na margem das Alagoas há um morro com muitas pedras lameliformes. Às 4 e 42^m encalhamos pouco abaixo da lagoa Funda ² defronte da ponta da Júlia, desencalhamos pouco depois 5 menos 10^m, paramos para procurar o canal, tornamos a andar; paramos novamente para o mesmo fim, andamos, tornamos a parar, e às 5 e 12^m estávamos inteiramente safos da coroa ² quase defronte do Cajueiro. Depois da lagoa, que é um lugar muito bonito, alargando bastante o rio torna-se melhor o terreno para a cultura de que há alguma em ambas as margens. Escureceu perto de S. Pedro Dias ³. Cheguei pela volta das 8 à vila do Pão de Açúcar. Receberam-me com muito entusiasmo, e um anjinho entregou-me a chave da vila. Defronte desta povoação há uma grande coroa de areia, que me cansou atravessar, e com a luz dos foguetes, que não tem faltado por todo o rio parecia o rio gelado. O juiz de direito disse-me que ainda não tinha aberto segunda vez o júri este ano nos dois termos da comarca por ter estado doente. O juiz municipal recita uns versos que junto. Esquecia-me dizer que havia junto ao lugar do desembarque, que arranjaram com algumas tábuas e coqueiros, uma música de rebecas e outros instrumentos que tocavam o Hino da Independência feito na Bahia, que era cantado por pessoas que me seguiram até chegar à casa da Câmara, que está sofrivelmente arranjada, ainda cantaram o

1. Lagoa Funda, hoje Belo Monte.

2. As areias movediças formam baixios a que os navegantes chamam simplesmente coroas ou coroas de areia, denominação que também designam as praias de areias nas margens do rio.

3. Ilha de São Pedro.

hino depois. Senti muito calor esta noite é verdade que também o colchão é de paina mas creio que também o tem sido nos outros lugares e nunca suei como esta noite. A povoação tem de 1.000 a 2.000 habitantes e a municipalidade renderá 200 a 300 mil réis por ano. O juiz de direito Monteiro de Andrade, que também o é da Mata Grande passa por chefe do partido liberal extremo, o municipal é alheio a partidos e o promotor da família Mendonça. No Penedo não havia à venda arroz descascado, que todavia se encontra em Pão de Açúcar.

18 – Acordei antes de 5, e pouco depois das 6 fui dar um passeio pela vila. A matriz é pequena, mas decente, só tem inteiramente pronta a capela-mor, o resto acha-se coberto. Há uma bela rua direita longa e muito larga, e outra perpendicular também direita, porém menos longa e larga. Só vi a uma casa de sobrado a da Câmara onde me hospedei. O nome da vila não é bem cabido pois que o morro é antes um mamilo pedregoso do que Pão de Açúcar. Largamos às 7 menos 10^m. Na altura de Traíras vejo plantações de arroz em ambas as margens e algumas árvores de verde-escuro, ¹ andamos 4 ½ milhas por hora, a regular como o tenho feito pelo caminho andado segundo o mapa do Halfeld que de Pão de Açúcar até Piranhas é cópia feita à pressa pelo Boulanger. 8h. A má qualidade do carvão que queima o vapor fez com que as faíscas incendiassem o toldo de bandeiras, mas apagou-se com a água das talhas que trazemos com água para beber. O contrato de fornecimento de carvão não especifica a qualidade dizendo que seja de qualidade superior, quando há uma menos boa que reputam de classe superior. 9 ¼ Bonito. Nada tem disto. 9 ½. Vejo pela primeira vez pedras no rio saindo da margem direita, do Bebedor, e havendo também do lado da margem esquerda. Não há baixios no rio desde Pão de Açúcar até estas pedras. O vento é fraco e o sol fortíssimo. Na altura da ilha do Ferro ² vêem-se plantações tanto na ilha como na margem das Alagoas, as duas margens continuam a não apresentar-se estáveis como entre Propriá e Traipu; o rio vai-se estreitando – 10 e 8^m. Chegamos à altura do Armazém ou Entre-

1. Deviam ser o pau-ferro, de que extraem anilina preta para tingir roupa.

2. Não é ilha, mas chama-se ilha do Ferro, e quando o rio enche e transborda contorna o lugar, ilhando-o temporariamente.



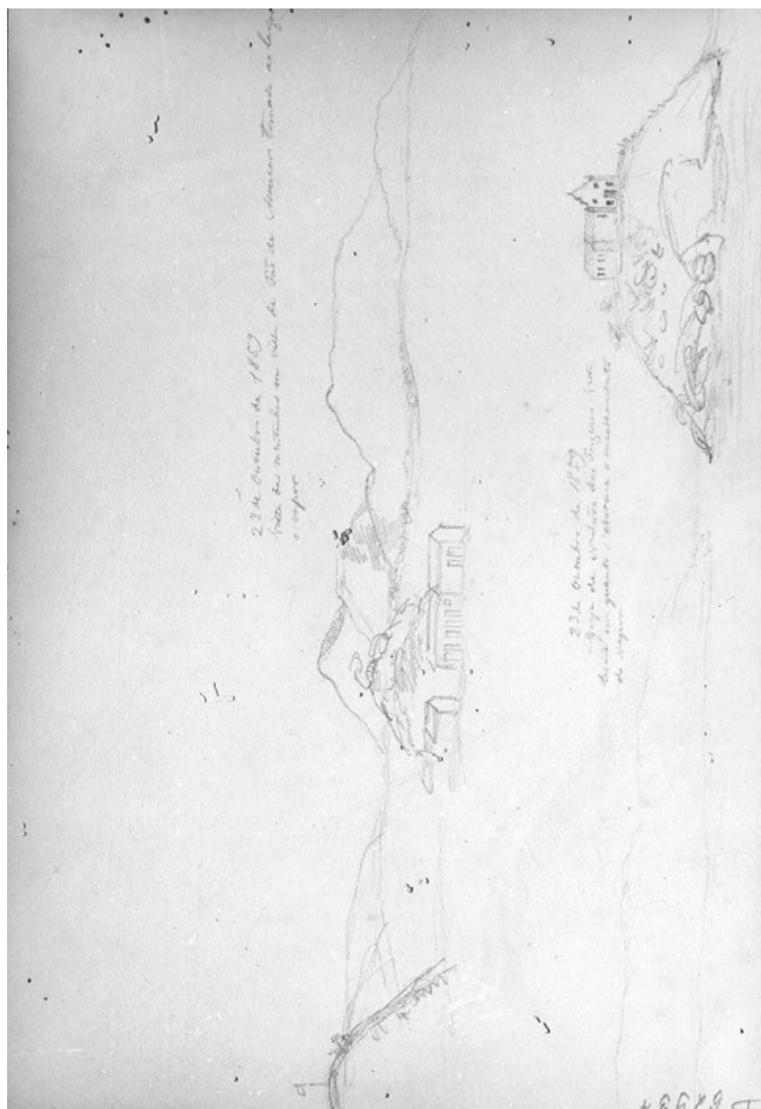
Cachoeira de Paulo Afonso. Aspecto tomado do "Limpo do Imperador".

montes, margens muito áridas. 10 e 20^m. O vento está um pouco mais forte. 11 menos 20^m. Lugar da Alegria na margem esquerda, e do Colete na direita, pouco adiante, o rio passa depois por entre dois altos morros de aspecto de coque terroso chamando-se o da margem esquerda o da Caçamba; há muita pedra de aspecto lameliforme porém, não muito pronunciado no rio de cor atirando ao preto e luzidia; o rio estreita muito. Tem-se visto socós voando pesados como o ar; o vento não tem refrescado e o sol *torra pão de ló*. Vejo no morro da margem algumas pedras avermelhadas parecendo conter protóxido de ferro, quase no fim da base deste morro vê-se uma praia de areia batida que parece o talude de uma muralha cavada. 11 Avista-se Piranhas de Baixo; pouco depois encontram-se muitas pedras pelo rio, e há novo incêndio no toldo, que se apaga do mesmo modo que o outro. Perto de Piranhas o rio está cheio de pedras. Vou para cima da caixa de uma das rodas avistar ao espetáculo da passagem do Pirajá por estes sirtes, ² e felizmente vencendo uma corrente que talvez lhe diminuiu metade da marcha fundeu junto a Piranhas de Cima às 11 ³/₄, atravessando um cavalo o rio nesse momento; as piranhas não mordem nesta parte do rio segundo dizem. Rebocou a galeota, e um barco que conduzia diversas pessoas; mas para a descida não se poderá dar reboque por causa da corrente que mal deixará evitar as pedras. Ao desembarcar no monte de areia, um dos piranhenses disse – que solão! Gostam muito de tais aumentativos. As duas Piranhas têm 300 a 400 casas muito pobres na aparência, e é subdelegacia. O aspecto do lugar é tristíssimo e o calor horrível, sendo o vento quente ao menos quando aí estive, apesar de tornar-se às vezes tão forte que é preciso fechar as janelas, isto é ficar quase às escuras. Encontrei aí um engenheiro das Alagoas capitão Charambuque, como o chamam aqui, o qual nada sabia quase da estrada, que lhe encarregou o presidente preparar, entre Piranhas e Paulo Afonso, e se apresentou de chinelas, por causa diz ele de um incômodo no pé, tem 72 anos e pertenceu ao batalhão de estrangeiros 28. Tirei uma vista à pressa do rio junto a Piranhas de Cima através da grade de pau da janela do meu quarto e depois dormi até o jantar. Tendo custado muito a reunir os cavalos partiu sempre

2. Escolhos rochosos perigosos à navegação.

comigo grande parte dos cavaleiros, ficando o resto e as cargas para depois, às 5 e 35^m, para a fazenda dos Olhos d'água. Antes de partir chegaram cento e tantos guardas nacionais de Mata Grande com seus oficiais, apresentando-se os guardas de jaquetas brancas ou escuras e sem armas, já tinham estado há dias em Piranhas, esperando que eu chegasse mais cedo, e agora vieram da cachoeira aonde se haviam recolhido. O meu guia foi um fulano de tal Calaça conhecedor deste sertão até Juazeiro, e dos Cariris novos, onde segundo me disse as mulheres emprenham na estação do piqui, excelente fruta, mas algum tanto enjoativa para ele por causa do *oroma*, pronuncia dele, que me deu notícias curiosas. Soube por ele que o gado come o xiquexique no tempo da seca queimado por causa das pontas dos espinhos, ou revolvendo-os para quebrá-las; a gente também os come depois de assados e o Calaça prefere-os ao aipim. Esta espécie de cactos é a que chamam também alastrado, mas há outras duas da mesma forma, uma de ramos às vezes muito compridos e alta chamada facheiro; por que os ramos secos servem de archote, como me serviram depois que anoiteceu, dando luz muito clara, e a outra baixa de nome caixa-cobri, comendo o miolo de ambas o gado, e também a gente do mesmo modo que a 1^a. Há uma árvore chamada fonela cujo entrecasco em cozimento bebido ou posto sobre as feridas cura-as. O terreno é arenoso ou pedregoso, e muito árido abundando o xiquexique das diversas espécies e a macambira espécie de bromeliácea, de que há a *atraca*, a *rasteira* e a da *frecha* com o seu pendão enegrecido. O gado come o miolo de todas menos a *atraca*, e a *rasteira* só depois de queimada; a gente come o miolo da *rasteira* e do da *frecha* depois de assado. Na fazenda dos Olhos d'água fiquei mal acomodado na senzala – nome que convém à casa que aí há – mas sempre arranjei cama em lugar de rede e dormiria bem, apesar das pulgas, cujas mordeduras, só senti no outro dia de manhã se não fosse o calor, e a falta de água que é péssima aí, ¹ tardando a de Vichy que vinha na bagagem pela falta de condução. O Jacobina escreveu-me lastimando a falta de animais para carga, apesar do presidente contar, como repetiu por vezes, com 200

1. Isto é bem expressivo da aridez do sertão nordestino: perto de um rio como o São Francisco, falta água e a pouca que se tem é péssima.



“23 de outubro de 1859. Vista das montanhas na vila de Pão de Açúcar, tomada ao
largar o vapor”;

“23 de outubro de 1849. Igreja de N. Sra. dos Prazeres. Vista tirada enquanto
se evitava o encalhamento do vapor”.
(Notas do punho de d. Pedro II)

animais, e dizendo que já havia dois doentes de febre, que ainda se não sabia se era a que já matou alguns há dias, e ainda grassa em Piranhas de Baixo. Resolveu-se ordenar ao Montaury que fosse para o vapor, que se separassem os doentes dos sãos, se a febre fosse epidêmica, e o vapor descerá em tal caso para o Armazém, onde nos embarcaremos, indo até lá por terra que são 2 léguas de Piranhas de Cima. Enfim chegou, ou antes acharam, de madrugada, a água de Vichy e muito bem me soube um copo dela. Já me estava vestindo tendo acordado antes das 4, e às 4 e 37^m partimos dos Olhos d'água para o Talhado, fazenda de gêneros alimentícios e algum gado do que chamam por aqui major Calaça, que parece muito curioso de agricultura, possuindo na povoação de Água Branca 6 léguas do Talhado um sítio com muitas frutas, e entre elas uma banana que não conhecia chamada dente de porco. As atas ou pinhas não têm fruto agora como sucede ao umbuzeiro de que o Calaça me mostrou um pé no caminho e abunda nestas paragens principalmente na mata de Água Branca. Por aqui há emas, veados e mocós, espécie de furão que vive nas tocas e mata os ratos; aparecem, mas raras, as suçuaranas.

19 – Chegamos ao Talhado às 6 ½. Vi no caminho uma espécie de cardo redondo, com uma coroa mais ou menos saída e vermelha, rente ao chão, que chamam coroa, ou cabeça de frade; o gado procura com jeito, por causa dos espinhos que são terríveis, arrancar a coroa ou abri-lo por outra parte a fim de matar a sede com a água que ele contém. Vi também o caroá, espécie de bromeliácea, que às vezes cresce muito dando o fio muito resistente depois de macerado por 15 dias. Pouco antes de chegar ao Talhado o sítio do Poço da Onça que é um buraco nas pedras de uma torrente, os montes íngremes e áridos, em cujas cavidades se abrigam enormes morcegos e mocós, apresentam às vezes o aspecto e casas e castelos arruinados como o figuram umas pedras sobre um morro na margem direita, e pouco para baixo de Piranhas de Cima, vistas desta povoação. É o lugar mais curioso pela configuração do terreno que tenho achado até agora, e lembra algumas vistas das montanhas da Palestina do lado da Arábia, sinto não ter tempo para copiar essa paisagem des-

consoladora. Os riachos são torrentes, e num cujo álveo de areia como são quase todos atravessamos antes de chegar ao Talhado abriram um poço onde a gente daqui vai tirar água, tornando a abri-lo, quando os animais o fecham com os pés; contudo o sr. Calaça apanha a água da chuva, e é bem boa a que nos dá para beber assim como tem uma casinha bem arranjada e limpinha para estas alturas, cujas paredes ele mesmo pintou, não tendo posto vidraças nas janelas por conselho econômico da mulher. Antes de vir há 3 anos habitar aqui tinha casa de negócio na Água Branca mas tanta gente o procurava para arrancar-se em sua casa que por bem entendida economia, não sei se houve conselho da Penélope, fugiu para aqui onde cuida do seu milho, arroz, feijão etc., da sua vaquinha e cabrinha, e enfim vive mais sossegado da bolsa, esperando eu poder agradecer-lhe o bom agasalho de um modo que há de ser grato a seu coração de bom pai de família; ¹ em todos os casos lembrar-se-á de que lhe não fui pesado somente. O almoço foi muito bom; porém aqui só há biscoitos. Serão 11 ou 11 ½, o meu relógio ficou com o Paiva, e não sinto calor; venta fresco há tempo e às vezes sopra tão forte, que um capuchinho abrindo há dias uma das janelas o vento quebrou o vidro de uma imagem, que orna com outras o quarto onde escrevo agora deitado em sofrível cama-pé, podendo haver maior reboliço. Pouco tempo depois de chegarmos o Mello descobriu um bichinho de cochinha. Antes do almoço apareceu um velho pobre que disse ter 90 anos *fora os que mamou*. Estou sentindo no pé a impressão, creio eu que de um espinho de carrapicho que muito incomoda por estes sertões; já no passeio do morro de N. Sra. dos Prazeres apanhei alguns que atravessaram o couro da botina e a meia tendo de arrancá-los com uma das pinças do dr. Vindo de Olhos d'Água encontrei periquitos e maitacas que agora comem o fruto do algodão que dá bem no mato, e xexéus que apenas arremedam tristemente o som do seu nome. O Calaça disse-me que não se ouve muito de longe a cachoeira porque depois de terem quebrado uma ponta de pedra ronca menos.

1 ¼ Dormi até agora depois de ter escrito. Faz calor intensíssimo. O sr. Calaça trabalha só com três pretos e os

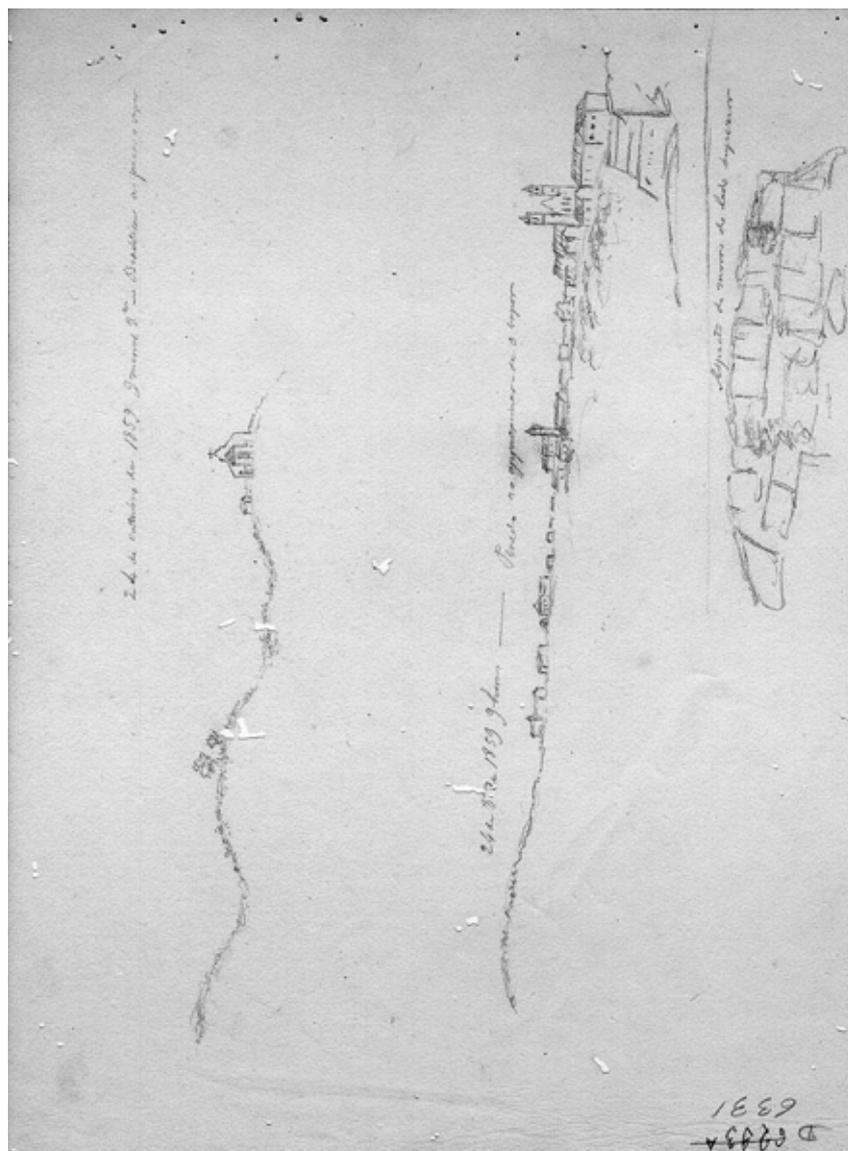
1. Consta que d. Pedro II protegeu a educação e instrução de um dos filhos do capitão Calaça, formando-o em engenharia, profissão que exerceu com destaque.

filhos na fazenda do Talhado e no sítio, e diz que seria rico se possuísse 8; o dono da fazenda dos Olhos d'Água é mais rico porém não de atividade que o sr. Calaça (Manoel José Gomes). Disse-me que ainda não havia legenda da mãe-d'água e que lhe atribuíram mesmo qualquer esboroamento nas margens do rio e que o peixe crumatá podia despenhar-se da cachoeira sem ficar morto, se caía sobre a barbatana da cauda. Saímos do Talhado às 5 menos 10^m e chegamos ao Salgado, casa de um Gomes, às 7. No caminho vi mandacarus muito alterosos e grossos, dizendo-me o Calaça que dos troncos de alguns se podiam serrar tábuas de mais de 2 palmos de largo – é uma espécie de cactos de ramos divididos em gomos longitudinais, que ainda o são em outros no sentido de seu comprimento, o fruto come-o a gente e o gado – e árvores de angico não muito altas, esgalhadas, de cerne avermelhada e folha miúda, dando uma goma como da Arábia. Encontrei alguns bois e vacas gordas, dizendo-me o Calaça que havia muito pasto, onde eu só veria aridez, pois verdejam quase que exclusivamente os cactos e bromeliáceas. Os cavalos também são bons, ainda que para maiores marchas lhes dão milho e despejam no seu passo tanto caminho como os cavalos do sul a meio galope ¹. Há muitas rolinhas esbranquiçadas, e pombos de asa branca, espécie de trocaz. Vi o caracará muito grande. Há bastantes casas de cupim nos xiquexiques, e uma abelha chamada cupira costuma fazer mel nelas. Ainda não vi o mocó; porém o Jequiá prometeu-me um vivo que tem. Perto do Salgado começou a choviscar, clareando sofrivelmente os fuzis ao anoitecer, e agora venta com muita força caindo grossa chuva, disse-me o Calaça, contra a minha opinião que não choveria hoje, e que havia às vezes chuva de pedra por estes sertões; porém rara; creio que venta sul. Quando entrei em casa havia aí muitos homens e ainda mais mulheres como sempre que me queriam e tive de ficar em exposição dando o beija-mão porque todos gritavam – queremos vê-lo – traze luz – acende o facheiro! Já estou escrevendo na minha cama que é boa, e a hospedagem em geral é muito superior à de Olhos d'Água; bebe-se água do rio, e parece tão boa como a do Penedo e outros lugares. Espero

1. Cavalos aparentemente fracos e ruins são, entretanto, resistentes e bons marchadores.

um caldo com galinha e biscoitos pois não há arroz nem pão para depois de comer tratar de desenhar. Antes do jantar no Talhado receberam-se participações de Piranhas de que os dois doentes iam bem e a moléstia não tinha caráter epidêmico atribuindo o dr. Propício Pedroso a febre à insolação. Amanhã continuarei.

20 – No Talhado o Mello viu as cabras com os chifres e o Calaça disse que era de comerem os xiquexiques só dos espinhos. O gado come bem o pasto seco como agora, e quando morre mais é na passagem do verde para o seco. Partimos do Salgado às 2 da madrugada e chegamos a Paulo Afonso pouco depois de 5 ½. Na distância de menos de légua é que se ouviu o ruído da cachoeira. Logo que me apeei comecei a vê-la, e só voltei para casa podendo torcer a roupa do corpo molhada por causa do exercício. Depois das 10. É bellissimo o ponto de que se descobrem 7 cachoeiras que se reúnem na grande que não se pode descobrir daí, e algumas grandes fervendo a água em caixão de encontro à montanha que parece querer subir por ela acima; o arco-íris produzido pela poeira d'água completava esta cena majestosa. Dizem que a névoa d'água vê-se na distância de léguas, do lado de Água Branca; mas não o creio, apesar do Jequiá asseverá-lo, e só perto da cachoeira é que borrifava, quando constava que a meia légua da cachoeira já se sentia o chuvisco. Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas e cabalmente seria impossível, e sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos. O terreno é todo pedregoso, e se muito se tem exagerado a respeito desta cachoeira, não sou eu exagerado dizendo que há verdadeiro perigo em percorrer todos os pontos de vista da cachoeira, e principalmente descer à furna dos morcegos, como eu fiz, dando contudo 3 quedas nesta última exploração felizmente sem me machucar; uma mulher do local que se arriscou a empresa não foi tão venturosa; pois deslocou ossos do metacarpo, rachou o beijo e pisou a maçã do rosto e o olho, o dr. Abreu logo lhe aplicou os aparelhos. Se soubesse o que era a tal furna não teria descido a ela, contudo a sua abertura é muito alta descendo a parte superior e subindo a inferior até o fundo, havendo duas aberturas que a comunicam com outra menor. Parece que o rio as abriu amontoando na sua entrada milhões de pedras, troncos e ramos, dando o movimento das águas aos paus as formas as mais

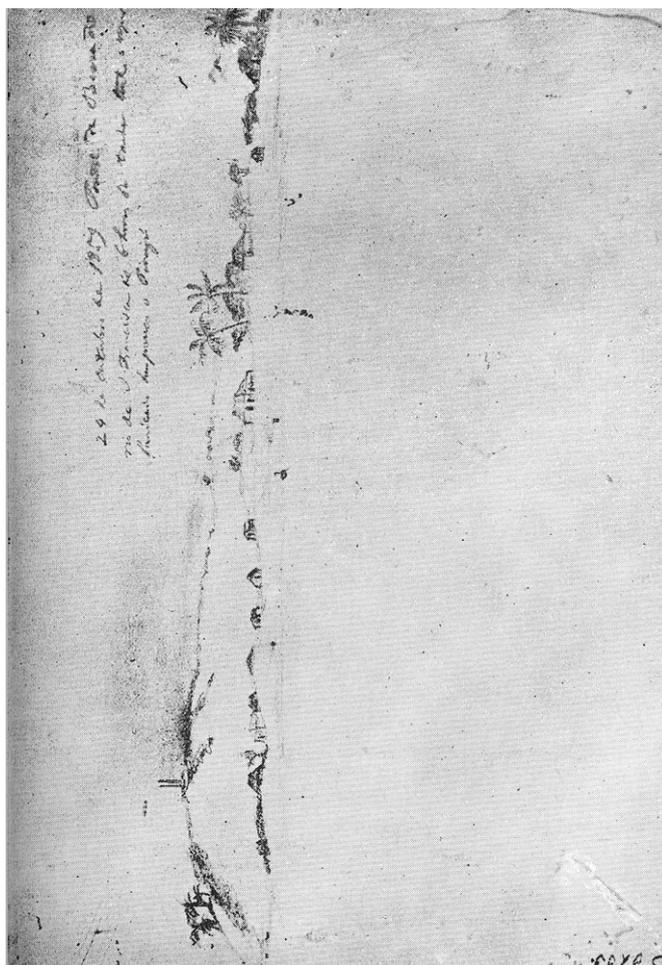


“24 de outubro de 1859, 9 menos 8^m. Boassica ao parar o vapor”. 24 de 8bro de 1859. 9 horas. Penedo ao se aproximar o vapor”. “Aspecto do morro do lado superior” (Nota do imperador).

curiosas. Não há muita falta de luz na furna, e os morcegos são pequenos. Deitara-se às vezes terra do teto principalmente quando fazem fogo para matarem os morcegos tão prejudiciais ao gado. Colheram-se pedrinhas trabalhadas pelas águas curiosas, e apanhei algumas plantinhas secas da pedra em que me assentei no meio das 7 cachoeiras. Felizmente não tem feito muito calor, e de tarde tem ventado bastante; a trovoada de ontem serviu, o rio já está mais cheio da manhã para a tarde. Parece-me que o Halfeld aproveitou quase que exclusivamente, para seus desenhos, o ponto aonde esta tarde fui a cavalo, esboço nº 3; é belo mas não admira como a vista que se aprecia do centro das 7 cachoeiras, cujas águas redemoinhando com estrondo se despenham à esquerda para formar a queda de maior massa. A água que se tem bebido é excelente, e o barracão armado sob a direção do coronel Pedro Vieira de Mata Grande é bom e cômodo se não chover, porque o telhado de ramos deixa passar a luz demais.

21 – Saímos de Paulo Afonso depois das 5 porque custou muito a reunir os cavalos. A duas léguas e meia da cachoeira tornei a ver a bela quixabeira, árvore cujo frutinho preto come a gente e o gado. Vi como na ida os ninhos do casaco-de-couro, pássaro do tamanho do bicudo ou do curió, sendo todavia aqueles grandes e feitos de ramos que custa compreender como foram conduzidos no bico ou nos pés. São espinhosos às vezes exteriormente; porém dentro apresentam-se muito lisos e divididos em dois compartimentos. A caraibeira também merece menção porque deixa as folhas cobrindo-se de flores amarelas no tempo em que o rio começa a encher. O açanã espécie de gavião soltou de vez quando seu triste canto, e disseram-me que para o lado do Penedo e no sertão da Bahia havia o acarua espécie de jacu menor, que canta muito. Vi o tingui cujo leite branco serve para matar peixe. Os nhambús também cantaram. O xexéu canta por aqui pouco. O Calaça disse-me que na casa da abelha arapuá se achava uma pedra, há de ser alguma secreção endurecida que é bom remédio anti-sifilítico e o conhecimento de tais remédios revela a propagação de semelhante flagelo. Cheguei ao Salgado às 7 ½ passado ao pé da lagoa da Cruz que conserva quase sempre águas e atravessado o fundo de outras duas as *seca* e de *fora*. As mulheres aqui fumam quase todas cigarro charuto ou cachimbo, vendo cachimbar que chamam aqui *beber cachimbo* a uma de 90 anos ou

mais talvez; no Traipu descobri um charuto na mão de um rapaz que tem 13 para 14 anos. O dr. Abreu tirou os cabelos das pestanas de uma mulher que por falta de asseio os tinha deixado entrar no globo do olho e receitou para um homem que dizendo-lhe o dr. que devia tomar um remédio que viria dentro de um papel perguntou se também devia botar também o papel no remédio. Disseram-me aí que a 2 léguas do Talhado há num lugar chamado Lajedo gravadas na pedra letras, pés de ema, cabeças de gente e outras figuras, e que a 3 léguas do Salgado, no serrote da Botija há também letras gravadas numa pedra mostrando outras ter sido pintadas de vermelho. O presidente ficou de mandar copiá-las. Neste sertão há cascáveis e jararacas. Partimos do Salgado às 5 ½ e chegamos ao Talhado às 7 e 40^m. No caminho atravessamos como na ida o fundo das lagoas Comprida do Peba Seca e Comprida que já têm hoje alguma água da trovoada da noite de 19. Acho aqui um mulherio imenso que não pude deixar de dar a mão a beijar assim como a alguns homens; quase todos são mais ou menos mamelucos. Muita desta gente aqui e no Salgado trouxe-me presentes; mas eu só aceitei os daqueles que pude saber nessa ocasião que mereciam esmola. Disseram-me que os campos há muitos anos não apresentam tanto pasto. Os bois servem para carga, e vi um que anda quase no mesmo tempo e espaço que andaram os cavalos, os quais se dizem *desobrigados* quando não precisam de esporas. As mulheres em grande número tem feições regulares, e andam sem corpinho de vestido amarrando-o algumas a roda da cintura ficando as mangas pendentes, tendo quase todas camisa com crivo. Informei-me sobre o modo de pintar as pequenas (sic) dos papagaios, periquitos etc. e disse-me o Jequiá, que depois de os depenarem esfregam-lhes a pele com algodão embebido no humor viscoso, que transuda uma espécie de rã ou antes perereca e o qual é cáustico, sucedendo que por causa da chuva escorrendo ele das árvores caia sobre os passarinhos ainda não emplumados e faça com que as penas nasçam variegadas. Soube já que o Calaça foi major da guarda nacional antes da nova organização ficando depois desta capitão. Calaça é alcunha ou apelido como dizem por aqui e foi-lhe posto em menino por se parecer no gênio trêfego com um homem de nome fulano de tal Calaça; o costume dos *apelidos* parece vulgar no sertão, e o Calaça disse-me que *indo ao dicionário* viu que Calaça



“24 de outubro de 1859. Ponte da Bessa do rio de S. Francisco, às 6 horas da tarde, tendo o vapor fundeado há pouco o Pirajá”.
(Dom Pedro II)

significa uma posta de carne. Tem 8 filhos entre *machos e fêmeas*, e um dos meninos chama-se Aristóteles por que o padrinho assim quis desejando ele chamá-lo Salomão; o mais velho é já professor público de 1^{as} letras em Água Branca, e o outro estuda no colégio do Abílio na Bahia, e segundo diz o Abílio ao Calaça tem muito talento desejando este mandá-lo estudar engenharia militar. Junto à casa do Calaça há um cercado de paus de braúna que abunda neste sertão.

22 – Saímos do Talhado às 4 menos 5 por ter custado a reunir os cavalos, e chegamos a Piranhas às 8 menos 5. Aí almoçamos, e por causa do vento que nos devia ajudar a manobra difícil da descida só partimos ao meio-dia, e muito nos custou a ganhar a corrente do rio sem tocar nas pedras, tendo a âncora agarrado nas pedras o que nos obrigou a abandoná-lo, sendo antes de aproarmos com a corrente trazida para bordo pela gente de um barco do rio que desprende a poder de braços. Vimo-nos livres do pior passo às 1 $\frac{3}{4}$, formando a poeira d'água produzida pelo embate d'água nas águas das rodas do vapor um pequeno íris nas águas de bom-bordo. Chegamos ao Armazém ou Entremontes às 3 $\frac{1}{2}$; jantamos aí na casa de um Anacleto Brandão, cuja família é quase tudo nesta povoação, sendo um dos filhos o capelão, outro o médico, e outro oficial da guarda nacional, tendo agora o médico pedido 50\$000 por dia ao presidente para cuidar dos doentes de Piranhas de Baixo, e às 4 fomos ver a capela construída por um homem como cumprimento de voto pelo seu restabelecimento de cólera-morbo. A povoação, segundo me disse o Anacleto será de 300 habitantes; ele aí tem uma loja, mas o comércio é menor que nas Piranhas, onde me informaram que andava no ano de 300 a 400 contos, sendo um fulano Fausto o factótum de Piranhas, contra o qual tive queixa de uma mulher por haver ele tomado para si uma besta do pai dela. Parece que depois de 9 meses sem culpa formada por ordem de um subdelegado cuida menos de política que é ativa entre liberais e conservadores, em Piranhas. O Fausto creio ser o chefe dos conservadores e o Campos dos liberais. Às 5 horas largou o Pirajá de defronte do Armazém e chegamos ao Pão de Açúcar depois das 7. Logo que avistaram o vapor soltaram do alto do morro desse nome foguetes ao ar, que produziram belo efeito, assim como os que subiam de diversos pontos estando todas as

casas da vila iluminadas. A galeota encalhou antes de chegar ao desembarque, mas por fim saltei em terra – na areia, e oferecendo-me um cavalo segui nele com as pernas encolhidas por causa dos estribos muito curtos até a casa do Câmara, por entre imensa gente e ao som do hino tocado e cantado da Independência composto na Bahia. Vieram as meninas e meninos das duas aulas de 1^{as} letras com flores e poesias, e o juiz municipal poetisa novamente; não é bem uma nova poesia que ajunto com as quadras dos meninos. Um menino que me apareceu na sala deu-me um sagüi muito engraçado. Esquecia-me dizer que na viagem tivemos bastante vento, que tornou o rio quase num mar buliçoso, mostrando o Pirajá desejos de dançar, e que o ajudante-de-ordens do presidente explicando-lhe as qualidades do cavalo disse-lhe que o animal tinha *equipado mas não tinha obras baixas*. Chamam quartau ao cavalo entre o fino e o de carga.

23 – Acordei às 5, e tenho estado a escrever. Vou agora dar um passeio até acima do Pão de Açúcar, ouvir missa, e visitar as aulas, deixando esta povoação depois do almoço às 10 horas. Continuo a escrever do Pirajá onde me embarquei às 9 ½. A vista do alto do Pão de Açúcar é bonita. Antes da missa fui às aulas e durante aquela a música tocou muito mal a ária, de *La tremenda ultrice spada*. Não me parecem maus os professores ainda que a mestra se me afigure vaidosa nos seus modos ainda que noto falta de uniformidade nos livros que usam, copiando-se na aula de meninas trasladado em inglês; e estando estas divididas em Grécia e Toria (sic). Há uma menina bem esperta que é a que tem dado vivas e leu como outros e fez sofrivelmente a conta de multiplicar, que é a em que se acham as adiantadas apesar de anos de aula; também respondem satisfatoriamente bem como outras as perguntas de catecismo. Há 39 matriculadas e de freqüência 25 a 26. Na de meninos um mais esperto dividiu sofrivelmente, e os que leram o fizeram do mesmo modo. O professor tem apenas 1 mês de serviço, e pediu há pouco que lhe mandassem exemplares do catecismo. Os meninos e meninas que tenho examinado têm sido designados por mim. Disseram-me em Pão de Açúcar, que o gado vai encarecendo mesmo mais para cima do rio, e que um sendeiro chega ao preço de 100\$000. Largamos do Pão de Açúcar às 10. Às 10 e 40^m fomos para São Pedro Dias e às 11 e 10 o vapor tornou a seguir. Haverá na aldeia 100 índios e muitos portugueses. Aqueles



Fotografia tirada em Pão de Açúcar, vendo-se dom Pedro II, comitiva e personalidades locais.

queixam-se destes que lhes aproveitam as terras dizendo o diretor interino, frei Dorotéu capuchinho que os índios são indolentes, e quando não plantam dão terras aos pobres *às vezes sem exigir renda alguma*. Algumas mulheres pediram-me para não sair de lá o vigário encomendado fr. Dorotéu, e os mesmos índios dizem que ele é mau diretor porém bom vigário por ser muito religioso. As pedras de que fala o Vieira de Carvalho estão numa casa particular conforme disse o fr. Dorotéu; mas não as vi porque o sol está ardentíssimo. Encontrei 3 beatas, tendo já visto uma em Paulo Afonso a qual me disseram ter-se tornado beata por conselho de fr. Dorotéu, e ser de família conhecida ... de preto com cordão branco na cintura e fazem promessa de castidade. A igreja pequena está bem conservada mas voam os morcegos. Defronte da povoação há grande coroa de areia e tive de passar da galeota para uma canoa, e desta em cujo banco me pus a princípio a cavalo, por segurança para a prancha. Disseram há pouco que o capitão Antônio Joaquim acusado de mais de um assassinato acompanhou-nos como guia no passeio de Pão de Açúcar, e o promotor *guardava-se* para instaurar-lhe processo depois de minha visita. Observou-se por duas vezes uma espécie de tromba de areia formada pelo vento na margem esquerda do rio. 11 ½ defronte do Limoeiro tendo andado do Pão de Açúcar 3 léguas em rio. Toda a digressão gasta 10 minutos; tem 50 casas, uma capela menos má, e um oratório; é juizado de paz e não há aí nenhuma autoridade policial, mas um fiscal; pertence à freguesia de Pão de Açúcar, 12 e 20^m defronte da lagoa Funda. Volto ao vapor a 1 e 25^m. Fui à capela que é pequena e com morcegos e depois à aula de meninos que estavam no desembarque com os lenços arranjados como bandeiras com dísticos, trazendo também o seu o professor que deu vivas desesperadamente assim como outro. O professor serve há mais de 2 anos e os mais adiantados apenas sabem ler e dividir sofrivelmente. Ainda não deu catecismo, e o menino que o professor chamou disse mal o Credo. 25 matriculados e 16 freqüentes notei uniformidade entre os livros desta escola e os da de meninas de Pão de Açúcar. Antes de embarcar-me de volta vi o lugar onde estão abertos os alicerces para a nova capela, maior que a outra cuja subida é incômoda. Tem só juiz de paz, e de 400 a 500 habitantes; pertence à freguesia de Traipu. O Antônio Joaquim

acompanhou-nos *mostrando entusiasmo*. 2 ¼. Gastamos 20^m na visita à povoação da Barra do Panema (quer dizer ruim segundo o Mello) rio de água salobra. É uma rua à margem esquerda arenosa do rio com poucas casas de pobres. Vi um bonito juazeiro. Um mulher disse ao Feijó que diziam pelas margens do rio que o vapor carregaria todos os homens no caso de assentarem praça. Ouvi que os índios queixam-se de fr. Dorotéu por ele lhes impedir os batuques, bebedeira e preguiça de trabalhar, e foi ele quem reparou a igreja agraciando esmolas. No caminho para a lagoa Comprida recebi notícias do Rio e da Bahia trazidas deste último lugar pelo comandante do Itajaí. Às 6 ¼ fui ver a povoação da lagoa Comprida estando de volta no Pirajá às 7. Não vi a alameda de que fala o Vieira de Carvalho mas algumas árvores dispersas ao longo da praia, havendo entre elas um belo oitiseiro que se encheu este ano de frutos que se comem. O professor dá aulas de 1^{as} letras de meninos, a única que existe há muito pouco tempo criada disse-me que a povoação tem mais de 300 almas, e que os alunos matriculados são 36, e 16 freqüentes. Receberam com entusiasmo muito cordial, e gritando um – Viva o imperador que não hei de mais vê-lo – outro replicou – porque não, já sabe o caminho! Dormi a bordo do Pirajá e antes de recolher-me ouvi jornais da Bahia, conversei e observei as estrelas que estavam tão brilhantes que Sirius e Canopus formavam duas faixas de luz bem distintas e largas sobre a superfície do rio; Rigel, Betelgeuse, Aldebaran, Ackernar, e as da constelação de Cassiopéia faziam um belo cortejo e saudoso me lembrei das noites de Petrópolis; assim todos se recordassem! Observei o cipó canauã ou fosfórico; fazendo as fibras friccionar umas de encontro às outras há fosforescência passageira parece que só enquanto dura a fricção.

24 – Acordei às 4 ½. Largamos às 5 e 34^m. De frente de S. Braz paramos para receber uma carta fechada de uma canoa, era uma descrição de certas maravilhas naturais observadas na serra do Catimbau em Pernambuco por um José Joaquim Pitombo, que pede concessão de carta de cirurgião num requerimento que veio com a descrição. Às 7 menos 10 passávamos por defronte de Propriá, estando sobre um morro pouco adiante uma companhia de guardas nacionais que deu vivas arreando-se por 3 vezes a bandeira aí hasteada. Em todas as povoações por onde passo



Monumento comemorativo da visita do imperador d. Pedro II
a Paulo Afonso

há mais ou menos entusiasmo, e vejo reunidos os guardas nacionais que raras vezes têm armas, e às vezes nem a uniformidade da jaqueta e calças brancas e boné. As margens das proximidades superiores de Propriá para baixo apresentam-se mais ou menos verdes. Tornei a observar as camadas de areia e argila nas margens do rio e ilhas; mas não me parece que possam indicar com segurança a idade da formação; pois que há mudanças dos depósitos do rio de uns para outros pontos. As impressões dos diversos níveis do rio que também se observam nas formações de pedra fingem às vezes camadas. 8 ½ – Avista-se Penedo. Desembarque às 9 e 25. As meninas da aula receberam-me com flores, e os versos que junto. Houve imensas girândolas e muitos vivas. A Câmara Municipal queria que eu ainda ficasse um dia tencionando dar-me um baile hoje ou amanhã; porém eu respondi logo que partia à 1 da tarde porque tinha época designada para chegar à Bahia.

Visitei todas as povoações de alguma importância do rio de S. Francisco, ou antes quase todas as povoações que margeiam o rio, e assim evitei quaisquer conseqüências de rivalidade que já se ia criando entre elas. Embarcamos pouco antes de 1; mas por causa de diversos arranjos só largamos às 2 ¾. Passamos por Piassabussú às 5; chegamos ao Pontal às 5 e fundeamos às 5 ¾ para sair com a maré de amanhã de manhã porque à vista do vento muito forte que soprava de LSE e depois de NE havendo já 2 horas de vazante, o almirante julgou mais prudente não sair hoje. Enquanto não anoitecia fiz um esboço de vista do pontal da barra, e agora 8 e 40 vou ler um pouco até vir o sono. A filha do Cotinguiba já ficou na cadeia do Penedo tendo a diligência sido feita com toda a habilidade e diligência pelo chefe de polícia de Sergipe Ângelo Ramos e mais autoridades da província. A ré estava no Brejo Grande na fazenda do Bom Gosto pertencente ao irmão, comandante superior da guarda nacional do município, tendo se prendido outro criminoso na mesma ocasião, e em terras do mesmo proprietário. O ministro oficiou ao presidente das Alagoas para que dê as providências necessárias para que ela não fuja da cadeia, em cuja sala livre se acha. Embarquei no Penedo a 1, mas só por causa dos arranjos a bordo. Passamos por Piassabuçu às 5, chegamos ao pontal da barra e fundeamos às 5 ¾ não só por causa do muito mar que havia fora como principalmente por ser tarde. Antes de escurecer tirei um esboço da vista do Pontal.

25 – Acordei às 5. Às 5 ½ chegamos à barra e às 5 ¾ passamos o cordão, havendo no lugar de menos fundo 2 ½ braças, e já com 1 ½ hora de vazante. Jogou bastante o vapor, e

borrifou bastante alguns oficiais. Conservei-me deitado depois por cautela, levantando-me às 8 ½ para ver o Belmonte que se aproximava, entregando-me o comandante a carta da imperatriz e os jornais da Bahia em mão própria.

RUI BARBOSA ANOTADO POR PEDRO II

Rui Barbosa anotado por Pedro II

No Arquivo Imperial, recolhido ao Museu Imperial, existe um impresso da Câmara dos Deputados, com o parecer e projeto do relator Rui Barbosa, sobre a reforma do ensino secundário e superior, apresentado em sessão de 13 de abril de 1882.

Este exemplar impresso, acha-se anotado a lápis, em suas margens, por dom Pedro II.

É por demais sabido, o conhecimento e o interesse, sempre demonstrados pelo imperador, a respeito das questões de educação pública. A propósito da reforma em apreço, o próprio Rui Barbosa faz referência ao desvelo do monarca por esse superior problema e em particular pelo seu parecer, quando, à página LXVI do Tomo I da *Queda do Império*, revela o grande Rui:

“Estava outubro a terminar, em 1884, quando me veio às mãos uma carta do presidente do Conselho, o senador Dantas, onde, em nome de Sua Majestade, me declarava, nalgumas linhas, que o imperador queria ter comigo uma conferência especial acerca dos meus trabalhos sobre instrução pública”.

E, descrevendo o encontro:

“Ali, no meio do aposento, estava, como que já de propósito arranjada para conversa íntima, uma singela mesinha, coberta com seu pano, a que Sua Majestade me fez sentar; e, então deixando-me por instantes, voltou, trazendo sobraçados os meus dois pareceres e pro-

jetos acerca da reforma dos três ensinos, que, havia dois anos, dormiam, na Câmara dos Deputados, o sono donde passaram ao mofo e traçaria dos arquivos. Sentou-se; e, joelhos contra joelhos, numa familiaridade que para logo me dissipou acanhamentos e receios, como em cavaco íntimo entre iguais ou camaradas, percorrendo as notas e tarjas, de que trazia margeadas e comentadas as páginas dos dois livros, creio que encadernados, me submeteu a formidável sabatina, numa dobadoira contínua de objeções e perguntas, sarilhando, uma atrás das outras, as questões e dificuldades, como fios de fusos em movimento rápido entre os dedos de amestrado fiandeira.

Seriam, mais ou menos, três horas da tarde, quando o imperador se levantou, despedindo-me com a mesma boa sombra, cortesia e descerimônia com que me recebera”.

Reproduzindo essa significativa narração de Rui Barbosa, vejamos agora as principais anotações do imperador, contidas no impresso em apreço:

Pág. 4: Rui fala de subvenções e obras nos institutos de ensino da França.

E o imperador escreve: “Ultimamente (dezembro de 1882) creio que se aumentou a subvenção do Estado”.

Pág. 5: Rui fala das universidades livres em vários países e da validade dos graus pelas mesmas conferidos.

Escreve Pedro II: “Contra a minha opinião, que tem restrições”.

Pág. 9: Rui acusa o ensino entre nós, de ser “quase exclusivamente literário”.

Diz o monarca: “Muito pouco”.

Depois, Rui diz que “o próprio ensino literário é mal feito, em que a retórica é uma nomenclatura de tropos e figuras; a história aprende-se apenas como uma série de *histórias*, uma interminável sucessão de nomes, circunstâncias e datas, as línguas antigas, estudadas por métodos irracionais”, etc.

“Tem razão”, conclui o crítico.

Defendendo o ensino científico, diz Rui: “Entretanto, qualquer desses doutores, incapazes de ver a natureza presente, de descrever o que se passa nos vasos do próprio corpo, na superfície de sua epiderme, na retina dos seus olhos, discorrerá magistralmente de altas questões metafísicas”, etc.

Escreve o chefe de Estado: “Há pelo menos também exclusivismo da parte dos positivistas”.

Fala Rui nos inconvenientes da bifurcação do bacharelado em dois ramos distintos, o clássico e o científico, como “um erro de conseqüências extremamente depravadoras”.

Adverte o anotador: “Sempre fui contrário à bifurcação como foi adotada em França no ministério de Forcade se bem me lembro”.

Pág. 11: assevera Rui que “o direito de enunciar, e discutir livremente todas as opiniões é inerente à ciência. O Estado não tem competência para definir, ou patrocinar dogmas; e, se a tem, não abra estabelecimentos científicos; porque a existência dessas instituições é incompatível com a de crenças privilegiadas”.

Responde o imperador: “Como propaganda e como desrespeito aos princípios da religião do Estado não admito”.

Esta é, sem dúvida, uma das anotações mais importantes e expressivas de Pedro II, tão injustamente acusado por alguns críticos apressados, de agnosticismo. O inadvertido e irreligioso, seria o grande Rui, devido ao seu estado de espírito na época em que elaborou o seu famoso parecer. Ele mesmo explicaria o fenômeno, quando, na *Queda do Império* à página LXXXI, em brilhantes argumentos sobre o “variar das opiniões”, revela: “Onde, porém, creio se perceberá diferença mais sensível, é nos sentimentos religiosos. Profunda e inalteravelmente cristãos foram eles sempre. Mas quem ler o *Diário de Notícias*, como quem leia *O Papa e o Concílio*, ou o *Discurso da Maçonaria*, verá quanto vai

do homem de 1876 e 1889 ao de 1903, 1919 e 1921: o da oração do paraninfo no colégio Anchieta, o da oração do jubileu na missa campal e o discurso paranífnico em São Paulo”.

Pág. 12: continuando o assunto expõe Rui.

“Seria, por exemplo, difícil conciliar, com certos artigos de fé, fora dos quais não há salvação, o desprevenido exame de questões como algumas que desperta a história geológica do nosso planeta ou a fisiologia do cérebro humano.”

Responde o imperador:

“Interpretação da Bíblia que não pode contrariar os fatos científicos verificados pela experimentação.”

Prossegue Rui:

“Estes grandes interesses ficam perfeitamente seguros à sombra da ciência, da tolerância, do respeito mútuo e da dependência natural dos alunos para com os mestres, do regime, de polícia acadêmica, estabelecida pelos regulamentos para defesa de todos os direitos e expansão de todas as idéias que não repugnam ao pudor ou às necessidades orgânicas de uma sociedade civilizada.”

Pág. 14: falando da liberdade de freqüência, opina Rui.

“Não é a primeira vez que a invocação da liberdade serve para acobertar a licença. O art. 20 § 6º do decreto de 19 de abril autoriza a freqüência ilimitadamente facultativa no ensino superior. A comissão não pode adotar em absoluto esta novidade.”

E logo adiante:

“Falibilíssimas são, nesse caso, as rápidas provas de um exame.”

Concorda Pedro II:

“Por esta razão sim.”

Pág. 17: escreve o ilustre relator.

“Para as cadeiras criadas pela reforma deixamos, como razoavelmente se costuma aqui e em toda a parte, plena liberdade de escolha ao Estado.”

O imperador pensa ao contrário:

“Sempre achei melhor o concurso.”

Prossegue o relator:

“Em relação, porém, às vagas futuras, para as quais não couber acesso aos substitutos atuais, propomos um novo sistema de seleção. O catedrático será nomeado pelo ministro, dentre os candidatos indigitados, numa lista quádrupla, dois pela congregação respectiva, dois pelo Conselho Nacional de Instrução.”

Responde ainda o anotador:

“Acho melhor o que se decretou ultimamente (1883) para as escolas de medicina.”

Pág. 32: “Existindo em Ouro Preto uma escola deste nome, razão é e vantagem para o país organizar ali completamente, em melhor pé, a Escola Nacional de Minas.”

Esclarece Pedro II:

“Foi reorganizada há pouco (1882).”

Pág. 51: capítulo sobre ensino secundário em geral.

O imperador interroga:

“Escola Normal Superior? Faculdade de Letras?”

Pág. 52: Rui, tratando das disposições comuns aos estabelecimentos de ensino redige o art. 9.

“Nos estabelecimentos oficiais de ensino superior não há opiniões, teorias, sistemas, doutrinas ou dogmas protegidos. É absolutamente livre ao professor, como ao aluno, salva a moralidade pública, o exame e a apreciação de todos os assuntos concernentes às matérias ensinadas.”

Insiste ainda o anotador:

“Com a ressalva da minha observação”.

Pág. 66: sobre ensino secundário. Quando fala do “Imperial Liceu Pedro II”, diz o monarca.

“Nestes cursos devia atender-se um pouco mais às letras.”

Pág. 70: tratamento ainda do ensino secundário em geral, dispõe o relator em seu art. 91.

“Em vez dos cursos anexos às faculdades de S. Paulo e Recife, que ficam surpresos, e sem prejuízo da antiguidade dos professores atuais, nem dos seus serviços, que serão igualmente aproveitados, o governo fundará em cada uma dessas duas capitais, um liceu geral, no qual se fará o curso de ciências e letras, pelo programa do Liceu Imperial Pedro II.”

Responde o chefe de Estado:

“Ensino secundário para os que não queiram seguir carreiras e que deve ser para todos formando-lhes a inteligência e bom gosto que tanto moraliza.”

É curioso lembrar-se que, quando Rui propõe a criação de dois liceus em São Paulo e Recife, aparentemente apenas para

preparar ingresso nas duas faculdades de direito do país, o imperador, muito mais avançado em idéias, opina que o ensino secundário “deve ser para todos”, mesmo para “os que não queiram seguir carreiras.”

Pág. 10: A propósito do projeto nº 183 de 1870 sobre Instrução Pública redige o relator o art. 1º.

“É criada na capital do Império uma universidade, que se comporá de quatro faculdades – de direito, de medicina, de ciências naturais e matemáticas, e de teologia.”

“Outro nome”, diz a nota, referindo-se à teologia.

Pág. 11: Projeto nº 290, de 1873 – art. 1º:

“Todo aquele que tiver em sua companhia menino maior de 7 anos e menor de 14 e menina maior de 7 e menor de 12, seja pai, mãe, tutor ou protetor, é obrigado, nos termos desta lei, a dar-lhes instrução primária.”

Acrescenta o anotador:

“Raio de 1 quilômetro.”

Pág. 13: Projeto nº 473, de 1873, art. 3º:

“Perante um conselho de instrução primária e secundária criado por esta lei nas capitais das províncias, far-se-ão anualmente exames públicos das matérias consideradas preparatórias para a matrícula das faculdades do Império.”

“Ponto digno de muito exame”, ajunta dom Pedro II.

E o § 1º, adiante:

“Os exames de que trata este artigo serão válidos para a admissão à matrícula em qualquer faculdade do Império, sendo em tudo considerados iguais aos exames feitos perante a inspetoria geral do município neutro.”

Sugere o imperador:

“Os matriculados devem ser bacharéis em ciências e belas-artes.”

Pág. 25: nota maior e final de dom Pedro II.

“Instrução primária obrigatória dos 2 graus, necessária para todos. Parte complementar para os que quiserem cursar as escolas profissionais. Instrução secundária para todos os que a quiserem aprender, e obrigatória para os que quiserem seguir os cursos superiores. Mais científica completando o bacharelado em ciências e obrigatória para os que quiserem seguir os cursos superiores de ciência. Mais literária, completando o bacharelado em letras, para os que quiserem seguir os cursos superiores de letras, em que se compreendem os de direito, letras e de estudos religiosos.”

Estas as notas, apostas por dom Pedro II ao parecer de Rui Barbosa sobre a reforma do ensino secundário e superior do Império.

Releva registrar não apenas o mérito das observações imperiais, como sobretudo, a circunstância do chefe de Estado achar lazeres para ler e anotar um parecer apresentado à Câmara dos Deputados, e ainda defrontar-se com o seu autor, no caso Rui Barbosa, na longa tertúlia a dois, verificada no Paço de São Cristóvão, e da qual Rui Barbosa mesmo nos dá tão significativa notícia, no citado trecho de prefácio da *Queda do Império*.

Alcindo Sodré

O PRIMEIRO BRASÃO DE ARMAS DO BRASIL

O primeiro brasão de armas do Brasil

Elevado o Brasil, em 16 de dezembro de 1815, à categoria de Reino Unido aos de Portugal e dos Algarves, cuidou o governo de d. João VI, alguns meses depois, de dar-lhe armas que o distinguissem. Fê-lo por lei de 13 de maio de 1816, considerando “que para este efeito o meu reino ainda não tem armas que caracterizem a bem merecida preeminência a que me aprouve exaltá-lo”. Determinou, então, que “o reino tenha por armas uma esfera armilar de ouro em campo azul”. Não se usaram, porém, separadamente das armas do Reino Unido. A própria Casa da Moeda usava estas, e não aquelas.

Alguns autores, e entre eles Clóvis Ribeiro, em *Brasões e Bandeiras do Brasil* (São Paulo, 1933), argumentam que antes desse ato de 1816 já seriam armas do Brasil as do respectivo principado, desde 1645 por d. João IV criado em favor do filho e herdeiro presuntivo, o príncipe d. Teodósio de Bragança. Seria, este emblema heráldico, uma esfera armilar de ouro. Entretanto, como alegou Pereira da Costa em *Estudos de História*, publicados no *Jornal do Comércio*, do Recife, de 7 de setembro de 1922 (apud Clóvis Ribeiro, op. cit.), os príncipes do Brasil usavam da mesma coroa e brasão das armas reais, com a pequena diferença de figurar no alto do escudo, sobre os três castelos, “o banco de pinchar com os três pés virgens”.

Outros pretendem atribuir ao país as mesmas armas concedidas por d. João IV à transitória Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649. “Tornou-se então peculiar à navegação para o Brasil uma bandeira branca, com a esfera de ouro no centro, que, segundo alguns autores, era usada como bandeira de comércio” (Clóvis Ribeiro, op. cit., p. 39).

Como se vê, não há provas seguras de que o Brasil tenha tido armas próprias, no período colonial. Teve-as, porém, e muito originais, senão oficial pelo menos oficiosamente, conforme descobrimos em 1949, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, quando examinamos o códice intitulado *Tesouro da Nobreza*, obra do rei de armas Índia Francisco Coelho, datada de 1675.

Aí aparece, entre as armas dos domínios da Coroa portuguesa, sob nº 7, as do “Estado do Brasil”, aqui fielmente reproduzidas, de acordo com a cópia colorida que então mandamos fazer: em campo de prata uma árvore de sinopla (verde), certamente um pau-brasil, encimada por uma cruz de sua cor. *Armas falantes*, portanto, representativas dos dois nomes de nossa terra, Santa Cruz e Brasil.

Conquanto não tenha sido confirmado por qualquer documento oficial até agora conhecido, será este o primeiro brasão de armas do Brasil, não se podendo desconhecer o seu caráter oficioso, por figurar em obra de responsabilidade do rei de armas Índia, Francisco Coelho, ao qual estariam naturalmente afetos os símbolos heráldicos dos domínios ultramarinos de Portugal. Acrescente-se, ainda, a sua guarda no mais importante arquivo oficial português.

Hélio Vianna



Cópia desenhada por J. Peixoto

RUI BARBOSA E O IMPERADOR

Rui Barbosa e o imperador

Tema bastante sedutor o das relações entre Rui Barbosa e d. Pedro II. Que ligação haveria entre ambos – ou, melhor, quais os pontos de contato existentes entre os dois grandes homens; como encaravam eles os assuntos de interesse comum?

Deixaram ambos preciosos depoimentos a respeito, que, estudados agora, tantos anos depois, à luz dos documentos, virão a constituir subsídio de real utilidade na biografia dos dois estadistas.

A atuação de Rui na tribuna parlamentar, no jornalismo, e, mais tarde, no governo provisório da República, pelo seu caráter de oposição à política dominante, veio a criar o falso pressuposto de má vontade ou mesmo de inimizade com relação a d. Pedro II e ao Império. Nada menos verídico porém. E quem disse nos dá o depoimento insuspeito é o próprio Rui no seu monumental prefácio à *Queda do Império*.

Seus editoriais no *Diário de Notícias* contra o conde d'Eu, violentos por vezes, vieram contribuir, de resto, para essa suposição, corroborada pelo fato de tais artigos terem sido fator decisivo na mudança da forma de governo. E o próprio Rui o reconheceu, dando a essa coletânea, reunida em 1921, o expressivo título de *Queda do Império*.

E se mencionamos a oposição ao príncipe consorte, não será fora de propósito lembrá-la aqui – ao falarmos de Rui e de d. Pedro II, em alguns de seus aspectos. Um dos episódios que nas colunas do *Diário de Notícias* tomou o caráter de verdadeira campanha, foi o incidente com o professor Moreira Pinto, ocorrido na escola militar em 1882. Rui revive-o sete anos depois, trans-

formando-o em arma de combate – que viria a sê-lo contra o próprio trono – pois em 1889 fora concedida a jubilação ao célebre professor.

Alberto Rangel, o panegirista do conde d’Eu, descreve a cena em seus pormenores: “Visitando o conde d’Eu, a 18 de julho, a escola militar, entrou incidentalmente na aula de história lida por Alfredo Moreira Pinto. O professor *in continenti* mudou o tema que explanava. Ardido no seu objetivo, mas esquecendo a figura mais próxima e acusável do regente, Filipe, que foi um duque de Orleans, ele, para se atracar a Carlos IX, tomou por assunto da preleção a *Saint Barthélemy*. E Moreira Pinto, tomando a sua férula chamou a contas o rei quinhentista, entrançado ao príncipe presente, mais pelo intento ferino do professor, que pelo sangue diluído na trama de um abolório. Pareceu ao mestre provocador que, evocando a cena de Carlos IX a arcabuzar do Louvre os huguenotes fugitivos, alguma coisa dessa infâmia haveria de escorrer pelas veias abaixo de S. Alteza. Nenhum historiador que se respeita subscreveria a fidedignidade dessa lenda, a que, ainda hoje, os guias ignorantes desse palácio de Paris dão certo alimento, apontando para a sacada, depois da galeria de Apolo, em face do Sena, e no qual seis medalhões, com as iniciais entrelaçadas de Luís XIII e Ana da Áustria, desmentem categoricamente a invenção secular.

“O conde d’Eu, inesperadamente despertado, menos pela estranheza da agressão intencional, do que pela insuficiência do saber docente, negou a autenticidade da fábula, apresentada em lição, com as honras de um acontecimento da crônica real de França”.

“A mesquinharia do recurso de Moreira Pinto, termina Rangel, rompendo com a polidez e a verdade..., patenteia a que ponto haviam chegado no Brasil os sentimentos de animadversão ao conde d’Eu, contra o qual, no próprio ensino público, se arranjavam, para ofendê-lo, montados em prerrogativas tais como a de poder impunemente mentir e vexar em pleno exercício do magistério, numa escola militar, a um marechal do Exército”.

Rui Barbosa na época em que rememora esses fatos pelo *Diário de Notícias*, era já o autor dos famosos pareceres sobre a reforma do ensino onde consubstanciava toda a sua crença na

liberdade de cátedra. Era pois o momento de terçar armas a favor de sua tese, “a liberdade do pensamento, dissera ele, na sua manifestação mais alta: a propagação da ciência, o ensino da história, a instrução das gerações novas”. Mas, assevera o próprio mestre: “O regime da proteção e injustiça personalizou, entre nós, a tal ponto, todas as idéias, que já se não consegue discutir um princípio, sem suporem que se estoqueia um indivíduo. Não se vê, nem se pode ver, que o direito não tem que encarar nas pessoas, e está mui acima delas”. “*O Diário de Notícias*, diria ainda, não conhece ídolos: conhece princípios; e esses princípios eleva-os ele acima de todas as formas de governo”. E depois de exemplificar o que considerava um grande princípio, conclui: “Por ele nos bateríamos contra todas as formas de governo; por ele chegaríamos, amanhã, até a República, se a monarquia acabasse por aniquilá-la”.

Estribando-se então no que se dizia do incidente, descreve a cena: “Os traços iniciais do quadro... hão de ficar na memória dos sãos. O lente de pé, na humilde postura da sua dependência, ante o esposo da herdeira presuntiva do trono, que se esquecera de se descobrir, ouvindo uma preleção pouco ortodoxa acerca de Luís XI e as cruzadas. Depois, inopinadamente, ao soar da alusão a Carlos IX, um estrondo súbito de trovão em céu limpo: uma punhada enérgica das mãos do excelso ouvinte, que batem, caindo cerradas e retumbantes na mesa.

Depreende-se desse trecho citado que, também segundo a opinião de Rui, Moreira Pinto se desviara do ponto que explanava para diretamente atacar o antepassado do conde d’Eu. Verifica-se outrossim que o fato, veiculado então, de estar o príncipe de cabeça coberta em plena aula, “determinou, diz Alberto Rangel, a reação do professor molestado e o levou a atacar o Valois-Capetíngeo de 1572, para ferir o Capeto-Bourbon de 1882”. E contestando formalmente o fato, alega: “Como propósito da parte do príncipe de não se descobrir seria inexplicável; não haveria razão para isso, nem a educação de Sua Alteza o permitiria em caso algum”.

Porque não é possível que dessa maneira agisse o conde d’Eu estando à paisana. As caricaturas do tempo, relativas ao episódio, apresentam-no fardado e, sem se darem conta do motivo alegado

para a ofensa ao professor, pintam-no descoberto... Aliás, pelo próprio regulamento militar, não havia de que se abespinhar o cate-drático paisano, se um marechal lhe entrasse, sala adentro, de quepe à cabeça. A hipotética ignorância do lente civil de uma escola militar a respeito da legislação pertinente ao caso, não o desculpa da sua falta de cortesia. De qualquer maneira – estomagado ou não pela atitude do conde d’Eu em sua aula – não era o momento de dar o professor largas à sua malquerença ao príncipe francês. Não seria em presença de um Orleans oportuno denegrir-lhe os antepassados, por mais passíveis de crítica que estes fossem. Mesmo porque não tinha Moreira Pinto o conde d’Eu presente em todas as suas aulas, para não poder evitar alusões que a simples educação impede de fazer.

Até aqui o fato aproveitado pelo autor da *Queda do Império* como arma política. Vejamos agora o outro lado da questão. Comentando a fábula da colaboração do rei na matança dos huguenotes – “Verificada ou não a cena”, escreve ele – revolta-se Rui contra a intromissão do príncipe na aula e acrescenta: “Mas ainda quando o lente houvesse cometido um erro de ofício, a repressão, a reparação havia de ser outra. As ignorâncias e os crimes da palavra corrigem-se mediante a palavra mesma, alumando-se as inteligências com a verdade.” E adiante conclui, reafirmando o princípio que lhe movia a pena: “Como quer que fosse, porém, o professor é inviolável e soberano em sua cátedra: ninguém, nem o próprio monarca, se ali se achasse, o podia legitimamente interromper e desmentir.”

O incidente porém, encarado pelo comando da escola militar, resultou em áspera admoestação ao educador que perdera uma excelente oportunidade de dar uma aula de, pelo menos, acatamento à hierarquia. No ofício enviado a Moreira Pinto pelo comandante do estabelecimento, frisa este: “Por esta ocasião devo prevenir a V. S. que só se revestirá de prestígio, e por este modo honrará a escola, quando, sabendo respeitar a quem deve, conseguir captar o respeito de que precisa.”

O conde d’Eu – verifica-se pela leitura dos sucessivos artigos de Rui – era o alvo sobre o qual ele desfechava suas arremetidas contra o governo de fato, personificado no príncipe consorte que, segundo sua opinião, fazia e desfazia ministérios, e em

torno do qual, era a herdeira do trono, conforme suas próprias palavras: *mero disco lunar*. Pelas críticas do tempo verifica-se, porém, que não estava Rui desacompanhado nessa persuasão, e as poucas investidas do conde d'Eu para desfazer esse equívoco, eram sempre desviadas pelo imperador ou sua filha. Rui, portanto, não inventava, não criava lendas: veiculava apenas, com o calor de sua argumentação, carregando nas tintas, é certo, o que se tinha como verdade pacífica. E como se poderá demonstrar que assim era? Que sua atitude, dentro desse ponto de vista, era absolutamente honesta e sincera? Pelas suas próprias palavras. Senão vejamos: o motivo central de Rui nos artigos escritos contra o conde d'Eu, resumiam-se em indicar a Sua Alteza o papel constitucional reservado aos príncipes consortes, citando os exemplos dos maridos das rainhas Vitória e Maria II, ambos Saxe Coburgo, e parentes bem próximos do esposo da redentora. Este, no seu entender, deveria conformar-se ao segundo lugar da Corte e apagar-se, o mais possível nos conselhos da Coroa. Mas quem lhe diria que assim não era? Que tal era o papel real do conde d'Eu e que essas eram, de fato, suas atitudes?

Surge, então, a oportunidade de definir-se o príncipe. No ano derradeiro da monarquia, efetua ele a célebre viagem ao norte do Brasil, logo entrevista pelos maldizentes, como excursão de propaganda do terceiro reinado. Rui faz-se eco da maledicência e em uns poucos artigos candentes, exprobra a conduta daquele que se aproveitava de sua posição para angariar adeptos. Mas em novembro de 1889, tem o jornalista conhecimento do discurso pronunciado pelo conde d'Eu ao despedir-se do Amazonas e pôde, com espanto, verificar serem suas declarações em tudo e por tudo conformes aos princípios que vinha pregando desde que assumira a redação do *Diário de Notícias*. E num movimento espontâneo de sinceridade, estampa no jornal que dirigia, cinco dias antes da proclamação da República, um comovedor editorial sob o título *Pœnitent nos*, em que comenta as palavras do príncipe, grifando o trecho em que verificara a atitude liberal e democrática de Sua Alteza, para concluir: “Naturalmente reproduzimos estes tópicos, para confessar o juízo temerário que fizéramos a respeito de Sua Alteza, e que por queda do mau costume ainda no começo

destas linhas nos escapou da pena, quando o acusamos de pretensões políticas na sua viagem ao norte do país.

“Se o príncipe consorte, continua Rui, alimentasse o pensamento de utilizar a autoridade de sua situação a favor do gabinete, e explorar em prol do trono os recursos de sua ação pessoal, fazendo política em benefício da sua sucessão à Coroa, em vez da linguagem despretensiosa, modesta e reportada, que caracteriza esses períodos, o tom da alocação seria mais ou menos este:” e entra Rui a parafrasear as palavras do conde d’Eu, dando-lhes o sentido que, no seu anterior parecer, deveriam ter sido proferidas, expressões que chocam o leitor do texto autêntico, transcrito linhas atrás.

Terminado o trecho que lhe ditara a imaginação, afirma, incisivo e contrito: “Não tendo sido, porém, esta a linguagem do príncipe consorte, reconheçamos em Sua Alteza a correção constitucional e confessemos a irrepreensível imparcialidade dessa viagem preambular ao poema eleitoral que acaba de erigir, na unanimidade desta Câmara, ao visconde de Ouro Preto um monumento mais perene que todos os almoços e todas as estátuas.

“Digam embora o contrário os republicanos e os confidentes dos segredos ministeriais.”

Lembremos que este artigo traz a data de 10 de novembro de 1889, quando os que se achavam a par da conspiração republicana não teriam já motivos, nem interesse, para enaltecer a atitude do conde d’Eu.

De resto a leitura dos artigos colecionados sob o título *Queda do Império* prova exuberantemente a ignorância de Rui quanto aos acontecimentos que se aproximavam. Todo dedicado na campanha ao ministério Ouro Preto, escrevia ele o editorial que deveria ser publicado no dia 16 de novembro, quando interrompe-o, bruscamente, um recado telefônico, dando-lhe conta do movimento revolucionário. Vivamente impressionado com a surpresa da notícia, Rui suspende o artigo que escrevia em meio da frase, para acrescentar, depois de uma linha de reticências: “Neste momento o *Diário de Notícias* avisa-me pelo telefone que a tropa ocupa o campo da Aclamação, e que está ferido o barão de Ladário.

15 de novembro de 1890” (sic). O equívoco na data é bem expressivo índice do estado de espírito que se apoderara dele.

Mas o tema que me propus desenvolver hoje era sobre *D. Pedro II e Rui*. Voltemos a ele, portanto.

As críticas feitas ao governo não envolviam a pessoa do imperador, a quem tinha Rui na melhor conta e fazia-lhe a justiça merecida, de permeio às críticas acerbas ao seu reinado e ao poder pessoal. Assim, ao prefaciar em 1921, no sossego de sua casa de Petrópolis, a 1ª edição da coletânea dos seus artigos publicados no *Diário de Notícias*, no ano derradeiro da monarquia, teve a oportunidade de, balanceando aqueles episódios, com a serenidade que lhe davam os anos e a perspectiva do tempo decorrido, indagar-se “quando censurava o comportamento político da família imperial em 1889, atuaram queixas, ressentimentos, dissabores pessoais contra o chefe da casa reinante” para concluir afirmando que *muito o relevava demonstrar que não*. O grifo em que escreveu a negativa final, bem prova o seu empenho em que não pairasse dúvidas sobre o apreço testemunhado ao soberano. Mais adiante, voltando ao assunto frisa: “entre mim e o chefe da nossa ex-dinastia nunca houve casos pessoais”. “Divergi, apenas, das suas idéias, dos seus atos, da política do seu reinado.” E esclarece: “Dele nunca dissenti, pois, senão em matéria de reivindicações políticas, de reivindicações liberais, de reivindicações nacionais.”

Naqueles dias de 1889, aliás, a oposição de Rui Barbosa pelo *Diário de Notícias* era, “assim, o a que, na Inglaterra se chama oposição de *Sua Majestade*.” Porque o seu tema era o constitucionalismo e “nem lhe assistiam razões de querer mal ao Império, ou ao imperador, *a quem nunca foi malquisto, ou malvisto*;” pois aquela atitude hostil era idêntica para com todos os partidos, “entre os quais se contendia pelo governo da nação: o conservador, o liberal e o republicano, com todos os quais se achava, declarada e notoriamente, em antagonismo.”

Mesmo durante o período candente de sua campanha pela federação, não abjurou Rui suas convicções monárquicas, escrevendo certa vez: “É mister realizar a federação à americana, tendo por modelo os Estados Unidos, salvo quanto à hereditariedade do chefe de Estado e aos atributos da sua posição compatíveis com o nosso regime”.

Estabelecendo então os motivos de sua oposição ao partido republicano, afirma: “não podia estar com ele, estando, como estava, com a monarquia, de cuja conveniência ao país nunca abjurou, até às últimas, a convicção.” São palavras textuais. E adiante: “Sinceramente monarquista era eu, a esse tempo. Não por admitir preexcelências formais desse ao outro sistema de governo – visível preconceito, apenas digno de fanáticos, ignorantes ou tolos (o que tudo, bem amiúde, não vem a ser senão nomes diversos de um só estado mental); mas porque a monarquia parlamentar, lealmente observada, encerra em si todas as virtudes preconizadas, sem o grande mal da República, o seu mal inevitável.” E esclarece: “O mal grandíssimo irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas, o primeiro lugar do Estado, e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade.” Por suas convicções políticas era, pois, conforme suas próprias palavras, “realmente monarquista, não só de herança e educação, mas de persuasão estribada no conhecimento da nossa terra e dos nossos homens.” Essa tradição de sentimentos viera-lhe de seu pai, *monarquista de convicções arraigadas*, que lhe transmitira também a crença nos princípios liberais, embebidos no parlamentarismo inglês. Ele mesmo diria, mais tarde: “minha consciência de monarquista parlamentar...” explicando que suas convicções haviam sido adquiridas “numa escola liberal, onde monarquismo não exprime abdicação da consciência política.”

Em 7 de abril de 1889 (escreveria 32 anos depois) “confessava o *Diário* a nossa adesão à monarquia, entendida, porém, não como fim, senão como meio: meio de manter, gozar e desenvolver as liberdades constitucionais.”

Discursando no Senado Federal, em 1911, afirmava categoricamente – ele que se poderia então vangloriar de um título com relação ao novo regime: “não tenho a honra de pertencer ao número dos republicanos históricos.” E recordando a resposta dada a Benjamim Constant, que lhe pedia conselho, ainda a 11 de novembro de 89, repete: “Não sei; não promovi a República; *não a desejo*”... (O grifo é nosso).

Temos assim, pelas expressões do próprio Rui, respigadas do prefácio já citado à *Queda do Império*, a impressão de seus sentimentos relativos à forma de governo então vigente no Brasil.

Vejamos agora, também perfunctoriamente, a opinião que formava do chefe do Estado, reproduzindo igualmente, trechos do citado trabalho: combatendo-lhe o *poder pessoal* – tecla, de resto, tão do agrado de quantos, liberais ou conservadores (já não diremos republicanos) se achavam na oposição – não perdeu, diz ele, “ocasião de lhe reconhecer e celebrar as qualidades, cujo lustre o recomendava: a tolerância, a probidade, a índole humana, a benevolência de coração, o caráter refratário aos corrilhos que o cercavam.” E adiante: “O imperador foi sempre modelo escrupuloso de tolerância, qualidade a que, provavelmente, deve, em grande parte, a longa duração do seu reinado.”

Comentando uma atitude mais severa do ministério, que negara licença para realização de um *meeting*, contrapõe que “o imperador evitou, ou reprovou sempre as sevícias tentadas ou perpetradas contra seu povo. Ministério que as autorizasse, ou não as soubesse prevenir, se o fato se acentuava com toques de escândalo, era ministério morto.” Porque toda a sua atitude de oposição era exercida contra o *governo de fato*, já que dom Pedro II, na sua opinião, naquele último ano da monarquia, “ausente em espírito do governo”, entregara, “sem contraste, a administração a certas influências palacianas, de que os ministros são os títeres vivos.”

“Quando o *Diário*, explica Rui, em março de 1889, abriu sua campanha de anti-imperialismo... a inteligência do príncipe reinante entrava em estado crepuscular.” Nos vários artigos desse período, frisa e repisa a afirmação, repetindo a cada passo: “Se a Coroa não se achasse reduzida a uma sombra; se o monarca não estivesse adormecido no seu trono”..., comprazendo-se em veicular “*a incurável apatia mental do chefe de Estado.*”

A precariedade da saúde imperial era fato público, como não podia deixar de ser numa monarquia: assim todos os brasileiros estavam a par dessa alteração que se verificou em 1887, acentuando-se porém, decisivamente, na volta da viagem à Europa. Penedo mesmo, que lá o vira, pedia ao governo que o mandassem buscar num vaso de guerra; não consentissem que voltasse num navio de passageiros, no estado em que se achava.

Wanderley Pinho, a propósito dessa fase da vida de d. Pedro II, comenta ¹: “Estava a doença, que se declarou em 1887, longe da demência, em que tantos acreditavam. Em certa época, porém, os lapsos de memória dificultavam-lhe o exercício do governo. Gravando mal a notícia dos acontecimentos e das circunstâncias, não podia S. M. deliberar com inteiro acerto.”

Era assim, com fundamento, que Ferreira Viana – quem, de resto, nunca se negou espírito de lealdade e veneração a d. Pedro II – exclamava em pleno Parlamento: “Aquele que ainda ontem era senhor do Império, hoje não é nem senhor de si!” Não era, pois, segredo para ninguém, não haver voltado o monarca da Europa em condições de reempunhar o cetro. Mota Maia, o médico e amigo, desdobrando-se em cuidados, “dosava a atividade de seu imperial cliente, interpondo entre o exercício das prerrogativas reais e as deliberações ministeriais os vetos de sua dedicação pela saúde, ou restos de saúde, do seu régio amigo” ². Atesta, insuspeitamente, essa atitude o próprio conde d’Eu enxergando, com grande lucidez, o panorama político, e comentando, em carta ao pai: “Le président du conseil est prévenu de ne lui présenter que les papiers indispensables et à des longs intervalles” ³. E, a 12 de novembro acrescentava: “La décadence de la monarchie ne fait que s’accentuer davantage, le public n’ayant pas tardé à s’apercevoir que l’Empereur, avec la meilleur volonté, ne peut plus, par suite des ménagements que comande sa santé, gouverner comme il avait l’habitude de faire avant sa maladie.”

Não seria, pois, Rui Barbosa quem iria ter interesse em *tapar o sol com a peneira*; “fazendo ao imperador – segundo suas expressões – a justiça de manifestar a sua irresponsabilidade nas intrigas e crimes do ano fatídico em que a monarquia se abismou, e sustentando que, se ele não estivesse reduzido a uma como sombra de si mesmo, a Coroa não se teria afundado naquela subitânea crise.” Porque, afirma Rui: “Diante do príncipe consorte” (e

1. W. Pinho. *Pedro II: Aspectos de sua Personalidade*. Conf. no I. H. P. a 02/10/39 in *Anuário do Museu Imperial*, vol. 2, 1941.

2. Idem, idem.

3. Carta de 23/08/1888 in Alberto Rangel. *Gastão de Orleans: O Último Conde d’Eu*.

aproveitava para externar sua malquerença ao conde d'Eu) “diante do príncipe consorte oscilam hoje os turíbulos da bajulação à Sua Alteza, que dirige o incenso dos que esperam, dos que agradecem, dos que temem. É como se a abdicação lhe pusesse a coroa na cabeça, como se o Orleans fosse o descendente da nossa dinastia constitucional, e a sereníssima princesa um disco lunar gravitante em torno do esposo.”

Descortinando então o panorama real, escrevia, a 19 de março de 1889: “O espírito do imperador não se aquieta. Entre as nuvens da enfermidade, que lhe ensombram o espírito, se lhe esbate viva, de quando em quando, a imagem do povo desamparado e da monarquia à garra.”

Sobre suas relações com d. Pedro II, escreve: “O certo e recerto é que nas poucas vezes em que o príncipe reinante deu ao tenaz adversário da política pessoal a honra de com ele se ocupar, foi sempre denotando, a respeito do moço liberal, impressões de benevolência e distinguindo-o com sinais conspícuos de apreço.” E esclarece: “D. Pedro II me viu pela primeira vez, quando, tendo-me outorgado foro de conselheiro seu, era meu dever de cortesia e reconhecimento ir, como fui, a dar-lhe as graças da mercê; e lá não voltei depois que, pela segunda e última vez,... S. Majestade me deu a honra de me ouvir, numa conferência de sua própria iniciativa”. Referia-se às célebres entrevistas com o imperador, que narra nestes termos:

“O ministério Lafayette, nos seus últimos dias, solicitara para mim, ao imperador, o título de Conselho, alegando meus serviços ao ensino.

“Era por fim de maio, quando se deliberou em Conselho de Ministros a inesperada graça. Mas o imperador houve de se pronunciar segunda vez a seu respeito: pois vindo a cair, inopinadamente aquela administração, coube à sua sucessora, a do senador Dantas levar à assinatura de S. Majestade o título, já lavrado ainda do tempo do gabinete anterior. Esta circunstância punha de novo em condições de ser reconsiderada a concessão, ainda por se consumir com a firma imperial. O chefe da nação, porém, com a mesma boa vontade, com que acedera à proposta de um ministério, conveio na assinatura do ato solicitada por outro.

“Doutra vez, e aí sem provocação ou sugestão oficial, de livre e espontâneo alvedrio, seu, se dignou o monarca honrar-me com

um sinal eloqüente de interesse pela minha pessoa, que nada poderia ter levado a entrever.

“Estava outubro a terminar, em 1884, quando me veio às mãos uma carta do presidente do Conselho, o senador Dantas, onde, em nome de S. Majestade, me declarava, nalgumas linhas, que o imperador queria ter comigo uma conferência especial acerca dos meus trabalhos sobre instrução pública, e, para nos avistarmos, me marcava o dia, não me lembro se primeiro ou terceiro daquele mês, no Paço da Boa Vista, ao meio-dia.”

A carta do chefe do gabinete, conservada no arquivo da Casa de Rui Barbosa, divulgada por Thiers Martins Moreira, dizia: “Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1884. – Meu caro Rui. – Previno-te que (salvo aviso em contrário) o imperador deseja que vás, no dia 3 de novembro próximo, ao paço de São Cristóvão, às 11 horas do dia, porque quer conversar contigo sobre os teus trabalhos e pareceres de instrução pública. – É escusado dizer-te que não deverás faltar porque, neste caso, um desejo é mais do que uma ordem. – Sempre teu do C. – *Dantas.*”

Continua Rui Barbosa: “No prazo dado, ali estava eu, justamente curioso e enleado com a reputação de terrível e pontilheiro argüidor, que tinha d. Pedro. Disseram-me, logo à porta, que, naquele dia e àquela hora, ele não recebia; mas, respondendo eu que eram ordens de S. Majestade as que eu obedecia, deram-lhe parte da visita, à qual acudiu imediatamente. Com insinuante afabilidade me tomou da mão, e, sem me deixar mais, me conduziu ao longo do vasto salão avarandado, onde era costume dar aos sábados as suas audiências gerais, subiu comigo a escada para o andar superior, e lá me levou a um gabinete, cuja vista dava para a bela avenida, que da frontaria do palácio vai ter ao grande portão exterior.

“Ali, no meio do aposento, estava, como que já de propósito arranjada para conversa íntima, uma singela mesinha, coberta com seu pano, a que S. Majestade me fez sentar; e, então, deixando-me por instantes, volveu trazendo sobraçados os meus dois pareceres e projetos acerca da reforma dos três ensinos, que havia dois anos, dormiam, na Câmara dos Deputados, o sono, donde passaram ao mofo e traçaria dos arquivos. Sentou-se; e, joelhos contra joelhos, numa familiaridade que por logo me dissipou acanha-

mentos e receios, como em cavaco íntimo entre iguais ou camaradas percorrendo as notas e tarjas, de que trazia margeadas e comentadas as páginas dos dois livros, creio que encadernados, me submeteu a formidável sabatina, numa dobadoira contínua de objeções e perguntas, sarilhando, umas trás outras, as questões e dificuldades, como fios de fusos em movimento rápido entre os dedos de amestrado fiandeiro”.

“Seriam, mais ou menos, três horas da tarde, quando o imperador se levantou, despedindo-me com a mesma boa sombra, cortesia e descerimônia, com que me recebera.”

Antes de terminarmos a narração do episódio, aqui propositadamente citado por extenso, façamos dois pequenos reparos em torno do relato de Rui: refere-se ele ao imperador sobraçando os seus dois pareceres acerca da reforma dos três ensinamentos e cita a existência de dois livros, dizendo: “creio que encadernados.” Agora, com a volta ao Brasil do precioso arquivo, por expressiva doação do príncipe d. Pedro, e que, desde muito, se conservava no castelo d’Eu, pôde-se imaginar, mais ao vivo o que representou, para Rui, a sabatina imperial. É que no meio dos inestimáveis documentos encontra-se um de raro interesse para o nosso estudo; precisamente o exemplar contendo o Parecer e Projeto da Reforma do Ensino Secundário e Superior. Onde andarão o volume relativo ao ensino primário?

Esta, a 1ª observação. A outra quanto à conservação dos volumes que Rui, tantos anos depois, acreditava tê-los visto encadernados. O documento citado, existente no arquivo do Museu Imperial é um folheto brochado. Falhou, neste ponto, a memória do mestre. Mas o que interessa aos estudiosos são os apontamentos deixados por d. Pedro II à margem do parecer. Às opiniões teóricas do relator contrapõe S. Majestade as objeções sugeridas por mais de 40 anos de prática efetiva à frente dos negócios públicos. É todo um diálogo mudo que ali se trava e que vai ser divulgado por quem, melhor do que nós, apresentará trabalho digno de Rui e do imperador.

Mas voltemos à opinião do então jovem deputado sobre a célebre entrevista, e que “era a de ter estado em contato com um coração aberto a excelentes sentimentos, um espírito acessível às idéias mais progressistas, uma admirável retentiva, um contraditório misto, em suma, de mediocridade e de grandeza, artifício

e simplicidade, larga erudição memorizada e míngua ou desenvolvimento imperfeito nas faculdades assimilativas e criadoras.

“Porém, como quer que fosse, o ato que ele acabava de praticar, era, evidentemente, um rasgo de alta indulgência, a todos os respeitos rara, absolutamente desinteressada e que, para comigo, só expressava consideração, benignidade, favor e simpatia.”

Passam-se os anos. Em 1920, revogada a lei do Banimento, tem Rui Barbosa ocasião de referir-se ao imperador, nos dois discursos que pronunciou na Liga de Defesa Nacional. E fê-lo, declarando-se representante dos seus companheiros do governo provisório, acentuando o caráter de reparação dado à transladação dos restos imperiais. “Reparação? indaga ele próprio. Sim, porque *tardou*. Tardando, todo o tempo em que, com o tardar, excedeu a medida, o critério, o limite da razão, da conveniência, da necessidade, é arbítrio, é injustiça, é esbulho e, conseguintemente, demanda, exige, impõe *reparação*. O povo, agora, vai reparar a falta de seus governos, ressarcindo em ovações à família repatriada toda essa demasia da expatriação, esses anos que ela durou além do que rigorosamente devia ter durado.”

E declarando que “os que fizeram a República federativa não têm reivindicações contra as cinzas do velho imperador, cujas virtudes eram muito maiores do que os seus defeitos”, esclarece, referindo-se ao Segundo Reinado:

“Durante esses oito lustros, este grande país cresceu enormemente. Pela ação do imperador? Não. Pelo desenvolvimento espontâneo da nossa nacionalidade, mas, sem dúvida nenhuma, debaixo da influência e com a colaboração ativa do imperador.” De d. Pedro escreve: “Foi um alto padrão de moralidade, um fanal penetrante, que brilhava dos cimos do poder, exercendo com a vigilância da sua luz, quer sobre o governo, quer sobre a administração, quer sobre o estado geral dos costumes, uma ação incalculavelmente saneadora.

“Sem algumas virtudes notáveis, não seria possível exercitar função tão útil; e para medir o bem, que deveria ter causado, pelo mal que a sua falta causaria, basta calcular em que estado se acharia o Brasil, ao cabo daqueles sessenta anos, se durante eles se houvesse regido o Império com o mesmo gênero de moralidade e idoneidade com que se tem dirigido a República nos seus trinta de mal dissimulado governo constitucional e nominal democracia”.

Nesse mesmo discurso reconhecia Rui d. Pedro II como um “brasileiro que tanto fez pela constituição da nossa nacionalidade e pela nossa reputação no mundo”, dando-nos “lição de amor da pátria, honradez e democracia.”

E aplaudindo “com efusão e alvoroço” (são dele as expressões) “a restituição da família de d. Pedro II” – “uma família brasileira ilustre entre as mais ilustres” – aos seus direitos de membros da comunhão brasileira”, declara ver, “nesta reconciliação da política republicana com o direito comum, a reintegração da nossa nacionalidade na posse de elementos necessários à sua existência na ordem da liberdade e da justiça”.

Respondendo então aos que o acusavam de haver mudado, recordando-lhe a campanha contra o Império, respondia Rui, explicando em que consistiam essas mudanças e declarava: “Mas, em todos esses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado, ou feito por mudar, com especialidade nos trinta e três anos que vêm da agonia do outro regime a *isto*, que não sei como se chame do atual.”

E não será de todo fora de propósito, ao citarmos a opinião de Rui, na comparação dos dois regimes, em palavras tão pouco lisonjeiras para a aplicação que vinha sendo dada ao republicano – não será fora de propósito, dizia, como pequena digressão, à margem do que afirmava, reproduzirmos os conceitos enunciados na inolvidável conferência realizada nesta cidade em 1917, a convite da Cruz Vermelha; referindo-se à contribuição de Petrópolis, acrescentava: “Petrópolis, a encantadora cidade dos jardins, a pérola das nossas montanhas, a filha do rei filósofo, poeta e cavalheiro, que, a poucos passos desta casa, contempla, tranqüilo, da sua cadeira de bronze, o rolar da nossa decadência”...

* * *

Estabelecido, desse modo, o ponto de vista de Rui Barbosa relativamente ao imperador e ao Império, vejamos, também de maneira sucinta, o testemunho de d. Pedro II com referência ao redator do *Diário de Notícias*, segundo, ainda, as expressões da *Queda do Império*: “Ignoro que impressão terei deixado no juízo do imperador,” disse ele ao voltar da célebre audiência de 1884.

Comentando, depois, o episódio, já célebre, da exclusão de sua pessoa do gabinete Dantas, contesta a então propalada resistência imperial ao seu nome – citando, nesse passo, o depoimento de Leão Veloso: “ao contrário, aceitou-o desde logo”. “Como era natural, continua o mesmo informante, descrevendo o convite que, para o ministério, fez a Rui o chefe do gabinete, e citando-lhe as próprias palavras: “foi o teu nome o primeiro lembrado e recebido pelo imperador com *visível satisfação e aplauso*” (o grifo é nosso).

Adiante, transcrevendo trechos de uma carta de Getúlio das Neves, a ele dirigida, cita Rui a opinião do monarca, já no exílio, a seu respeito, numa conversa com Ferreira Viana: “Recordava então d. Pedro II que, a bordo do *Alagoas*, ele dissera que a revolução de quartéis tinha sido relativamente fácil de operar-se, mas que havia uma fase difícilíssima, que a nova República não poderia transpor, qual fosse a de conseguir, sem extraordinários abalos, a organização de inúmeros estados, evitando os perigos da separação, em um país de território tão vasto, realizando, ao mesmo tempo, os trabalhos paralelos da remodelação da justiça, das finanças e de todos os complicados ramos da administração pública, regulando a liberdade civil e política, e garantindo os interesses materiais e morais da sociedade brasileira, debaixo de uma nova forma de governo, servida por homens absolutamente inexperientes.

“O venerando ancião, continua Leão Veloso, e benemérito soberano, que durante meio século teve em suas mãos os destinos do Brasil, terminou dizendo que, quando tal vaticinara, não tinha levado em conta a mentalidade de Rui Barbosa, que fora, de fato, o mentor, o guia da nova ordem de coisas.”

Eis, em rápido apanhado o que, com os elementos de que dispúnhamos, foi possível reunir sobre o tema *Rui e D. Pedro II*.

Relendo hoje, tantos anos depois, ao comemorar-se o centenário de um deles, esses depoimentos históricos, verificamos, com

emoção e entusiasmo, terem sido ambos esses grandes brasileiros sinceros idealistas, superiores mesmo, talvez, aos próprios princípios que representaram no cenário político do Brasil. Idealistas de um ideal elevado e nobre, desse ideal que, no dizer de Rui Barbosa, “não se define – enxerga-se pelas clareiras que dão para o infinito”.

Lourenço Luiz Lacombe

D. PEDRO II E O CONSELHEIRO DANTAS

D. Pedro II e o conselheiro Dantas

Entre os preciosos documentos conservados no arquivo do Museu Imperial destaca-se uma coleção de cartas do imperador dom Pedro II ao conselheiro Dantas, aí depositada desde 1943, por doação do neto do ilustre estadista, dr. Otávio de Sousa Dantas. A importância desses papéis estava, desde muito, a exigir sua divulgação, de vez que encerram elementos de primeira ordem para a elucidação do período agitado do Segundo Reinado em que se desenrolou o drama da Abolição. E havia mesmo a Divisão de Documentação Histórica incluído em seu programa de publicações a correspondência imperial com Dantas entre os primeiros documentos a serem dados à publicidade. Fatores de várias ordens foram adiando esse intento até que, com a vinda para este museu do magnífico arquivo do imperador, por expressiva dádiva do príncipe d. Pedro, foram proporcionados elementos do mais alto interesse no sentido de valorizar as cartas em apreço. É que no meio dos importantes papéis doados pelo neto da redentora encontra-se uma coleção de cartas do estadista baiano ao imperador, escritas exatamente no período abrangido pelos bilhetes de d. Pedro II. Completam-se, pois, as missivas em questão.

O Museu Imperial, divulgando mais uma parte de seu precioso arquivo, procurou reconstituir os fatos históricos, seguindo os documentos publicados, conservando-lhes a forma, transcrevendo-os integralmente, apenas, acrescentando-os de notas, para elucidar os assuntos tratados.

* * *

Manuel Pinto de Sousa Dantas nasceu no engenho Itapororoca, província da Bahia, em 21 de fevereiro de 1831. Era filho do coronel da guarda nacional Manuel Pinto de Sousa Dantas, tendo-se bacharelado em direito na velha faculdade do Recife. Foi deputado provincial em várias legislaturas, promotor público em

diversas comarcas, deputado geral, chefe de polícia no Maranhão, reelegendo-se à Câmara dos Deputados para o período de 1857-60. Aí notabilizou-se por sua oposição à política financeira do gabinete Abaeté. Presidente das Alagoas, teve ocasião de acompanhar d. Pedro II em sua célebre visita à cachoeira de Paulo Afonso, acontecimento divulgado no presente volume. Novamente na Câmara, entra em oposição ao gabinete Caxias, na situação conservadora então dominante. Subindo os liberais com Olinda, aceita Dantas a presidência de sua província natal, que governou de julho de 1865 a março de 1866. No governo Zacarias em 1866 ocupa a Pasta da Agricultura, onde, entre outras medidas, tem a iniciativa da reforma da Secretaria de Estado a seu cargo. Mas o ato que o recomenda à posteridade, nesse período de sua vida pública, é a abertura do rio Amazonas e afluentes à navegação internacional. Com a ascensão dos conservadores, volta à sua província, onde vai dirigir o *Diário da Bahia* até 1878. Chamados os liberais, então, nesse mesmo ano, figura na lista tríplice para a Câmara Alta, sendo escolhido senador e, logo no ano seguinte, nomeado conselheiro de Estado. Ministro da Justiça no gabinete Saraiva, sua ação é tão marcante que o ministério vem a ser conhecido como o “gabinete Saraiva-Dantas”. Aí representou ele, diz Tobias Monteiro, “o elemento mais ativo e quicá mais partidário da situação”. Por fim, a queda de Saraiva, perante uma Câmara bastante dividida, deixa a Coroa perante o dilema do recurso constitucional da dissolução ou da volta dos conservadores. D. Pedro II, firmemente convicto de ser a emancipação o problema do momento, insiste nos liberais: Martinho Campos, Paranaguá e Lafayette, que se sucederam no poder, pouco sucesso tiveram quanto ao objetivo abolicionista. Para manter a situação partidária em substituição a Lafayette, chama o imperador Saraiva, Sinimbu e Ouro Preto, todos se eximindo da incumbência: o primeiro declarando ser-lhe impossível formar um ministério homogêneo, numa questão que dividia o próprio partido; Sinimbu, por ser contrário a qualquer atitude governamental sobre o assunto; Ouro Preto entendendo que o problema financeiro deveria ter a precedência sobre qualquer outro. Restava Dantas.

“Dantas era, já então, um dos chefes mais em evidência do Partido Liberal. Na política do Império era um veterano. Como Saraiva, como Rio Branco, como Abrantes, como Cotegipe e tantos outros políticos do primeiro plano, pertencia à província da

Bahia, esse ninho de estadistas da monarquia – fonte de talento, como a chamava o conde de Arganil”¹.

“Dantas era o último recurso de que lançava mão a Coroa, desejosa de manter de cima os liberais e de dar com eles, quanto antes, o maior incremento possível à idéia emancipadora, preocupação constante e sonho dourado de sempre desse monarca extraordinário que se chamou d. Pedro II”².

Acusando o estadista baiano de abdicar de suas convicções na primeira dificuldade, cita Heitor Lira³, a propósito, “o que fez com Rui Barbosa, por ocasião da organização desse seu ministério (06/06/1884) quando, a uma leve insinuação do imperador, deixou o seu correligionário e amigo de toda a sua família inteiramente à margem”. Mas o próprio Rui, no seu monumental prefácio à *Queda do Império*, provou, à saciedade, a nenhuma interferência de d. Pedro II na exclusão de seu nome. Como quer que fosse, Rui, por suas idéias abolicionistas, deveria ocupar a pasta da Agricultura, que era a do elemento servil e cujo ministro teria que agüentar com a discussão, no Parlamento, do projeto do governo, que iria ser renhidíssima. Mas o imperador (escreve Rui Barbosa⁴ relatando o episódio) preferia-o na do Império, a fim de executar seus projetos de reforma do ensino já submetidos à Câmara. Nunca pôde explicar Rui o motivo de sua exclusão do gabinete de 6 de junho – mas longe de magoar-se, foi o colaborador efficientíssimo do governo, em quem repousou a responsabilidade dos seus grandes atos. “Pelo projeto e política do governo, dirá ele próprio, fez, *não sendo ministro, quanto, em ministro, poderia ter feito.*”

São desse período as cartas aqui divulgadas.

A figura de Dantas vem devidamente apreciada no livro de Afonso Celso⁵:

“Baixo, grosso, óculos azuis, voz cariciosa, inspirou dedicação a inteligências superiores, como Nabuco, Patrocínio, Rui Barbosa. Sólido combatente, sofria sorrindo, duros embates.” E depois de analisar-lhe a obra, conclui⁶: “Se ser homem de estado consis-

1. Heitor Lira. *História de D. Pedro II*, vol. 3º p. 17.

2. Heitor Moniz. *O Segundo Reinado*, (2ª edição) p. 210.

3. Op. cit. p. 17.

4. Rui Barbosa. *Queda do Império*, p. XLVIII.

5. Afonso Celso. *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, (nova edição) p. 47.

6. *Idem, idem*, p. 49.

te no discernir e encarnar em oportuno momento as generosas aspirações de um povo, confiando na justiça do futuro, e apressando, através formidáveis óbices, a realização dessas aspirações, não se pode recusar a Dantas o glorioso título de estadista.”

Constituído o ministério, apresentou-se o seu chefe, perante a Câmara, com a célebre frase relativa à questão servil: *nem parar, nem retroceder, nem precipitar*. Foi o seu gabinete que, segundo suas expressões, trouxe a questão para o Parlamento, a quem competia dirigir-lhe a solução.

Logo nas primeiras sessões ofereceu o deputado Rodolfo Dantas, filho do presidente do Conselho, em nome do governo, um projeto consignando a localização da propriedade servil, a ampliação do fundo de emancipação e a libertação incondicional dos escravos sexagenários. Da redação do projeto incumbiu-se Rui Barbosa, bem como de sua defesa no Parlamento, conforme suas declarações: “Pouco depois, era a mim que o presidente do Conselho confiava a elaboração do seu projeto de emancipação parcial; a mim que se designava, em seguida, o encargo de relator das Comissões do Orçamento e Justiça Civil, reunidas para consultar sobre aquele projeto; a mim que se cometia a redação do grande parecer ⁷; a mim que se deixava, nos debates subseqüentes, todo o peso da questão ministerial” ⁸.

Descrevendo a situação da Câmara com relação aos projetos do governo, dedica Afonso Celso ⁹ esclarecedoras linhas a respeito: “Desde o começo, arcou o gabinete com violentas resistências. A questão servil excitara os ânimos, trouxera a campo importantes interesses.

“Destacaram-se da maioria liberal vários deputados que, unidos à oposição conservadora, moveram implacável guerra ao ministério. Entre esses liberais dissidentes, assinalou-se o presidente da Câmara, Moreira de Barros, que, no dia da apresentação do projeto emancipador, deixou a cadeira presidencial, exonerando-se para melhor atacar a situação.

“Foi renhidíssima a luta. Agrediam, além dos ministros, a pessoa do soberano, a quem atribuíam a nova feição do emancipa-

7. Sobre este trabalho de Rui, escreveu Afonso Celso (op. cit., p. 44): “Em 19 dias Rui Barbosa elaborou sobre esse projeto um parecer monumental, monografia completa, formando grosso volume, referente ao problema do escravismo”.

8. R. Barbosa. Idem, p. LV e seguintes.

9. Op. cit., p. 44.

cionismo. Posto em minoria na Câmara, a 28 de julho, apesar de por ele votarem conservadores abolicionistas, anunciou Dantas a dissolução da Assembléia a fim de consultar o país sobre a política adotada. Mas a dissolução não se tornou efetiva desde logo: o governo não tinha leis orçamentárias, e viu-se forçado a esperar,



Conselheiro Manoel Pinto de Sousa Dantas

até setembro, que se discutissem e votassem primeiro uma prerrogativa dos orçamentos anteriores, depois os novos orçamentos.”

Ainda aí valeu-se Dantas de Rui Barbosa, segundo as expressões do autor da *Queda do Império*: ... “a mim que, resolvido o ministério a solicitar a dissolução da Câmara, se impunha, sem embargo de toda a minha resistência, a tarefa de redigir, em 3 ou 4 horas, no mesmo dia em que ma encarregavam, e no próprio

palácio do conde de São Clemente ¹⁰, aonde, para isso, me mandou chamar o senador Dantas, a exposição de motivos desse pedido ao imperador, exposição acolhida tal qual a redigi, e tal qual a redigi submetida à consideração imperial.”

Ângelo Agostini, apreciando essa fase política, na *Revista Ilustrada*, escreve: “Certamente o problema da emancipação é grave e complexo; mas tudo está em começar. E o presidente do Conselho já começou.”

Dissolvida a Câmara, e feita a consulta à nação, “a nova Câmara não veio, contudo, mais bem disposta para com o gabinete do que se mostrara a anterior. Novas escaramuças, novos embates parlamentares com a facção dissidente do partido, e o gabinete mais uma vez em minoria. Que fez Dantas diante desse novo obstáculo? Voltou-se outra vez para o imperador, pedindo nova dissolução. Desta vez, porém, não foi possível ao monarca atendê-lo. Ponderou-lhe que a Câmara acabava de ser eleita, e o fora sob sua administração. Desatendido, e impossibilitado de modificar em seu favor o sentimento parlamentar, Dantas teve que retirar-se” ¹¹.

* * *

As cartas de d. Pedro II ao estadista baiano, existentes no arquivo do Museu Imperial, começam no ano de 1881. É um simples bilhete, sem maior importância. Era Dantas, então, ministro da Justiça no gabinete de 28 de março de 1880, presidido pelo conselheiro Saraiva. Desse ano são apenas dois bilhetes. Em 1884, quando sobe o gabinete de 6 de junho, é que começa, propriamente, a correspondência.

A reprodução, neste volume, das cartas em apreço, é feita, na medida do possível, alternadamente, para melhor compreensão dos assuntos tratados.

Lourenço Luís Lacombe

Chefe da Divisão de Documentação Histórica

10. Hoje palácio do Catete, então residência de Rodolfo Dantas.

11. H. Lira. *História de D. Pedro II*, vol. 3º, p. 21.

Sr. Dantas.

Acabo de receber a carta inclusa e julgo que merece atenção e talvez prontas providências.

D. PEDRO 2º.

Rio 23 de junho de 1881

Sr. Dantas.

Felizmente o povo não fez justiça ou injustiça – por que julgo ser este assassino um louco – por suas mãos; porém os exemplos de S. Paulo e Minas foram mau indício ¹².

D. PEDRO 2º.

Rio, 11 de 8bro. de 1881

SENHOR

Para não perder tempo, porque o tempo urge, submeto a apreciação de Vossa Majestade o questionário, que formulei e que dentro em pouco será enviado às Seções da Fazenda, Justiça e Império para consultarem em prazo curto sob a minha presidência.

Escrevo daqui da Câmara, onde estou ouvindo o deputado Andrade Figueira, que está proferindo um discurso muito veemente, embora dentro das regras regimentais.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 13 junho 1884.

12. Deve tratar-se do assassinato do jovem Alexandre Augusto Pereira de Carvalho, à então rua Larga de S. Joaquim.

SENHOR

Tenho a honra de submeter à leitura de Vossa Majestade três telegramas relativos à inauguração anteontem, dos trabalhos do ramal do Timbó ¹³.

Com permissão de Vossa Majestade, responderei o do dr. Richard Tiplad, para o que, assim como para responder os dois outros, ousou esperar que Vossa Majestade se digne m'os devolver.

Depois do meu telegrama para Petrópolis, ontem, não recebi até agora nenhuma outra comunicação do meu colega da Agricultura.

Tão depressa a receba fala-ei chegar a Vossa Majestade.
Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 16 de junho de 1884.

Sr. Dantas.

Acabo de chegar de receber (?) o telegrama a respeito da manança em Sta. Cruz. Já falei deste assunto no sábado.

Já tinha lido com muito prazer nos diários de hoje a notícia da inauguração dos trabalhos do ramal do Timbó.

Gostei do artigo de fundo da *Gazeta de Notícias* de hoje embora tenha de fazer algumas reflexões sobre ele.

Vou hoje de noite a um concerto na Exposição Científica. Se precisar de falar-me lá me achará desde às 8 horas.

D. PEDRO 2^o.

Responda ao telegrama em que se pede que me comunique a notícia da inauguração conforme os sentimentos que todos sabem ser os meus.

Rio 16 de junho de 1884.

13. Está na entrelinha a palavra em grifo.

SENHOR

Logo cedo escrevi ao meu colega, sr. Franco de Sá¹⁴, exigindo informações sobre o estudo dos negócios do matadouro. Ao sair de minha casa para o Tesouro, donde tenho a honra de escrever a Vossa Majestade, recebi a carta, que a esta acompanha, e que, parece satisfará por agora os desejos de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito mui reverente e fiel
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 18 de junho 1884.

SENHOR

Fui procurado por uma comissão do Retiro Literário Português, acompanhada de meu colega senador Correia¹⁵ para pedir-me de obter a honra da presença de Vossa Majestade à cerimônia ou sessão que será celebrada no dia 30 do corrente, aniversário da sociedade.

A comissão terá a honra de ir pedir esta graça a Vossa Majestade; mas quis antes ter comigo esta entrevista.

A cerimônia terá lugar no Cassino Fluminense.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 18 de junho 1884.

Sr. Dantas.

A noite de 30 não é impedida para mim e assistirei com muito prazer à sessão aniversária do Retiro Literário Português.

Li o seu discurso no jornal e no Diário Oficial. Agradei-me e conversaremos apenas sobre alguns pontos quando nos encontrarmos. Corte o mais possível na tabela C

14. Senador Filipe Franco de Sá, ministro da Agricultura.

15. Manuel Francisco Correia, senador e conselheiro de Estado.

para a qual já desde muito chamo a atenção dos ministérios, segundo o que se tratou no despacho de sábado.

O Lamare¹⁶ deve-lhe ter faltado a respeito de diversos assuntos que parecem-me merecer a pronta atenção do governo.

D. PEDRO 2º.

Rio 18 de junho de 1884.

Sr. Dantas.

Nada tenho que observar. Li que o vapor de Marselha entrou aqui por não terem chegado a tempo os telegramas para Marselha e Dacar.

O procedimento da fortaleza de Sta. Cruz ainda não está bem explicado. Não sei de que modo deram a licença para o conserto de que o vapor carecia.

D. PEDRO 2º.

Rio 7 de julho de 1884.

Chamo sua atenção para o artigo do *Brasil* de hoje sobre listas eleitorais dadas no quartel de polícia de Niterói.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade um telegrama que recebi do gerente em Pernambuco, da “Brazilian Submarin Telegraph Company”.

Só depois de autorizado por Vossa Majestade responderei ao gerente Joseph Mosse.

Respeitosamente peço a Vossa Majestade que haja de devolver-me o telegrama.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 9 de julho 1884.

16. Conselheiro de Estado almirante Joaquim Raimundo de Lamare, senador do Império e então ministro da Marinha.

Sr. Dantas.

Só poderei conversar com o sr. a respeito do projeto ¹⁷ amanhã às 9 ½ da manhã ou antes do despacho; o que será talvez pouco tempo.

D. PEDRO 2^o.

Rio 11 de julho de 1884.

SENHOR

Com a apresentação do projeto de emancipação levantou-se uma questão de confiança ministerial, consistente em continuar ou não na presidência da Câmara o Moreira de Barros ¹⁸ que logo depois da leitura do projeto pediu a palavra e declarou-se em oposição por causa do mesmo projeto.

Foi resolvida a questão por 55 votos a favor contra 52 contra o *governo* ¹⁹.

Grande multidão enche as galerias e as imediações da Câmara; e tenho a satisfação comunicar a Vossa Majestade, que tudo correu na melhor ordem, guardado pelo público o maior e mais silencioso respeito.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito veemente e fiel

M. P. DE SOUSA DANTAS

Câmara dos Deputados

Rio, 15 julho 1884.

Sr. Dantas.

Acabo de receber o telegrama junto.

Logo que puder informe-me do que pede esse Congresso.

Que houve hoje na Câmara?

D. PEDRO 2^o.

Rio 17 de julho de 1884.

17. Projeto de abolição do elemento servil.

18. Dr. Antônio Moreira de Barros. Vide a opinião de Afonso Celso, cit. na introdução.

19. Na entrelinha, as palavras em grifo.

Sr. Dantas.

Pelo que li num dos artigos do *Jornal do Comércio* sobre o projeto de lei a respeito do elemento servil ainda podia duvidar da opinião que vejo claramente manifestada à página 74 do folheto que restituo.

Muito me indignou o atentado cometido em Jaú.

Estimo sinceramente as melhoras de Martinho Campos²⁰, que espero ver brevemente restabelecido.

Já disse ontem o que penso quanto à divisão das seções eleitorais de Niterói.

D. PEDRO 2^o.

Rio 27 de julho de 1884

SENHOR

Em confirmação do que ontem tive a honra de dizer a Vossa Majestade, peço permissão para submeter à leitura de Vossa Majestade o folheto, que a esta acompanha, onde à pagina 74, 75 e 103 encontrará mais do que eu noticiei.

Suplico respeitosamente a Vossa Majestade que se aprover a Vossa Majestade, se digne devolver-me o folheto, porque temos necessidade dele hoje.

Sou com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 28 de julho de 1884.

SENHOR

Submeto à leitura de Vossa Majestade algumas cartas de procedências muito diferentes que dão, me parece, uma idéia exata do acolhimento que em todas as camadas (sem excluir os fazendeiros) vai tendo o projeto ultimamente apresentado sobre o elemento servil, e que originou os graves acontecimentos, que Vossa Majestade conhece.

20. Conselheiro e senador Martinho Álvares da Silva Campos.

Tenho recebido e continuo a receber do norte e sul do Império telegramas e cartas (em grande quantidade), que são em tudo consoantes com as que aqui vão, e cuja devolução peço, para serem respondidas.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 3 de agosto 1884

Sr. Dantas.

Mandar-lhe-ei amanhã as cartas que recebi assim como os telegramas entregues ontem.

Desejo saber de quanto foi a renda – isto é *importância de impostos cobrados* – no exercício findo, assim como de quanto se reduzirá a tabela *C por despesa, que se deixará de fazer*. Em quanto importou a despesa com a diferença de câmbio no exercício passado e no anterior?

D. PEDRO 2^o

Rio 3 de agosto de 1884.

SENHOR

Já providenciei em ordem a não aparecerem no parecer as duas emendas sobre as quais Vossa Majestade chamou a minha atenção.

Pessoalmente prestarei informações a Vossa Majestade sobre os motivos que influíram no ânimo dos membros da Comissão, para adotarem tais emendas ²¹.

Estou com os colegas em conferência, e deixarei para a sós com o meu colega sr. de Lamare, conversar a respeito do assunto, que o tem magoado seriamente.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de agosto de 1884.

21. Na entrelinha, as palavras em grifo.

Sr. Dantas.

Nesta época em que deve atuar sobre os atos do governo a determinação firme de evitar a acusação de influência nas eleições não me parecem acertadas as mudanças de juízes e de autoridades que não forem exigidas pelo bem público.

Já sabe como penso sobre prorrogação das assembleias provinciais até votarem as leis anuais. Chamo sua atenção para o que leio no *Brazil* de hoje a respeito da eleição senatorial. As autoridades não devem pedir votos. Sei qual é o seu empenho. Mas também é dever meu insistir em que se intervenham nas eleições *seja por que forma for* os que não sejam autoridades ²².

D. PEDRO 2º

Rio 10 de agosto de 1884

Sr. Dantas

Sei qual é o seu empenho e por isso chamo sua atenção para a demissão do agente do correio de Maxambomba demitido por causa da eleição de 17, segundo dizem.

Desejo saber quanto antes a quanto ficará reduzido o déficit à vista do votado e das despesas que se tem de fazer pelas verbas de diferença de câmbio, e juros da dívida flutuante além do votado. Eu não considero também como renda para conhecer o déficit verdadeiro o que se calcula de saldo dos depósitos.

Careço também de saber aproximadamente quais as economias que se podem fazer nos gastos da tabela C onde 4.000 contos são destinados para a continuação da Estrada de Ferro de Pedro 2º, e nas verbas dos diversos orçamentos. O da Agricultura volta à Câmara com excesso sobre o proposto quando na Câmara se tinham feito cortes que importavam em quantia avultada.

22. Vide nota anterior.

Para adiantar quaisquer informações que possa dar-me amanhã em despacho é que lhe escrevo hoje.

D. PEDRO 2º

Rio 15 de agosto de 1884

Esta carta voltou por encontrar a sua.

Sabe como penso a respeito da prorrogação da Assembléia da Bahia.

Minha opinião procura sempre o mais curial.

Guardo o telegrama do Itajubá ²³ para mandá-lo ao (?).

Sr. Dantas

Aí vão as minhas notas sugeridas por uma leitura aliás rápida do parecer do Senado sobre a receita. Peço-lhe que traga amanhã a despacho o exemplar do parecer para sobre ele conversarmos.

O tempo vai correndo.

D. PEDRO 2º

Rio 18 de agosto de 1884

SENHOR

Fico com a carta, que Vossa Majestade se dignou confiar-me; e, pela leitura rápida que fiz, parece-me conter idéias aproveitáveis.

Tão depressa regresse o meu colega, ministro da Agricultura, com ele me entenderei, e ativarei as providências lembradas na mencionada carta.

Houve sessão e trabalhou-se muito.

Confirmo o que tenho dito a Vossa Majestade: termos orçamento no prazo legal da sessão legislativa.

Amanhã discutir-se-á a receita, depois de terminada a 3ª discussão da despesa da Fazenda.

23. Conselheiro Marcos Antônio de Araújo e Abreu, 2º barão de Itajubá em 1883. Encarregado de Negócios do Brasil em França.

No próximo despacho restituirei a Vossa Majestade a carta do barão de Capanema.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 20 de agosto de 1884.

SENHOR

Julgo dever submeter ao conhecimento de Vossa Majestade a carta, que esta acompanha, do barão de Itajubá.

É destituída de fundamento a queixa do sr. Júlio Ferry, presidente do Conselho, em França.

Enquanto não estivermos preparados para o regime quarentenário (e disto nos estamos ocupando) outro não podia ser o procedimento do governo imperial, – a menos que assumíssemos uma responsabilidade tremenda ante o país.

Neste sentido responderemos ao barão de Itajubá para fazer chegar ao conhecimento do governo em França.

Procedimento igual nosso tiveram os governos do Prata.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 25 de agosto 1884.

SENHOR

Daqui da Câmara, por onde fui chamado, tenho a honra de escrever a Vossa Majestade para comunicar que a Câmara rejeitou por 72 votos contra nove a emenda do Senado sobre a questão da iluminação a gás.

Trata-se agora de proceder nos ulteriores termos para a fusão, já tendo sido nomeada a comissão, composta dos deputados Martim Francisco, Camargo e Cantão ²⁴.

No Senado, de onde vim, a disposição geral é de aceitar a fusão.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 26 de agosto 1884.

²⁴. Martim Francisco Ribeiro de Andrada (II) deputado por S. Paulo, Antônio Eleutério de Camargo, deputado pelo Rio Grande do Sul e dr. José Ferreira Cantão, deputado pelo Pará.

SENHOR

Acaba de ser admitida a comunicação da Câmara dos Deputados, encarregada de requerer ao Senado a fusão que para resolver a Assembléia Geral sobre a emenda relativa a iluminação a gás, rejeitado pela Câmara.

Retirando-se a comissão, o Senado, depois de algumas observações dos senadores Correia, Vieira da Silva e Ottoni ²⁵, resolveu convir na fusão – por unanimidade de votos, devendo a sessão da Assembléia Geral realizar-se amanhã ao meio-dia.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 28 de agosto de 1884.

SENHOR

Reuniu-se, em *fusão*, a Assembléia Geral, e tudo correu perfeitamente.

Compareceram 93 deputados e 44 senadores (total 137).

Não houve discussão:

Apenas o senador José Bento ²⁶, pedindo a palavra pela ordem, perguntou se era admissível alguma emenda, ou se a Assembléia Geral estava adstrita a votar pró ou contra a emenda rejeitada pela Câmara.

Respondeu o presidente do Senado que a discussão e votação devia ser sobre a emenda rejeitada, exclusivamente.

Não havendo quem tomasse a palavra, foi encerrada a discussão, votando contra a emenda 101 e a favor 36.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 agosto 1884.

25. Conselheiro de Estado Manuel Francisco Correia, senador pelo Pará, dr. Luís Antônio Vieira da Silva (visconde de Vieira da Silva em 1889) senador pelo Maranhão e conselheiro Christiano Benedito Otoni, senador pelo Espírito Santo.

26. Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, senador por Pernambuco.

Sr. Dantas

Previno-o de que vou sair. Estarei de volta antes das 3 ½.

Creio que terei de receber talvez amanhã a deputação com os autógrafos da lei do Orçamento. Poderei recebê-la à 1 da tarde no Paço da Cidade.

Depois de maior reflexão ainda mais me confirmo na opinião que sustentei sábado a respeito da época das eleições que deve ser a esperada por todos; isto é, a das eleições ordinárias.

Falaremos amanhã a respeito de seu cálculo do déficit. Sabe como desejo que se exponha nua e crua a situação financeira, que não é ²⁷ aliás de assustar como até disse o Joaquim Delfim.

D. PEDRO 2^o

Rio 1 de 7bro de 1884

SENHOR

Submeto à assinatura de Vossa Majestade a lei do Orçamento da Receita e Despesa Geral do Império e diversos decretos legislativos.

Por haver urgência, não os reservo para serem apresentados a Vossa Majestade no primeiro dia de despacho.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de setembro 1884

SENHOR

Submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade o trabalho resumido e sintético do barão de Cabo Frio ²⁸, a quem aludi, quando ontem tive a honra de estar com Vossa Majestade.

²⁷. Falta o verbo grifado.

²⁸. Joaquim Tomás do Amaral, 2^o barão e, posteriormente, visconde de Cabo Frio em 1889. Diretor geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O barão insiste pela desnecessidade senão inconveniência da comissão para proceder a severo reconhecimento.

Ele é inteiramente de parecer que é preferível o arbitramento, pois que estamos seguros do nosso direito e nada mais queremos senão a confirmação dele. Sou com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 21 de setembro de 1884.

SENHOR

Recebi neste momento, ao chegar do palácio Isabel, o telegrama que submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade.

Respondê-lo-ei logo que Vossa Majestade se digne devolvê-lo. Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 7 outubro 1884.

Sr. Dantas

Recebi ontem à noite telegrama junto. Creio que o juiz de direito não me o dirigiria sem motivo. Receio muito de certas influências em época eleitoral.

D. PEDRO 2º
Rio, 13 de 8bro de 1884.

SENHOR

Fico com o telegrama que o juiz de direito de Penedo dirigiu a Vossa Majestade e que é igual ao que na mesma data (ontem) me passou.

Continuarei a tomar em atenção às reclamações desse magistrado por intermédio do presidente da província de Alagoas ²⁹,

²⁹. José Bento Vieira Barcelos, presidente empossado a 11/09/1884 e falecido no cargo a 12/11 desse mesmo ano. Vide carta de Dantas de 12/11/1884.

em quem o governo só tem motivos de confiar por sua retidão, no meio dos acontecimentos, de que trata o juiz de direito Amorim.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 13 de out. 1884.

Sr. Dantas

Recebi suas cartas.

A audiência dos sábados costuma ser de mais gente. Amanhã conversaremos sobre o melhor dia para a sessão do Conselho de Estado.

Pensei que não tivesse recebido o mesmo telegrama. Nada me consta contra o presidente da província; mas ele não será sempre bem informado sobretudo em época eleitoral.

D. PEDRO 2^o

Rio 13 de 8bro de 1884.

SENHOR

Por conter mais de uma notícia, que merece ser conhecida por Vossa Majestade, aqui incluo em telegrama do presidente do Rio Grande do Sul ³⁰, a quem pretendo responder, de acordo com o que me anuncia que fará.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 15 out. 1884.

SENHOR

Pude descobrir o *Times* de 3 de setembro em que vem a réplica de Hammand (?) à Charles Woring e aqui o envio a Vossa Majestade.

Amanhã deverá ser publicado no Diário Oficial, segundo a ordem que dei, o artigo de Woring.

³⁰. Henrique Pereira de Lucena, barão com grandeza de Lucena em 1888.

Posteriormente tomar-se-á em atenção este nosso artigo de Hammand (?), que mostra-se muito empenhado na conservação do elemento servil.

Já tive do presidente de Pernambuco ³¹ resposta por telegrama, que aqui incluo sobre a reclamação, da associação dos funcionários.

Com efeito o presidente já me havia informado por carta a situação crítica das finanças da província de Pernambuco, por que declarou-me cogitar de convocar extraordinariamente a Ass. Provincial, passada a quadra eleitoral.

Tenho finalmente a honra de levar ao alto conhecimento de Vossa Majestade um telegrama que me expediu de Pelotas, o barão S. Luís ³², noticiando a libertação de mais de cinco mil escravos.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 17 de outubro 1884.

Sr. Dantas

Guardava o telegrama do barão de S. Luís para mostrar-lhe amanhã. Aí o mando com os outros. Conversaremos porém amanhã sobre o telegrama de Pernambuco, e o artigo do Hammand (?).

D. PEDRO 2^o
Rio 17 8bro de 1884.

Sr. Dantas

Será bom que leia a carta e papel inclusos que me restituirá logo que os tiver lido por serem de caráter muito particular.

Vejo novo telegrama do Ceará.

Haveria urgência de demissão do engenheiro? Quanto ao mais nada posso dizer por ora. O presidente ³³ es-

31. Sancho de Barros Pimentel.

32. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 2^o barão de S. Luís em 1884.

33. Carlos Honório Benedito Otoni.

creveu que mandava os periódicos da província em que explicaria seus atos; mas o tempo corre para dezembro, e ainda nada recebi por ora.

D. PEDRO 2^o
Rio 22 de 8bro de 1884.

SENHOR

Em caminho para o Tesouro me foi entregue a carta de Vossa Majestade com a *carta* de barão de Capanema, e uma nota à parte por letra do mesmo barão.

Eu mesmo restituirei a Vossa Majestade a mencionada carta, que lerei atentamente.

Já expedi telegrama ao presidente do Ceará. Não sei que Frota é esse de quem fala o telegrama, hoje publicado.

Já exigi dos meus colegas do Império e Justiça ³⁴ os esclarecimentos existentes nas respectivas secretarias, enviados pelo presidente e a este acabei de recomendar que continuasse a informar-nos oficialmente, remetendo ao mesmo tempo as gazetas onde os seus atos são publicados, explicados e justificados.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 22 de outubro 1884.

Sr. Dantas

Nada tenho que notar senão a tardança da chegada ao Ceará do telegrama – enganei-me – do aviso-circular a respeito de nomeações para guarda nacional que vejo não foi precedido de telegrama como supunha até agora.

Aguardo os diários do Ceará, de que já lhe faltei por ter o presidente manifestado, por intermédio do barão Nogueira da Gama ³⁵, o desejo de mandar-me.

D. PEDRO 2^o
Rio 23 8bro de 1884.

34. Senador Filipe Franco de Sá e deputado Francisco Maria Pereira Sodré.

35. Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, barão e visconde com grandeza de Nogueira da Gama. Mordomo da Casa Imperial.

SENHOR

Acabo de receber os dois telegramas inclusos, do presidente do Ceará, em resposta aos que ontem expedi.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 23 de out. 1884.

SENHOR

Apesar de haverem diversos jornais, hoje, publicado telegramas, noticiando a partida do *Riachuelo*, ontem, de Lisboa, julgo dever levar ao alto conhecimento de Vossa Majestade o telegrama expedido pelo próprio comandante ao meu colega sr. ministro da Marinha ³⁶.

Só depois das 10 horas da noite foi que recebi a carta do meu colega.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 23 de out. 1884.

SENHOR

Fico com o “projeto de emancipação dos escravos no Brasil”, oferecido à alta apreciação de Vossa Majestade pelo economista J. de Molinari.

Depois de ler o projeto, eu o restituirei à Vossa Majestade com a carta do mesmo Molinari, por Vossa Majestade a mim confiada ontem.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 26 de out. de 1884.

36. Senador e conselheiro de Estado Joaquim Raimundo de Lamare.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade uma carta de meu colega, ministro da Marinha, acompanhada de um telegrama do comandante do *Riachuelo*, comunicando achar-se na Bahia, em cujo porto entrou para tomar carvão.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 7 de novembro 1884.

SENHOR

Não me refiro à resposta do presidente do Ceará, dada por telegrama, porque Vossa Majestade já tem dela conhecimento.

E porque terei a honra de estar amanhã com Vossa Majestade, darei quaisquer informações que a Vossa Majestade pareçam necessárias.

Do meu colega, ministro do Império, recebi os papéis, que submeto à consideração de Vossa Majestade.

Espero receber do meu colega, ministro da Justiça, as informações transmitidas também pelo presidente do Ceará à repartição da Justiça.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 7 de novembro 1884.

Sr. Dantas

Nada vejo *nada de novo*³⁷ a respeito da eleição. Não houve hoje *Brazil*.

O negócio Malta ou Mattos tem me incomodado³⁸. O que leio no *Diário Oficial* de hoje deixa-me na dú-

37. Há uma palavra riscada e as que estão em grifo figuram na entrelinha.

38. Em meio à expectativa pelo resultado das eleições da Câmara fora dissolvida surge o caso Castro Malta, cuja morte na prisão, estava ligada ao recrutamento, não se encontrando o seu cadáver. A propósito da divergência ou dúvida sobre o nome da vítima, esclarece a *Revista Ilustrada* (ano 9, nº 396) "que João Alves de Castro Matos era o preso João de Castro Malta".

vida. Os drs. Campos da Paz e Monat (?) têm tratado bem da questão. Este último disse que o Mota e Mattos (sic) ³⁹ quebrara um braço; meio excelente de verificar a identidade do cadáver. Ainda que isso se consiga resta saber como foi *Malta* ou *Mattos* ⁴⁰ preso e tratado depois.

Há muitos anos que falo na necessidade de organizar o serviço médico legal.

Quando há agora vapor para os portos do sul?

Há mais notícias a respeito da eleição do Mata Machado?

Aguardo o resultado de seu exame de todos os telegramas vindos de Recife no dia 1 do corrente.

D. PEDRO 2^o

Rio 8 de 9bro de 1884 ⁴¹.

SENHOR

Acabo de receber o telegrama, que aqui incluo, do chefe de polícia das Alagoas, comunicando-lhe o falecimento hoje às 2 ½ da tarde, do dr. Barcelos, presidente daquela província ⁴².

Por um telegrama que recebi ontem à noite foi que tive a primeira notícia de achar-se ele gravemente doente de uma congestão pulmonar.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 12 de novembro de 1884.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade os documentos oficiais publicados no *Diário da Bahia* de 7 e 8 do corrente, relativos aos acontecimentos do Xique Xique e

³⁹. Deve ser: *Malta* ou *Matos*.

⁴⁰. A palavra primitiva era *ele*, que foi riscada e substituída pelas em grifo.

⁴¹. O n^o 397 da *Rev. Ilustrada*, fazendo crítica cerrada ao governo a propósito do caso Castro Malta, comenta, sobre o desinteresse (sic) do imperador: "E o nosso imperial senhor, defensor perpétuo, etc., etc.? Olha para as estrelas e... espera que o seu país caia de podre".

⁴². Vide nota 29.

que respondem às apaixonadas acusações do barão do Vila da Barra ⁴³.

Farei publicar no *Diário Oficial*, em sua íntegra, tais documentos.

Dei ontem pronta execução às ordens de Vossa Majestade sobre a remessa do pacote, que me enviou para ser hoje entregue em S. Paulo, à princesa imperial.

Pela carta que ontem à noite recebi do meu colega, ministro da Marinha, se vê que o *Riachuelo* partiu do porto da Bahia, no dia 10, às 7h ½ da manhã.

De acordo com o pensamento de Vossa Majestade, manifestado na carta de ontem, tratarei de apresentar sem demora quem deva ser nomeado para a presidência da província das Alagoas.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 13 de novembro 1884.

SENHOR

Pelo ordenança que foi de minha parte à casa do ministro da Marinha levar uma carta, acabo de receber a notícia verbal, do mesmo meu colega, de haver entrado esta manhã o *Riachuelo*; o que dou-me pressa de comunicar à Vossa Majestade.

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 13 de novembro 1884.

SENHOR

Se Vossa Majestade permitir, convidarei o dr. Figueira secretário do Governo da província do Rio de Janeiro, para a Presidência das Alagoas. Formo bom conceito dele. Porei como condição que parta no vapor de 20.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 13 de novembro 1884.

43. Dr. Francisco Bonifácio de Abreu, político baiano, barão com grandeza de Vila da Barra, título recebido em 1870 e acrescido das honras de grandeza em 1876.

44. Dr. Antônio Tibúrcio Figueira, efetivamente nomeado em 26/12/1884.

SENHOR

Recebi do meu colega, ministro da Guerra ⁴⁵, a carta que tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade.

Imediatamente escrevi ao meu colega, ministro do Império, o qual não foi encontrado ainda.

Tenho, porém como certo que ele terá providenciado sobre o caso de que trata a carta e telegramas, que a acompanham.

Do que for ocorrendo, dar-me-ei pressa de participar a Vossa Majestade.

Recebi, agora mesmo, do secretário do Governo da província de S. Paulo, por estar ausente o presidente, o telegrama que também tenho a honra de passar às augustas mãos de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 14 de novembro 1884.

SENHOR

À vista da insistência por parte da imprensa, ainda hoje, sobre recrutamento, escrevi logo cedo ao meu colega da Justiça, recomendando de entrar no conhecimento exato e sem demora do que há, porque, de uma vez por todas, se responda à imprensa, e se acabe com isso, de que se tem ela servido por continuar a dizer que se está recrutando.

Do meu colega recebi a resposta, que submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade.

Vejo por essa resposta que alguma coisa tem havido, que autorizam as reclamações da imprensa.

Durante o dia, hoje, tiraremos tudo a limpo, e amanhã, no *Diário Oficial*, se dirá o que for exato.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 14 de novembro 1884.

Sr. Dantas

Um dos telegramas do presidente do Ceará responde de modo que mais me agrada.

45. Deputado Cândido Luís Maria de Oliveira.

Até na província de Espírito Santo houve movimento de soldados.

Parece-me que deve expedir telegrama a todos os presidentes, ordenando-lhes que reduzam seus atos relativos a pessoal ao mero expediente, caso não exija o contrário a notícia de perturbação da tranqüilidade pública. É quase sempre a força pública que tem sido causa de desordens nas eleições. Não é dos eleitores que receio; mas do povo que se reúne. Eleição direta com derramamento de sangue seria um contra-senso. Felizmente ver-me-ei brevemente ⁴⁶ livre de tanta inquietação de espírito.

Faz bem de suprimir o final do telegrama na publicação dele. Quem tiver mais razão terá mais paciência e evitará a luta.

D. PEDRO 2º

Rio 16 de 9bro de 1884.

SENHOR

Recebi agora mesmo por intermédio do presidente de S. Paulo, a carta, que aqui incluo, de Sua Alteza Imperial para Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 17 de novembro 1884.

Sr. Dantas

Recebi agora mesmo o telegrama incluso. Para que a remoção de oficiais eleitores da oposição se o serviço público não urgiu (?) que tal se fizesse em época de eleições?

Já li os diários da Bahia.

D. PEDRO 2º

Rio 17 de 9bro de 1884.

Abri a carta para reenviar os telegramas. Agradeço o do presidente de S. Paulo.

⁴⁶. A palavra em grifo está na entrelinha.

SENHOR

Exigi do presidente de Pernambuco informações sobre o telegrama do dr. Portella e satisfez prontamente o presidente a minha exigência, como verá Vossa Majestade do telegrama que incluo nesta.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 19 de novembro 1884.

Sr. Dantas

No arsenal disse-me Lamare que os navios de guerra estão prontos desde ontem à tarde, mas que ainda não foram as instruções do ministro do Império. É caso urgentíssimo.

D. PEDRO 2º

Rio 19 de 9bro de 1884.

Sr. Dantas

Já partiram os navios?

O telegrama da Paraíba é satisfatório.

Não concordo com a doutrina adotada pelo Sancho Pimentel ⁴⁷. Empregado seja do partido do governo, seja do da oposição, pode pedir livremente por qualquer candidato, caso o emprego que ele ocupar não possa facilitar coação mesmo moral no eleitor, e o *faça respeitando* ⁴⁸ sempre seus superiores. Sustento este princípio há 44 anos e portanto não me agradou o telegrama do presidente de Pernambuco.

Peço-lhe que mande a carta inclusa à minha filha.

D. PEDRO 2º

Rio 19 9bro de 1884.

Acabo de receber este artigo da Inglaterra. Parece que há má vontade.

⁴⁷. Sancho de Barros Pimentel, presidente de Pernambuco de 20 de setembro de 84 a 8 de abril de 85.

⁴⁸. Na entrelinha, as palavras em grifo.

SENHOR

Tendo chegado à casa depois de 6 horas da tarde, somente agora posso ter a honra de informar a Vossa Majestade do que há com respeito à partida dos vapores para a ilha Grande.

Partirão agora à noite o Madeira e o Guanabara, aquele renderá o Purus e, ainda depois de partir o Matteo-Bruzzo, se conservará nas Palmas até que ali chegue o North America, este (a Guanabara) acompanhará o Bruzzo até deixá-lo em grande distância e com o rumo da Europa.

Não foi possível obter vapor da Companhia Brasileira nas condições desejadas, o que explica a ida do Guanabara.

O Purus regressará para este porto.

Todas as providências têm sido dadas no sentido do que ontem foi resolvido em despacho.

Nem sempre as coisas podem ter o andamento que se deseja e se faz mister.

Em todo o caso, por parte dos meus colegas da Marinha e do Império as providências e ordens têm sido expedidas prontamente. Pelo trem de amanhã partirá a carta de Vossa Majestade para S. A. a princesa imperial.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 19 de novembro de 1884.

Sr. Dantas

Leu os telegramas do Paraná ⁴⁹. A respeito de empregados já lhe tenho dito, e sobretudo na carta de ontem, como sempre pensei.

Restituo as informações sobre a renda. Apenas posso dizer que tem diminuído e que toda a economia e fiscalização é pouca.

D. PEDRO 2º

Rio 20 de 9bro de 1884.

49. Dever ser interrogação.

SENHOR

A carta de Vossa Majestade para Sua Alteza a princesa imperial foi remetida hoje ao presidente de S. Paulo, para entregá-la imediatamente.

A esta acompanha as cartas do presidente do Pará, a que aludi ontem ⁵⁰.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 23 de novembro 1884.

SENHOR

Somente depois de meia-noite, chegando à casa, da conferência, foi que tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade, em que se dignou dizer-me o que se havia passado com o sr. de Amelot ⁵¹, na visita que fez ontem a Vossa Majestade, à propósito das medidas tomadas, para evitarmos a invasão do cólera-morbos.

Tendo meu colega do Império de ir dar parte a Vossa Majestade do resultado da nossa conferência de ontem (à que de certa hora em diante esteve presente o dr. Nuno de Andrade), por ele saberá Vossa Majestade de que foi por nós assentado ⁵².

Estava neste ponto, quando recebi a carta de Vossa Majestade, devolvendo-me a do conde de Amelot e outros papéis mais.

Li o *País* e, como é natural, não me causou a mínima surpresa.

Atualmente o que surpreende, é que se diga as coisas, com saudade e sem paixão.

Mas sou dos que pensam que o tribunal da própria consciência está superior a tudo.

Com o mais profundo respeito e acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de novembro 1884.

50. Conselheiro João Silveira de Sousa, natural de Sta. Catarina, catedrático da faculdade do Recife.

51. Conde Amelot de Chaillou, ministro da França no Brasil.

52. Conselheiro dr. Nuno Ferreira de Andrade, professor da faculdade de medicina e, na ocasião, inspetor geral da Saúde dos portos.

SENHOR

Com a carta de meu colega, ministro de Estrangeiros, me foi remetido o telegrama que submeto a Vossa Majestade, expedido pelo ministro do Comércio de França, reclamando contra as providências adotadas pelo governo imperial por causa do cólera-morbo.

Na leitura rápida que fiz do telegrama não me passou despercebido a *ameaça* que nos é feita caso insistamos de também adotar, se o mesmo como contra nós por causa da febre amarela.

Rogo à Vossa Majestade que se digne de devolver o telegrama, porque hoje, em conferência, nos ocuparemos deste negócio.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de novembro 1884.

SENHOR

Em conferência, daqui a pouco, lerei aos meus colegas, as duas cartas, de Vossa Majestade.

Entretanto, peço respeitosamente licença para dizer que as reflexões de Vossa Majestade impõem-se por tal forma que ministério não poderá deixar de inspirar-se nelas, na resposta que der ao sábio Branly, vice-presidente da Academia das Ciências, na França.

Do mesmo modo deverá ter publicidade o telegrama de Branly, segundo recomenda Vossa Majestade.

Amanhã, em despacho, submeteremos a Vossa Majestade o que for deliberado em conferência, e só depois expediremos telegrama, respondendo.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de novembro 1884.

SENHOR

Depois de haver escrito a Vossa Majestade, recebi o telegrama aqui incluso, do presidente de S. Paulo, de quem não tive ainda

resposta ao que hoje dirigi, perguntando em que dia S. S. A. A. partirão para Santos ⁵³.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio 24 de novembro 1884.

SENHOR

De conformidade com as ponderações contidas na carta de Vossa Majestade, que me acaba de ser entregue aqui na Secretaria de Estrangeiros, de onde irei dentro de poucos minutos mais para o Tesouro, me entenderei com o meu colega do Império, quer por escrito, quer em conferência hoje.

Para ter confirmação sobre o dia certo da partida de S.S. A.A. a sereníssima princesa imperial, e o sr. conde d'Eu, de Santos para a província do Paraná, expedirei agora mesmo um telegrama ao presidente de S. Paulo e darei pronto conhecimento a Vossa Majestade da resposta que me der.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de novembro 1884.

Sr. Dantas

Não podiam deixar de chamar minha atenção o artigo sobre a candidatura do cunhado do Franco de Sá, os telegramas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraná, e o

53. "O conde d'Eu e família partiam a 5 de novembro do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, de passagem um tanto demorada por S. Paulo, Paraná e Santa Catarina. A 26 seguinte, tomaram em Santos o vapor *Rio de Janeiro*, a fim de alcançar o Paraná". (Alberto Rangel. *Gastão de Orleans (O último d'Eu)* S. Paulo, 1935, p. 354. O telegrama referido por Dantas, e que se encontra anexo à carta é o seguinte:

"Urgente. Ao ex.^{mo} presidente do Conselho de Ministros. Do presidente da província de S. Paulo. – Está entregue à sereníssima princesa a carta que acabei de receber. Todos gozam saúde. Amanhã sigo com Sua Alteza o sr. conde d'Eu para Bragança, donde voltaremos amanhã mesmo. Almeida Couto".

Era presidente de S. Paulo o conselheiro dr. José Luís de Almeida Couto, baiano ilustre, formado em medicina, autor de vários trabalhos científicos.

artigo “Arranjos Eleitorais em Campos”, publicados no *Brasil* de hoje.

Este último artigo faz-me ainda insistir sobre a decisão a respeito do tabelionato de Campos e recomendar o exame das acusações feitas ao bacharel Manhães.

D. PEDRO 2º

Rio, 26 de 9bro de 1884

SENHOR

Quando recebi a carta de Vossa Majestade, chamando a minha atenção para os telegramas publicados pelo *Brasil* de hoje, referentes às províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraná, já havia me dirigido telegraficamente aos respectivos presidentes, dos quais aguardo informações.

Igualmente já me havia dirigido por carta ao meu colega, ministro da Justiça, porque por intermédio dele venham informações dos fatos argüidos nos dois artigos publicados no *Brasil*: “A candidatura do cunhado do ministro do Império” e “Arranjos eleitorais em Campos”, nos quais estão envolvidos funcionários subordinados ao ministro da Justiça.

Com a aproximação do dia da eleição é natural que recrudesçam as acusações, o que, não diminuindo o dever do governo de inteirar-se da verdade, impõe-lhe também a obrigação de não aceitar ou dar tudo por provado.

Releva ponderar que o Oliveira Belo é candidato hoje, como já foi em 1881, pelo 12º distrito, por contar ali o apoio de parentes influentes, amigos e correligionários.

A circunstância de ser hoje cunhado do ministro do Império, não é o que explica a sua candidatura ⁵⁴.

E posso assegurar a Vossa Majestade que até o presente o governo não foi nem indiretamente chamado a prestar o mínimo auxilio à semelhante candidatura.

Só por malícia foi adotada a epígrafe a que já aludi no tal artigo.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 20 de novembro 1884.

54. Na entrelinha, as palavras grifadas.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade o telegrama digo carta do ministro de França ao meu colega de Estrangeiros, dando notícia de um telegrama do presidente do Conselho daquela nação, expedido hoje, por onde se vê que a epidemia da cólera, em Paris, está quase a extinguir-se.

Os meus colegas do Império e Estrangeiros tiveram de nosso ministro em Montevidéu informações sobre as medidas ali tomadas relativamente aos navios procedentes de portos franceses e ingleses, e para inteiro conhecimento de Vossa Majestade aqui incluo eu dos mencionados telegramas ⁵⁵.

Parece que as dificuldades vão diminuindo e que dentro de poucos dias as medidas por nós adotadas, poderão ser consideravelmente modificadas ⁵⁶.

Eu e meus colegas estamos em conferência extraordinária somente para ocuparmo-nos deste objeto.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 26 de novembro 1884.

SENHOR

Recebi agora mesmo o telegrama, que aqui incluo ⁵⁷, do presidente de S. Paulo, participando que S.S. A.A., não partirão hoje daquela província para a do Paraná, por causa do mau tempo, sendo possível que o façam amanhã.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 26 de novembro 1884.

SENHOR

Foram-me entregues agora mesmo os dois telegramas, que incluo ⁵⁸, do presidente de S. Paulo, participando a partida de

55. Na entrelinha, as palavras em grifo. Não consta da coleção o telegrama citado.

56. Na entrelinha, a palavra em grifo.

57. Não consta o telegrama.

58. Idem.

Suas Altezas, de Santos, e do presidente do Paraná, participando a chegada a Paranaguá hoje.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 28 de novembro 1884.

SENHOR

Tenho a honra de fazer chegar a Vossa Majestade a carta, que aqui incluo, de S. A. Imperial, assim como a do presidente da província de S. Paulo, por intermédio de quem veio a mencionada carta ⁵⁹.

Com referência ao monumento do Ipiranga, Vossa Majestade verá o que me diz o presidente, em confirmação do pensamento ainda hoje manifestada por Vossa Majestade, em despacho.

Também submeto à Vossa Majestade um telegrama do presidente do Paraná, comunicando a partida de S.S. A. A. hoje, de Paranaguá.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 de novembro 1884.

Sr. Dantas

Há de ter visto no *Brasil* de hoje os telegramas de Campos – será preciso alguma providência pronta para aí – e do Paraná.

Felizmente pouco falta.

Vou estudar o que leio hoje no Diário Oficial a respeito do fato da morte de João Alves de Castro Malta ou Mattos.

D. PEDRO 2^o

Rio 30 de 9bro de 1884.

Quando há vapor para o Paraná?

59. Não constam, da coleção, as mencionadas mensagens.

SENHOR

Depois dos telegramas inclusos ⁶⁰ do presidente de Pernambuco, chegou-me a notícia de ter sido ferido por um tiro o José Mariano e ser grave o seu estado ⁶¹.

Este telegrama está afixado na praça do Comércio.

Espero confirmação do presidente, a quem telegrafei.

De muitos pontos tenho recebido telegramas; nada notável!

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 1^o 10bro. 1884.

(Na margem a seguinte nota:)

Vapor *Rio Jaguará* ⁶² amanhã, às 12 horas, para Paranaguá.

Sr. Dantas

Espero que não seja verdadeiro o telegrama afixado na praça do Comércio.

Envio-lhe carta de Ladislau Neto ⁶³ contendo outras por causa do que aí se diz do despacho na Alfândega. Göldi ⁶⁴ é pessoa de mérito. Peço-lhe que previna seu colega do Império deste assunto sobre o que já lhe terá falado ou falará o Neto.

Mandarei amanhã antes das 9h a carta para minha filha.

D. PEDRO 2^o

Rio 1 de dezembro de 1884.

60. Idem.

61. José Mariano Carneiro da Cunha, deputado por Pernambuco nas duas últimas legislaturas.

62. Na entrelinha, a palavra em grifo.

63. Conselheiro Ladislau de Sousa e Melo Neto, diretor da seção de botânica do Museu Nacional.

64. Emílio Augusto Goëldi, cientista suíço, veio para o Brasil em 1884 prestando relevantes serviços ao Pará, onde fundou e dirigiu por muitos anos o Museu de História Natural, hoje Museu Emílio Goëldi.

SENHOR

Para informar imediatamente a Vossa Majestade de qualquer incidente ocorrido em qualquer parte do Império, hoje, durante o processo eleitoral, envio mais um telegrama, o qual trata do que houve em Campos dentro do recinto do colégio eleitoral ⁶⁵.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 1º 10bro 1884.

SENHOR

Completo as notícias, que já tive a honra de transmitir a Vossa Majestade, enviando mais dois telegramas, do presidente de Pernambuco ⁶⁶.

De nenhuma outra parte do Império nada tenho recebido de desagradável para a ordem e tranqüilidade pública.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rogo a Vossa Majestade, que se digne de dizer-me até que horas da noite poderia escrever ou ir falar a Vossa Majestade.

Rio, 1º 10bro 1884.

Sr. Dantas

Aguardo telegrama ulterior sobre como principiou a desordem. Talvez morresse o menos culpado senão inocente.

O ex-deputado José Marianno bem podia deixar de andar capitaneando o povo ou antes a população.

65. Não consta da coleção o telegrama.

66. Idem.

Estou pronto a qualquer hora. Saio às 7 e estarei de volta antes das 10. Se estiver descansando me chamarão.

D. PEDRO 2º

Rio 1 de 10bro 1884.

SENHOR

Depois das 2 horas da tarde o meu colega ministro do Império, sentiu-se incomodado de um resfriamento, pelo que retirou-se para casa.

Recebi agora participação da família, que o médico recomendou a ele de guardar o leito amanhã.

Por este motivo não comparecerá amanhã ao Te-Déum e ao cortejo, nem às solenidades, a que compareceria, às 10 e às 11, na escola de farmácia e na faculdade de medicina.

Acabei de entender-me com os meus colegas, ministros da Agricultura e da Guerra, para comparecerem às duas mencionadas solenidades.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 1º de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Acabo de ler a 2ª (?) edição da *Gazeta da Tarde* que diz transcrever como expedido às 7h ⁶⁷ ao sr., um telegrama, que parece indicar que o ex-deputado José Marianno, depois do resultado da eleição no seu círculo, foi com a sua gente a José ⁶⁸, e que houve *então* ⁶⁷ o barulho, que ainda não sei até que ponto influiu na apuração de *outro círculo* ⁶⁷. Por ora só posso combinar os telegramas que tenho lido.

D. PEDRO 2º

Rio 1 de dezembro de 1884.

67. Na entrelinha, as palavras grifadas.

68. Ou São José?

Sr. Dantas

Vai a carta para minha filha. Há de ter lido o telegrama do Thomaz Coelho ⁶⁹. O que sucedeu no Recife está pouco claro ainda. Só pude ler até agora: *Jornal do Comércio* por causa das cartas para a Europa.

Logo falaremos.

D. PEDRO 2^o

Rio 2 de dezembro de 1884

SENHOR

Vou mandar sem demora a carta de Vossa Majestade para S. A. a princesa imperial, por intermédio do presidente do Paraná ⁷⁰.

Aguardo do presidente de Pernambuco informações, tendo em vista o telegrama do dr. Portela ⁷¹.

Também não posso ainda formar juízo seguro do que realmente ocorreu no 1^o distrito.

Já tive telegramas do presidente do Ceará, noticiando-me a eleição conhecida nos 1^o, 2^o, 3^o e 4^o distritos, onde não houve perturbação da ordem.

Com o mais profundo acatamento.

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 2 de 10bro 1884.

SENHOR

Cumprirei a ordem de Vossa Majestade, respondendo os telegramas do presidente da República Oriental do Uruguai e o do major Novaes.

69. Futuro senador Tomás José Coelho de Almeida.

70. Brasília Augusto Machado de Oliveira, juriconsulto paulista, barão de Brasília Machado, pela Santa Sé.

71. Conselheiro dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, político pernambucano, foi presidente de várias províncias. A seu respeito escreveu Carolina Nabuco (*A vida de Joaquim Nabuco*, 3^a ed, vol. I, p. 191): "O candidato conservador, com que se devia medir (Joaquim Nabuco se candidatara pelo partido liberal) Manuel do Nascimento Machado Portela, era um dos homens de maior autoridade em Pernambuco, onde exercera cargos políticos em todos os tempos, onde era professor da faculdade, e onde se fizera merecidamente respeitar como homem justo e bom".

Submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade dois outros telegramas, também de felicitações, que responderei se vossa me o ordenar (sic).

Tenho tido muitos telegramas de diversas provas, contendo notícias eleitorais; e, felizmente, até agora não tive nenhum, acusando desordem ou qualquer acontecimento lamentável.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 2 de 10bro de 1884 – (às 10 horas da noite).

Sr. Dantas

A eleição quanto à manutenção da ordem pública parece ter corrido melhor do que eu pensava no Ceará. A respeito do sucedido na freguesia de S. José do Recife já lhe fiz todas as reflexões que as notícias recebidas me têm sugerido. Lerei a exposição do José Marianno, que bem podia ter deixado de envolver-se em eleição que não era do seu distrito, e também a que Portella não deixará de publicar, e os diários de ambos os partidos ^{71A}.

E o negócio de Malta ou Mattos?

D. PEDRO 2º

Rio 3 de 10bro de 1884

71A. A propósito desses acontecimentos, comenta Carolina Nabuco (idem, idem, p. 207): “José Mariano, que se encontrava na Câmara Municipal no momento de ser descoberta uma fraude em prejuízo de Nabuco, aconselhou ao povo, ávido de saber e de verificar a regularidade das eleições. “Nabuco e José Mariano percorriam nesse dia os distritos um do outro. Saindo da Câmara Municipal foi J. Mariano até a freguesia de S. José onde constava haver iguais abusos, e o povo seguiu à distância a direção que seu carro tomara. À porta da matriz de S. José, onde se havia contado como certo o triunfo de Nabuco, estava afixado o resultado da eleição, Portela 94, Nabuco 76. A mesa havia começado a redigir a ata, José Mariano já se achava havia alguns momentos junto a ela, quando se ouviu chegar a onda popular, lançando vivas a Nabuco. Não havia polícia. O primeiro movimento dos mesários foi trancar as portas contra aqueles que vinham em número tão superior que nada se poderia fazer para garantir as urnas. Estabelecendo a clandestinidade da eleição, não fizeram senão confirmar as suspeitas dos que se aproximavam. “Estão falsificando a ata”, gritaram de fora. O fiscal dos conservadores, ilegalmente armado, esperou o povo de revólver em punho, e antes de pagar com a vida essa defesa insólita, o obrigou por duas vezes a descer a escada em debandada. Os assaltantes, a princípio desprevenidos, subiram afinal armados de facas, cacetes e até paralelepípedos. O fiscal, major Esteves, vulgo Bodé, que com seu irmão e um sobrinho continuava a defender o recinto, foi mortalmente ferido e o sobrinho morto instantaneamente. Os livros e papéis foram destruídos”.

SENHOR

Recebi agora os dois telegramas, que aqui incluo do presidente do Ceará ⁷², por onde ficará Vossa Majestade informado do que houve em Viçosa e do que consta ter de dar-se no Crato.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Recebi, agora mesmo carta do presidente de Pernambuco, que submeto ao conhecimento de Vossa Majestade. É íntimo e por isto mesmo o envio ⁷³.

Rio, 3 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Recebeu telegrama sobre os sucessos de Mulungu e de Viçosa no Ceará ⁷⁴. Brevemente haverá informações menos incompletas sobre a eleição da freguesia de S. José do Recife.

D. PEDRO 2^o

Rio 3 de 10bro de 1884

SENHOR

Tive telegramas do presidente do Ceará sobre as ocorrências de Mulungu e Viçosa.

O telegrama do Jornal do Comércio reza, em substância, o mesmo que se contém nos meus telegramas. Tendo o presidente

72. Não constam os telegramas.

73. Não consta da coleção a carta citada. Mas Carolina Nabuco (op. cit.) que refere todos esses acontecimentos, escreve (p. 208): "Na noite da tragédia, o presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, comunicava ao presidente do Conselho: "Logo depois veio a este palácio grande multidão com o dr. José Mariano à frente, o qual me expôs que, dirigindo-se todos para a referida matriz com o fim de saberem o resultado da eleição da qual dependia o da eleição do 1^o distrito, foram recebidos com balas, sendo disparados vários tiros sobre o dr. J. Mariano e recebendo ele apenas leve ferimento em uma das mãos. Por outro lado afirmam os conservadores que o propósito do grupo era inutilizar a eleição, por ter-lhes cabidos, a eles conservadores, a maioria".

74. Deve ser interrogação.

feito partir o chefe de polícia para Mulungu, a fim de proceder o inquérito, só depois saberemos, do mais que tenha havido.

Quanto à Viçosa recebi hoje pela manhã o telegrama, que tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade e que, em parte, satisfaz, porque mostra que o presidente não demorou de providenciar.

Também tive hoje telegramas, noticiando que em Ipu (ponto que ameaçava algum conflito) a eleição correu regular e pacificamente.

Recebi hoje notícias do Maranhão e Rio Grande do Sul, onde nada houve contra a regularidade dos trabalhos eleitorais.

Peço permissão para informar a Vossa Majestade que o meu colega, ministro do Império, não poderá ir hoje à tarde, como estava determinado, à S. Cristóvão, para dar a Vossa Majestade os esclarecimentos, que fossem necessários sobre os estatutos das faculdades de direito.

Por esta involuntária *falta*⁷⁵, porque o médico não lhe permitiu ainda de sair, rogo a Vossa Majestade que haja de desculpar ao meu colega.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 3 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Faça favor de responder ao telegrama incluso.

Já li todos os diários.

Morreu o Continentino o que me causou profunda mágoa⁷⁶.

D. PEDRO 2º

Rio 3 de 10bro de 1884

SENHOR

Já cumpri as ordens de Vossa Majestade, respondendo os telegramas de felicitação e os relativos à inauguração da estrada de ferro do Rio Grande e Bagé.

⁷⁵. Está na entrelinha a palavra grifada.

⁷⁶. Conselheiro dr. Manuel Pereira da Silva Continentino, médico da Imperial Câmara.

Até agora, 4h e 10m, não veio mencionado em nenhum dos telegramas por mim recebidos qualquer fato ou incidente desagradável ocorrido no pleito eleitoral.

Com exceção dos pontos mais remotos e sem comunicação telegráfica, é de crer que em nenhum outro haja acontecido coisa lamentável.

Foi pela carta de Vossa Majestade que tive certeza de haver falecido o Continentino.

Eu sei quanto era ele dedicado e grato ⁷⁷ a Vossa Majestade, porque, além do mais, sempre apreciou nele o homem honesto e de excelente caráter.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

(Não traz data)

SENHOR

Submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade os dois telegramas, aqui inclusos, que acabei de receber do presidente de Pernambuco.

Rogo a Vossa (sic) que haja de me os devolver, porque terei ainda de aproveitar-me deles para a imprensa.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de dezembro 1884.

Sr. Dantas

Tomara que chegue o Manaus. Ainda não posso fazer idéia do que sucedeu em S. José relativamente ao resultado da eleição.

Convém que tudo se publique de ambas as partes.

D. PEDRO 2º

Rio, 4 de 10bro de 1884.

77. Na entrelinha as palavras em grifo.

SENHOR

Das 5 para 6 horas começou a espalhar-se à *meia voz* que o cons. Rodrigues Jr. ⁷⁸ tinha sido assassinado no Ceará.

A princípio não dei importância, mas aumentando os boatos e constando-me, afinal, que o *Brasil* havia afixado um telegrama, dando tão grave notícia, passei sem perda de tempo um telegrama urgentíssimo ao presidente do Ceará, exigindo informações.

Felizmente acabo de receber os telegramas, que tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade.

Confesso que somente agora readquiri toda a minha tranqüilidade porque, embora me parecesse de todo impossível tal coisa, não era impossível, e tanto bastava para inquietar-me.

Também tive do presidente de Pernambuco novo telegrama, confirmando o anterior, em que assegurou-me ser completa a tranqüilidade na capital daquela província, em contrário ao que também espalharam pela cidade quase ao mesmo tempo em que começou a circular a notícia do assassinato do Rodrigues Jr.!

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de 10bro 1884.

Tive telegrama do presidente do Rio Grande do Sul, dando o resultado pacífico da eleição de todos os 6 distritos.

SENHOR

Até agora, 2 ³/₄, não tive notícia alguma de incidente algum notável, apenas veio-me do presidente do Ceará o telegrama que incluo, por onde se vê que o *Cearense*, órgão da oposição, desmentiu o boato do assassinato do dr. Rodrigues Jr.

Partirá amanhã, às 10 horas, o vapor Aimoré, que tocará em Paranaguá.

Por esse vapor poderá ser enviada a correspondência que Vossa Majestade tiver para a princesa imperial.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 5 de 10bro 1884.

78. Dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, deputado em várias legislaturas.

Sr. Dantas
Vai a carta para minha filha.
Felizmente não tem havido mais telegramas desagradáveis.
D. PEDRO 2º
Rio 5 de dezembro de 1884

SENHOR
Com a carta de Vossa Majestade recebi a que se dignou de mandar-me para a sereníssima princesa imperial e que irá amanhã para o Paraná.
Nada mais de novo das províncias até agora; 8 ¼ da noite.
Com o mais profundo acatamento
De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS
Rio, 5 de 10bro 1884.

SENHOR
Com os telegramas do presidente de Pernambuco envio também o do dr. Portela, dirigido a Vossa Majestade.
Com certeza, não tive do presidente telegrama, dizendo que a apuração se fazia ainda às 7 ou 7 ½ da noite.
Isso, se se tivesse dado, seria fácil de verificar.
É certo que a *Gazeta da Tarde* deu a notícia de haver eu recebido tal telegrama, mas enganou-se, porquanto semelhante telegrama, segundo correu na Secretaria do Império, foi expedido do Recife pelo sr. Castro Rebello ⁷⁹ ao sr. Capistrano de Abreu, membro da redação da *Gazeta de Notícias*.
Se assim foi ou não, ignoro ainda agora; e nem tratei de averiguar, porque em ocasiões semelhantes chovem as notícias.
Com o mais profundo acatamento
De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS
Rio, 6 de dezembro 1884.

79. João Batista de Castro Rebello, político pernambucano, deputado provincial várias vezes e consumado poeta.

Sr. Dantas

Fico com o telegrama do Portela ⁸⁰.

Tanto parece-me que li *na noite de 1* ⁸¹ telegrama não impresso, e enviado-me pelo sr. (?) do presidente de Pernambuco, dizendo que continuava ainda às 7 horas da noite a apuração em S. José que era capaz de jurá-lo.

O telegrama do Portela é de 1 às 5h30m.

Vejo de telegrama do presidente – sem data; mas recebido aqui a 2, que lhe parece, sem S. José que foi inutilizado, que haverá 2º escrutínio – de 2 que está claro não se conta S. José que foi inutilizado, dando a votação de Nabuco, Portela e Paulo de Oliveira colhida dos livros dos tabeliães ou editais afixados – e de 4 que a votação do telegrama anterior é aquela em que mais confia, e que Nabuco tem maioria de um. Contudo pelo outro telegrama Nabuco teve 743 + 4 em separado = 747 e Portela 743 + 2 em separado = 745 – mas que a maioria da Junta dará o diploma a Portela ⁸².

Aguardo com impaciência o Manaus.

Felizmente nada vi nos diários desta manhã.

Gostei do artigo *Pleito eleitoral* do jornal.

D. PEDRO 2º

Rio 7 de dezembro de 1884

SENHOR

Vou ver se ainda tiro mais a limpo, o ponto relativo a ter ou não vindo telegramas do presidente de Pernambuco, dizendo-me que a apuração da eleição de S. José ainda continuava às 7 horas da noite; e do que apurar darei conta a Vossa Majestade.

⁸⁰. Conselheiro Machado Portela (nota 71).

⁸¹. Na entrelinha as palavras em grifo.

⁸². É interessante verificar que, efetivamente, a serem fiéis as informações recebidas pelo imperador, foi Portela reconhecido (com 841 votos) e empossado, enquanto seus concorrentes não figuram na lista dos deputados dessa legislatura.

Dos telegramas que tenho recebido hoje, nada consta de desagradável.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 7 de dezembro 1884.

SENHOR

Julgo dever submeter ao conhecimento de Vossa Majestade o telegrama, que incluo, do presidente do Paraná, expedido do Campo Largo, dando notícias satisfatórias da viagem de Sua Alteza Imperial e de S. A. R. Sr. conde d'Eu.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 8 de Dez. 1884.

Sr. Dantas

Agradeço o telegrama da viagem de meus filhos.

Estou ansioso por saber como deram as duplicatas de Ipu e de Vila Viçosa.

D. PEDRO 2^o

Rio 8 de 10bro de 1884

SENHOR

Dou-me pressa de submeter a Vossa Majestade o telegrama do presidente de Pernambuco que parece tirar toda e qualquer dúvida.

Do que mais souber ainda quanto ao Ipu e Viçosa, participarei a Vossa Majestade.

Recordo-me que para cá mandaram dizer que, naqueles dois pontos, não tinha havido eleição, quando as comunicações, que recebi, rezavam o contrário.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 8 de 10bro 1884.

SENHOR

Tomarei, como devo, em toda a consideração as ponderações de Vossa Majestade, sugeridas para leitura, hoje, do que foi publicado no *Diário Oficial*, com respeito ao negócio – Malta.

Hoje haverá conferência, e, além do que vou escrever ao meu colega da Justiça, ainda conversarei sobre esse negócio; à noite.

Com efeito, é cada vez maior, conforme observa Vossa Majestade, a necessidade de organizar um serviço médico-legal para a boa administração policial.

Lá chegaremos, urgidos pela necessidade.

Até agora nenhuma notícia mais houve sobre a eleição de meu colega de Estrangeiros, o qual, aliás, mostrou-se-me animado ainda mais depois das que já vieram ⁸³.

Estou esperando a cada momento, a prova irrecusável sobre o ponto em questão, ou relativo ao telegrama do Recife; e tão depressa a obtenha, submetê-la-ei ao conhecimento de Vossa Majestade.

É questão de fato, por assim dizer, e fácil de verificar.

Só a 12 do corrente haverá vapor para o Sul.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 8 de dezembro 1884.

SENHOR

Peço respeitosamente a Vossa Majestade de resolver se deve haver despacho amanhã, não tendo havido nenhum dia útil, de sábado até hoje.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 8 10bro 1884.

83. Dr. João da Mata Machado, anteriormente deputado e reeleito quando disputava novamente a cadeira por ter sido nomeado ministro. Com a dissolução da Câmara foi obrigado a enfrentar nova campanha eleitoral, cuja apuração estaria então preocupando o governo.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade a carta que recebi do presidente de Pernambuco e a parte do chefe de polícia relativa ao conflito do dia 1º em S. José.

O inquérito, a que refere-se o chefe de polícia no final do ofício não podia estar terminado a 3 do corrente, última data de Pernambuco.

Com certeza, tê-lo-emos dentro de alguns dias.

Apesar de muito particulares ou por isso mesmo, peço permissão *para também* ⁸⁴ submeter ao conhecimento de Vossa Majestade duas cartas, que a esta acompanham.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 10 de dezembro 1884.

Sr. Dantas

Agradou-me a linguagem da carta do presidente de Pernambuco. Li tudo o que se publicou nos diários daqui.

Ainda não recebi os de Pernambuco. Continuo a fazer as mesmas observações.

Há de ter lido o telegrama de Granja publicado no *Brasil*. O presidente do Ceará há de explicado (sic) o que sucedeu em Ipu e Viçosa, assim como em Lavras.

Agradeço a leitura das cartas particulares. A respeito de nomeação e demissão de empregados escuso repetir os princípios que sempre tenho sustentado.

D. PEDRO 2º

Rio 10 de 10bro de 1884

SENHOR

Quando tive a honra de escrever hoje a Vossa Majestade dei-xei, pela pressa, de dizer que já havia exigido do presidente do Ceará informação sobre o fato da presença de força em Granja, para exercer pressão sobre a junta apuradora.

84. Na entrelinha, as palavras em grifo.

Devo ter resposta hoje, e dela darei conhecimento *in continenti* a Vossa Majestade.

Quanto a Viçosa e Ipu, ainda ontem tive do presidente o telegrama, que a esta acompanha com uma carta do presidente, escrita nas vésperas da eleição do 1º do corrente.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 10 de dezembro 1884.

SENHOR

Cabe-me a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade o telegrama que recebi do presidente da província do Paraná, relativo à viagem de S. A. S. imperial e real condessa e conde d'Eu.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 10 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Apresentaram-se Barros Barreto senador ⁸⁵ e Pires Portela ⁸⁶ com o telegrama que ainda não pude ler; mas que depois de lhe referir o que disse àqueles, lerei mandando-lho.

Disse que já estava informado de tudo o que se publicara, faltando-me apenas a leitura do *Tempo* exceto o que transcrevera, creio eu, o *Brasil* de hoje. Que sempre entendi que só deviam fiscalizar o ato eleitoral os que tivessem diploma, e direito de votar no distrito, e portanto não tinha José Marianno e, sobretudo o magote de povo que o acompanhava, nada que fazer na igreja de S. José.

⁸⁵. Francisco do Rego Barros Barreto, senador por Pernambuco desde 1871.

⁸⁶. Filho do conselheiro Machado Portela, dr. Joaquim Pires Machado Portela.

Comunicaram-me, o que aliás eu já sabia, que José Marianno saíra de Palácio, e quando soube que a votação da seção da Câmara Municipal, que trabalhava perto do Palácio não alteraria o resultado da votação de S. José *favorável a Portela* ⁸⁷. Ao que observei que o presidente só podia embaraçar a ida de José Marianno se o retivesse em Palácio. Que não podia, por ora ao menos, saber completamente o que sucedera durante todo o conflito da igreja de S. José, e lembrei-lhes o que diz José Marianno em seu manifesto de fechamento das portas e da voz que se ouvira falando de falsificação. Acrescentei que lera comunicação do presidente, cuja linguagem me agradara. Enfim que o governo nada tinha que fazer em relação ao resultado, qualquer que tenha sido, da eleição, e que, apesar de aparecerem magotes de povo intervindo nas eleições, contudo não tinha havido ainda as lutas de antes, até na capital do Império. Que os exagerados e faltos de consciência de ambos os partidos deviam corrigir-se; o que era de esperar do tempo. Que falava-lhes assim; porque eu não posso ser conservador nem liberal; mas de todos os que querem o bem da nação.

Eis em suma o que eu disse. Espero que se alguma coisa se publicar não contrariará a verdade.

Li o telegrama. O presidente deve responder ao que aí se diz. Parece-me ter grandes inexactidões. Quando não precisar do telegrama quero conservá-lo.

D. PEDRO 2º

Rio 10 de 10bro de 1884

SENHOR

Tinha apenas acabado de fechar uma carta a Vossa Majestade, que irá com esta, quando me foi dado a honra de receber a que *Vossa Majestade* ⁸⁸ se dignou escrever-me, enviando-me o telegrama expedido pelo sr. João Alfredo e diversos outros cidadãos,

⁸⁷. Na entrelinha, as palavras em grifo.

⁸⁸. Na entrelinha, a palavra em grifo.

com uma extensa narração dos lamentáveis acontecimentos do dia 1º em S. José, na capital de Pernambuco.

Depois de ler com a maior atenção a carta de Vossa Majestade, em que vem resumido o que se passou na conferência com que Vossa Majestade honrou, hoje, os srs. Barros Barreto, senador, e Joaquim Portela, passei a ler o mencionado telegrama.

De acordo com o pensamento manifestado por Vossa Majestade, passarei sem demora a dar conhecimento ao presidente de Pernambuco de todo o telegrama, para que ele, assim inteirado, preste novas e mais desenvolvidas informações, adiantando-as ao inquérito e ao resultado do processo, de que, oportunamente, enviará cópia.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 10 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Não me agrada o telegrama do presidente de Pernambuco, por isso que entendo que quanto mais injusta é a acusação tanto mais se deve desejar destruí-la.

Sabe como penso até agora sobre o que sucedeu na Igreja de S. José de Recife. A quem aproveitou a inutilização da votação dessa seção? Não posso culpar o presidente, estriba-se na lei; julgo até que ele aconselharia a José Marianno que não fosse, sobretudo à testa de população, examinar o que competia aos fiscais e eleitores respectivos.

Posso ir à estação central dos telégrafos elétricos domingo depois da inauguração da exposição do café para a da linha telegráfica até Teresina. Nada vi de importante nos diários além dos assuntos de que havemos já tratado.

D. PEDRO 2º

Rio 11 de 10bro de 1884.

SENHOR

Com a carta e telegramas inclusos inclusos (sic) informo a Vossa Majestade da insistente recusa do conselheiro Gonzaga ao convite por mim feito, depois da prévia aprovação de Vossa Majestade.

À vista disto vou convidar o desembargador Espiridião Eloy de Barros Pimentel, a respeito de quem já tive a honra de falar a Vossa Majestade.

Pela carta do meu colega, sr. ministro da Agricultura, Vossa Majestade ficará informado do que há sobre a questão do abastecimento d'água.

Estamos agora no Senado discutindo o fato da entrada do vapor Provença, iludindo a vigilância dos agentes do governo, o que muito me contrariou.

O meu colega do Império trata de saber quais os culpados.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

SENHOR

Daqui da tipografia, onde vim assistir a tirar-se alguns exemplares do projeto sobre a emancipação, tenho a honra de submeter à sabedoria de Vossa Majestade esse trabalho, sobre o qual amanhã à noite, ou antes, se Vossa Majestade me ordenar, irei falar a Vossa Majestade, porque estou comprometendo a apresentar o projeto até o dia 14.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

(Não traz data).

Sr. Dantas

Agradeço telegrama do Paraná.

Já li Cearense e Gazeta do Norte até 28. Só recebi a Tribuna de Pernambuco.

Nabuco havia de ter publicado algum artigo. Nada vejo de Portela.

D. PEDRO 2^o
Rio 10 de 10bro de 1884

SENHOR

Parece-me que, omitindo a parte do telegrama que começa: “Lembre-se v. ex.^a” etc., não haverá inconveniente em publicar tudo o mais, desde o começo até onde diz: a cidade está perfeitamente tranqüila.

Há necessidade de dar publicidade à resposta, porque explica o que se passou sobre o fato ocorrido com os escravos do barão de Muribeca ⁸⁹ e quais as providências dadas pelo presidente.

Aguardo as ordens de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 11 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

De acordo com o que já lhe escrevi não posso deixar de continuar a fazer as mesmas observações a respeito do telegrama do presidente de Pernambuco.

Sobre a outra questão, apenas direi que na atualidade preponderam certos sentimentos que sempre combaterei, e quem procede com inteira justiça se não tiver muitos inimigos desagradará ao menos a um número muito grande de pessoas. Todavia já temos conversado e conversaremos a tal respeito e procuraremos ser justos.

D. PEDRO 2^o
Rio 11 de dezembro de 1884

Agradeço o telegrama do Paraná. Preciso ainda dele.

⁸⁹. Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, barão de Muribeca por decreto de 1860. Político e proprietário em Pernambuco.

Sr. Dantas

Agradeço o telegrama do Paraná.

Há de ter lido os telegramas publicados no *Brasil* de hoje.

Foi bom não publicar o telegrama do presidente de Pernambuco; mas convém que ele responda de modo completo.

D. PEDRO 2º

Rio 12 de 10bro de 1884

SENHOR

Pelo presidente do Paraná me foi enviado a volumosa carta, que tenho a honra de passar às augustas mãos de Vossa Majestade, e que fora entregue aquele presidente por Sua Alteza Imperial.

Tive agora do presidente do Ceará os dois telegramas que aqui incluo, acrescentando mais algumas informações sobre Viçosa e Ipu, assim como sobre a força existente em Granja.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 12 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Restituo os telegramas. Veremos qual foi o procedimento das autoridades. A decisão *final*⁹⁰ nem sempre é justa, por causa dos partidos, que será preciso convencer, principiando por acostumá-los, tomadas as necessárias e legais providências, ao espetáculo da concordância de atos políticos, por sua natureza, com o respeito à justiça, de que esta é compatível com a verdadeira política que só visa ao bem geral.

Ainda não desesperei do concurso de todos os homens de boa vontade para que se alcance o fim.

D. PEDRO 2º

Rio 12 de 10bro de 1884

90. Na entrelinha a palavra em grifo.

Sr. Dantas

O telegrama publicado no *Brasil* de hoje a respeito da apuração no dia 20 no Recife preocupa-me.

Há de ter tido também o telegrama do Rodrigues na *Gazeta de Notícias* ⁹¹.

Logo nos encontraremos provavelmente.

D. PEDRO 2^o

Rio 14 de 10bro de 1884

Sr. Dantas

Que há a respeito da eleição do Mata Machado?

Creio que os telegramas aos presidentes das repúblicas vizinhas não foram publicados. Por quê?

D. PEDRO 2^o

Rio 15 de 10bro de 1884

SENHOR

Deixei de dar publicidade aos telegramas de Vossa Majestade aos presidentes das repúblicas de Montevidéu e Argentina, porque me pareceu melhor reservar isso para depois de receber as respostas.

Pela cópia inclusa do telegrama de nosso ministro junto àquelas repúblicas se vê que ambos os de Vossa Majestade foram encaminhados ⁹².

91. Deve ser *Há de ter lido*, o que o imperador quis escrever.

92. Junto está a cópia referida do telegrama de Montevidéu: "À s. ex.^a sr. presidente do Conselho – Rio. – Vou cumprir a ordem de Sua Majestade o Imperador, transmitindo o seu telegrama ao presidente da República Argentina. O outro para o presidente da República Oriental é direto e vai ser enviado imediatamente Alencar".

Seria o signatário o conselheiro Leonel Martiniano de Alencar (barão de Alencar em 1885)? Segundo Raul Adalberto de Campos (Rel. Dip. do Brasil) esse ministro só exerceu o cargo até maio de 1884, estando então nessas funções o conselheiro João Duarte da Ponte Ribeiro.

Da eleição de meu colega, ministro de Estrangeiros nada consta ainda de positivo, conforme já tive a honra de informar hoje a Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 15 10bro 1884.

SENHOR

Julgo merecedores de serem conhecidos por Vossa Majestade os três telegramas dos presidentes de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná, pelo que mui respeitosamente os envio inclusos ⁹³.

Não sabemos positivamente qual foi o resultado total do 17^o distrito de Minas.

Parece-me, pelo que tenho ouvido, que a eleição do meu colega, ministro de Estrangeiros, se resolverá pró ou contra por muito poucos votos.

Com o mais profundo acatamento

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 15 de 10bro 1884.

SENHOR

Para adiantar a leitura por Vossa Majestade do telegrama, que recebi, em resposta, do presidente de Pernambuco, entreguei-o em mão ao sr. conde de Iguazu ⁹⁴.

A linguagem digna, segura e isenta do presidente de Pernambuco agradou-me.

A altivez modesta é sempre merecedora de apreço.

Pretendo mandar publicar no *Diário Oficial* essa resposta do presidente, como defesa própria.

No mesmo *Diário Oficial* foi hoje publicada a resposta do presidente do Ceará, contestando o telegrama relativo a ida de 200 soldados para Granja.

93. Não figuram na coleção os telegramas citados.

94. Pedro Caldeira Brant, conde de Iguazu em 1840. Gentil-homem da Imperial Câmara.

Também entreguei ao sr. conde de Iguaçú um telegrama do sr. Capanema ⁹⁵ dirigido ao meu colega da Agricultura.

Se a Vossa Majestade aprover, peço ⁹⁶ respeitosamente que haja de marcar dia para a inauguração telegráfica, de que trata o barão de Capanema, e que se dignará de dizer-mo, quando devolver os dois telegramas ⁹⁷.

Recebi agora mesmo o telegrama, que aqui incluo do presidente do Paraná, dando notícias da viagem de SS. AA. ⁹⁸.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 16 de dezembro 1884.

Sr. Dantas

Agradeço o telegrama do Paraná.

Breve mandarei os trabalhos do Planté ⁹⁹.

Que há de novo de Diamantina?

D. PEDRO 2º

Rio 17 de 10bro de 1884

SENHOR

Recebi do presidente da província de Minas Gerais as participações oficiais concernentes à reclamação do dr. Felício dos Santos ¹⁰⁰, deixando-o ameaçado em sua vida.

As providências do presidente foram a meu ver as melhores, na ocasião e devem ter atingido o seu fim: garantir a pessoa do dr. Felício, caso esteja realmente ameaçada, o que carece de confirmação.

95. Conselheiro Guilherme Shück de Capanema, barão de Capanema em 1881. Diretor dos Telégrafos.

96. Na entrelinha, as palavras em grifo.

97. Não se acham na coleção os telegramas citados.

98. Idem.

99. Gaston Planté, cientista francês.

100. Joaquim Felício dos Santos, político e escritor mineiro, natural de Diamantina. Filiou-se mais tarde ao partido republicano e foi senador federal por Minas Gerais.

Submeto à leitura de Vossa Majestade duas cartas particulares de muita intimidade e por isso mesmo mostram os termos em que tratam comigo sobre a questão, que presentemente interessa à parte, se não a toda a nação.

Também envio uma tira impressa, que contém um artigo assinado por um ex-deputado, que merece ser lido como um espécime da época ¹⁰¹.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 17 10bro 1884.

Sr. Dantas

Li tudo. Nada tenho que dizer agora.

D. PEDRO 2º

Rio 17 10bro de 1884.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade um telegrama do presidente da província de Santa Catarina, comunicando-me a chegada ali hoje de SS. AA.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio 17 de 10bro 1884.

SENHOR

Pareceu-me conveniente passar pelo Ministério de Estrangeiros o despacho, que por cópia aqui incluo e submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade ¹⁰².

101. Nem as cartas, nem o artigo se encontram na coleção.

102. Também não se encontra na coleção, a cópia citada.

O vapor partirá amanhã e deverá levar o despacho, se Vossa Majestade não mandar o contrário.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 17 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

Vi a minuta. Nada tenho que dizer.

Felizmente correu pacífica a apuração de Campos – mas com a presença do chefe de polícia. Veremos o que sucederá a 20 no distrito eleitoral da freguesia de S. José do Recife...

Soube mais alguma coisa da eleição do distrito de Diamantina?

D. PEDRO 2º

Rio 18 de 10bro de 1884

SENHOR

Até agora o meu colega de Estrangeiros ainda julga não estar de todo conhecida a eleição do 17 distrito, por onde é candidato.

Eu, porém quase reputo perdida por ele a eleição, para que terei uma surpresa muito agradável se suceder o contrário.

Pelo telegrama de hoje, aqui incluso, do presidente da Bahia,¹⁰³ se vê que parece ter corrido pacífica a eleição nos distritos do sertão, inclusive Xique Xique.

Tive telegrama do presidente do Ceará, transmitindo-me o que recebera do juiz de direito, presidente da apuração na Granja, onde a maioria da junta não quis apurar as¹⁰⁴ autênticas dos colégios do Ipu e Viçosa, pelo que o juiz de direito suspendeu os trabalhos, e convocou outros para formarem com ele a junta, de acordo com o disposto no decreto que expedi a 17 de novembro de 1881.

¹⁰³. Esperidião Elói de Barros Pimentel.

¹⁰⁴. Na entrelinha o grifo.

Deixo de enviar o telegrama, porque ficou na Secretaria do Império, onde estive às 5 horas da tarde e de onde expediu o meu colega do Império, de acordo comigo, resposta ao presidente, confirmando a doutrina do citado decreto.

Amanhã mandarei vir da secretaria o telegrama e a resposta, para ter a honra de submeter tudo ao conhecimento de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 18 de dezembro 1884.

SENHOR

Tenho a honra de enviar a Vossa Majestade uma carta que acabo de receber do meu colega de Estrangeiros, acompanhado de duas outras, cuja leitura ele confiou-me.

Apesar de pouco provável, ainda resta no ânimo de meu colega alguma esperança esperança (sic), de que os colégios, que faltam, não o ponham fora, dando triunfo ao seu competidor.

Até amanhã deverá chegar notícia exata de tudo.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 19 10bro 1884.

SENHOR

Pelo telegrama, que incluo aqui, recebido já muito tarde da noite, ontem, creio que a apuração, em Granja, correu pacificamente.

A esta acompanha um exemplar da nota e do *contramemorandum* ao governo argentino com as modificações adotadas no último despacho.

Parece-me que não haverá inconveniente em dar ao plenipotenciário daquela república ¹⁰⁵ um exemplar igual, para seu

105. Vicente G. Quesada, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Argentina no Brasil de 1883 a 1885.

conhecimento e estudo, desde que já sabe qual foi a deliberação do governo imperial.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 19 de 10bro 1884.

Sr. Dantas

O sr. sabe que não me agradou o que se diz no projeto de nota relativamente ao tratado de 1857 ¹⁰⁶, e ainda alguma coisa escrevi a lápis no exemplar que reenvio. Além disto não sei que haja exemplar não emendado para dar agora ao Quesada.

Li o que publicou Portela no jornal de hoje.

Felizmente parece que só houve mortes por ocasião da eleição em Pernambuco. A publicação do Portela, prescindindo do que se pode atribuir a sentimento de partido, confirma o meu juízo. Quanto a abusos será mui difícil cortá-los, e já é muito que não os hajam praticado as autoridades.

Veremos.

D. PEDRO 2º

Rio 19 de 10bro de 1884.

SENHOR

Vim entender-me imediatamente com o barão de Cabo Frio ¹⁰⁷ e com ele fiz a alteração ainda recomendada por Vossa Majestade, ficando tudo substituído pela forma constante da cópia, que tenho a honra de submeter ao conhecimento de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 19 10bro 1884

¹⁰⁶. Questão de limites entre o Brasil e a Argentina.

¹⁰⁷. Conselheiro Joaquim Tomás do Amaral, 2º barão de Cabo Frio em 1874. Elevado a visconde do mesmo título com honras de grandeza em 1889. Era diretor geral do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Sr. Dantas

Há de ter lido no Brasil o que se diz da falsificação da ata de Itacuruçá, dos tiros dados num eleitor do 17^o distrito de Minas, e do atentado contra o presidente da mesa de S. José de Recife.

Li o que se passou na sessão da academia de medicina.

Não aprovou certas frases do parecer aliás muito bem pensado. Felizmente o Jaguaribe ¹⁰⁸ mandou proceder à exumação do cadáver que se diz ser de Malta, e espero que os peritos que são hábeis examinarão bem tudo.

Quando há vapor para Santa Catarina?

Sabe quando é o 2^o escrutínio do 2^o distrito de Pernambuco? Não se pode repetir o sucesso do 1^o escrutínio. O presidente deve prevenir tudo.

D. PEDRO 2^o

Rio 21 de 10bro de 1884

SENHOR

Sobre cada um dos fatos mencionados por Vossa Majestade na carta, cujo recebimento agora tenho a honra de acusar, já exige informações dos respectivos presidentes, e não me demorarei de dar conhecimento a Vossa Majestade das respostas que tiver.

Ignoro qual o dia marcado para o 2^o escrutínio no 1^o distrito de Pernambuco; mas logo que souber, informarei a Vossa Majestade.

Veremos que resultado se colherá do 2^o exame médico, que vai ser feito no cadáver, que se diz ser o do Malta.

Só haverá vapor para Santa Catarina, a 24, às 10 horas da manhã, e também a 27, tendo partido hoje um pela manhã.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio 21 de 10bro 1884.

108. Senador conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, visconde com grandeza de Jaguaribe, em 1888. Era o juiz de direito do 6^o distrito criminal que ordenou a exumação.

Sr. Dantas

Mando-lhe um requerimento e um pedido do redator-proprietário do *Jornal do Agricultor* que mais desgraçado seria se, embora cego, não fosse trabalhador como ele é.

Merece muito por isto e seu jornal é útil ¹⁰⁹.

Há de ter lido a *Gazeta da Tarde* a respeito do negócio Malta.

O público vai-se indispondo creio por ora que injustamente contra empregados *subalternos* da polícia, e informa-se do que dizem de Heller relativamente a Malta. Aludo somente ao que ouvi e o sr. também poderá ouvir.

Ainda não recebi a 2ª edição da gazeta.

Leremos amanhã os diários.

D. PEDRO 2º

Rio 23 de dezembro de 1884

SENHOR

Fico com o requerimento do redator-proprietário do *Jornal do Agricultor*, e conversarei com o meu colega da Agricultura.

Também me entenderei com o meu colega do Império sobre o requerimento do dr. Saraíba para a *admissão do filho* no Internato do Colégio Pedro 2º ¹¹⁰.

Li somente a 1ª edição da *Gazeta da Tarde*, onde veio muito pouco ainda com relação ao negócio Malta. Talvez a 2ª edição adiante mais alguma coisa.

Com efeito, é patente a má vontade, que se vai revelando cada vez mais contra as autoridades policiais, inclusive os agentes subalternos.

Pode haver injustiça nisso. Já ouvi o quer que seja do Heller com o finado Malta; e procurarei informar-me melhor.

A coisa está de modo que a malícia e a perversidade podem inventar e criar muitas hipóteses capazes de serem recebidas *sem muito exame*.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 23 de 10bro 1884.

¹⁰⁹. O *Jornal do Agricultor* – *Princípios práticos de economia rural*. Publicação semanal de propriedade de Dias da Silva Júnior.

¹¹⁰. Na entrelinha, o grifo.

Sr. Dantas

Peço-lhe que mande a carta que a esta acompanha.

D. PEDRO 2^o

Rio 24 de 10bro de 1884.

SENHOR

Fico com a carta de Vossa Majestade para encaminhá-la à SS. AA. a sereníssima princesa imperial e o sr. conde d'Eu, na capital de Sta. Catarina.

Recebi do Itajubá ¹¹¹, por telegrama de Paris, hoje, a seguinte informação: “Calado informa Itália estado sanitário excelente últimos óbitos Gênova 19 outubro, Nápoles 12 novembro, Salerno 13 10bro – Macedo diz Espanha estado geral bom todavia Toledo média 2 óbitos diários 22 10bro 3 óbitos 2 casos novos quase extintos Benopio Bergel” ¹¹².

Felizmente esta notícia é tranqüilizadora.

Do presidente de S. Paulo tive telegrama também agora, dizendo que em Santos, as coisas serenaram com a chegada ali da polícia, que procedia ao devido inquérito.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de 10bro 1884.

SENHOR

Vou encaminhar para o Rio Grande do Sul, por intermédio do presidente da província, a carta de Vossa Majestade para a princesa imperial.

111. Ministro residente do Brasil em Espanha.

112. As duas últimas palavras são quase ilegíveis. Todo o trecho em que está transcrito o telegrama acha-se assinalado à margem, provavelmente pelo imperador e no fim do mesmo um ponto de interrogação da mesma procedência.

Os nomes aí citados são:

Eduardo Calado, ministro plenipotenciário do Brasil em Roma.

Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, nosso encarregado de negócios em Madri.

Ficou com o agradecimento do comandante do North America, Frederico Goygino e com um requerimento, que Vossa Majestade também enviou-me para ter o conveniente andamento.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 27 10bro 1884.

Sr. Dantas

Voltam os decretos assinados.

A polícia da corte está para assim dizer acéfala e os sucessos possíveis do dia 4 de janeiro preocupam-me.

Já conversamos ontem a tal respeito e julgo dever insistir no que disse e repetirei no despacho de sábado.

Faça-me o favor de mandar os papéis juntos com a minha carta ao ministro do Império.

D. PEDRO 2º

Petrópolis 30 de dezembro de 1884

SENHOR

Recebi agora o seguinte telegrama do ministro brasileiro, em Buenos Aires ¹¹³, hoje datado: Hiederlein já foi demitido de inspetor de floresta. – Ofereceu-me hoje sr. Ortiz ¹¹⁴ passar-me nota, referindo-se à conferência que com ele tive ontem e comunicar-me o ofício que ia dirigir ao governador de *Missones* ¹¹⁵ para coibir abusos semelhantes.

Pedi-lhe que esperasse até receber resposta de v. ex.^a ao meu telegrama de ontem.

Comunicou-me também sr. Ortiz que sr. Quezada regressará ao Rio antes mesmo de findar ou completar o mês que tem de licença.

113. Conselheiro Leonel Martiniano de Alencar, já referido.

114. Francisco J. Ortiz, plenipotenciário argentino na questão de limites então em curso.

115. Aliás *Misiones*, território em litígio e cuja solução só seria dada pelo barão do Rio Branco em 1895.

À vista disto – quer me parecer que é possível esperar que não seja procrastinado o negócio, que pende de resposta da confederação argentina anota e *contra-memorandum* últimos do governo imperial ¹¹⁶.

Tanto melhor.

Até este momento, 11 da noite, ainda não tive resposta do presidente da Bahia sobre a veracidade do telegrama, hoje publicado em alguns jornais, dizendo que houve cerca de trinta indivíduos mortos e feridos, no conflito ocorrido em Caetité por ocasião de apurar-se a eleição do décimo primeiro distrito.

Depois dos dois últimos telegramas, que incluo, ambos referentes ao conflito em Caetité, nada mais tive do presidente da Bahia.

E se for exato o que por cá noticiou a agência *Havas*, devo crer que o presidente me o diria imediatamente.

Amanhã a 1 hora da tarde, o novo chefe de polícia da corte tomará posse e entrará em exercício ¹¹⁷.

Ele veio do Rio Bonito, onde deixou tudo concluído, e daqui de minha casa retirou-se há pouco, depois de conferenciarmos, presentes alguns colegas, a começar pelo da Justiça.

De acordo com o chefe de polícia trataremos dos novos delegados.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 31 de dezembro 1884.

Sr. Dantas

Mando-lhe requerimentos da audiência.

Esteve cá o chefe de polícia.

Disse-me que receava desordens amanhã. Minha linguagem foi a que o ministério me tem ouvido e recomendei-lhe que com este se entendesse. A força deve estar perto das seções onde se vote para acudir a tempo de evitar a entrada do povo onde se faça a eleição. Cavalaria é a melhor força para isso. Eu não duvidaria postar

¹¹⁶. O contra-memorandum já referido foi redigido pelo barão de Cabo Frio.

¹¹⁷. Era chefe de polícia o conselheiro Tito Augusto Pereira de Matos, substituído então pelo dr. José Antônio Gomes.

força de *comandantes de confiança*, bem às claras, junto à casa onde votasse cada seção. É preciso que não se dêem certos fatos, sobretudo na sede do governo geral.

Sabe qual o único motivo que me leva a usar desta linguagem, e espero mesmo que nada haja de desagradável amanhã. Em Petrópolis receberei notícia de que tudo correu em paz.

D. PEDRO 2º

Rio 3 de janeiro de 1884 ¹¹⁸

SENHOR

Estava comigo o meu colega ministro da Justiça, quando recebi a carta de Vossa Majestade.

Pode Vossa Majestade ter como certo que todas as providências serão tomadas amanhã para evitar qualquer conflito que perturbe o processo eleitoral nos três distritos desta capital.

Para esse fim faremos distribuição de forças por diferentes pontos e ficará de prontidão a que não for destacada pelos lugares onde há mais elementos de desordem.

De tudo quanto ocorrer darei imediatamente conhecimento a Vossa Majestade pelo telégrafo.

O governo tem por primeiro dever neste pleito manter a ordem e garantir plena liberdade de voto.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 3 janeiro 1885.

Sr. Dantas

Faça-me o favor de mandar esta carta para Porto Alegre.

Penso que o vapor parte depois de amanhã às 10 da manhã.

Que houve em Marapicu a respeito da eleição?

D. PEDRO 2º

Petrópolis 6 de janeiro de 1885

¹¹⁸. Evidentemente há um erro de data: a carta é de 1885.

SENHOR

Tenho a honra de enviar com esta uma carta da princesa imperial, que recebi agora mesmo por intermédio do presidente da província do Rio Grande do Sul.

Também recebi o telegrama incluso, do Alencar, que contém alguma coisa que me parece dever Vossa Majestade ter conhecimento antes do próximo despacho.

Nada mais ocorre que mereça mencionar nesta ocasião.

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 15 de janeiro, 1885.

SENHOR

Ontem enviei por intermédio do presidente da província do Rio Grande do Sul a carta de S. M. a Imperatriz para a sereníssima princesa imperial.

Também ontem recebi por intermédio do mesmo presidente a carta, que aqui incluo, para Sua Majestade a Imperatriz.

Não tem ocorrido de sábado até hoje nenhum fato, que mereça ser mencionado.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 22 de janeiro, 1885.

SENHOR

Fico com a carta de Vossa Majestade para a sereníssima princesa imperial; e dar-me-ei pressa de enviá-la para Porto Alegre pelo vapor que partirá amanhã às 10 horas.

Também recebi os requerimentos de diversos e os distribuirei convenientemente.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de janeiro 1885.

SENHOR

Ontem apenas recebi a carta de Vossa Majestade para a sereníssima princesa imperial, encaminhei-a convenientemente para Porto Alegre.

O vapor deverá ter partido hoje ao meio-dia.

Tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade um ofício do nosso encarregado de Negócios, no Chile, acompanhado de alguns retalhos de jornais daquele país ¹¹⁹.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 de janeiro 1885.

SENHOR

Submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade a carta, que incluo, do presidente da Bahia, tratando de negócio importante e sobre o qual dar resposta com urgência.

Julgo ponderosas e procedentes as reflexões do presidente e o alvitre por ele lembrado me parece que consulta as conveniências da província no estado atualmente crítico de suas finanças.

Com um pouco mais de demora se poderá preparar elementos para um orçamento tal como é necessário à província.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 de janeiro, 1885.

SENHOR

Já tendo tido a honra de escrever hoje a Vossa Majestade, da Secretaria de Estrangeiros, faço-o agora, daqui do Tesouro,

119. Não se encontram na coleção os documentos em apreço. Era nosso encarregado de negócios José Pedro Werneck Ribeiro de Avelar.

onde acabo de receber a carta, que aqui incluo, da sereníssima princesa imperial para Sua Majestade a Imperatriz.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 de janeiro 1885.

SENHOR

Ainda em tempo de encaminhar para Petrópolis, me foi entregue nova carta da sereníssima princesa, mas para Vossa Majestade, sendo a anterior para Sua Majestade a Imperatriz.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 29 de janeiro 1885.

SENHOR

Submeto à assinatura de Vossa Majestade os decretos relativos à exoneração do atual e nomeação do novo presidente da província do Espírito Santo ¹²⁰.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de fevereiro 1885.

SENHOR

Tenho a honra de enviar a Vossa Majestade diversas cartas da sereníssima princesa imperial, que vieram por intermédio do presidente da província do Rio Grande do Sul.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 10 de fevereiro 1885.

¹²⁰. Joaquim José Afonso Alves e Custódio José Ferreira Martins, respectivamente.

SENHOR

Tenho a honra de acusar o recebimento da carta de Vossa Majestade com o telegrama de Temístocles Aranha, comunicando a inauguração da segunda exposição de açúcar e algodão na capital da província do Maranhão ¹²¹.

Já dei cumprimento à ordem de Vossa Majestade, respondendo o telegrama. Vim, há pouco, da Câmara, onde conversei com diferentes deputados e especialmente com o presidente da Câmara e do que ouvi a todos – é fora de dúvida que a abertura do corpo legislativo poderá ser no dia 1º do próximo mês.

Até o fim da semana se poderá com mais segurança dizer em que dia será a abertura.

Os trabalhos de verificação vão vagarosamente; e até onde me for possível farei para conseguir que marchem mais aceleradamente, o que se tornará fácil, desde que se ocuparem de preferência de apurar os diplomas sem contestação ou de contestação sem importância.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 23 de fevereiro de 1885.

SENHOR

Julgo dever adiantar-me, pedindo a Vossa Majestade permissão, para enviar diversos papéis, que tem algum interesse e que devem ser por Vossa Majestade lidos e conhecidos antes de sábado próximo, em despacho.

Os trabalhos da verificação de poderes dos novos deputados prosseguem com alguma lentidão; creio que, em todo o caso, a abertura da Ass. Geral poderá ser de 4 a 5 de março próximo.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 25 de fevereiro 1885.

121. Prof. Temístocles da Silva Maciel Aranha, jornalista maranhense. Presidente da Associação Comercial. Desta exposição existe, de sua autoria: "*Relatório da segunda exposição de açúcar e algodão, inaugurada no Maranhão a 22 de fevereiro de 1885*".

SENHOR

Tenho a honra de acusar o recebimento da carta de Vossa Majestade acompanhada de outra para a sereníssima princesa imperial, que já encaminhei convenientemente.

De acordo com meu colega, ministro do Império, submeto ao alto conhecimento de Vossa Majestade o projeto de regulamento para a conversão dos bens das ordens religiosas.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 27 de fevereiro 1885.

SENHOR

Recebi quase às 4 horas da tarde a carta e o pacote que tenho a honra de enviar a Vossa Majestade.

Estive na Câmara, e, do que ouvi, conclui que a abertura da Ass. Geral só poderá realizar-se sábado próximo, ou, talvez, depois.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 2 de março 1885.

Sr. Dantas

Responda aos telegramas conforme meus sentimentos.

Informe-me do dia em que possam abrir-se as Câmaras a tempo de eu descer na véspera às horas do costume.

D. PEDRO 2^o

Petrópolis, 3 de março de 1885.

SENHOR

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade, de ontem, e darei fiel cumprimento às ordens de Vossa Majestade.

Só mais tarde, hoje, ou amanhã poderei ter informação exata do presidente da Câmara dos Deputados do dia em que poderá abrir-se a Ass. Geral.

Eu comunicarei por telegrama a Vossa Majestade o que ocorrer à semelhante respeito.

O meu colega, senador Afonso Celso, pediu-me de fazer chegar às mãos de Vossa Majestade o folheto impresso, que a esta acompanha.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 4 de março 1885.

Sr. Dantas

Recomendo-lhe os requerimentos juntos que poderia ter entregue mais cedo se não fossem misturados com outros papéis.

Marco à 1h da tarde no Paço da Cidade para receber sábado as deputações das Câmaras.

Logo que tiver certeza de que há numero telegrafe-me.

D. PEDRO 2º
Petrópolis 5 de março de 1885

SENHOR

A pedido do meu colega ministro da Justiça, submeto à assinatura de Vossa Majestade o decreto relativo à nomeação dos oficiais do corpo polícia, de acordo com o que foi resolvido em despacho.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Petrópolis, 16 de março 1885.

SENHOR

Tenho a honra de submeter ao alto conhecimento de Vossa Majestade os papéis inclusos; e como terei de tratar do assunto na primeira conferência com os meus colegas, peço mui respeitosa-mente a Vossa Majestade, que haja de me os devolver, quando assim aprover a Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 1 abril 1885.

SENHOR

Apresentarei em despacho, amanhã, os papéis que Vossa Majestade se dignou de devolver-me.

Sobre as órfãs, o que já consegui foi esperarem mais uns dias até que sejam removidas para outra casa, ou para algum estabelecimento que as receba.

A casa que habitavam foi desapropriada judicialmente.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 3 de abril 1885.

Sr. Dantas

Estimo muito que esteja quase como dantes de saúde ¹²².

Pelo que já temos conversado reconhecerá que nada me ocorre dizer a respeito do assunto de sua carta.

D. PEDRO 2º

Petrópolis 15 de abril de 1885

122. A sessão do dia 13, na Câmara, fora por demais movimentada. Discutia-se então, com o projeto abolicionista, a sorte do gabinete. Em meio à discussão, Dantas toma a palavra para defender o governo. “Nunca talvez em toda essa campanha ele falou com mais entusiasmo”, informa Tobias Monteiro. E termina: “Logo depois de terminar o discurso, Dantas perde os sentidos e é retirado do recinto em braços”.

SENHOR

É meu primeiro dever agradecer novamente a Vossa Majestade o cuidado que se dignou mostrar pela minha saúde.

Confirmando os meus telegramas de ontem, posso dizer que me acho inteiramente bom, restando-me apenas um tal ou qual abatimento, resultante do grande abalo físico, que sofri, e da dieta rigorosa em que tenho estado.

Ontem, à noite, reuniram-se comigo, em conferência, os meus colegas, por convite meu, para apreciarmos as ocorrências, que se deram na Câmara dos Deputados, na sessão de 13 do corrente.

Venho agora submeter ao conhecimento e decisão de Vossa Majestade o resultado de nossa conferência:

Entendemos ser do nosso dever, espontaneamente ou interpe-lados pela oposição, manifestar claramente o pensamento do gabinete; isto é: que o resultado da votação do dia 13, na Câmara, não pode determinar o nosso pedido de exoneração, porquanto, nada significando essa votação empatada, só a completa verificação de poderes permitirá que se reconheça de que lado está a maioria; e a própria oposição conservadora assim o entende, porque ontem declarou por seu órgão o deputado Andrade Figueira, que os conservadores não estavam dispostos a fazer casa enquanto não forem apresentados todos os pareceres das comissões de inquérito, que ainda faltam e que sobem a 18.

Se os médicos me permitirem, pretendo comparecer ao Senado amanhã, e farei a declaração aludida, ficando a da Câmara para o próximo dia em que ela se reunir.

Tudo quanto venho de expor, fica dependente das ordens de Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial
Súdito fiel e reverente
M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 15 de abril 1885.

SENHOR

Recebi ontem a carta, que aqui incluo, do meu colega da Marinha com um telegrama de Londres, expedido pelo sr. Costa e Azevedo, relativo à compra do *Aquidabã* proposto pelo governo inglês ¹²³.

123. Almirante José da Costa e Azevedo, barão de Ladário em 1885. Foi o último ministro da Marinha da monarquia (gabinete Ouro Preto).

Submetendo a carta e o telegrama ao alto conhecimento de Vossa Majestade, reservo-me para no despacho, hoje, informar a Vossa Majestade do que à semelhante respeito possa convir.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 18 de abril 1885.

SENHOR

Ontem fui acometido por um novo incômodo nevrálgico, que, além de menos intenso foi menos duradouro.

Por conselho de facultativos é indispensável que por alguns dias me abstenha dos trabalhos parlamentares e me conserve em casa medicando-me.

Asseguram-me que por este modo será infalível o meu restabelecimento.

Rogo a Vossa Majestade se digne designar hora em que, amanhã durante o dia, o meu colega do Império possa ter a honra de falar a Vossa Majestade.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 24 de abril 1885.

SENHOR

Não me permitindo ainda os médicos que eu amanhã, à noite, compareça ao despacho, apesar de me considerarem em estado de saúde muito lisonjeiro, graças aos dias de algum repouso que tenho tido, venho respeitosamente pedir a Vossa Majestade que se digne deixar-me se poderei ter a honra de falar a Vossa Majestade amanhã às 9 horas, em S. Cristóvão, ou a que horas poderei fazê-lo, durante o dia.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 1º de maio 1885.

SENHOR

Nenhuma notícia, além da que veio no telegrama, que Vossa Majestade leu, recebi até agora, o que quer dizer que não houve ocorrência desagradável.

Creio que não há motivo para que Vossa Majestade parta para a corte antes das 7 ½.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Petrópolis, 4 de maio 1885.

SENHOR

Acabo de vir da casa do senador Saraiva, a quem transmiti a ordem que Vossa Majestade se dignou de dar-me ¹²⁴.

O sr. Saraiva pediu-me de fazer chegar ao alto conhecimento de Vossa Majestade, que só depois das 6 horas da tarde poderá ter a honra de comparecer perante Vossa Majestade, por carecer antes de tempo para algumas combinações e conferências antes das quais não se julgaria habilitado a dar a Vossa Majestade, com a prontidão devida, a resposta que lhe cumpre.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito leal e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 5 de maio 1885.

SENHOR

Deixou de ir à assinatura de Vossa Majestade o decreto, que agora tenho a honra de submeter a Vossa Majestade.

Torna-se necessário a exoneração desse bacharel do cargo de juiz municipal e órfãos, de Nazarete, porque foi nomeado secretário do governo da província da Bahia.

Com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

Rio, 6 de maio 1885.

¹²⁴. Conselheiro José Antônio Saraiva, substituto de Dantas, cujo cargo assumiria no dia seguinte.

SENHOR

Aqui incluo a carta do presidente do Rio de Janeiro, relatando-me o que se passou por ocasião de nomear-se o adjunto de promotor, na comarca de Cantagalo.

O incidente terminou-se, nomeando o referido adjunto promotor efetivo.

Não há dúvida que a proposta era necessária.

O presidente por sua parte não insistiu, no que andou bem.

Sou com o mais profundo acatamento

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

M. P. DE SOUSA DANTAS

(Não traz data)

CARTAS DE BISPOS A D. PEDRO II

Cartas de bispos a dom Pedro II

Destacamos do arquivo do Museu Imperial as seguintes cartas, dirigidas a dom Pedro II por bispos brasileiros:

Senhor

Vossa Majestade dignando-se nomear-me bispo de Mariana, e considerando-se como protetor da Igreja de J. Cristo, e defensor de suas leis, se tem constituído na obrigação de me prestar os auxílios, que estão ao seu alcance, e que tão necessários me são, para desempenho de cargo tão oneroso. Em tempos tão livres, em que cada um fala, e escreve, o que bem lhe parece, ainda em matérias de religião; e quando impressos franceses inundam os mais pequenos lugares de Minas, contendo doutrinas anti-religiosas, e pestíferas, deveria opor-se à incredulidade, ao Deísmo, e ao indiferentismo religioso um clero instruído no dogma, e de conduta irrepreensível. Mas infelizmente há muitos anos que não há aula pública de Dogma, no bispado, e uma grande parte dos eclesiásticos são hóspedes nessas matérias. Quanto à moral, e escândalo de muitos não deverei eu manchar os castos ouvidos de V. Majestade. Penso, se encheria de horror, se soubesse as abominações, que se praticam no lugar santo. Peço a V. Majestade remédio, pelo amor de Deus. Lembro um remédio, que, me parece eficaz, e fácil a V. Majestade. Há em Nápoles uma respeitável comunidade que vem a ser os filhos de S. Afonso Maria de Ligorio, há pouco canonizado. Uma palavra sua a Sua Majestade o rei de Nápoles, seu cunhado fará vir para Minas seis ligoristas, teólogos, missionários, que me ajude no santo ministério por alguns anos, ficando a meu cargo sua viagem, e manutenção. Senhor, se V. Majestade me consegue tão grande

bem, eu sou feliz, e as bênçãos do céu choverão sobre quem se empenha tanto na verdadeira felicidade de seus vassallos, de cujo número tem a felicidade de ser este.

De Vossa Majestade

Rio de Janeiro aos 14 de
Setembro de 1843

Súdito e orador
P^e ANTÔNIO FERREIRA VIÇOSO
Bispo nomeado de Mariana

Senhor

Quando um bispo pede perdão para um réu humilhado, faz o seu dever; e quando um príncipe perdoa, imita os grandes príncipes, até da gentildade quanto mais do cristianismo. Peço perdão para Modesto Batista dos Santos, meu diocesano, que é quase por dizer, meu filho. Penso que ele não é ladrão nem matador; seria sim um pouco violento em exigir o que se lhe devia: ou ainda para faltar mais concisamente não seria criminoso, se não houvesse divergência de partidos políticos, como infelizmente há no nosso país. Jaz este infeliz pai de famílias em ferros há muitos meses, o que já não é pequeno castigo: se for obrigado a galés por um ano, como foi sentenciado, não sei como o poderá fazer, tendo sido notabilidade no seu país, coronel, presidente de Câmara etc. etc. V. Majestade anuindo à minha súplica, atrairá mais este vassalo, imitará os grandes senhores, e o Senhor dos senhores. É esta a graça que lhe pede o

De V. Majestade

Mariana 15 de
Abril 1851

Fiel vassalo
† O bispo de Mariana

Senhor

Quando, elevado por V. M. I. a uma posição tão sublime, me resignei a tomar sobre minha fraqueza tão enorme peso, foi, senhor, depois de Deus, só confiado na alta proteção de V. M. I.: quando, retirando-me do Rio a minha diocese, tendo a honra de beijar a augusta mão de V. M., pedi a especialíssima graça de poder dirigir-me por carta e diretamente a V. M. I., era, como pressaggiando o ver-me logo em conflitos no desempenho de meus deveres. Assim acontece; e com brevidade o exponho.

Aqui, achei, senhor, eu já o sabia, o cônego Fidélis Álvares Sigmaringa de Moraes, filho ilegítimo do arcediogo Fidélis José de Moraes, funcionando conjuntamente na mesma catedral. Este fato, senhor, é escandaloso; é expressamente proibido pelo Concílio de Trento – sessão 25, cap. 15 de reform. Este Concílio, senhor, julga ob e subreptícia toda a dispensa no presente caso.

Sei, senhor, que o falecido meu antecessor tinha proposto ao filho para cônego, não tratando do impedimento; também soube no Rio que a razão dele não ser por V. M. I. Apresentado a 1^a vez, foi por que constou do impedimento. Entrou para cap.^{ar} o D.^s padre Vicente Pires da Motta, tornou o propô-lo; tinha-se mudado de Min.^ç; então foi apresentado e colado pelo d.^o R.^r Cap.^{ar}.

Temendo eu todo o proceder violento e de estrépito forense, procurei indiretamente adverti-lo, lançando do serviço da Sé a um moço, cujo pai é capelão; nada tomou para si. Então mandei-lhe faltar que renunciasse, não quis: entramos em composição; dei-lhe três meses de licença, o fim era não continuar ele no escândalo, até fixarmos o resultado.

Dei parte ao ministro de V. M. I., para levar ao alto conhecimento de V. M. a necessidade que eu tinha de removê-lo daquele lugar. Tive em resposta do ministro, que deixasse o neg.^ç sobrestar,

que ouvisse ao dito cônego, e remetesse sua resposta. Com todo o respeito, em um ofício reservado, levei ao conhecimento do ministro de V. M. I., que eu não podia ouvi-lo em causa própria; porque ele, como parte já começava a tergiversar; e que só por um ato judicial, aparentemente, ele se justificaria.

Entretanto consultei ao meu metropolita, como canonista, e homem de grandes conhecimentos: obtive sua resposta, que peço licença para levar à augusta presença de V. M. I.

O cônego, senhor, tem blasonado, está furibundo contra mim. Eu podia, senhor, desde já fazer uma inquirição extrajudicial e com dez ou doze pessoas das mais capazes da capitania mostrar, que cônego Fidélis José Alvarez Sigmaringa de Moraes sempre foi tido por filho do arcediogo Fidélis de Moraes, sem que sobre este fato houvesse jamais dúvida; mas não me animo por não exasperá-lo antes de tempo.

Este cônego, senhor, tem cercado tudo na corte; tem procurado os mais valiosos empenhos: podem as proteções desfigurar a verdade, ilaquear a boa fé, fazendo crer que há justiça da parte do cônego; e assim mesmo bem informado o governo de V. M. I. pode dar uma decisão, que, sendo-lhe favorável, me fará perder toda a força moral; sendo eu de mim mesmo já tão fraco, tão sem prestígio: então, senhor, não levarei a um feliz resultado alguma reformazinha que tanto almejo. Agora mesmo, senhor, tem-se em algumas partes da diocese zombado de meu regulamento ao clero.

Tenho pelo conselho do metropolita de apresentar ao governo de V. M. I. o fato em questão; mas não quis fazer, sem primeiro implorar a proteção de V. M., sem primeiro pedir que V. M., como protetor dos cânones, acuda a manutenção de uma lei tão salutar para a reforma do clero.

Não me animo, senhor, a propor a este cônego, que renuncie o canonicato, propondo-o para outro benefício, no qual o colasse, sendo apresentado por V. M. I., porque ele não merece minha confiança para cura de almas: basta ver-se, que com nulidade radical em seu benefício, recebe sem escrúpulo os fatos há 5 anos; nem mesmo ele quererá; porque tem uma cadeira de retórica na academia, e bens de raiz nesta capital. Não procuro o meio de dispensa, lembrado pelo meu arcebispo; porque me parece muito, muito anticônico. Nem sei, se o arcebispo atendeu bem, quando disse que

Sua Santidade pode, segundo alguns autores, dispensar no caso presente. Barbosa supõe já morto o pai, porque dis... ubi Pater habuit beneficium. Parte 3^a Allg. 65, nº 31: em outro lugar ele exige 30 anos de intervalo para o filho poder possuir benefício na mesma igreja: por isso me parece que só neste sentido fariam outros autores; e só assim cessaria o escândalo.

Não resta pois, senhor, outro meio para a manutenção dos cânones, e da expressa proibição do Concílio de Trento que a declaração do governo de V. M. I., considerando ao mencionado cônego como proposto com vício radical, e, como tal, sem base por ter sido por V. M. I. apresentado.

Assevero a V. M. I., Deus me é testemunha, que nada tenho contra este eclesiástico, antes sou-lhe grato, por que procurou obsequiar-me desde minha norteação. Assim eu pudesse, sem ofensa de minha consciência, sem violação do juramento que prestei no dia de minha sagração, conservar-me em silêncio!

V. M. I. tenha compaixão do bispo de S. Paulo; eu só terei força, senhor, com a força que V. M. me conceder.

Eu vou, senhor, remeter oficialmente e com outra cópia da resposta do metropolitano, minha representação ao governo de V. M. I.

Enfim, senhor, eu entrego a providência o resultado deste negócio; e sua solução fica hoje nas mãos de V. M. I., cuja sabedoria, religião e piedade são admirados em todo o Império.

Aguardo respeitoso o resultado deste negócio; e posso asseverar que V. M. I. sempre achará na minha demasiada pequenez, não o mais servidor, porém o mais fiel e dedicado súdito, o mais leal vassalo.

Deus guarde a preciosa vida de V. M. I. por dilatados anos, que só fará nossa felicidade. S. Paulo, 22 de dezembro de 1852.

Senhor

De V. M. I.

o mais humilde e fiel servo

Antônio bispo de S. Paulo.

II.^{mo} e ex.^{mo} sr.

É bem árdua e difícil a tarefa, que v. ex.^a me impõe na sua honrosa carta de 4 do corrente, exigindo minha opinião sobre a capacidade e habilitações de alguns religiosos desta capital, de que v. ex.^a se lembrou para serem nomeados bispos das três dioceses, que o governo tem de prover. A imensa responsabilidade de uma tão melindrosa escolha deve, em verdade, assustar todo o homem consciencioso que concorre com sua influência ou conselho.

Todavia, obedecendo a v. ex.^a, sobretudo quando vejo que v. ex.^a deposita uma tão grande e não merecida confiança na minha informação, passo a expor com franqueza e lealdade o que penso de cada um dos ditos religiosos. O padre frei Antônio do Paraíso, franciscano, é um religioso grave, circunspecto, e de ilibados costumes. Bem que de uma virtude talvez mais austera do que poderia convir a um pastor, entendo que a sua nomeação seria muito acertada; mas duvido que ele a aceite porque há muito que vive retirado em sua cela, sem que nada o possa mover a ocupar os mais altos cargos de sua ordem, nem prestasse ao menos ao exercício do examinador sinodal. Pelo que toca à instrução, também não lhe falta a que é necessária para bem desempenhar o ministério pastoral.

O padre-mestre frei José do Espírito Santo, da mesma corporação, é um santo, mas infelizmente foi atacado de alienação mental, com grande perda da religião e da ciência.

O padre-mestre frei Arsênio da Natividade Moura, ex-geral da congregação beneditina, e atualmente reitor do pequeno seminário, reúne um não vulgar saber a uma edificante piedade, tão hábil no exercício da cadeira de história eclesiástica, que ocupa no grande seminário, quanto solícito e desvelado na educação moral e religiosa dos alunos do pequeno seminário, mormente dos

que se destinam ao estado eclesiástico. É, além disso, excelente pregador e aquele que eu pretendia pedir para meu coadjutor. Quando geral, pela segunda vez, da sua congregação, sofreu várias contradições dos seus religiosos, que o indispuseram com o finado internúncio; mas ele deu depois tão sinceras e tão satisfatórias explicações, que o mesmo internúncio acabou por escrever-lhe cartas cheias de afeto, proclamando-o digno do episcopado. Creio portanto que a sua confirmação, no caso de ser nomeado, não encontrará por este lado embaraço ou dificuldade alguma. A sua adesão à Santa Sé assim como à monarquia, é muito conhecida nesta província.

Finalmente, o padre frei João de N. S. do Carmo, natural do Pará, distinguiu-se, desde moço, por seu bom comportamento; professou a vida religiosa com verdadeira vocação, ele há sido fiel por seu fervor e irrepreensíveis costumes. Não tem grande saber, mas possui quanto basta para bem dirigir o rebanho que lhe for confiado, sobretudo no bispado, em que a população for mais dócil, e menos corrompido, e onde o exemplo da sua vida terá mais eficácia, que o prestígio da ciência, que sem aquele pouco ou nada aproveita. Eis aqui, ex.^{mo} sr. o meu humilde juízo sobre a idoneidade desses três religiosos. Como porém v. ex.^a também deseja ter conhecimento de alguns párocos, que estejam no caso de merecer alguma demonstração da imperial munificência, não duvido indicar os seguintes: 1º O cônego vigário da freguesia de São Pedro desta cidade, José Joaquim da Fonseca Lima, desembargador da relação metropolitana, e lente da cadeira de eloqüência sagrada no grande seminário. É pároco muito zeloso, e um dos poucos que pregam todos os domingos; goza de geral estima e afeição dos seus paroquianos, e em diversas comissões, assim como na redação do *Noticiador católico* tem prestado relevantes serviços à Igreja por seus reconhecidos talentos; é ótimo pregador. Ainda não teve senão o hábito de Cristo.

2º O vigário da freguesia do Pilar desta cidade. Desembargador da mesma relação, muito ilustrado e versado na prática do foro, já provector em idade, e sem nota no seu comportamento, também só tem o hábito de Cristo, e não me consta que tenha pedido honras de cônego, ou alguma outra mercê. 3º O cônego vigário da Conceição da Praia desta cidade, cavaleiro da Ordem de Cristo e desembargador da relação; é ilustrado, exatíssimo nos seus deveres e dirige com grande aceitação pública um

dos melhores colégios de educação por ele estabelecido. 4º O vigário colado da cidade de Santo Amaro, José Joaquim Teixeira dos Santos, cavaleiro da Ordem de Cristo, setuagenário respeitável e muito bom pároco. O vigário da Conceição da Praia chama-se Francisco Pereira de Souza. 5º O padre Antônio Maria de Jesus, vigário geral de Caitité e Rio Pardo, sacerdote muito antigo e de muita piedade. Nunca pediu, que me conste, graça alguma, e edifica com o seu exemplo os povos de sua jurisdição. Não me recordo agora se tem o Hábito de Cristo. 6º O vigário da freguesia do morro do Fogo, na comarca do Rio de Contas, Sebastião Dias Laranjeiras, ainda moço, e de uma conduta exemplar, e amado de seus paroquianos. Também não sei se já tem algum hábito. 7º O vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, desta capital, José Félix de Araújo é de boa conduta e exato no cumprimento de seus deveres. Creio que já requereu as honras de cônego, e está a sua pretensão pendente da decisão do governo.

Felizmente eu poderia ainda acrescentar esta lista com alguns outros nomes que fazem a consolação e esperança desta diocese, especialmente se os dois seminários merecerem uma eficaz proteção do governo imperial; mas parecendo-me que, por agora, bastam estas informações para habilitar a v. ex.^a a propor algumas distinções honoríficas em favor do clero baiano.

Como v. ex.^a só fala nos párocos, deixei de mencionar o provisor do arcebispado, monsenhor João Pereira Ramos, cônego da Sé Metropolitana, e doutor em cânones pela Universidade de Roma. É recomendável, por sua boa conduta e outras qualidades. Ocupa a cadeira de direito eclesiástico no grande seminário.

O prazo, que v. ex.^a me há marcado para esta resposta, não dá lugar a responder sobre outros objetos, quando que v. ex.^a trata, e apenas possa agradecer a v. ex.^a a lembrança, em que se digna ter a pretensão de meu sobrinho, sobre a qual fico tranqüilo.

Sou de v. ex.^a amigo muito obrigado e fiel servo

Romualdo, arcebispo da Bahia

Bahia, 16 de novembro de 1854.

Senhor

Com todo respeito e acatamento beijo a augusta mão de V.M.I. É, senhor, a segunda vez que ousou diretamente roubar alguns momentos ao precioso tempo de V. M.

Oprimido pela calúnia, coberto do ridículo, te por um periódico criado *ad hoc*, não posso não dizer a V. M. I. = Senhor, o que se urde contra mim é calúnia, é invenção: os fatos se supõem; citam-se separadamente pensamentos, cujo genuíno sentido é ligado a outros, que eles ocultam para fazer mau sentido; apresentam pelo mau lado o que até boa face. Este tem sido o emprego e estratégia de meus irmãos os cônegos desta catedral, exceto um: direi melhor, os chefes são cônego arcipreste Joaquim Anselmo de Oliveira, assassino de seus irmãos, e... e... cônego Joaquim do Monte Carmelo, ex-benedictino, que levaria ao abismo a reputação do recolhimento de Santa Teresa, se a providência me não mandasse arrancar o mal pela raiz; cônego Joaquim Manoel G. de Andrade, que tanto mirava o báculo que seu tio, meu predecessor, ou antecessor possuía: o restante é mau; mas sem habilidade para ir a seus fins. Eles, senhor, têm por conjuntos alguns doutores lentes e não lentes, que querendo-me para instrumento e patrono de mantenedores de eleições, querendo-me para, à custa do justo, servir a seus correligionários, e encontrando-me rijo, me juram ódio de morte.

Senhor, o fato da noite de Natal, que tanto se investe, se comenta, e se envenena, foi só ocasionado pelos cônegos, já preparados para alguma coisa. Eu portei-me até com algum rebaixamento a dignidade episcopal, disse-lhes: Que lhes não merecia desfeita pública, quando sempre tratava aos mais velhos, como tais, e aos mais moços, como meus irmãos = Monte Carmelo já muito disposto consumou o escândalo, chamando a atenção de todos com a altura impetuosa de sua voz: se eu fizesse o que convinha, havia

infalivelmente horrorosa assuada, e eu com ludibrio seria talvez atropelado da Sé pela canalha, que lhes é dedicada. Deus acudiu-me; e completou-se o ato até o fim da missa com toda calma.

Senhor, o que me punge, o que me mata é a lembrança, que V. M. enfim acreditará o que de mim se tem escrito, e inventado. Meu soberano, meu senhor, que em mim depôs sua confiança para tão alto ministério pesar-se enfim de ter-me escolhido, eis, senhor, o que sobremaneira me dói, muito além do que de mim se tem inventado.

Posso asseverar a V.M. que procuro obrar com toda prudência: minha consciência só me acusa, que sou muito relaxado; mas que à vista das circunstâncias, Deus me perdoará.

Eu apresentei documentos para desfazer essa série de mentiras, que levarão pelo governo a augusta presença de V. M. a portaria pela qual, em visita, suspendi ao padre frei de Paula Toledo, se não foi falsificada, refere os meios que 1º empreguei antes de o suspender. Ele curou-se tanto, que, vindo a Assembléia Provincial, só usava de hábito secular em despeito contínuo ao regulamento. Eu teimo senhor, pelo hábito eclesiástico; e tanto não é imprudência, que mais de 300 Concílios, quer g.^s, quer particulares o têm mandado, e o último geral na sessão 14, cap. 6º de reformatione é muito enérgico nesta exigência. Desta submissão seguir-se-ão outras de bens que muito convém alcançar.

Senhor, eu me consolarei completamente, se de algum modo conhecer, que V.M. não crê o que se escreve de mim: de outro modo, senhor, no fim de meus anos, este punhal acabará bem depressa meus dias. Eu sofro a contradição, a guerra de extermínio com muita coragem, eu sabia bem o que se me aguardava, conhecia muito o bispado e com que elementos tinha a combater; mas sempre contei com a confiança de meu bom senhor soberano.

E o que teria já sido de mim, se V. M. não me tivera protegido? O procurador da Coroa me é muito infenso, sobejas provas deu no negócio do cônego Fidélis Sigmaringa; se o bispo conde de Irajá for consultado, nenhum bem espero dele, por que é rodeado de meus inimigos; pelos amigos desta capital, entre os que têm a honra de estar juntos de V. M. tenho contra mim muitos desafeiçoados: eu teria sucumbido já, se V. M. me não olhara com olhos paternais.

No cúmulo de minha dor, feito objeto de escárnio nesse periódico – *Amigo da religião*, redigido pelo C. Anselmo, dr. Ildefon-

so, Carmelo, dr. Carrão, e dr. João Carlos da Silva Telles (alcunhado – Alma de gato) – ousei, senhor, buscar lenitivo à minha mágoa, escrevendo diretamente a V. M., que lançando os olhos sobre mim de algum modo mais direto, eles correrão envergonhados.

Eu não quero, senhor, o descanso; quero empregar o resto de meus dias no zelo deste desmantelado bispado; trabalho com fervor por ver bem depressa funcionando esse seminário, pedra de escândalo dos cônegos, dos drs.; porque tem de ver outros sacerdotes, outro ensino, que não o panteísmo. Estou, senhor no segundo mês o 2º período da visita do bispado: felizmente neste curto espaço, com minhas fracas missões e homilias, chamei a num legítimo consórcio cerca de 40 concubinados, e muito além desse não vieram cumprir a conf. anual centenas de ovelhas que já nisso não cuidavam. Senhor, se os que cumprem a lei, podem ser maus súditos, os que a não cumprem, já são maus: ninguém despreza a Deus, que também não despreze as leis da sociedade.

Curvado perante V. M. I., beijando de novo sua augusta mão, desejo a V. M. a paz que vem do alto, e todas prosperidades, que todas verterão em nosso bem.

Vila de Nazaré em visita 10 de junho de 1855.

Senhor

De Vossa Majestade Imperial
o mais humilde e fiel vassalo, muito grato e obrigadíssimo servo
‡ Antônio bispo de São Paulo

Senhor

Depois que assumi a administração da diocese, que a Providência Divina pela voz de V. M. I. confiou à minha solicitude, nenhum outro fato tem ocorrido que perturbasse o meu espírito à exceção do decreto, que pela Secretaria dos Negócios do Império me foi remetido, uniformizando os estudos nos seminários episcopais subsidiados pelo Estado.

Em cumprimento aos meus deveres pastorais, nesta mesma data dei-lhe a seguinte resposta, que submeto à alta consideração de V. M. como ao protetor do meu seminário.

Il.^{mo} e ex.^{mo} senhor. Com o imperial aviso de 25 de abril do corrente ano tive a honra de receber por cópia o decreto nº 3073 do mesmo mês, que uniformiza os estudos das cadeiras dos seminários episcopais que são subsidiadas pelo Estado; e encontrando no seu cumprimento sérios embaraços peço a v. ex.^a me permita expô-los confidencialmente para poder falar com mais liberdade. Começarei fazendo uma história sucinta do estado da instrução eclesiástica neste bispado desde o tempo de um dos meus antecessores, d. Matheus de Abreu Pereira de saudosa memória.

No tempo deste bispo existiam as cadeiras de teologia dogmática e moral reunidas, de teologia exegética e de história eclesiástica, todas subvencionadas pelo Estado, sendo o honorário do professor da 1^a de 300\$000 réis por ano, da 2^a de 200\$, da 3^a de 150\$.

Estas cadeiras conservaram-se em exercício até 1832 e 34, em que deixaram de funcionar por terem falecido os professores de 1^a e da 2^a e ter pedido sua exoneração o da 3^a que passou a ser lente na faculdade de direito desta cidade. Nestas circunstâncias, tendo a lei de 14 de junho de 1831 proibido o provi-

mento dos benefícios eclesiásticos que não tivessem cura de almas e o ato adicional autorizado as assembleias provinciais a legislar sobre a instrução pública e sobre a criação e supressão dos empregos provinciais, a assembleia provincial em 1838 decretou a criação das cadeiras de teologia dogmática, teologia moral, instituições canônicas, e história sagrada e eclesiástica, e mais 2 substitutos para as 4 cadeiras mencionadas; e porque não lhes podia dar um ordenado suficiente dispôs que estas cadeiras fossem anexas ao canonicato, dando aos mestres, além da cômputa de cômputos, a gratificação de 600\$000 réis anuais. Esta lei não foi executável: não apareceram candidatos a estas cadeiras, até que sendo o governo provincial autorizado a nomear interinamente professores para as mencionadas cadeiras, em 1842 foi nomeado o cômputo Joaquim Anselmo de Oliveira, hoje arcebispo, professor de teologia moral, e em 1843 o cômputo d. Ildefonso Xavier Ferreira, atualmente chantre, professor de teologia dogmática. Estas cadeiras continuam em exercício mas muito pouco frequentadas, não por falta de capacidade dos professores, mas porque a mocidade que tem alguma propensão para os estudos, dirige-se toda à faculdade de direito, que lhe oferece melhor futuro neste mundo, e poucos são os que se dedicam ao estado eclesiástico; e alguns moços de fora da capital, antes do estabelecimento do seminário, não concorriam porque não tinham meios para aqui vir estudar. Em consequência, diminuiu-se consideravelmente o número dos padres, sendo muito grande o número das paróquias que se acham vagas, sem serem providas mesmo de párocos encomendados. Neste estado encontrou o bispado o meu antecessor que cheio de zelo empreendeu a criação de um seminário, como o meio único de preparar bons eclesiásticos e promover o esplendor do culto e bem da diocese, que lhe fora confiada. Não se poupou a fadigas e aos mais rudes trabalhos, peregrinando por quase toda a diocese tão extensa, e por caminhos tão ásperos, em uma idade tão avançada, apressando o termo de sua vida para, no cumprimento do dever de visitar o bispado, pedir esmolas para o edifício do seminário.

Coroando Deus os seus esforços conseguiu antes de sua morte, ver estabelecido o seminário funcionando regularmente, posto que não acabado o edifício, que continua em construção para

a separação do pequeno seminário do grande, medida altamente reclamada.

Consta-me que o meu antecessor, na deficiência de mestres para o seminário que projetara, se dirigiu à S. Santidade, expondo-lhe o estado da diocese e pedindo-lhe alguns padres que o ajudassem.

Foram-lhe mandados primeiramente 2 religiosos capuchinhos, fr. Eugênio de Rumilly e fr. Firmino de Centelhas, os quais não só podiam acompanhá-lo na visita da diocese como serem empregados no seminário como mestres. Com efeito, deles se serviu para começar o seminário, sendo o 1º reitor e mestre de teologia moral e o 2º de teologia dogmática. Aberto o seminário, fr. Eugênio foi a Roma a fim de trazer mais companheiros para o serviço do mesmo seminário, que atualmente, além dos mencionados tem mais quatro religiosos também capuchinhos – fr. Francisco de Nibonati, fr. Germano de Annecy, fr. João José de Montefiore e fr. Generoso de Rumilly. Estes lecionam as cadeiras de filosofia, história sagrada e eclesiástica, geografia, retórica, matemáticas puras, princípios de física, química e astronomia, francês, inglês, música e canto gregoriano. Além destas matérias ensinadas pelos religiosos, ensinam-se gramática latina e portuguesa, a ler, escrever e contar, para o que já há seminaristas habilitados.

Tendo falecido em visita o meu antecessor, não teve tempo de dar estatutos ao seminário, o que ora pretendo fazer. O seminário pois tanto na parte econômica como na científica regula-se pela prudência administrativa do reitor e com as instruções que verbalmente havia recebido do meu antecessor.

Começado o seminário com as esmolas dos fiéis, hoje mantém-se com as pensões que pagam os seminaristas e com a prestação de 10:000\$000 réis que desde 1859 tem sido consignada na lei do orçamento geral, e mais 4:000\$000 réis que dá a assembléia provincial com a condição de ter o seminário gratuitamente 6 moços pobres.

Possui além disto para começo de um patrimônio o legado deixado por meu antecessor, como consta da verba testamentária por cópia junta (doc. nº 1). Este legado foi avaliado em 50:000\$000 réis e hoje pode ter muito maior valor, porque as terras pertencentes à casa desta cidade, que serve de residência

episcopal estando vizinhas da estação da estrada de ferro, são muito demandadas.

Cumpre-me observar a v. ex.^a que a prestação de dez contos dada pelo governo imperial para honorário dos mestres é recebida para o seminário e aplicada às suas despesas comuns, pois que os mestres apenas recebem a módica quantia de 200\$000 réis para os seus livros e pequenas despesas pessoais.

Os serviços prestados por estes religiosos não só no ensino do seminário, como no púlpito e no confessionário são muito valiosos. E para dar uma idéia do conceito em que é tido o seminário debaixo de sua direção, permita v. ex.^a que eu transcreva do discurso do ex.^{mo} presidente da província na abertura da assembléia provincial este ano a parte relativa ao seminário – (Doc. nº 2).

Estava reservado ao sempre venerando bispo sr. d. Antônio Joaquim de Mello, que a igreja de S. Paulo contará entre os seus melhores e mais distintos prelados e o que em menos tempo mais importantes e mais duradouros serviços prestou à diocese que chorou sua perda, e que jamais esquecerá sua memória, que sempre lhe será cara; estava reservado a esse ilustre paulista que honra a nossa província dotar seu bispado de um estabelecimento, cuja necessidade era sentida desde os primeiros tempos e que já parecia irremediável. Em poucos anos de um episcopado não tranqüilo, à custa de indizíveis fadigas, de viagens incômodas nunca interrompidas e sobretudo do vexame que sempre acompanha a quem pede, o ilustre bispo conseguiu, esmolando de porta em porta por toda a diocese, fundar o seminário episcopal desta cidade: obra verdadeiramente grandiosa para a época presente.

Mas que préstimo teria o edifício material, se não houvesse quem dirigisse o estabelecimento? A Providência Divina não faltou ao zeloso prelado, e religiosos em tudo respeitáveis foram mandados pelo Sumo Pontífice para porem-se à frente do seminário.

Não vieram para ganhar, não vieram promover interesses humanos: trouxe-os a obediência devida ao Supremo Chefe da Igreja, trouxe-os o espírito de religião em que abundam, trouxe-os o desejo de serem úteis à diocese de S. Paulo, da qual e da província tem bem merecido.

O seminário é a casa de educação, à qual os pais cuidadosos do futuro de seus filhos, podem confiá-los com tranqüilidade. Recebe-se educação cristã, aprende-se ali o temor de Deus, que é o princípio de toda a sabedoria, aprendem-se ali os preceitos da religião e da moral, que fazem o bom cidadão e o homem próprio para bem desempenhar os deveres de qualquer estado, em que a sorte os colocar; aprendem-se ali os princípios das humanidades e das ciências racionais e sagradas e aprendem-se com mestres, que não fazem do ensino uma especulação mas reputam-no um dever de consciência e religião.

Srs. – recomendo à vossa ilustrada proteção o seminário episcopal: estai certos que todo o bem que lhe fizerdes, fá-lo-eis à província, onde não abundam os meios de educação sólida e real, e onde experimenta-se o mal desses vislumbres de saber, com que a mocidade se ilude.

Dos 170 seminaristas atuais, 130 são pensionistas, 40 são educados gratuitamente.

A ilustrada opinião do digno presidente é a de toda a província. À vista do que acabo de expor, rogo a v. ex.^a se digne atender se é possível executar já o regulamento de 22 de abril abrindo concurso para o provimento das cadeiras do seminário. Peço licença a v. ex.^a para observar que o art. 15 do citado regulamento tomado em toda a sua extensão é atualmente inexecutável: se porém a sua disposição só compreende as regras estabelecidas do art. 7º em diante, como alguém pensa, fundando-se no direito que tem os atuais professores nomeados competentemente e que não podem estar sujeitos à disposição de uma lei posterior, então poderá o regulamento não achar muito embaraço na sua execução.

Cuido poder assegurar a v. ex.^a que os atuais professores, religiosos estrangeiros, não se submetem a fazer exame, e quando se submetessem, seria apenas exame de formalidade, pois que não teriam concorrentes. No bispado não há atualmente pessoal habilitado para encarregar-se do regime das cadeiras do seminário; pois que, à exceção dos dignos sacerdotes, lentes jubilados da faculdade de direito e mais um ou outro já velho, e exercendo outros empregos, não há ninguém de que se possa lançar mão.

Demais, pela condição do legado deixado por meu antecessor, o que faz a parte principal do patrimônio do seminário, deve ter outro destino caso por estes 25 anos deixe o seminário de ser

regido e lecionado por estes religiosos capuchinhos ou outros da mesma ordem ou da congregação de S. Lázaro. Tanto conhecia o testador o estado do bispado, que só esperava num futuro remoto ter mestres da diocese habilitados no seminário. Será pois consequência infalível fechar-se o seminário e murchar em flor este estabelecimento, de que se esperam tantas vantagens para a Igreja e para o Estado.

Tal foi, senhor, a resposta que dei, e sobre a qual rogo a V. M. I. se digne lançar suas vistas paternais, decidindo da maneira mais conforme à utilidade do bispado e conservação do seminário.

Deus guarde a V. M. I. por dilatados e felizes anos, como é de mister à prosperidade do Brasil.

Eu sou com o mais profundo respeito

De V. M. I.

São Paulo 13 de junho de 1863

Súdito fiel, e agradecido

Capelão,

† Sebastião, bispo de S. Paulo

Senhor

O bispo de Mariana não é indiferente à felicidade da Casa Imperial, e de toda a nação; mas ando em visita 60 ou 70 léguas de Mariana por lugares sem correio nem periódicos: apenas pude ler em uma folha a notícia do consórcio futuro da sereníssima princesa com o sr. conde d'Eu, e me dizia que se verificaria a 15 de outubro. Não pude ter depois mais notícias. Na suposição de que assim seria, me alegro sumamente e dou os parabéns a V. Majestade, à imperial família, e a todo o Estado, desejando que V. Majestade veja seus descendentes até a 3^a e 4^a geração. Em uma família em que houve Santa Teresa, Sancha, Joanna, Mafalda, e Isabel, deseja este pobre padre que este catálogo glorioso de bem-aventurados se aumente com os descendentes de V. Majestade, tendo-o à frente, como modelo de todas as virtudes: entretanto que eu me honro, e confesso como

De Vossa Majestade

Município de Três Pontas
3 de novembro 1864

humilde vassalo
† Antônio, bispo de Mariana

Senhor

Andando em visita desta diocese de Mariana, aonde chegam as notícias de viagem de Vossa Majestade a Uruguaiana, e do que lhe precedeu, e se seguiu, posso assegurar-lhe, que todo o seu povo, do maior ao mínimo, o ama cordialmente e se interessa pela sua felicidade, e de nossas armas. Chegando agora a notícia do seu regresso, redobra a alegria com tais novas, e com a recepção que lhe fez sua augusta família, que mesmo a pé lhe saiu ao encontro. Bendito seja Deus que deu ao Brasil tal imperador e tal família.

Devia eu, como fiel vassalo, ir cumprimentar a Vossa Majestade ou mandar deputados para este fim; mas não se sendo isto possível pela distância de lugares remotos, por onde ando, respeitosamente o saúdo, do modo que me é possível.

Seja Deus bendito pelo ânimo, que lhe tem dado, para sofrer os incômodos do tempo, dos lugares e da guerra. O mesmo senhor que é Deus dos exércitos, o conforte e lhe dê largos anos de vida, e o prêmio pelo zelo, com que tem arrostado tantos perigos e fadigas. São estes os sentimentos de quem se preza de ser

De Vossa Majestade

Em Visita aos 29 de
novembro de 1865

humilde vassalo
† Antônio, bispo de Mariana.

Senhor

O bispo resignatário do Pará, vendo-se em grande necessidade de meios para se tratar em sua saúde, recorre à bondade de V. M. I., para que se digne socorrê-lo. Senhor o suposto, com sua cômputa, pode, com alguma economia, sustentar-se, mas atualmente, como se acha doente, e com despesas extraordinárias de médicos, botica, dieta, e obrigado por conselho de médicos a ir à campanha, usar das águas virtuosas, cujo uso aconselham eles, como remédio pronto, mas o que demanda despesas superiores às suas forças; porque essa viagem só pode ser feita em liteira, por o suposto não poder montar a cavalo, vem humilde, e respeitosaente pedir a V. M. I. uma esmola para com ela minorar suas despesas, e contando com ela confiado na bondade do coração de V. M. I. beija as mãos a V. M. I.

De V. M. I.

Súdito reverente

† José bispo resignatário do Pará
Rio de Janeiro 15 de junho de 1865

Senhor

Reservada

Julgo dever levar ao conhecimento de Vossa Majestade as coisas estranhas que se estão passando no Pará e a injusta perseguição de que estou sendo vítima. Vossa Majestade cujo ânimo é cheio de justiça e retidão apreciará o mal e lhe porá o remédio que em sua alta sabedoria julgar acertado.

Senhor! Suspendi do exercício das sagradas ordens ao padre Lino da Anunciação, vigário interino de Viseu, cuja vida escandalosa já tocava ao cinismo. Ia este padre os domingos com mulher e filhos para a igreja, dava-lhes lugar reservado no santuário; dizia sem licença do prelado missas por barracas indecentes; pregara de púlpito abaixo doutrinas heterodoxas; enfim tinha perdido a confiança de todas as famílias honestas da vila e freguesia de Viseu. À minha portaria de suspensão respondeu ele com insolentíssima carta que conservo entre meus papéis com outros muitos que lhe concernem. Enviei-lhe logo segunda portaria demitindo-o do lugar de vigário que tão indignamente ocupava. Daí a poucos dias apareceu-me aqui esse infeliz sacerdote. Exortei-o a que se separasse, *ao menos materialmente*, dessa mulher e filhos com que tão escandalosamente convivia. Olhou-me fito a fito o padre, e, com atrevimento de que não o cria capaz, respondeu-me: “Isso não, sr. bispo, isso nunca o farei!” Tornei à carga com novas instâncias; fiz-lhe ver o abismo de vergonhas em que ele sepultava o seu sacerdócio; levantou-se o desgraçado e em tom ainda mais firme repetiu-me: “Isso não, isso nunca!” Daí a pouco entrou a correr o boato que se ia nomear o padre Lino para a cadeira de primeiras letras de Viseu, removendo-se de lá um bom professor, homem honesto e carregado de numerosa família.

Escrevi logo uma confidencial à pessoa grada que tem toda a influência no ânimo da presidência e com ela mantém as mais estreitas relações, não me dirigindo diretamente à mesma presidência em razão de recear ser indiscreto, pois tinham constantemente ficado sem resposta as minhas cartas. Ponderei a essa pessoa o inconveniente e o indecoroso de semelhante nomeação feita logo depois de fulminada, e com tamanha justiça, pelo bispo uma pena canônica; fiz ver a protéria desse sacerdote; sua vida escandalosa, essa não, que não há na província quem precise ser informado a tal respeito; ajuntei que se a instrução pública achava conveniente confiar o cargo de educadores da mocidade a padres devassos interditos por seu prelado, o que em país nenhum jamais se viu, ao menos não fossem eles enviados para os lugares, que têm escandalizado com suas dissoluções. A carta, que se terminava em instantes rogativas, foi, como eu pedia, presente à presidência.

Pois bem, senhor! daí a poucos dias tive a dor de ler na gazeta oficial a nomeação do padre Lino da Anunciação para a cadeira de ensino primário de Viseu.

O mesmo se deu, pouco depois, com o vigário colado de Inhangapi, padre Manoel Pereira. É também este padre concubinário público, com a particularidade mais de ser polígamo. Em visita pastoral me tendo de tudo convencido por meus próprios olhos, suspendi-o, e como me promettesse apartar-se das ocasiões próximas de pecado dando-lhe eu outra freguesia, mandei-o para a capital, dizendo-lhe que ali me aguardasse até que, de volta da visita pastoral, pudesse prover a este negócio. Quando voltei achei o padre outro homem; estavam ao todo mudadas suas disposições: retratou as promessas solenes que diante de mim e de três sacerdotes fizera em Inhangapi; respondeu-me com a mesma insolência do padre Lino, em vista do que pensei ser bom oficiar à presidência comunicando-lhe para os fins convenientes, ter suspenso aquele vigário em razão de sua *vida escandalosíssima*, foram minhas formais palavras. A única resposta que desse ofício tive foi ler poucos dias depois no expediente do governo provincial que estava o padre Manoel Pereira nomeado professor primário de Inhangapi, para onde voltou triunfante e lá está mui desassombrado e contente de sua vida, com suas concubinas. Senhor! não comento estes fatos. Vossa Majestade que se dignou dizer-me tantas vezes: “Seja severo, o governo apoiará sempre seus atos” – avaliará perfeitamente os cruéis embaraços e dificuldades

em que este procedimento da presidência do Pará tem colocado minha administração.

Peço vênua a Vossa Majestade para relatar outros fatos, para que Vossa Majestade veja bem a aflitiva posição em que me acho. Tendo eu testemunhado das janelas de minha residência trabalhar-se os domingos e dias santos em uma obra que por ordem do governo provincial se estava fazendo junto ao castelo, dirigi-me, sexta-feira 2 de fevereiro, ao sr. dr. chefe de polícia José de Araújo Roso Danin, rogando-lhe tivesse a bondade proibir aos empreiteiros das obras públicas esse escandaloso trabalho, que não podia deixar de ser de muito reparo no meio de uma população católica. A resposta foi que o governo não tinha meios alguns de fazer cessar o trabalho nos dias santificados. Mais: até então só os carpinteiros trabalhavam. Mestre Antão, pedreiro português muito conhecido aqui, foi, logo depois de meu ofício, chamado ao palácio e recebeu ordem formal do sr. presidente para trabalhar, como trabalhou, com todos os seus operários no dia seguinte que era domingo (4 de fevereiro), tanto que me veio o dito mestre logo pela manhã dar-me uma satisfação, dizendo que o próprio sr. presidente lhe havia dado aquela ordem; com que, senhor, não só se tem continuado a trabalhar escandalosamente aos domingos e dias santificados, contra as leis de Deus e da Igreja, senão que se o tem feito em muito maior escala depois de meu humilde pedido. Urgência de semelhante trabalho não a vêem os mestres, não a vê ninguém, não a vê o próprio governo, pois se a houvera, é muito natural que fosse alegada na resposta oficial que, de acordo com o mesmo governo, me foi dada. Tudo isto tão estranho é, e tão impossível, que Vossa Majestade há de estar surpreendido; peço, porém, com encarecimento a Vossa Majestade se digne ler-me até o fim, que os fatos se ligam e se esclarecem uns aos outros.

O que mais me magoa, senhor! é que o atual presidente desta província, delegado de um tão religioso e sábio monarca, em vez de auxiliar-me na obra da regeneração deste clero, na qual tanto se empenha Vossa Majestade, pelo contrário tem suscitado e vai suscitando a essa obra toda sorte de obstáculos, dando assim corpo à perseguição, tão surda como implacável, que já vou sofrendo por este respeito. Senhor, tenho satisfação de dizê-lo a Vossa Majestade, a reforma está começada e bem começada no Pará. Todos já sentem que uma nova ordem de coisas vai surgir. A torrente das ordenações mal preparadas está represada. O ve-

lho clero vai em breve ser substituído por um novo, educado diferentemente, com ilustração e moralidade muito superior. Não se interpôs entre ambos muro algum de bronze, mas a largura do oceano. Os jovens que se estão formando nos seminários da Europa, maiormente nos de França, de onde tem saído o clero mais ilustrado do mundo, já estão começando a chegar, e serão espelhos importunos. Os povos farão naturalmente a comparação. O seminário do Pará, querendo Deus e ajudando-me Vossa Majestade, será daqui a pouco uma casa de fortes estudos e de excelente educação. Os padres concubinários já sabem que não podem contar comigo para promoções a benefícios e que os de mais luzes e melhor vida hão de ser preferidos. Daí um rancor concentrado contra o bispo, contra a idéia que ele corajosamente abraçou e há de pôr, se Deus quiser, por obra. Ora nestas circunstâncias, Vossa Majestade o compreende, uma perseguição pública movida pela primeira autoridade da província contra essa obra tão importante à religião, tão desejada por Vossa Majestade e tão necessária até para honra de nosso país, é, sobre desastrosa, indecorosíssima. Pois, Senhor! foi essa primeira autoridade, que sugeriu a idéia de se me tirar, como de fato se me tirou de repente e sem atenção alguma, uma subvenção de 3:000\$. que me era dada pela província para ajudar a sustentação de trinta alunos pobres que estou mantendo nos seminários da Europa, alegando a mesma presidência que essa verba redundava em grave detrimento para a província, visto estar eu educando no *jesuitismo*, isto é, segundo a linguagem dos desta escola, na perversidade unida à mais refinada hipocrisia. Deixei passar a injúria e pus-me a tirar esmolos. Foi toda a minha resposta. Os vexames por que passei vendo aberto um déficit naqueles seminários, esses em verdade, confesso-o a Vossa Majestade, amargaram-me um pouco mais. Eu, porém, não era culpado. Com que levantei os olhos para o alto e deixei passar a onda. Agora recebo um ofício exigindo contas de outra subvenção mais antiga também de 3:000\$. que tem sido dada para sustentação de 15 alunos pobres aqui no seminário do Pará, devendo eu apresentar uma relação exata do aproveitamento desses alunos “desde a época em que começou a ser paga pelo Tesouro provincial a dita subvenção” – como se exprime o ofício. Ela remonta não sei se ao episcopado de d. Romualdo de Souza Coelho, ou se ao do sr. d. José Afonso de Moraes Torres, de boa memória. Não

tive ainda vagar de dilucidar isso. O que é certo é que nem assembléia, nem presidente algum, nem o governo central quando ministrava esse subsídio, exigiu nunca semelhantes contas. O que é certo também e o Pará em peso pode dar testemunho disso, é que se tem constantemente mantido no seminário episcopal para mais de 15 alunos desvalidos. Este ano, além dos subvencionados pela província, temos cerca de 10 supranumerários, não faltando de certo número de meios pensionistas e de 10 acólitos da catedral que só podem concorrer com seu pequeno ordenado de 9\$999r. mensais. É o que basta para ressalvar a honra de meus veneráveis predecessores e a minha. Guardo, pois, silêncio, e aguardo resignado o novo golpe que se me quer desfechar, pois já corre por boca pequena que esses 3:000\$000 r. vão ser tirados ao seminário, ou, o que vai o mesmo, que 15 alunos desvalidos vão ser postos na rua, privados de todo meio de educação. Verdade é que não sei se terei ânimo para tanto. O resultado será vender eu os poucos livros que tenho e empenhar minha cruz, até que a Providência me abra novos caminhos. Ah! Senhor! que tudo isto é bem triste! Um pobre bispo, com uma diocese como esta minha que não chega a render anualmente 4:000\$000r., ardendo em desejos de fazer algum bem, e vendo arrancar-se-lhe uns após outros seus pequenos recursos e por quem? Por aqueles mesmos que mais empenhados deviam ser em auxiliá-lo!

Mas não é tudo. Vossa Majestade sabe o muito que me tenho empenhado pelo acabamento do edifício do seminário, que é acanhadíssimo, como está, e desprovido das mais necessárias acomodações. Foi um dos principais fins de minha última viagem à corte, ver se enfim me saía de cima dos peitos essa montanha que tanto me oprimia. Graças à alta proteção de Vossa Majestade pude obter dos cofres públicos um auxílio de 20:000\$000r. em duas prestações. Com a primeira que sem dificuldade alguma me foi entregue pela presidência, pude fazer comprar materiais para a obra; a segunda, porém, chegou em tempos mais infelizes. Firme na resolução de contrariar por todos os modos a reação jesuítica do bispo, reteve a presidência na sua secretaria a ordem do Tesouro, a qual sendo datada de 24 de julho só me chegou ao conhecimento em 21 de dezembro, por ofício que recebi em Macapá, onde então me achava em giro de visita pastoral que, a não ser uma grave enfermidade, se tinha de prolongar até fevereiro por diversas freguesias de Marajó. Em

novembro, antes de anunciar e empreender eu essa visita, mandei informar-me da presidência, por meu vigário geral, se não havia enfim chegado a ordem do Tesouro; a resposta foi negativa, e no entanto estava a dita ordem de há muitos meses dormindo na secretaria, sendo o plano deixar passar o verão, para pôr-me na impossibilidade de fazer a obra dentro do exercício e perder eu a verba, o que de fato aconteceu! E eis-me, senhor, com o meu seminário por acabar; eis-me retardado, sabe Deus por quanto tempo, na reforma que tenho empreendido, por falta de uma casa, que, há dez anos, a esta parte, está pedindo acabamento; eis-me enfim no meu suplício de Tântalo, vendo o bem, desejando-o com ardor e não podendo realizá-lo, martírio lento, doloroso e por momentos, se não fosse a graça de Deus, insuportável. Ah! que quase estava pedindo a Vossa Majestade que de agora por diante só escolhesse para o episcopado homens sem coração, que esses mais facilmente se resignariam a ser bispos inúteis!

Por último, senhor, abri uma aula de primeiras letras no seminário, a fim de nelas se aperfeiçoarem os meninos internos, que para ali entram de ordinário muito mal preparados, que não pode Vossa Majestade fazer idéia do atraso em que vai por aqui o ensino público, maiormente o primário. A rogos instantes de alguns pais fiz receber nessa aula, dirigida por sacerdote de minha confiança, alguns meninos externos. Todos me deram parabéns por tão boa idéia; a presidência em documento oficial que foi presente ao governo de Vossa Majestade, m'a exprobrou como um crime, e uma comissão foi nomeada, segundo me constou, para vir examinar com cuidado essa aula perigosa, onde o *jesuitismo* ameaça infeccionar de seu veneno as novas gerações. Nesse mesmo documento representava a presidência o bispo do Pará, como um inimigo do governo, ao qual suscita adrede dificuldades, cujos interesses tem traído, e outras acusações sem o mínimo fundamento, às quais posso felizmente, quando o queira o governo, dar resposta cabal com documentos que tenho em meu poder.

Antes de acabar eu esta carta realizou-se o que eu receava. Está suspensa a subvenção de meus meninos pobres do seminário! Está suspensa também a subvenção das aulas de grego e música para as quais ambas dava a província 1:000\$000r! A presidência tem sérias dúvidas sobre a existência desses meninos pobres

no seminário! Também não sabe se funcionam ou não as ditas aulas, inda depois de eu officiar-lhe, como officiei, pedindo-lhe mandasse dar a subvenção correspondente a elas! E todos os dias de sua janela ouve o sr. presidente um coro de mais de quarenta vozes, executando Palestrina, Mozart, Mendelsohn, Haydn e outras músicas de não pequena dificuldade! E todo o mundo sabe que o dr. Kaulfuss, além dessas duas aulas, ensina gratuitamente a física, com uma dedicação, zelo e inteligência dignos dos maiores elogios! Estou calado, resolvido a sofrer tudo com a maior paciência.

Nada direi das injúrias, desprezos e faltas de atenção que são o meu pão de cada dia; nada direi dessas correspondências, cheias de mentiras, e redigidas, como é notório, no palácio presidencial e enviadas aos principais jornais da corte com o fim de desacreditar-me; desses ditos pouco decorosos acerca do bispo a quem se chama de *Jesuíta, de homem perigosíssimo, de quem não se quer saber*, ditos que são levemente proferidos diante de quem os queira ouvir, até diante das pessoas que me são mais íntimas, como o bispo preconizado de Goiás, que por esta razão tem cessado de freqüentar o palácio; nada direi enfim do modo porque fui tratado em uma grave enfermidade que a pouco tive, contraída no exercício de meu ministério pastoral e durante a qual não recebi, nem da presidência, nem das principais autoridades que a servem, a mínima prova de interesse. Não, de nada disso falarei enquanto ofensa à minha humilde pessoa, mas é que estas coisas desgraçadamente, em terras pequenas, como esta, se sabem logo, correm de boca em boca, e tornam-se logo verdadeiro escândalo público que vai pegando como lepra, desmoralizando tudo. Não, Vossa Majestade não pode permitir que os sucessores dos apóstolos, os príncipes da Igreja sejam assim tratados pelos delegados de Vossa Majestade. Se se deve fechar os olhos a estas coisas e deixá-las passar como regra, então, senhor, é preparar-nos desde já a chorar sobre muitas ruínas que hão de vir. Quando a religião estiver bem desacatada, abatida e desprestigiada entre nós, as leis, as instituições, o trono desabarão também. Senhor! Juro perante Deus a Vossa Majestade, que nenhum ressentimento pessoal se mistura a esta minha queixa. Sou cristão e bispo; sei perdoar agravos; perdô-os de todo o meu coração e se agora mesmo tivesse de comparecer diante de Deus parece-me que não teria de arrepender-me de falta neste ponto. O

que me dói, senhor! o que me faz queixar-me muito magoado ao meu monarca é o escândalo de tantas almas que se levam dos exemplos, sobretudo quando partem dos grandes. Estes e outros procedimentos das autoridades públicas causam grave dano à religião; quebram a força moral dos bispos, o prestígio de que eles precisam para fazer algum bem e suscitam gravíssimos embaraços à administração eclesiástica; por isso e só por isso me queixo a Vossa Majestade e suplico com as maiores instâncias, pelo amor que V. Majestade tem ao bem e à justiça, se digne escutar-me benigno e dar alguma providencia a este triste estado de coisas.

Senhor! peço licença a Vossa Majestade para assinar-me com o mais profundo respeito, sincera e perfeita lealdade

De Vossa Majestade
Humilde e dedicadíssimo súdito

Belém de Pará 8 de abril
de 1866

✠ Antônio bispo de Pará.

Senhor

O vosso humilde servo o bispo de Mariana, sentindo o peso de 80 anos, e moléstias de tal idade, e de uma hérnia de muitos anos, não se reconhecendo já habilitado, para o governo de 200 freguesias, de que consta este bispado, vem submissamente a vossa presença pedir-vos, vos digneis aceitar a renúncia, que agora pela presente faz deste bispado de Mariana. Por Deus rogo a V. Majestade se digne aceitá-la, e me conceda, que eu peça o mesmo a Sua Santidade Pio IX. Se o amor próprio me não engana, algum bem se tem feito neste bispado em quase 23 anos que tenho de bispo. Pelo que peço esta graça à generosidade e gratidão, com que Deus tem dotado o seu ânimo imperial, o mesmo senhor dê a Vossa Majestade o prazer de ver, quanto antes, a pacificação de todo o Império, como incessantemente peço a Deus, e que guarde a V. Majestade por dilatados anos, confessando-me entretanto

Mariana aos 29 de
maio de 1866

De Vossa Majestade
humilde vassalo
† Antônio bispo de Mariana

Senhor.

Consinta Vossa Majestade Imperial a um humilde religioso que vive nas remotas plagas do Grão Pará a graça de vir aos pés do trono de Vossa Majestade exprimir do modo que lhe é possível os votos do amor e da veneração que lhe inspiram as altas virtudes de Vossa Majestade Imperial.

Esta graça, senhor, me é tanto mais inapreciável quanto inefável a consolação que sinto em revelar ante o coração magnânimo de Vossa Majestade alguns títulos de meus dias passados, que se encobrem na obscuridade da minha vida presente.

Quando só tenho diante dos olhos a eternidade, que já tão perto me aponta o termo da minha assaz prolongada existência, não podem ser minhas palavras senão a expressão ingênua da verdade, que acato no meu coração.

Senhor, não vós designareis de escutar-me. Eu vou em resumo apontar alguns fatos a que os destinos têm ligado a pesada carreira de meus dias.

Nascido no dia oito de dezembro de 1767, nesse mesmo ano em que a treze de maio se felicitou Portugal com o nascimento de el-rei d. João VI, tive por padrinhos SS. MM. El-rei d. José I e a rainha senhora d. Maria I, então princesa pelo falecimento de el-rei d. José em 1777; d. Maria I, já rainha, chamou-me para o paço; vivi nas grandezas do paço como camarista privado até 25 de março de 1800, em que deixei os galões e as comendas para ir vestir o grosso hábito de burel no convento de meu seráfico padre S. Francisco. Em 1804 o senhor d. João VI chamou-me do claustro para dar-me a subida honra de notar as primeiras lições da infância ao sereníssimo senhor d. Pedro, digno pai de Vossa Majestade (então príncipe) achando-se toda a família real em Mafra.

Em 1807 a 29 de novembro, dia sempre infausto para Portugal, toda a família real e eu (que a acompanhei) saía barra afora para o Rio de Janeiro, onde chegamos a 7 de março de 1808, depois de ter estado alguns dias na Bahia, onde tivemos de deplorar, como acréscimo de tantas aflições, a morte do meu muito prezado amigo o duque de Cadaval...

Em seguida o senhor d. João VI mandou-me para Roma em comissão a Sua Santidade. Por essa desgraçada época, como é sabido, o Santo Pontífice sofria o arbítrio da prepotência de Napoleão, que o fez desterrar. Acompanhei a Sua Santidade em todo o tempo do seu exílio em 1814, em que ele entrou na cidade eterna, e Napoleão foi para a ilha de Elvo. Logo voltei a Portugal. Daqui, senhor, foi a minha vida uma série de diversas comissões, sendo uma destas a Viena da Áustria, mandado pela regência portuguesa na nau *D. João 6º* buscar a augusta mãe de Vossa Majestade para essa capital do Rio de Janeiro, onde cheguei a 5 de dezembro do mesmo ano, dando fundo depois do sol posto. O imperador da Áustria entregou para quando da excelsa princesa, de tão santa recordação, duas fragatas e um regimento de soldados comandado pelo muito honrado conde de Escaranhola.

Voltando a Lisboa depois da aclamação do senhor d. João VI a 6 de fevereiro de 1818, ainda tive ocasião de por mais vezes ser encarregado de diversas comissões, sendo entre estas, uma do Rio de Janeiro a Lisboa sobre negócios particulares de Sua Majestade e do cardeal Calet, que se achava nessa cidade do Rio; demorando-me em Portugal até a chegada de Sua Majestade e de toda a família real a 3 de julho de 1821. Logo depois do desembarque do augusto pai de Vossa Majestade Imperial no Porto o fui visitar e abraçar a uma hora da noite: estava Sua Majestade Imperial já recolhido! Não tenho pena, senhor, menos frases com que possa escrever e explicar essa tocante entrevista...

Segui logo depois para Roma em companhia do arcebispo de Évora que largou o seu bispado, e eu para sempre Portugal...

Em 1843 fui de Roma a Nápoles beijar as mãos à família real; aí tive a inexprimível honra de ver a sereníssima princesa que hoje faz a glória e a felicidade do Brasil, como sua augusta imperatriz.

De Roma fui a Jerusalém onde estive por alguns anos. Regressando para Roma, daí por causa da salubridade do clima, busquei estas hospitaleiras plagas do Pará, onde por uma feliz coincidência cheguei no mesmo dia em que desembarcava o muito distinto prelado desta diocese o senhor d. Antônio de Macedo Costa, que logo me chamou para sua companhia, onde recebo os bons ofícios da mais santa caridade. Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Senhor, contando cento e um anos de idade, e tendo visto sete coroas em Portugal, tendo familiarmente praticado os augustos avós de Vossa Majestade Imperial, poderia dar bem pelo mundo notícias de todos os acontecimentos da casa e família real de Portugal, desde d. José I, e muitas particularidades e recordações que muito interessariam ao coração magnânimo de Vossa Majestade Imperial.

Com esta idade, senhor, por graça de Deus, não uso óculos, leio e escrevo de noite, e conservo minhas faculdades intelectuais em perfeição!

Muito desejava beijar a mão de Vossa Majestade Imperial; ver e dar um respeitoso abraço no caro fruto do meu muito querido, e sempre chorado discípulo. Mas, excelso senhor, eu professo a pobreza, não tenho meios para fazer uma viagem, como o senhor conselheiro Veloso e almirante de Lamare bem podem informar a Vossa Majestade Imperial.

E se eu não satisfizer este ardente desejo, senhor, descerei com pesar a sepultura, restando-me apenas a consolação de trazer bem unidas ao meu coração as effigies de Vossa Majestade Imperial, e da muito excelsa imperatriz, por quem não cesso de pedir a Deus nas minhas orações, como é de mister para bem da religião e engrandecimento do Império, a cujos destinos Vossa Majestade tão sabiamente preside.

Pará 15 de julho de 1868.

Sou, imperial senhor, de Vossa Majestade humílmo súdito.

O pequenino servo dos servos de Deus
Frei Antônio de N. S. de Salette

Senhor

Permita-me Vossa Majestade que por este meio da escritura, já que não posso de viva voz, leve a augusta presença de Vossa Majestade meus respeitosos cumprimentos e a expressão de minha sincera e profunda gratidão.

O novo delegado de Vossa Majestade nesta província me vai sendo, senhor, verdadeiro anjo de conforto, remediando as sem razões e injustiças que tanto me afligiram e à diocese. Um dos primeiros atos do digno atual presidente foi mandar pagar ao seminário a subvenção destinada à manutenção de quinze meninos desvalidos, que ali recebem conveniente educação, subvenção retida injustamente no Tesouro por quase um ano, donde resultou contrair aquele estabelecimento uma dívida, que está agora felizmente paga. Não aprovou o novo orçamento provincial, de que se eliminara essa verba e outras de reconhecida utilidade para a província e diocese. O prestimoso lente de grego e música continua a receber seu pequeno ordenado. A edificação e conserto das igrejas retomam o antigo impulso dado na administração do ex.^{mo} sr. Brusque. A verba destinada à aquisição de armamentos e que ficou sem aplicação no exercício passado, vai ser empregada em seu destino, como reclamam tantas paróquias pobres. Os maus procedimentos de algumas autoridades civis subalternas para com o diocesano reprimidos e condenados com aplauso da gente cordata. Um dos padres suspensos, que continuava rebelde, demitido do cargo de professor de primeiras letras; outro, autor de infames publicados no *Jornal do Amazonas*, prestes a ser destituído do cargo de diretor do colégio Paraense, onde, em verdade, não podia permanecer mais tempo sem ofensa da moral pública. O júri removido do convento de Santo Antônio, para onde, com aprovação do mesmo ex.^{mo}

presidente, passei o seminário. Enfim, senhor, todas as provas de atenção e deferência me tem sido dadas pela nova administração, com a qual marchou no mais perfeito acordo, pelo que beijo muito agradecido as mãos de Vossa Majestade, pois tenho para mim que só a Vossa Majestade devo eu, deve toda a diocese tão assinalado benefício. Estou tão satisfeito, senhor, com isto, e tão cheio de animação e de esperanças, que não pude ocultar por mais tempo a Vossa Majestade, a quem tudo devo, estes meus sentimentos. Receba-os Vossa Majestade, por quem é, e me releve a franqueza e confiança com que me dirijo ao meu soberano.

Está vago o arcediagado da Sé depois da promoção do cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo para o bispado de Goiás. Bem sei eu que tal nomeação é da iniciativa de Vossa Majestade, mas sei também que Vossa Majestade folga de ouvir o parecer dos bispos, a fim de não acontecer pôr-se à frente de estabelecimentos tão importantes, como as catedrais, homens que não mereçam a confiança dos prelados e lhes criem depois gravíssimas dificuldades. Por isso ouse pedir a Vossa Majestade se digne apresentar para arcediagado da Sé do Pará o padre José Gregório Coelho, bacharel em direito canônico pela academia de Santo Apolinário em Roma e licenciado em teologia pelo colégio romano. Este eclesiástico, de costumes irrepreensíveis, de bem cultivada inteligência, de caráter prudente e firme, tem já granjeado em pouco tempo a estima e afeição geral, e não duvido que sua influência na catedral seja muito própria a restaurar ali a boa disciplina e animar de excelente espírito o cabido. Entre os antigos, senhor, nenhum encontro em condições de preencher este lugar importantíssimo, uns por falta de inteligência ou prudência, outros por motivos inda mais graves, que não carece explicar a Vossa Majestade. Alguns há cuja nomeação fora verdadeira calamidade para a diocese. O padre, cujo nome tenho a honra de lembrar a Vossa Majestade está prestando na direção do seminário relevantíssimos serviços, e preencherá com distinção a cadeira de arcediagado. Eis porque me atrevo a pedir a Vossa Majestade se digne apresentá-lo nessa dignidade.

O seminário, senhor, vai excelentemente sob a direção dos novos sacerdotes ordenados em França. Tenho este ano 100 alunos que por seu ardor pelo estudo, assim como por sua docilidade e excelente espírito me dão as mais lisonjeiras esperan-

ças. Rogo a Vossa Majestade ordene que sejam abonadas a estes padres as cômmodas das cadeiras para que os nomeei. Os ministros de Vossa Majestade fazem dificuldade em razão de não ter precedido concurso, mas eu já lhes fiz ver que esse concurso era, além de inútil, inexequível nas atuais circunstâncias da diocese. Além disso o decreto de 22 de abril faz depender a prática do concurso de um regulamento proposto pelos bispos e aprovado pelo governo, o que ainda não está feito, nem sei se se fará. No entretanto, senhor, estou eu passando pelo desagrado de ver de alguma sorte desaprovada pelo governo estas nomeações que fiz com tamanho gosto, de padres de minha inteira confiança, educados em outros princípios, primícias da obra de regeneração que, com o favor de Deus, empreendi e que o governo de Vossa Majestade é tão interessado em animar. Os professores do seminário do Ceará recebem suas cômmodas independente de concurso. O mesmo se dá com os de S. Paulo. Tampouco se julgou necessário estabelecer o concurso para as cadeiras do seminário do Rio de Janeiro. Por que pois, senhor, persistir-se nesta exigência, sem utilidade nenhuma real para as dioceses, antes criando-se dificuldades graves aos prelados? Vossa Majestade, querendo, me pode tirar deste embaraço com uma palavra. Não, senhor, não permita Vossa Majestade que os padres maus e corruptos que me estão guerreando, batam palmas dizendo: *O governo não aprovou a nomeação dos novos padres feita pelo bispo!* – Vossa Majestade tem sido tão cheio de benignidade para comigo, que há de atender, estou certo, a esta minha rogativa.

O extraordinário número de alunos que afluiu este ano para o seminário (quase o dobro dos que tinha o ano passado) me pôs na necessidade de mudar este estabelecimento para o convento de Santo Antônio desta cidade. Era impossível alojar tão crescido número de alunos no pequeno edifício que estava servindo de seminário. De outro lado estava aquele convento entregue a dois religiosos, um subdiácono, ordenado por meu predecessor e que por seu procedimento me pondo na impossibilidade de impor-lhe as mãos, estava de partida para a Bahia; outro ex-guardião que falava de secularizar-se, nenhum serviço absolutamente prestava e ultimamente retirou-se do bispado sem me prevenir de modo algum. Assentei de acordo com o provincial contando com a anuência do governo utilizar aquela casa para estabelecimento tão útil, o único que há atualmente no Pará, onde

possa a mocidade instruir-se e educar-se convenientemente, pois os dois colégios que existem estão completamente desacreditados e quase sem alunos. O colégio Paraense com que a província despense cinquenta e tantos contos de réis anuais, tem 9 alunos internos; o de Santa Maria (também subvencionado) conta apenas três. Já vê Vossa Majestade a importância que aqui tem o pequeno seminário, como casa de educação, e como me vejo na necessidade de dar-lhe todo o desenvolvimento para corresponder à confiança das famílias. Ajude-me Vossa Majestade, senhor, neste empenho, e lance um olhar para este estabelecimento tão importante e que tantos serviços vai prestando a esta província. Nesta data peço ao sr. ministro do Império um subsídio de 4:000\$ r. por conta da verba = seminários e catedrais = a fim de se fazer o encanamento do gás e certos reparos essenciais no edifício para acomodá-lo a seu novo destino. Os alunos lá estão já residindo, mas com incômodo, por faltarem algumas obras necessárias. Rogo a Vossa Majestade, venha em meu auxílio, mandando dar-me essa pequena verba, que me salvará de contrair agora uma dívida.

Enfim, senhor, um último pedido. Peço encarecidamente a Vossa Majestade aprove a minha resolução de ir em maio próximo a Roma ao chamado do Sumo Pontífice. Eu desejo, senhor, dar ao augusto chefe da Igreja, na amargurada situação em que se acha, essa prova de minha religiosa e filial dedicação. Seria vergonhoso que na grande reunião de bispos que vai ter lugar em Roma por ocasião do aniversário secular da morte de S. Pedro, só o Brasil deixasse de ser representado. É de interesse para o Império que vá a Roma em tão solene circunstância ao menos um bispo. De outro lado, senhor, nenhum dano causará a minha ausência. As coisas aqui estão bem encaminhadas; meu vigário geral, a quem deixarei encarregado do expediente é homem sisudo, prudente e geralmente estimado e respeitado do clero. O seminário corre com perfeita regularidade, como ponderei a Vossa Majestade. Acresce ainda o estado de minha saúde. Depois da cruel enfermidade que atacou-me em Mazagão e Cameté no curso da visita pastoral, sinto um grande abatimento nos nervos e os médicos acham que uma viagem agora me seria extremamente proveitosa. Assim, senhor, todas as razões me levam a empreender essa viagem que se fará rapidamente, graças às tão fáceis vias de comunicação estabelecidas entre este porto e os da Europa.

Por último, queira Vossa Majestade escusar o enfado de tão longa carta, e receber, senhor, com agrado, o testemunho sincero de meu respeito profundo, de meu sincero reconhecimento, de minha leal e fervorosíssima dedicação, como quem é, e será até o fim.

De Vossa Majestade
Súdito humilde e dedicadíssimo servo
‡ Antônio, bispo de Pará

Pará 2 de março de 1867.

Senhor

Desejando ardentemente levar à consideração de V. M. I. o estado de minha diocese, e outros objetos que dizem respeito a mim próprio, não julgando entretanto nas presentes circunstâncias possível comunicá-lo a V. M. I. por escrito, nem fácil ir à corte imperial a narrá-lo pessoalmente; da outra parte confiando na bondade de V. M. I.; encarreguei a missão de expor a V. M. I. todos estes assuntos a um sacerdote meu diocesano, o reverendo padre Carlos Caccia, meu confessor, aliás pessoa a quem V. M. I. honrou já, permitindo-lhe que me acompanhasse à imperial presença, quando obtive uma privada audiência de V. M. I. Agora suplico e rogo a V. M. I. para que se digne conceder-lhe uma audiência; e, com aquela benignidade que tanto preso em V. M. I., atender à exposição, que ele fizer em meu nome: pois me animo a asseverar com toda a lealdade, que este sacerdote é pela sua ilustração, integridade, prudência e mais virtudes cristãos e sacerdotais, pessoa digna da minha inteira confiança: pelo que não hesitei em propô-lo a V. M. I., para de uma parte oferecer à apreciação imperial quanto o desejo do bem e o dever do ministério me têm sugerido; e da outra prestar-se com fidelidade a receber quanto o imperial agrado e aquela suma benevolência de V. M. I. julgar conveniente comunicar-lhe, para que ele m'o transmita.

De todas essas graças me faço desde já devedor eu mesmo, que ofereço contínuos votos ao Céu pela prosperidade de V. M. I. e de toda a imperial família,

Deus guarde a sagrada pessoa de V. M. I. muitos anos.

Pernambuco 12 de maio de 1869.

A Sua Majestade Imperial

O senhor d. Pedro Segundo

Obedientíssimo súdito
† Francisco Cardoso Aires
Bispo de Pernambuco

Senhor.

Para corresponder ao desejo de V. M. I. de ter o complemento das obras do abade A. Rosmini fundador do Instituto de Caridade, expedi logo ordens que procurassem em Milão os volumes que faltavam à coleção imperial: e, insistindo, tive resposta que eles deviam ter aqui chegado pelo vapor francês de fevereiro.

Sendo porém difícil achar-se na alfândega a caixa que continha esses livros, só vim a recebê-los ultimamente: e agora com todo o respeito os levo à presença augusta de V. M. I.

Ajunto um folheto “Cenni Biografici”, no qual acha-se o catálogo de todas as mencionadas obras: por este se poderia ver se a coleção imperial está agora completa; pois seria meu desejo obviar a qualquer omissão. Estou preparando-me para a viagem a Roma, escolhendo para isso o vapor francês dos fins de setembro. – As significações de afeto, que V. M. I. dignou-se enviar-me pelo meu confessor o padre Caccia na última audiência que V. M. I. houve por bem conceder-lhe, sobremodo me consolam: até me animam a fazer uma clara manifestação a V. M. I., e vem a ser, do grande embaraço pecuniário em que me vejo. Obrigado, por assim dizer, pelas sumas autoridades, a que presto obediência, V. M. I. e o Santo Padre, a tomar sobre mim o nímio peso do bispado, eu qual membro de um instituto religioso, achava-me de todo desprovido: recorri pois a um empréstimo. De uma parte despesas com alfaias, viagens, e mais circunstâncias; e da outra a pequenez do depósito da sede vacante, deram lugar a este gravame de dívida de mais de vinte contos de réis: e não obstante o dar-me a voluntárias privações, não tenho podido diminuir esse peso.

Minha prebenda, que muitos julgam pingue, não m’o tem parecido até hoje, embora se atribua isso a causas não perma-

mentos, como a de ter eu estabelecido três arceprestes na diocese: o que fiz para cômodo, como supunha, de meus diocesanos: e com efeito esta disposição distrai parte das rendas da mitra.

Mas agrava-se muito a mitra com a despesa inerente ao aumento das aulas, que por necessidade fiz no seminário, contando com a coadjuvação do Tesouro, o que porém não teve efeito. Na verdade conservei-me perplexo quanto à minha ida para Roma, até que a assembléia geral votou pela ajuda de custo respectiva: e se infelizmente essa medida estiver aquém da cifra esperada, ver-me-ei ainda constrangido a sobrecarregar-me com dívidas.

Faço votos pelas felicidades de V. M. I. e de toda a imperial família.

Deus Guarde a V. M. I. por dilatados anos.

Recife 28 de agosto de 1869.

De V. M. I.

Muito obediente e afetuoso súdito

† Francisco Cardoso Ayres,
Bispo de Pernambuco

Senhor

Sei pelas folhas públicas do falecimento da sereníssima senhora d. Leopoldina, e porque o presidente desta província me tem convidado para oficial nas exéquias da mesma senhora em Ouro Preto a 27, e 28 do corrente março. Acompanho a V. Majestade em seu justo sentimento. Mas quando considero no que tem sofrido nos 84 anos que tenho de idade, diversas pessoas reais em diversos países, adoro a Divina Providência, que acha bom e acertado, o que nos parece não o ser. Assim o quis Deus. Faça-se. Que estamos vendo no que tem sofrido o mais legítimo e mais antigo monarca do mundo o SS. Padre Pio IX! Hoje mesmo li na *Unitá Catholica* o discurso do deputado Salvador Morelli pretendendo provar na Câmara dos deputados 1 que o papado é mau, 2 que é um grande malfeitor, 3 uma negação do Evangelho 4 um princípio infame, 5 uma iníqua instituição, 6 um satanismo (hilaridade). Atos oficiais da Câmara p 385, 366. Levou N. Senhor para si a nossa falecida, para não chegar a ler estas blasfêmias, pronunciadas por um representante da nação italiana. Goza do céu, ó alma bem-aventurada, e pede a Nosso Senhor, que tão cedo te levou, por teu progenitor, para que Deus lhe dê ânimo no seu trabalho, firmeza nas provas da religião, e para que defenda, quanto lhe for possível o papado, tão blasfemado por aquele ímpio Morelli. E se ainda sofres no purgatório, te alivie as penas e te leve a gozar da eterna felicidade, aonde te não esqueças da tua imperial família e de seu santo chefe.

De quem é

Mariana 19 de
março 1871

humilde vassalo
‡ Antônio bispo de Mariana
conde da Conceição

Senhor

Permita V. M. I. que eu, o mais obscuro dos súditos de V. M. tenha a honra de lhe apresentar o memorial que vai junto.

O peticionário é meu afilhado a quem muito estimo: é um jovem de espírito ilustrado pelo cultivo das letras às quais se dedica; é finalmente uma inteligência que desabrocha sob lisonjeiros auspícios: teve a infelicidade de transviar-se da senda do dever, guiado por má estrela; mas está muito arrependido, e asseguro a V. M. que o seu arrependimento é sincero.

Ele suplica a V. M. o perdão do resto da sua pena; eu sei quanto são generosos os sentimentos que exornam o paternal coração de V. M., para esperar que sua súplica será atendida, o que muito alegrará o coração do pastor, que deposita nas augustas mãos de V. M. as lágrimas e as dores do infeliz encarcerado.

Concluindo, tenho a subida honra de beijar as augustas mãos de V. M., e assinar-me com respeito, de V. M.

O mais humilde e reverente
súdito

Bahia 11 de agosto de 1872

✠ An. Bispo do Pará

Senhor

Com a presença de vós ó clementíssimo príncipe, cujas recordações se reproduzem sempre de memória, venero como súdito e lamento como de pai: a vós mesmo empenharei tão sublime pedido e não estranheis a fraqueza de tão pequeno que declara com singularidade um desejo compartilhado com a honra que vos levará transportado as asas da Glória estável:

Sene Religione ac lege
homo nom permanet.

Debaixo dos auspícios da simples sentença, escrita no idioma escolhido pela imperatriz dos anjos, confiando-se na magnanimidade do augusto monarca, chefe da nação brasileira, a quem se deseja um reinado feliz de acordo com o artigo 5º da Constituição do vosso império que, ainda todos os súditos a respeitam e consideram, em nome da mesma e do mesmo artigo, tirará o príncipe espiritual da diocese de Pernambuco, o excelentíssimo frei dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira da reclusão em que está, a gozar de ampla liberdade e exercer as funções para que fora aprovado, na mesma diocese que o crime, segundo o argumento que se estabeleceu, ele acha-se absolvido por Lei Divina e humana. Não hesiteis, senhor quem vos pede, sim, ao reconhecer a ordem natural. – Religio Jesus Christi est unica vera.

E. R. M.
Vicente Mariano Pereira

Rio de Janeiro 16
de fevereiro de 1874.

Recife 28 de dezembro de 1878

Senhor.

Animado pela bondade que Vossa Majestade se tem dignado testemunhar-me, vou dirigir uma palavra a Vossa Majestade ao passar por esta pobre diocese de Pernambuco, em viagem para a minha.

Senhor! cuide Vossa Majestade de nomear quanto antes um bispo segundo o coração de Deus que venha apascentar este rebanho importante que reclama tão sérios cuidados. É preciso um homem de Deus, um verdadeiro sacerdote, que possa edificar com a palavra e com o exemplo. Fala-se muito na Bahia e em outras partes que o governo pensa no padre Romualdo Maria de Seixas Barroso para ocupar uma das cadeiras episcopais vagas. Permita Vossa Majestade que eu exprima francamente o meu pensar a este respeito, só tendo os olhos em Deus e na lealdade que devo a Vossa Majestade. Este jovem sacerdote não me parece reunir os dotes requisitos para um bispo. Eis aqui as provas em que me fundo. O padre Barroso conhece muito superficialmente a teologia e o direito canônico, e tem grandes falhas na doutrina, como consta de escritos seus publicados. Está, alguns anos a esta parte, feito reitor do seminário da Bahia, e este estabelecimento, sob sua direção, tem caído num estado de desorganização espantoso. Nenhuma piedade, nenhum espírito sacerdotal. Apresentados por ele, têm recebido ordenação sacerdotal alunos já concubinários públicos, imorais, relaxadíssimos, e sem a devida instrução. É ao mesmo tempo vigário da paróquia dos Mares, e lá mantém um padre inepto, que eu conheço; e não sente a responsabilidade tremenda que lhe pesa nos ombros, conservando sob sua jurisdição um rebanho de que não cuida nem por si, nem por outrem. Barroso não reza o breviário, e diz raríssimas vezes a missa. Basta isto, não direi mais nada a Vossa

Majestade. O breviário é o último exercício de religião e de piedade que um padre, afrouxando no cumprimento de seus deveres, abandona. O sacrossanto sacrifício da missa é o primeiro elemento da vida sacerdotal. Meu senhor! Pode um padre destes ser um bom bispo, como os há mister a Igreja do Brasil, e como os deseja e quer Vossa Majestade? O que eu disse a respeito deste padre é fundado em ciência certa que tenho de sua vida e costumes, já por mim, já pelo testemunho de pessoas graves e maiores de toda exceção, que o conhecem muito de perto. Tocando a Vossa Majestade neste assunto julguei cumprir um dever. Devo acrescentar a Vossa Majestade estes fatos que caracterizam bem esse padre: Barroso despeitado contra monsenhor Amour não beijou nunca o anel do sr. bispo de Cuiabá, e tendo de receber a visita do sr. arcebispo apareceu a este velho prelado, que lhe dá cega confiança, em um traje ridículo, como estava no seu quarto. Perdoe-me Vossa Majestade, por quem é esta liberdade que tomei, e permita senhor, que me assine com o mais profundo respeito.

De Vossa Majestade

Súdito fiel

† Antônio bispo do Pará

O bispo de Pará, tendo amanhã na corte um empenho de que não se lembrava, pede a Sua Majestade aceite a transferência da prática para sábado ou domingo. Ousa oferecer a Sua Majestade a Imperatriz um ramo das folhas douradas do Pará, pelo que pede desculpa.

Petrópolis 22 de maio de 1884.

✠ Antônio Bispo de Pará

Senhor

Serei eu porventura o último dos bispos brasileiros, que se apresenta perante Vossa Majestade, para manifestar o sincero pesar que senti pelos sofrimentos de Vossa Majestade.

Este fato, porém, senhor, não se origina de indiferença ou falta de amizade à augusta pessoa de Vossa Majestade, senão unicamente de um certo acanhamento, que me embaraçou até hoje de satisfazer o meu ardente desejo de cumprir tão sagrado dever.

Monarquista por convicção, e admirador e grato a Vossa Majestade, tenho dirigido minhas humildes súplicas ao Onipotente para que prolongue a vida de Vossa Majestade, e prospere a toda a família imperial, a bem deste vasto Império de Santa Cruz. Não tem sido essas súplicas acompanhadas de ruídos, mas são cordiais e sinceras.

Senhor, convivendo com o povo, e para assim dizer apalpando-lhe os sentimentos, posso assegurar a Vossa Majestade, que dentre ele os homens, que pensam, se interessam imensamente pelo pronto restabelecimento da preciosa saúde de Vossa Majestade.

Se o povo não faz manifestações estrepitosas, outras são as causas que não a indiferença: é sentimento comum entre os brasileiros, que Vossa Majestade, estremecido patriota, é a garantia de paz e prosperidade deste vasto país.

Julgo, pois, senhor, interpretar os sentimentos da maioria de meus diocesanos, manifestando o pesar que sentimos todos pelos incômodos que têm afligido a Vossa Majestade, e o voto que fazemos pelo inteiro restabelecimento da saúde de Vossa Majestade.

Senhor, é uma consolação para o chefe de uma nação saber, que seus auxiliares na governação do país se esforçam para prosperar

a parte que lhes foi confiada, promovendo a maior soma de bens espirituais e temporais. Infelizmente, senhor, pobre de merecimento como sou, nada posso oferecer que satisfaça o magnânimo coração de Vossa Majestade. Ou seja por minha fraqueza e incapacidade, ou seja pela exigüidade dos meios de que disponho, o certo é que meus desejos têm sido até hoje ineficazes, ao menos naquelas coisas que fazem ruído na sociedade.

Entretanto, senhor, exporei em resumo alguns fatos, que porventura possam interessar ao grande espírito de Vossa Majestade.

Se não tenho alargado a esfera do espírito religioso desta diocese, ao menos tenho procurado guardar o depósito que recebi, na convicção de que não só é virtude criar, senão também conservar o que é bom.

Esclarecido pela experiência, tratei de abrir nesta capital um externato para meninos pobres; tendo conseguido esse desideratum, com auxílio dos filhos de S. Vicente de Paulo. São 400 os alunos que freqüentam a sobredita escola.

Desde que aceitei o grande encargo de reger esta diocese, que o Espírito Santo me confiou, por intermédio de Vossa Majestade, tem sido minha constante preocupação abrir o seminário do Crato, situado nos confins desta e das dioceses de Olinda e Maranhão. Depois de baldadas muitas tentativas, está agora tudo disposto para se realizar aquele pensamento, nos princípios do próximo ano de 1888.

Mas, senhor, é para requear-se que a falta de recursos pecuniários, para ocorrer às despesas inerentes a um estabelecimento desta natureza, frustra a realidade da grande empresa; cujos benefícios a esperarem-se, são incalculáveis. De minhas economias, pude reservar a pequena quantia de três contos, para os reparos do edifício existente, e outros misteres; penso, porém, que essa quantia está muito aquém das imprescindíveis necessidades. Lembrei-me, então, de recorrer ao corpo legislativo, pedindo o auxílio anual de cinco contos, em favor do referido estabelecimento. Confio serei atendido, pois que naquela vasta zona, que compreende os extremos desta e das províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e sertão da Bahia, não há uma só casa de instrução secundária; e, assim, aquele povo, distanciado do litoral mais ou menos 100 léguas, não tem recursos para educar seus filhos!...

Uma palavra de Vossa Majestade em apoio de meu pedido, será de grande alcance.

Senhor, tenho ainda em mente estabelecer nesta capital um externato para meninos pobres, se me for cedido um edifício, que aqui foi levantado para asilo de inválidos, e que até hoje não tem funcionado. Se não me faltar saúde e energia da alma espero traduzir em realidade o que é atualmente um mero desejo.

Senhor, peço desculpa a Vossa Majestade se hei perturbado a tranqüilidade de espírito de Vossa Majestade com a minha linguagem rude e franca. Vossa Majestade disse-me uma vez: escreva-me quando quiser alguma coisa. Animado assim, tracei estas linhas.

Senhor, faço os mais sinceros votos pelo pronto restabelecimento da preciosa saúde de Vossa Majestade, pedindo a Deus prospere os dias de Vossa Majestade, de Sua Majestade a Imperatriz, da sereníssima princesa imperial e de toda a augusta família imperial.

De Vossa Majestade

Fortaleza, 20 de junho
de 1887

Humilde servo e obediente súdito
✠ Joaquim, bispo do Ceará

“Majestade!

Deu-nos ontem o telégrafo o triste desengano de que os brasileiros nos achamos duas vezes órfãos; órfãos porque a 15 de novembro pela violência de poucos perdemos nossa mãe, e órfãos porque a 28 de dezembro a morte nos arrancou a esperança de a vermos algum dia restituída ao seio do Brasil, onde o trono da família imperial será eterno no coração dos brasileiros. As reais virtudes de Vossa Majestade, especialmente essa fé cristã da qual Vossa Majestade tem dado tão manifestos penhores, saberão sustentar Vossa Majestade neste novo e penosíssimo golpe pelo qual a mão de Deus fez passar Vossa Majestade; e lhe dirão que Deus experimentou com tribulação os seus predestinados, e amargura na terra os que há de coroar no céu.

Hoje celebrei a missa por alma de minha imperatriz, e pretendo celebrar um oitavário; hoje também encomendou-me a baronesa de Camargo que celebrasse a pedido dela missa no 7^o dia pela mesma intenção, e hoje me asseverou o arcediogo monsenhor José de Sousa Teles que vai celebrar um oitavário pela mesma nossa augusta soberana.

Beijo as mãos de V. Majestade com o mais profundo amor, veneração e gratidão, como quem sempre foi e há de ser.

De Vossa Majestade súdito e filho
Silvério Gomes Pimenta

Mariana 31 de dezembro
de 1889

P. S. Monsenhor Júlio de Paula Dias Bicalho também se associa a nós celebrando um oitavário de missas pelo descanso eterno da Sua Majestade a Imperatriz.

Senhor

Antes de partir para Roma, vou cumprir um grato dever levando à augusta presença de Vossa Majestade Imperial a expressão de meu profundo reconhecimento pela aprovação que se dignou dar a essa viagem e pela decisão de outros negócios graves, em conformidade com meus desejos. Tudo devo, senhor, a Vossa Majestade, que é o anjo protetor desta diocese, como de todo o Brasil. Eu não me enganei em recorrer com toda a confiança ao meu soberano. Mil graças dou, pois, a Vossa Majestade, cuja mão paternal beijo, por todo o bem que Vossa Majestade tem feito e fará ainda a esta pobre diocese do Pará, tão necessitada de sua alta proteção.

Agora vou muito satisfeito rever Roma e o Santo Padre; mas, senhor, esta minha satisfação é temperada de certo desassossego e amargura. Vossa Majestade permita que lhe faça aqui uma declaração bem penosa. Fui obrigado a tomar emprestado a prêmios três contos de réis para fazer minha viagem. Sei que mal chegará para pagar as passagens por mar e por terra; mas tremo de comprometer-me mais, e a consciência prescreveu-me que marcasse um limite inflexível nesta cifra. A minha inquietação e tristeza é que me verei talvez em apuros, e que um bispo do Brasil se apresente no estrangeiro sem aquela dignidade que convém. Vossa Majestade pode bem ajuizar das despesas que acarreta uma estada em Roma em ocasião tão solene. Há ali costumes estabelecidos aos quais não se pode eximir um prelado sem causar estranheza e reparo. Há propinas e mancias que é preciso dar a cada pessoa; há convites a que é necessário gentilmente corresponder. Talvez todos os outros bispos façam algum dom pessoal ao Santo Padre, nas tão angustiadas circunstâncias em que se acha; os bispos do Brasil não farão uma desairosa exceção. Tudo isto e outras muitas coisas que não se podem prever, fazem dispendiosa bastante esta via-

gem, aliás necessária para honra da Igreja brasileira que muito interessa em ser representada nessas solenes reuniões do episcopado católico. Porventura, senhor, o Brasil se empobreceria se mandasse dar a um prelado que vai a Roma 8, ou 10:000\$000? Não seria bem empregada uma despesa que teria por fim manter a dignidade do episcopado brasileiro numa circunstância tão solene? Ainda há pouco dizia na Câmara de França um grande homem de Estado, que um país não deve olhar para finanças, quando se trata de interesses morais. E não é um grande interesse moral que o Brasil, como potência católica, seja decentemente representado em Roma pelos seus prelados?

Senhor, eu não fiz, nem faço pedido aos ministros de Vossa Majestade; dirijo-me só ao meu monarca, e lhe comunico este vexame com que vou para Roma, vexame que me humilha, senhor, não pelo que respeito a minha pessoa, que só merece desprezos; mas pelo desar que daí pode provir ao meu país, que eu desejara ver honrado por todos os estrangeiros que o conhecem tão pouco, se não o desconhecem completamente. Que um bispo do Brasil viva em estreitezas em sua diocese; que não possa ter carro; que ande com um prumo na mão para que o pequeno ordenado de 300\$000r. chegue até o fim do mês, como acontece comigo, passe; mas ao menos não apareça esta miséria quando ele andar por países estranhos. Senhor, meus pequenos recursos todos eu os emprego em proveito da diocese; até do meu mesquinho ordenado tenho economizado em favor de meus meninos pobres; não tenho meios para fazer esta viagem desassombrado de mesquinhas preocupações materiais. Recorro a Vossa Majestade. Mande, senhor, que se dê na Europa uma ajuda de custo aos bispos brasileiros. Será mais um assinalado serviço que Vossa Majestade prestará à religião e ao país.

Deus Guarde a V. Majestade Imperial como todos os súditos de vossa majestade havemos mister.

Súdito dedicadíssimo e respeitadíssimo
de Vossa Majestade

✠ Antônio bispo do Pará

RELATÓRIO AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Em 9 de janeiro de 1950

Senhor ministro.

Em obediência ao regimento deste museu, venho apresentar a vossa excelência, o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer de 1949.

1. Serviço auxiliar

Foram expedidos 471 ofícios, 27 processos, 28 cartas, 31 portarias, 58 requerimentos, 57 atestados, 6 telegramas, 294 guias de remessa de correspondência, e foram recebidos 133 ofícios, 27 processos, 240 cartas, 19 cartões, 17 telegramas e 3 memorandos.

2. Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 100.780 pessoas, sendo 39.590 homens, 44.482 mulheres, 6.602 crianças e 10.106 pessoas constantes de visitas coletivas.

Entre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se os ex.^{mos} srs. general de Exército Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, professor Clemente Mariani, ministro da Educação, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, ministro da Justiça, embaixadores da Espanha e Estados Unidos, embaixador do Canadá, ministro da Agricultura da Argentina, sr. Carlos Emery, deputados federais Aramís Athayde, João Carvalho Sá, coronel Edmundo Macedo Soares e Silva, governador do Estado do Rio, oficiais do cruzador inglês *Glasgow*, turistas americanos, argentinos e uruguaios, estudantes de engenharia de Porto Alegre e Salvador, estudantes de direito do Recife e da Universidade

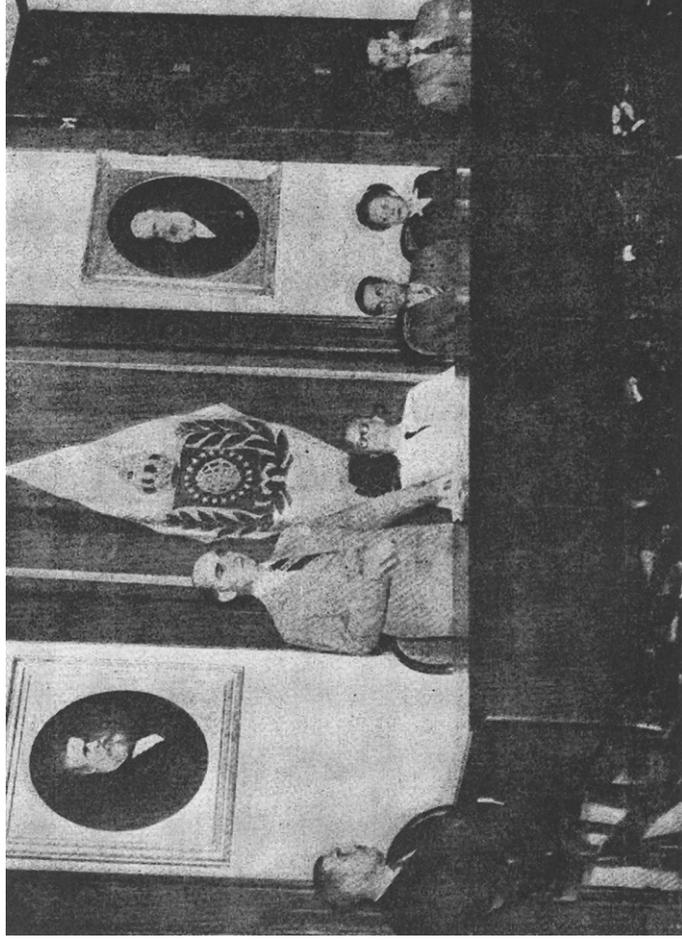
de S. Simon da Bolívia, estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da faculdade de direito do Pará, sr. Adrian Col Reyna, encarregado de Negócios da Venezuela, dr. Ariosto Gonzalez, presidente do Instituto Histórico do Uruguai, caravana do 4º Congresso de História Nacional e do 2º Congresso Interamericano de Hoteleiros, alunos dos colégios Sta. Isabel e Sion, de Petrópolis, alunos do ginásio de Barra Mansa, Escola Afonso Celso, Colégio Assunção e Colégio Batista do Distrito Federal, alunos do Colégio Brasil, de Niterói, escola normal de Juiz de Fora, caravana do 4º Campeonato Sul-Americano de Tênis de Mesa, caravana do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, sr. José G. Lissidini, presidente da Câmara de Representantes do Uruguai, alunos do Grupo Escolar Cardoso Fontes, de Petrópolis, da faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul, do externato Angelorium, do Distrito Federal, do Instituto Educacional de Passo Fundo, da faculdade de Filosofia de Salvador, do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, da escola normal de Caxias do Sul, do Colégio Frederico Ribeiro e Colégio Militar, do Distrito Federal, deputado federal João Mendes, caravana do 1º Congresso Pan-Americano de Engenharia, doutorandos de medicina, de Porto Alegre, caravana do Congresso Interamericano de Alfabetização de Adultos, caravana de oficiais funcionários do departamento técnico de produção do Exército, alunas do Colégio Stela Matutina e Instituto Viana Júnior, de Juiz de Fora, do Ginásio São Paulo, de Teresópolis e do Colégio Bennet, do Distrito Federal, oficiais do cruzador Uruguai, alunos da Escola Industrial Carlos de Campos, de São Paulo, da escola de engenharia de Assunção, do Paraguai, do Colégio São José de Bastos, em São Paulo, do Instituto de Educação do Distrito Federal, da Escola Janotti, de Teresópolis, do colégio estadual, de Belo Horizonte, do Colégio Sacré Coeur de Marie, do Distrito Federal, caravana do 5º Congresso Pan-Americano de Urologia, ministro da Aeronáutica da Argentina e chefes de Estado Maior dos Exércitos do Uruguai e Paraguai, caravana do Congresso Pan-Americano de Geografia e História e do Congresso Médico do Estado do Rio de Janeiro, delegação da Bahia à Terceira Semana de Debates Científicos, dr. Broch Chisholm, diretor da Organização Mun-

dial de Saúde da ONU, funcionários do Banco de La Província de Buenos Aires, do Banco de La República de Montevideu e do Banco do Brasil, alunos do Colégio Imaculada Conceição, de Jacarezinho, no Paraná, do Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e S. João Del-Rey, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Vitória, no Espírito Santo, do Colégio São José, de Juiz de Fora, do Colégio Imaculada Conceição de Fortaleza, do Instituto Menino Jesus, do Distrito Federal, da Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora do Carmo, de Viçosa, cadetes da Escola de Aeronáutica, alunos do Orfeão Carlos Gomes, do Instituto de Educação do Distrito Federal, alunos do Colégio Antônio Maria Zacarias, do Distrito Federal, do Colégio Rui Barbosa, do Distrito Federal, Nossa Senhora do Amparo, de Petrópolis, Colégio Estadual do Espírito Santo e Escola Visconde de Mauá, do Distrito Federal.

3. Doações

Sr. Alberto Pinto Vieira: telas bordadas, trabalhos das princesas Isabel e Leopoldina; sr. embaixador Macedo Soares: 2 pentes de tartaruga, com as armas imperiais, de uso das princesas, possivelmente; dr. Alcindo Sodré: duas fotos adquiridas em Paris, pelo correspondente do MI, sr. Roberto Haymann; prof. Maciel Pinheiro: obra do príncipe dom Luís de Bragança, *Sob o Cruzeiro do Sul*; embaixador Macedo Soares: o livro *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*; sr. David James: cópias fotostáticas de cartas de d. Pedro II a Longfellow; d. Maria do Carmo Noronha Husum: um chapéu armado, de veludo preto, com armas de ouro, o qual pertenceu a d. João VI, e foi portador do mesmo objeto, o sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Raul Fernandes; dr. Alfredo de Souza Costa: arca antiga de madeira, com chapas de ferro; sr. Roberto Heymann: auto-retrato a óleo de R. Q. Monvoisin, feito em 1850, e ostentando a condecoração brasileira do Cruzeiro do Sul (foi portador o sr. ministro das Relações Exteriores, embaixador Raul Fernandes); d. Gilda Carneiro de Mendonça: quadro oval, com trabalho executado com cabelos das netas do conde de Baependi; dr. Pedro Brando: uma faixa da maçonaria, grau 33, com bordado a fio de ouro; ministro dr. Armando de

Alencar: medalha com efígie de d. Pedro I, encerrando cópia da 1ª Constituição brasileira de 1824; dr. Guilherme Guinle: tela a óleo de De Martino, representando um passeio do imperador d. Pedro II à cascata do Itamarati; dr. Afonso de Escragnolle Taunay e irmãos: documentos pertencentes ao visconde de Taunay; seção de intercâmbio luso-brasileiro do SNI: “Documentos dos arquivos portugueses que importam ao Brasil”; sr. Henrik Kerti: invólucros de impressos; dr. Fernando de Barros Franco: “Inventários e Testamentos” e documentos; sr. Manuel Rabello de Almeida e Silva: um prato fundo, de porcelana, que pertenceu ao 2º barão de Santa Clara; sra. viúva Galeno Martins e Filhos: uma tela a óleo, representando natureza morta em que se vêem as principais frutas do Brasil; sra. viúva Salles Guerra: uma cremeira que pertenceu ao barão de Guaribu; sra. viúva Pacífico Pereira: uma colher de cobre que foi oferecida ao imperador d. Pedro I; sra. Leocádia Moraes Martins Catarino: um pequeno busto de d. Pedro II, feito em madeira, por um santeiro baiano; sr. Luís Silveira: *Os azulejos do Paço de Vila Viçosa*, 1 volume; Edgard de Cerqueira Falcão: *Relíquias da Bahia*, 1 folheto; sr. Ricardo do Espírito Santo Silva: *A arte de ontem e de hoje*, 1 volume; sr. Caio de Mello Franco: um mapa do Brasil; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma placa comemorativa do IV Congresso de História Nacional; sr. Paulo de Mota Maia: 90 documentos provenientes do arquivo do conde de Mota Maia; sr. David James: 2 cópias fotográficas de 2 cartas do imperador d. Pedro II ao diretor do observatório de Washington, datadas de 07/05/1876 e 02/06/1876; dr. Sílvio Márcio de Sá Freire: em seu nome e nos das famílias cel. Antônio Basílio e Teixeira Lima – a comenda “Imperial Ordem da Rosa”, que foi conferida ao conde de Itaguaí pelo imperador d. Pedro II; viúva Lourenço Baeta Neves: uma faca de prata lavrada, tendo gravadas duas quadras e os nomes “Liberal Dutra” e “De Manoel Baeta”; fundação da Casa de Bragança: uma medalha de bronze, comemorativa do II C.º da Consagração de Portugal a N. S. da Conceição de Vila Viçosa, o vol. *O Castelo de Alvito*, o folheto *Pinturas de Carlos Maratta e Matteo Rosselli*; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: duas medalhas de



Confêrência realizada no Museu Imperial a 10 de abril de 1949, pelo dr. Ariosto Gonzaléz, presidente do Instituto Histórico do Uruguai, sobre dom Andrés Lamas.

bronze, uma comemorativa do I Congresso de História da Bahia, e outra do I Centenário do Nascimento de dom Jerônimo Tomé da Silva; dr. Guilherme Guinle: uma tela a óleo de De Martino, representando um desembarque do rei Fernando II na baía de Nápoles; sra. Hilda de Figueiredo Ferraz Rego: uma colher de arroz, de prata, que fazia parte do faqueiro do Paço Imperial; d. Hilda de Figueiredo de Ferraz Rego (filha): uma bandeira imperial do 53º Batalhão de Caçadores de 2ª linha, da província da Bahia; dr. M. V. Ordoñez: o vol. *Raymond Quinsac Monvoisin*; sr. José Rosas Júnior: o folh. *Jóias Portuguesas as Laças de Ouro*; sr. Adolfo Morales de los Rios Filho: os folhetos *Roberto Cochrane Simonsen* e *Evolução do Ensino da Engenharia e da Arquitetura no Brasil*, ambos de sua autoria; La Universidad Mayor de la Republica Oriental del Uruguay: o folheto *Libro de la Universidad*; sr. David James: cópia fotostática de uma tradução feita pelo imperador d. Pedro II de *The Cry of a host Soul*, por John Greenleaf Whittier, *The Empire of Brasil at the Universal Exhibition of 1876 in Philadelphia*. Na folha de guarda contém uma dedicatória do imperador d. Pedro II ao presidente of Yale-college. Contém ainda uma folha solta assinada por J. C. Rodrigues; sras. Julieta de Figueiredo da Silva, Hilda de Figueiredo Ferraz Rego e Antonieta de Figueiredo Moreti: 1) programa para o recebimento, desembarque e acompanhamento de S. M. a Imperatriz d. Teresa Cristina; 2) 1 fotografia do solar do marquês de Sapucaí; 3) 1 fotografia da Vila Nova de Lima observando-se a casa onde nasceu o marquês de Sapucaí; 4) 1 fotografia do conde d'Eu; 5) 1 fotografia do marquês de Sapucaí; 6) 1 fotografia vendo-se o imperador d. Pedro II, a princesa Isabel e o príncipe dom Pedro; 7) 53 cartas da imperatriz d. Teresa Cristina dirigidas a d. Maria Cândida de Araújo Viana de Figueiredo; 8) 1 litografia de Vale, representando d. Pedro II, em trajes civis, ostentando a condecoração do Tosão de Ouro; d. Cecília d'Escragnolle Dória: uma cabeleira, chapéu, casaco e calça de fantasia com que Gofredo d'Escragnolle Taunay, em 1862, desempenhou um papel no teatrinho do paço de S. Cristóvão; academia fluminense de letras: os livros: *Em defesa de Casemiro de Abreu, In Memoriam*; Salomão de Vasconcelos: o folheto *Solares e vultos do passado*; sr. Roberto Heymann: os vols. *Brésil et Argenti-*

ne, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil e Relação de uma viagem a Venezuela, Nova Granada e Equador pelo conselheiro Lisboa*; sr. Edmundo da Luz Pinto: os vols. *Fables de la Fontaine avec un nouveau commentaire*, *L'école des jeunes demoiselles*, *Histoire des Révolutions Arrivées dans le Gouvernement de la République Romaine*; *Chefs-d'oeuvre – Poétiques de Marmontel*, *de l'Académie Française*; *Oeuvres Choisies de l'Abbé de Saint-Real* (todos os volumes têm as armas imperiais na encadernação); sr. M. Goldwasser: um prato de sopa de porcelana francesa, do serviço do conde de Iguaçú; sr. Cláudio Ganns: o vol. *Autobiografia do visconde de Mauá*; prof. Lewis H. Gordon: *Catalogue of the Exhibited Paintings and Drawings by Philip Hendy*, Boston, 1931, 1 vol.; Frei Estanislau Schaette, O. F. M.: o vol. *Baptisterium et cáeremoniale sacramentorum juxta ritum sanctae romanae ecclesiae, et rituale Pauli V – 1860* (livro que pertenceu à capela de N. S. do Amor Divino, na fazenda do padre Antônio de A. Correia. Foi usado pelo padre Siqueira, fundador do Asilo do Amparo); condessa Mariângela Mattarazzo: um par de maçanetas de vidro tendo ao fundo as armas imperiais do Brasil; Buenaventura Caviglia Hijo: os folhsetos *Las cantramillas en las Coscoja* por Buenaventura Caviglia Hijo e *La cantramilla en las traducciones de Martin Fierro*.

4. Aquisições

Foram adquiridos os seguintes objetos: uma lavanda de cristal de serviço do conde de Mota Maia, prato de cristal do mesmo serviço, cálice de vinho e cálice de licor do conde de Mota Maia, prato fundo de porcelana branca, do serviço do conde de Mota Maia, prato de sobremesa de porcelana branca, cremeira de porcelana branca do mesmo serviço, prato raso de porcelana francesa, com o monograma P.F.Q.J. do visconde com grandeza de Santa Teresa (Polidoro de Fonseca Quintanilha Jordão), par de cálices de cristal, com monograma R. W., encimado pela coroa de conde (José Quirino da Rocha Werneck, neto do 1º barão com grandeza de Palmeiras, Francisco Quirino da Rocha) – (ao sr. Manoel Rabelo d'Almeida e Silva). Um retrato a óleo de um almirante, assinado G Heaton – (ao dr. Tarquínio da Silveira). Xícara e pires, de porcelana francesa, que

pertenceu ao marquês de Três Rios, (Joaquim Egídio de Souza Aranha) – (ao sr. Leone Ossovigi). Uma cadeirinha de arruar, aberta, com reposteiros de seda carmesim, cadeirinha de arruar, madeira envernizada e couro – (d. Sílvia Lacerda Martins de Almeida). Uma espevitadeira com bandeja em estilo império. Obra do prateiro fluminense Francisco Duarte Graça. Bandeja cinzelada e aberta, bandeja de espevitadeira em prata, estilo império. Trabalho de cinzel e gravura, do prateiro fluminense Francisco Duarte Graça. Forma retangular – (ao sr. Francisco Marques dos Santos): duas telas a óleo representando natureza morta. D. Sílvia Lacerda Martins de Almeida. Uma salva de prata, estilo império. Ao centro, gravadas as iniciais M. L. e na orla uma grega guilhochada. Galeria lisa, uma salva de prata cinzelada e gravada. Fundo liso, tendo junto à orla uma guirlanda de folhas gravadas, galeria lisa, uma salva de prata, estilo d. João V, uma salva de prata, estilo império, época 1848 a 1852, uma salva de prata, estilo império, uma salva de prata, estilo império, peça lisa, com ligeiros frisos no fundo, gravados, uma salva de prata, estilo império, inteiramente ornamentada com frisos guilhochados, uma salva de prata estilo d. Maria, apresentando contrastes do Porto e A.S.N., uma salva de prata, estilo Império, apresentando contrastes de L. P., uma salva de prata, estilo império, inteiramente ornamentada com frisos guilhochados, uma salva de prata, estilo império, apresentando contrastes de Antônio José Moreira Soares, prateiro fluminense, uma campainha de prata, que pertenceu ao visconde de Santa Teresa, uma medalha de prata comemorativa da coroação de d. Pedro II e uma medalha de bronze comemorativa da aclamação de d. João VI – (ao sr. Leoni Ossovige). Um porta-retrato em ouro estilo barroco, em forma de coração, trazendo influência portuguesa. Ligeiros ornatos em volutas e gravura tosca, porta-retratos em ouro, estilo barroco, relicário de ouro, estilo barroco, da época de transição entre d. José e d. Maria, insígnia de cavaleiro da Ordem de Cristo. Trata-se de insígnia posterior a 1843, conferida no Brasil, prendedor de cabelos em filigrana de ouro, tabaqueira de prata dourada. Peça do séc. XIX com trabalho de gravura. Ao centro, na tampa as iniciais P. L. C., salva de prata, de manufatura baiana. No fundo gravada uma cesta de flores com um pássaro, pousado. Galeria

recortada, pés cinzelados, paliteiro de prata, peça do séc. XIX, uma bandeja com fruteira sustentando pêras e um pássaro; ornatos cinzelados e guilhocados. – (Ao sr. Antônio Gonçalves Pereira).

5. Inventário

Deram entrada no Museu, no decorrer do ano, 2.114 objetos, entre doações e aquisições, no valor de Cr\$ 908.417,50 (novecentos e oito mil, quatrocentos e dezessete cruzeiros e cinqüenta centavos).

6. Divisão de Documentação Histórica

1. Seção de biblioteca, filatelia, mapoteca e estampas

a) *Biblioteca*

Foi executado regularmente o tombamento dos volumes entrados, cujo número atingiu, em 1949, a 802.

Entre os doadores de obras em 1949, cumpre destacar o dr. Edmundo da Luz Pinto que fez entrega ao Museu Imperial de curiosos volumes adquiridos em França, em encadernações brasonadas e que consta terem pertencido à princesa de Joinville.

c) *Mapoteca*

Entre as peças entradas em 1949, cumpre mencionar a doação do sr. embaixador Caio de Melo Franco, constante de curiosa e interessante carta geográfica do Brasil, de Johanes Blaeu, finamente colorida.

O acervo da mapoteca atingiu, em 1949, ao número 8, todos adquiridos por doação.

d) *Estampas*

Deram entrada, em 1949, um total de 39 peças, sendo 21 adquiridas por compra e 18 por doação.

2. Seção de arquivo, documentação fotográfica, publicações e intercâmbio cultural

a) *Arquivo*

Prosseguiu, normalmente o serviço de catalogação do precioso arquivo de documentos históricos.

Grande foi o número de interessados que freqüentaram as salas de consultas, e verdadeiramente apreciável foi o número de cópias fotostáticas e datilográficas remetidas a instituições e estudiosos de vários pontos do país e do estrangeiro.

b) *Documentação fotográfica*

Continuou-se o tombamento e escrituração do material fotográfico, cujo acervo foi enriquecido com 99 novas peças, sendo 27 por compra e 72 por doação.

c) *Publicações*

O *Anuário do Museu Imperial*, volume VI, referente a 1945 teve a sua impressão completada e foi devidamente distribuído.

Foi a primeira edição encomendada à empresa editora A Noite. O VII e VIII volumes, referentes a 1946 e 1947, acham-se sendo editados respectivamente na Imprensa Nacional e empresa editora A Noite, devendo estar com os trabalhos gráficos ultimados dentro de três meses. Como sempre foi majorado o número de publicações distribuídas, com mais 52 volumes.

d) *Intercâmbio cultural*

No Salão de Conferências do Museu Imperial foram realizadas, pela Alliance Française (Associação de Cultura Franco-Brasileira) as seguintes conferências: professor Olímpio da Fonseca que falou sobre *D. Pedro II e a Influência Francesa no Brasil*; o sr. Domingos Braga, que discorreu a respeito de *La Lumière dans la Poésie Française*; professor Paul-Antoine Evin,

sobre *Les vitraux du Moyen-age*; o professor Vincent Espana acerca de *L'Oevre d'Albert Camus*, e o professor Robert Bréchou, sobre *Panorama de la jeune littérature française*.

Nesse recinto realizou o Instituto Histórico de Petrópolis uma sessão solene a 2 de julho, em comemoração da data da colonização de Petrópolis, e quando usou da palavra o seu sócio correspondente Carlos Maul, sobre *Nascimento, Desenvolvimento e Grandeza de Petrópolis*.

No mesmo local realizou-se uma conferência do sr. bispo diocesano d. Manoel Pedro, sobre o tema: *As Vocações Sacerdotais no Brasil*.

7. Divisão de Ourivesaria

Foi por esta divisão feita a classificação de 282 medalhas brasileiras de diversos metais, depositadas neste Museu para ulterior aquisição. Procedeu-se a novo inventário dos objetos expostos nas vitrinas da sala de jóias, assim como foram classificados os leques depositados no museu para compra oportuna.

Prosseguiu o serviço rotineiro de fichas dos objetos pertencentes ao museu.

8. Divisão da Monarquia Brasileira

Deram entrada nessa divisão 39 objetos históricos, no valor de Cr\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil cruzeiros), entre doações, compras, transferências e permutas.

Entre os objetos entrados, destacam-se: um chapéu armado, de d. João VI, doado pela sra. Maria do Carmo de Noronha Husum, bisneta do rei, tendo sido a oferta trazida ao museu, por intermédio de sua excelência o sr. ministro das Relações Exteriores dr. Raul Fernandes, e os objetos pertencentes a Carlos Gomes, e legados ao Museu por sua filha d. Ítala Vaz de Carvalho.

9. Novas salas

Foram abertas ao público duas salas novas: a sala de honra do Senado Imperial e a sala das viaturas.

10. Exposições

O Museu realizou duas exposições especiais: de leques e estampas; permanecendo abertas por mais de trinta dias. A primeira teve a honra de ser inaugurada por v. ex.^a. Para ambas foram editados catálogos, distribuídos a visitantes, e remetidos a interessados.

Verificou-se também, em sala deste museu, a exposição de pintura moderna, da artista nacional Djanira, e sob o patrocínio do Grêmio Euclides da Cunha e do Ginásio Estadual de Petrópolis, realizou-se uma exposição de pintura da artista brasileira, Camila Álvares de Azevedo.

11. Instituto Rio Branco

Solicitada pelo Ministério das Relações Exteriores, a sala de auditório do Museu Imperial, serviu para que no dia 24 de fevereiro, s. ex.^a o sr. general de Exército Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, fizesse entrega de diplomas a 40 alunos do Instituto Rio Branco, daquele ministério.

12. IV Centenário do Salvador

Autorizados por v. ex.^a, eu e o secretário deste Museu, Luiz Affonso d'Escragno, seguimos em março para Salvador onde demoramos dez dias, a fim de tomarmos parte no congresso promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em comemoração ao IV centenário da fundação da capital baiana, tendo eu contribuído com dois trabalhos e o secretário com um.

13. Livro para visitantes

No livro para impressões e assinaturas de visitantes do Museu Imperial, foram escritas as seguintes palavras:

“Tudo quanto vi me encheu de comovida admiração. Como português, agradeço ao dr. Alcindo Sodré e aos seus colaboradores o ambiente que nesta casa criaram e mant em para tornar possível a permanência nela do espírito de um passado cheio de

nobreza e humanidade, que é da minha, da nossa velha pátria a mais pura projeção”. (ass.) *Hernani Cidade*, professor da universidade de Lisboa.

“O Museu Imperial que acabo de visitar representa uma magnífica afirmação do alto valor de nossa história e de nossa tradição”. (ass.) *Aramis Athayde*, deputado federal.

“Visitando pela primeira vez este Museu Imperial do Brasil, não sei que mais admirar, se o valor real dos objetos expostos ou a técnica museológica que presidiu ao seu impecável arranjo, pela mão do mestre Alcindo Sodré, com a não menos valiosa assistência dos seus colaboradores”.

“Com as felicitações mais sinceras, dirigidas a todos quantos trabalham neste santuário da história do Brasil onde tanto nos recorda o nosso querido Portugal, faço votos para que este palácio seja sempre um sítio de peregrinação da gente lusa, em justa homenagem ao país de Vera Cruz, orgulho da lusitanidade”. (ass.) *Alberto Iria*, diretor do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.

“A impressão que nos deixa uma visita a este museu é de que só um brasileiro com a sensibilidade e o patriotismo do atual diretor, tão bem coadjuvado por dedicados auxiliares, poderá mantê-lo no magnífico estado em que o encontramos”. (ass.) *Joracy Camargo, Hekel Tavares, Bandeira Duarte, Francisco Dias Fontes e Luiz Peixoto*.

“O amor às coisas do passado é uma das manifestações do caráter de um povo. Percorrendo demorada e atentamente o suntuoso Museu Imperial, adquiri a certeza de que aqui muito há que aprender, inclusive o culto às grandes coisas, hoje infelizmente esquecidas e relegadas a um plano secundário, pelas imposições do materialismo em que se afoga esta triste geração”. (ass.) *J. Carvalho Sá*, deputado federal.

“Com a mais viva emoção pelas revivescências inspiradas no ilustre e heróico passado imperial do Brasil, deixo aqui consignadas minhas felicitações à preclara direção do museu, pelo carinhoso cuidado com que vela tão augustas lembranças que aqui moram”. (ass.) *Gal. Onofre de Lima*, comandante da 4ª R. M.

“A great visit, much history, and *Muitas lembranças* from an American who has loved your

country and admired your people for three years”. (ass.) *Leland Lovette*, Rear Admiral U. S. Navy.

“Magnificamente impressionados com o que vimos e observamos nesta casa aqui deixamos os votos que fazemos por que seja cada vez melhor o Museu Imperial”. (ass.) *Fernando P. Magalhães*, pela caravana da Secretaria de Educação de Minas.

“El Museo Imperial constituye un motivo de legitimo orgullo para la noble Nación brasileña, porque es la expresión de la grandeza y la capacidad creadora y artística de una raza y forma la esencia prístina de las grandes y gloriosas tradiciones del Brasil, a quien Dios guarde”. (ass.) *Francisco Guerra Morales*, ministro de Guatemala en el Brasil.

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas neste Museu, durante o ano de 1949.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré.

Diretor